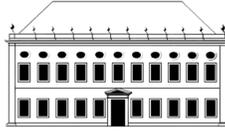


António José Avelãs Nunes

O FÍCIO DE RADOR

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA

Mickael Silva

IMAGEM DA CAPA

Auditório da Faculdade de Direito
Foto: Ana Paula Silva

EXECUÇÃO GRÁFICA

Simões e Linhares, Lda

ISBN

978-989-26-0887-7

ISBN DIGITAL

978-989-26-0888-4

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0888-4>

DEPÓSITO LEGAL

385066/14

António José Avelãs Nunes

O FÍCIO DE
RADOR

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Duas palavras em vez do Prefácio	7
Elogio do Presidente eleito do Brasil, Doutor Tancredo Neves	9
Elogio do Presidente da República Jorge Sampaio	19
Elogio do Doutor António de Almeida Santos	37
Oração no funeral do Doutor Eduardo Correia.....	59
Oração no funeral do Doutor Teixeira Ribeiro	65
Oração no funeral do Doutor Orlando de Carvalho	71
Discurso no Congresso Portugal-Brasil Ano 2000	79
Intervenção na cerimónia de entrega do 1º Prémio Dr. Francisco Salgado Zenha	85
Conferência de Abertura da Semana Comemorativa dos 180 anos da FDUSP	91
Breves palavras por ocasião da jubilação	129
Breves palavras em colóquio comemorativo dos 30 anos do IDCLB	133
Oração de agradecimento na cerimónia do doutoramento <i>honoris causa</i> na UFAL.....	137
Oração de agradecimento na cerimónia do doutoramento <i>honoris causa</i> na UFPR	147
Oração de agradecimento na cerimónia de entrega do <i>Sigillo d'Oro</i> na Università Degli Studi di Foggia	157
Oração de agradecimento na cerimónia do doutoramento <i>honoris causa</i> na UFPB	163
Oração de agradecimento na homenagem prestada pelo GCUB.....	181
Oração de agradecimento na cerimónia de tomada de posse como membro honorário da Academia Brasileira de Letras Jurídicas	185

Intervenção na cerimónia de atribuição do nome do Dr. Francisco Salgado Zenha a uma rua da cidade de Coimbra.....	191
Oração de elogio do Senhor Joaquim Machado.....	197
Apresentação do livro <i>BIOGRAFIA</i> (Jorge Sampaio).....	205
Apresentação do livro <i>De Todos se Faz um País</i> , de José Óscar Monteiro.....	227
Intervenção na Sessão de Homenagem prestada pela Universidade de Lisboa a Álvaro Cunhal no centenário do seu nascimento.....	245
Intervenção em sessão comemorativa dos 40 Anos do 25 de Abril (Homenagem a Vasco Gonçalves)	283
Intervenção na cerimónia comemorativa dos 40 Anos do 25 de Abril realizada no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra	295

DUAS PALAVRAS EM VEZ DO PREFÁCIO

Os textos que aqui reuni para lhes dar nova vida, na esperança de dar um pouco de vida nova à minha vida ‘cansada da vida’, são como que uma amostra de alguns dos acontecimentos que marcaram o meu percurso universitário nos últimos cinquenta anos.

São, essencialmente, textos de um universitário dirigidos a universitários, e só foram escritos e lidos (foram escritos para ser lidos em público) porque fui aluno e professor da Faculdade de Direito de Coimbra.

Organizei este livro para o oferecer à Lena, que há cinquenta anos aceitou casar-se comigo, iniciando juntos uma viagem arriscada pelos mares da vida, umas vezes calmos, outras vezes alterosos, como é próprio de todos os mares. Neste tempo de procelas, continuaremos a remar juntos, “até que a morte nos separe”.

Esta é uma boa ocasião para homenagear a Faculdade de Direito de Coimbra (o outro amor da minha vida), com a qual tenho vivido em “união de facto”, há quase sessenta anos.

Quero também saudar, nesta circunstância, aqueles Amigos, vivos e mortos, que entram nas ‘histórias’ que aqui conto e que me ajudaram, de muitas formas, a ser o que sou.

Agradeço à Imprensa da Universidade de Coimbra a alegria e o privilégio de poder ver este livro editado sob a sua chancela.

Coimbra, outubro de 2014

António José Avelãs Nunes

(Página deixada propositadamente em branco)

**ELOGIO DE TANCREDO NEVES, PRESIDENTE ELEITO
DO BRASIL, NO DIA DO SEU DOUTORAMENTO
HONORIS CAUSA NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA¹
(30 DE JANEIRO DE 1985)
(BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO, VOL. LXI,
1985, 613-625)**

*Senhor Vice-Reitor
Senhor Primeiro-Ministro e Senhores membros do Governo
Senhor Embaixador do Brasil
Senhor Reitor Honorário
Senhores Reitores
Excelentíssimas Autoridades
Senhor Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra
Sapientíssimos Doutores
Senhores Estudantes, Senhoras e Senhores*

Um Professor da minha Faculdade, o Doutor Orlando de Carvalho, disse um dia nesta mesma Sala, com a autoridade que todos lhe reconhecem e com a coragem que todos respeitam, que, infelizmente, alguma vez se terá transformado “esta cerimónia numa função lamentavelmente profana – e, nalgum caso, tragicamente grotesca – em relação ao espírito a que verdadeiramente pertencemos.”

Tenho a certeza de que todos concordarão comigo em que não é este o caso de hoje. Desta vez, os sinos da velha torre convocaram a comunidade universitária para uma cerimónia que não é apenas mais uma a juntar ao

¹ O texto foi também publicado integralmente pelo Embaixador Rubens RICUPERO, em *Diário de Bordo – A Viagem Presidencial de Tancredo*, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, S. Paulo, 2010, 277-289 (com um breve comentário de R. Ricupero na pág. 134)

historial de quantas já aqui se realizaram e com as quais tem em comum este mesmo ambiente a um tempo austero e exuberante, esta mesma gala de damascos e de murças doutorais, este mesmo ritual lento e compassado, esta mesma alegria dos dias de festa. A sessão solene de hoje reúne todas as condições para se constituir em momento alto da nossa Universidade e em instrumento privilegiado do esforço necessário para a concretização de alguns dos mais fundos anseios dos povos de Portugal e do Brasil.

Mandam os Estatutos pombalinos que em cerimónias como esta “deverão os oradores empenhar-se em que nelas se faça ver o merecimento do doutorando de um modo sério e grave como convém a um tal auditório.” Esta a tarefa que me cabe, por delegação da minha Escola, a Faculdade de Direito de Coimbra.

Faço-o com a maior alegria, o que bem se compreenderá pelas muitas razões que todos deduzirão e ainda por esta de ordem estritamente pessoal: é que nesta Sala Grande dos Actos prestei provas públicas de doutoramento, com uma dissertação cujo tema é, precisamente, *A Economia Política do ‘Modelo Brasileiro de Desenvolvimento’*.

Procurarei honrar o mandato o melhor que souber, “ainda que para o bem contar e falar o saiba pior que todos fazer”, para usar as palavras de Pero Vaz de Caminha, na carta que escreveu a El-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. E assim como o cronista, dirigindo-se ao seu rei, pedia “Tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade”, assim eu lhe peço, Senhor Vice-Reitor, tome Vossa Excelência minha ignorância por boa vontade.

Sei bem que a solenidade e o significado profundo deste Acto não dependem das palavras que eu aqui disser. Parafraseando um dito da nossa gente, direi, porém, que elas são pobres mas honradas. E cuido que a honradez é a virtude que acima de todas se impõe quando se trata da Universidade.

A solenidade deste Acto de ‘sagração’ vem-lhe sobretudo da história da mais antiga universidade portuguesa e do ritual próprio que os séculos consagram. Para que se cumpram os Estatutos e a praxe coimbrã, esta cerimónia será sempre «a mais solene e pomposa de todas as acções académicas».

O significado deste Acto, grande entre todos os que integram a vida universitária, ressalta desde logo da presença aqui de tão grande número de doutores de todas as Faculdades e da presença das muitas personalidades que quiseram partilhar com a Universidade de Coimbra, e especialmente com a sua Faculdade de Direito, a alegria deste momento.

Mas o seu significado mais profundo sempre resultará do facto de ser nele figura central a pessoa de Vossa Excelência, senhor Presidente eleito da República Federativa do Brasil.

Esta é, com efeito, minhas senhoras e meus senhores, a personalidade que hoje se apresenta a pedir a sua investidura solene como Doutor da Faculdade de Direito de Coimbra. Descendente de um português da Ilha Terceira que no século XVIII emigrou para terras do Brasil, Tancredo de Almeida Neves impôs-se, pelas suas qualidades de inteligência e de carácter, como personalidade marcante da vida brasileira, distinguido com os mais altos galardões no seu País e no estrangeiro.

Tancredo Neves é licenciado em Ciências Jurídicas e Sociais e titular de uma Pós-graduação em Finanças e Economia.

Nomeado Promotor de Justiça, viria a dedicar-se, porém, a partir de 1932, ao exercício da advocacia, actividade em que se afirmou com particular brilhantismo.

Em 1934 inicia a sua carreira política, tendo sido vereador e presidente da Câmara da sua terra. No seu Estado natal de Minas Gerais foi membro do Governo, *Leader* do seu partido na Assembleia Legislativa e, finalmente, em 1983 e 1984, Governador do Estado. No quadro da União, Tancredo Neves foi Deputado Federal, Senador, Ministro de Estado, da Justiça e Negócios Interiores, Primeiro-Ministro sob a Presidência de João Goulart, *Leader* do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido de oposição à ditadura militar, na Câmara dos Deputados.

O nosso ilustre hóspede exerceu também importantes funções públicas como Director da Carteira de Redescontos e Presidente do Banco do Brasil, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico (BNDE) e Presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, para além de, por diversas vezes, ter representado no estrangeiro, em missões de relevo, o Governo do seu País e o Parlamento brasileiro.

“Os corpos acadêmicos – escreveu um dia, num belo livro sobre *A Universidade Necessária*, o Professor Darcy Ribeiro – têm responsabilidades políticas iniludíveis na defesa do regime democrático, porque este é a condição essencial para o exercício fecundo e responsável das suas funções.”

E esta velha Universidade de Coimbra – quase tão velha como a nacionalidade portuguesa – recusa ser apenas uma Casa de cultos litúrgicos e de pomposas tradições que se esgotem na policromia dos azulejos, no colorido dos trajes académicos, nos acordes metálicos da sua chamarela. Quer assumir-se, humildemente e orgulhosamente, como Casa de trabalho e Casa de luta pelos valores perenes do Homem. E faz questão de incluir, entre as tradições de que mais se honra, a de, nos períodos mais negros da nossa história secular, sempre ter saído dela, pelo pensamento e pela acção de alguns dos seus membros mais ilustres, o gesto reconfortante que nos confirma na certeza de que, nas palavras de um poeta da minha geração coimbrã, “há sempre alguém que resiste / há sempre alguém que diz não!”

Compreende-se, por isso, que esta Universidade de Coimbra não pode deixar de receber de braços abertos alguém que, ao longo de toda a sua vida de homem público, nunca desertou da luta pelos ideais da democracia, da liberdade responsável e da tolerância fraterna, do humanismo universalista e da paz entre os povos, valores que, acima de todos, as universidades devem servir, como casas de cultura e como instituições morais que são.

Vossa Excelência, Senhor Presidente eleito do Brasil, podia ter chegado hoje aqui e usar as palavras de Ruy Barbosa, um dos maiores se não o maior vulto da ciência jurídica brasileira, para dizer a esta Congregação Universitária: “Vinte anos há que eu me mato, clamando aos meus concidadãos contra a imoralidade e a baixeza da força, apostolando-lhes a nobreza e a santidade da lei (...). Outra coisa não sou eu, se alguma coisa tenho sido, se não o mais irreconciliável inimigo do governo do mundo pela violência, o mais fervoroso predicante do governo do homem pelas leis.”

Sabemos todos que as leis não são necessariamente ‘santas’, mas sabemos também que Vossa Excelência foi dos que, no seu País, esteve

na primeira linha do combate contra aquelas leis com que se procurou cobrir “a imoralidade e a baixeza da força.”

Como na fala bíblica, podia Vossa Excelência dizer: “Eu vi a aflição do meu povo e ouvi os seus clamores por causa dos seus opressores. Sim, eu conheço os seus sofrimentos”. (*Êxodo*, III, 7)

E porque ouviu os clamores do seu povo e conhece os seus sofrimentos é que Tancredo Neves, minhas senhoras e meus senhores, sempre esteve ao lado do povo contra os seus opressores, contra aquilo que os Bispos e os Superiores Religiosos do Nordeste, num documento memorável, tornado público em 6 de Maio de 1973, no auge do chamado ‘milagre brasileiro’, designaram sem reboço de “terrorismo oficial”, *terrorismo oficial* que – e cito aquele documento – “instituiu o controle através da espionagem interna e da polícia secreta, num crescente domínio do Estado sobre a vida particular dos cidadãos, recorrendo com frequência à tortura e ao assassinato.”

E este combate contra o *terrorismo oficial* continuou-o Vossa Excelência, já depois de eleito Presidente do seu País, clamando publicamente por “um apoio total aos que lutam pela Democracia no Chile.”

Penso, Senhor Vice-Reitor, que entre as missões mais nobres que cabem à Universidade se conta a de contribuir para a concretização desse ideal – sublime entre todos – de aproximação e entendimento entre os povos, no respeito pelos princípios da independência nacional, dos direitos do homem, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, da cooperação entre todos os povos do mundo para a emancipação e o progresso da humanidade, para a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, pelo desarmamento geral, simultâneo e controlado, pela criação de uma ordem internacional que assegure a paz e a justiça nas relações entre os povos.

Estes são objectivos a que não devem ser alheias as universidades portuguesas, e particularmente a Universidade de Coimbra, uma vez que se trata de objectivos a que se encontra vinculada, nos termos constitucionais, a República Portuguesa.

Pois bem. Ao receber hoje entre os seus Doutores aquele que é o lídimo representante do povo brasileiro, a Universidade de Coimbra está a respeitar esse imperativo constitucional e moral, simbolizando esta sessão soleníssima o reencontro feliz de dois povos que souberam conquistar a sua liberdade.

Dir-se-á, porventura, não fazer sentido pretender eu que o Acto que aqui nos congregou é importante pela contribuição que pode dar para uma aproximação mais real entre o povo português e o povo brasileiro. E isto porque, mais do que próximos, os nossos dois povos são povos irmãos. E é verdade: somos povos irmãos. Mas também é verdade que a tão falada comunidade luso-brasileira tem sido em grande parte mera flor de retórica para enfeitar discursos de circunstância.

A comunidade autêntica que gostaríamos de ver concretizada no dia a dia das nossas vidas colectivas dispensará o selo e a linguagem tabeliônica dos tratados. Ela existe no sentimento dos dois povos que o Atlântico une, ganha a sua autenticidade na autenticidade da própria história, nos laços de sangue, na matriz cultural comum. Ela tem a servi-la esse património inestimável que é a língua portuguesa, a língua de Camões e de Vieira; de Eça, de Ferreira de Castro e de Aquilino; a língua de Castro Alves e de Machado de Assis; de Graciliano, de Guimarães Rosa e de Lins do Rego; e de Torga; e de Jorge Amado; e de Mello Neto; e de José Gomes Ferreira – Língua que é também a de Baltazar Lopes, a de Amílcar Cabral e a de Agostinho Neto.

Mas é necessário que haja vontade política para traduzir em comportamentos racionais aquilo que vai nos corações de todos nós. Esta cerimónia só ganhará sentido, só ultrapassará o carácter de mera exibição de ritos antigos, por mais solene e significativa que seja a sua liturgia, se dela resultar algum contributo capaz de despertar nos responsáveis políticos dos nossos dois países a consciência de que é imperioso aproximar efectivamente Portugal e o Brasil. No plano económico, decerto. Mas, *sobretudo*, no domínio da ciência, da arte e da cultura. E as universidades têm aqui uma palavra a dizer.

Sei bem, como o nosso épico, que «qualquer grande esperança é grande engano». Mas direi também, usando de novo as palavras do Poeta, que estamos fartos de ver “ (...) quantos enganamentos/Faz o tempo às esperanças”...

A Universidade de Coimbra encontra-se há séculos intimamente ligada à vida e à cultura da Pátria irmã do Brasil. Fundada por um rei “plantador de naus” – de cuja plantação saíam as naus que dois séculos mais tarde pela vez primeira aportaram à ‘ilha’ de Vera Cruz –, desta outra árvore ‘plantada’ pelo nosso rei lavrador partiram também alguns ‘rebentos’ que se contam entre os maiores da história brasileira. De Coimbra partiram Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. Na Faculdade de Direito de Coimbra licenciou-se, doutorou-se e ensinou José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos mais destacados obreiros da independência da Pátria brasileira. Daqui partiram muitos outros dos que ajudaram a transformar a «ilha» descoberta em 1500 no grande continente que é hoje a nação brasileira.

E ao virdes aqui neste dia pedir que vos seja concedido o grau de Doutor, que a nossa tradição consagra como “a maior dignidade da República das Letras”, quereis por certo, Senhor Presidente Tancredo Neves – como já o fizeram antes de vós os Presidentes Café Filho e Kubitschek de Oliveira –, homenagear e honrar esses ‘plantadores de naus’ e construtores de pátrias, honrando e homenageando esta nossa Universidade.

E, ao receber-vos hoje aqui como quem recebe um filho que regressa a casa, a Universidade de Coimbra está sem dúvida a recordar e a celebrar os feitos e “obras valerosas” dos milhões de portugueses que desde 1500 partiram para terras de Vera Cruz e por lá ficaram entregues à tarefa exaltante e à luta diária que tem sido e continua a ser a de construir esse grande País que é o vosso e nosso Brasil.

Ao honrar o nosso hóspede de hoje, Senhor Vice-Reitor e queridos colegas, a Universidade de Coimbra está afinal a honrar a nossa própria história – história de grandezas e misérias, que umas e outras temos de assumir por igual –, a história de um povo que, no afã de “dar novos mundos ao mundo” e de construir novas pátrias, se terá esquecido da tarefa indeclinável e inalienável de consolidar e engrandecer a sua própria Pátria. Por isso, encerrado o império, eis que nos encontramos “aqui, onde o mar se acabou e a terra espera” (para usar as palavras

de José Saramago), um tanto desorientados talvez, perdidos no meio das dificuldades acrescentadas deste tempo de crise, mas esperançados em que saberemos construir para todos os portugueses um futuro digno da nossa história de povo civilizado.

Ao honrarmos o homem que os brasileiros escolheram para ser o primeiro de entre eles na hora em que se aprestam para iniciar mais uma etapa da sua gesta colectiva, apostados em construir uma *República Nova*, estamos a honrar, acima de tudo, os milhões de brasileiros que por todo o Brasil o aplaudiram e acarinharam, que com ele lutaram pela liberdade e pela democracia, que o impuseram como Presidente legítimo do Brasil.

Mas de entre todos os brasileiros a quem desta forma oferecemos a nossa solidariedade fraterna eu destacaria, Senhor Presidente, os milhões de *Severinos* que continuam a morrer no Brasil “de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte,/ de fome um pouco por dia”, como dizem os versos ternos de João Cabral de Mello Neto. E deixaria uma palavra especial de muito amor para os milhões de meninos do seu País que, como os *Capitães da Areia* do livro de Jorge Amado, “vestidos de farrapos, sujos, semiesfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, são, em verdade, os donos da cidade, os que a conhecem totalmente, os que totalmente a amam.” Os que um dia hão-de construir a cidade, acrescentaria eu.

Com eles e por eles vale a pena lutar e vencer. E Vossa Excelência, senhor Presidente Tancredo Neves, lutou e venceu. Que em Maio de 1988, quando comemardes um século sobre a abolição da escravatura no vosso País, possais ter lançado as bases para que nenhuma outra ‘escravatura’ subsista em terras brasileiras. Este o voto que aqui formulo, com a clara consciência de que não são fáceis de resolver os problemas que se vos deparam. “Substituir as rodas do trem em plena marcha” – assim resumiu a situação, em estudo recente, um economista e universitário brasileiro que muito admiro, Celso Furtado. Mas penso igualmente que ele tem razão quando diz que “o essencial (...) é recuperar a liberdade de acção, assumir a plena responsabilidade pelos destinos do País.” Ora a mudança que a eleição de Vossa Excelência anuncia significa isso mesmo: o povo brasileiro recuperou a liberdade de acção e assumiu a responsabilidade pelos destinos do País!

Por todas as razões que Vossa Excelência conhece muito melhor do que eu, o Brasil vive uma hora de preocupação. Mas esta é também uma hora de júbilo, porque está a chegar ao fim uma noite que já leva mais de vinte anos. Esta é, sobretudo, uma hora de esperança, uma esperança que Vossa Excelência encarna. Esperança que nasce da consciência de que –como escreveu Darcy Ribeiro, há pouco citado – “o atraso e a pobreza não são factos naturais e necessários e só persistem porque são lucrativos para certos grupos internos e externos.” O povo brasileiro que o escolheu para seu Presidente dar-lhe-á a força indispensável para vencer os obstáculos e as resistências, para transformar em realidade a profecia da canção de Chico Buarque: “Amanhã há-de ser/ Outro dia.” Tenho a certeza disso, Senhor Presidente: amanhã há-de ser outro dia para o povo brasileiro. Porque ninguém o vai proibir “Quando o galo insistir/ Em cantar/ Água nova brotando/ E a gente se amando/ Sem parar.”

Quisemos acolhê-lo festivamente como um dos nossos, para lhe testemunhar, Senhor Presidente Tancredo Neves, o nosso desejo de partilhar consigo e com o povo brasileiro a sua preocupação, o seu júbilo e a sua esperança. Este é, se bem o interpreto, o significado mais profundo desta cerimónia soleníssima. Esperamos ansiosamente chegar o momento de vir ocupar o seu lugar nos cadeirais para podermos trocar os abraços de paz e fraternidade a que o ritual não retira antes acrescenta calor humano.

Senhor Vice-Reitor

Os méritos pessoais, a autoridade moral e a representatividade do doutorando bastariam para que fosse afirmativa a resposta de Vossa Excelência ao pedido formulado pelo Senhor Tancredo de Almeida Neves. Seriam, pois, dispensáveis as minhas toscas palavras de elogio. Mas a consciência de que elas não fariam falta nesta cerimónia mais se firma em mim pelo facto de Tancredo Neves se fazer acompanhar neste Acto Solene de um abonador tão qualificado como é o Doutor Rui de Alarcão, professor ilustre da nossa Faculdade de Direito e Reitor da Universidade de Coimbra. O respeito e a consideração de que goza junto dos seus pares, o prestígio e a autoridade que vem granjeando junto de toda a comunidade universitária fazem dele

o melhor garante de que bem andou a minha Faculdade quando resolveu propor a concessão do grau de Doutor *Honoris Causa* a Tancredo Neves.

Cabe ao meu colega Doutor Guilherme de Oliveira dizer nesta sessão – e ele o dirá muito melhor do que eu seria capaz de dizer – das qualidades que fazem de Vossa Excelência, Senhor Doutor Rui de Alarcão, um cidadão respeitado, um professor prestigiado, o Reitor eleito pelos professores, estudantes e funcionários da sua Universidade. E nada acrescentariam ao seu prestígio e à sua autoridade de Professor e de Reitor ou à consideração e respeito que todos lhe devotam as palavras que eu aqui dissesse para realçar os seus méritos. Limito-me, por isso, a aproveitar esta oportunidade para lhe testemunhar, como seu antigo aluno – e, desde então, seu amigo e admirador –, a alegria que sinto ao vê-lo nesta cerimónia a apadrinhar o ilustre doutorando cujos merecimentos tive a honra de apresentar perante o claustro universitário aqui reunido. Ao abonar, como Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, o doutorando Tancredo Neves, Vossa Excelência ofereceu-lhe automaticamente o apoio entusiástico de toda a Congregação dos Doutores. E como poderia Vossa Excelência, e como poderíamos nós, sem negar a nossa própria história, deixar de apadrinhar o representante legítimo do povo irmão do Brasil quando ele se dirige à Universidade de Coimbra a solicitar que o receba como um dos seus Doutores?

Senhor Vice-Reitor

Termino, que já vai longa esta fala.

Para cumprir inteiramente o mandato com que me honrou a minha Faculdade, resta-me solicitar-lhe que imponha as insígnias doutorais ao senhor Tancredo de Almeida Neves. Creio sinceramente que, fazendo-o – e estou certo de que jubilosamente o fará –, Vossa Excelência praticará não só um acto de justiça para com o doutorando, mas também um gesto de fraterna amizade e de solidariedade total com o povo brasileiro aqui presente na pessoa ilustre do seu Presidente eleito.

**ELOGIO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA JORGE
SAMPAIO, APRESENTANTE DO DOUTOR ANTÓNIO
MASCARENHAS MONTEIRO NA CERIMÓNIA DO
SEU DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA*
(8 DE JUNHO DE 2000)
(*BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO, VOL. LXXVI,
2000, 629-646*)**

*Magnífico Reitor
Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhor Presidente do Tribunal Constitucional
Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades de Cabo Verde
Senhor Secretário de Estado da Cooperação
Senhores Embaixadores
Senhores Reitores
Excelentíssimas Autoridades
Senhor Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra
Sapientíssimos Doutores
Senhores Assistentes e Investigadores
Queridos Estudantes
Senhores Funcionários
Minhas Senhoras e Meus Senhores*

Reúne-se hoje a Congregação dos Doutores da Universidade de Coimbra nesta Sala dos Actos Solenes para a cerimónia de consagração de um novo Doutor, a mais solene, a mais simbólica e significativa das cerimónias universitárias, porque nela se concede “a maior dignidade da República das Letras”, como dizem os Estatutos Pombalinos.

Manda a tradição universitária que ela comporte, além do mais, duas orações, uma em louvor do doutorando, outra em louvor do seu apresentante.

Coube ao meu Colega Doutor Gomes Canotilho fazer ver o merecimento do doutorando, o que fez com o brilho que lhe é habitual. Cabe-me a mim pôr em relevo o merecimento do apresentante, o que procurarei fazer com a serenidade e a seriedade que convêm a este lugar e a este auditório. Faço-o com muita honra e com muita alegria, alegria só toldada pelo temor de não estar à altura da responsabilidade que livremente assumi. Consciente de que outros poderiam fazê-lo com mais “engenho e arte” do que eu, aceitei esta missão por uma única e decisiva razão: ela foi-me cometida pela minha Faculdade.

Senhor Presidente da República de Cabo Verde

Senhor Presidente da República Portuguesa

Esta cerimónia, com os protagonistas que lhe dão sentido, só é possível porque, durante os anos de chumbo do fascismo e do colonialismo, houve quem lutasse contra estas duas desgraças que os portugueses partilharam com os povos irmãos de África. Vossas Excelências estão entre os obreiros da libertação dos nossos povos e só por isso reúnem todos os títulos para aqui estarem.

O Senhor Dr. António Mascarenhas Monteiro foi aluno da Universidade de Coimbra e da sua Faculdade de Direito e honra-se de ser aluno da Faculdade de Direito de Coimbra. A nossa Faculdade honra-se de o contar entre os seus antigos alunos. E, honrando-o agora com a concessão do mais alto galardão universitário, honra-se a si própria, por saber reconhecer os elevados méritos de alguém que, afirmando os seus créditos como intelectual, como magistrado, como político e como Chefe de Estado, acrescentou o prestígio da sua Faculdade e da sua Universidade.

Senhor Presidente Mascarenhas Monteiro

Os nossos dois povos partilham, para o bem e para o mal, séculos de uma história comum que ninguém pode apagar. Porque a história — a história vivida pelos povos, não a história feita pelos historiadores — não se reescreve, e creio que não fará muito sentido formularmos sobre

ela juízos de valor. Vale a pena, isso sim, conhecê-la, guardar a memória dela e tirar dela as lições adequadas para o nosso tempo.

Hoje somos dois povos livres que nos relacionamos de igual para igual, falando a mesma língua. Vossa Excelência representa aqui um povo que, como o povo português, é fruto do encontro de muitos povos e de muitas culturas, um povo atlântico e um povo emigrante. Somos ambos povos habituados a sofrer “estes males da ausência inconsolados” de que falava, há um século, o poeta caboverdiano Eugénio Tavares. É o preço desta “nossa sina [de] não caber no berço.” (Miguel Torga)

No número de Novembro de 1962, o poeta Onésimo Silveira publicava, na revista *Mensagem* (órgão da *Casa dos Estudantes do Império*, que, ironicamente, era a Casa dos que lutavam contra o Império...), um poema em que reclamava:

“O povo das ilhas quer um poema diferente
Para o povo das ilhas(...)
Um poema com seiva nascendo no coração da ORIGEM
Um poema com batuque e tchabita e badias de Santa Catarina
Um poema com saracoteio d’ancas e gargalhadas de marfim!”

Esse poema escreveram-no todos os dias, ao longo de longos anos, os que, de muitas formas, letrados ou analfabetos, foram erguendo a identidade caboverdiana. Esse poema concluiu-o o povo de Cabo Verde quando conquistou e pôs de pé a sua independência como Estado soberano. Vossa Excelência, Senhor Presidente Mascarenhas Monteiro, foi um dos poetas que escreveram esse *poema diferente para o povo das ilhas*. Permita-me que o saúde fraternalmente e que, na sua pessoa, saúde, comovidamente e com uma enorme alegria, os estudantes caboverdianos da Universidade de Coimbra, em especial os da Faculdade de Direito, e, com eles, todos os caboverdianos “pelo mundo em pedaços repartidos”, como se eles estivessem aqui presentes, sentados nessa mesma cadeira em que Vossa Excelência se senta.

Para cumprir os preceitos desta cerimónia, o Senhor António Mascarenhas Monteiro não veio sozinho. Seguindo o conselho do poeta, *trouxe um amigo*

também. E esse Amigo é o Dr. Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa. Um Amigo que, nesta qualidade — estou certo que não por acaso —, escolheu Cabo Verde para a sua primeira visita oficial fora de Portugal (em Maio de 1996).

Vossa Excelência trouxe um Amigo de Cabo Verde. Mas trouxe também um Amigo da Universidade de Coimbra e da sua Faculdade de Direito. Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Jorge Sampaio não esconde a consideração e o respeito que tem pela Faculdade de Direito de Coimbra. Quanto à Universidade de Coimbra, bastará recordar que, com a presença nesta cerimónia, o Presidente Jorge Sampaio, nos quatro anos e pouco do seu mandato, visitou a nossa Universidade treze vezes, para participar em iniciativas ligadas à vida universitária. Isto mostra, creio eu, o dinamismo da Universidade de Coimbra, que justifica a presença, tão frequente, do Presidente da República. Mas mostra também a atenção e o carinho que este Presidente da República dedica à Universidade de Coimbra. Por isso lhe estamos gratos, Senhor Presidente.

Magnífico Reitor
Senhoras Doutoradas e Senhores Doutores

Cabe-me, como já disse, fazer valer, perante vós, o merecimento do Presidente Jorge Sampaio, apresentante do doutorando, enquanto garante de que os méritos deste último justificam que lhe seja concedida a láurea doutoral.

Tarefa fácil a minha, dir-se-á. Porque os méritos do Presidente Jorge Sampaio, são muitos e por demais conhecidos, não carecendo que eu os torne evidentes, nem correndo o risco de saírem ofuscados pela pobreza das minhas palavras.

É verdade isto. Mas também é verdade que não me consente a honra que, nesta emergência, eu me limite a oferecer o 'merecimento dos autos'. Devo, pois, cumprir honradamente a minha missão. E ela não é fácil para mim, nem no plano pessoal nem no plano institucional.

No plano pessoal, porque é sempre delicado fazer o elogio de um amigo que conheço e admiro desde o início da década de sessenta:

poderão alguns pensar que o elogio é filho da amizade de quem o faz, e não tem que ver com as qualidades de quem se elogia.

No plano institucional, porque se trata de elogiar um Presidente da República em exercício de funções e a tradição da nossa Casa — em nome da qual aqui intervenho — é avessa ao culto dos poderes estabelecidos.

Fazer o elogio de um político numa cerimónia como esta não é fazer um exame dos seus actos e das suas ideias e sobre eles formular um juízo crítico, de concordância ou de discordância. Quando esse político é um Chefe de Estado, fazer o seu elogio não pode significar fazer o balanço do seu mandato, para valorizar o que se julga positivo e censurar o que o orador considera negativo.

Ninguém espere, pois, que eu venha aqui fazer o que acabo de considerar inadequado a este tempo, a este lugar e a esta circunstância.

A actividade política é a forma mais acabada de exercício da cidadania e deve ser valorizada, independentemente de concordarmos ou não com as opções de cada político, desde que este se movimente no quadro dos valores democráticos, no respeito pela dignidade humana.

É este, sem dúvida, o caso de Jorge Sampaio, que encontrou cedo o sentido da sua vida e que de há muito *vem sendo o que pretende ser* (parafraseando o título que deu a um livro que publicou em 1991, “A Festa de um Sonho”). Por isso, Jorge Sampaio pode sentir o conforto moral e intelectual de quem se mantém, pela vida fora, igual a si próprio. Por isso ele pode adoptar, como Presidente da República, a regra de comportamento que diz ser a sua e que a mim me parece a única condizente com o respeito que devemos a nós próprios e aos nossos semelhantes, se não queremos reduzir a política a um risível espectáculo de máscaras: “Sê como és e sempre foste; vai fazendo o teu caminho, tentando todos os dias perceber o que de novo se passa à tua volta.”

Pois bem. Nesta minha fala ocupar-me-ei do político de valores e de causas (muito mais do que do homem de poder), do intelectual que tem uma “visão cultural da política”, do Presidente que se quer “próximo das pessoas”, que não se esconde por detrás das máscaras, que é capaz da autenticidade de uma lágrima, mesmo nos momentos mais solenes.

Eis o caminho que vos proponho: tentar acompanhar a viagem deste homem pelo nosso tempo, tentar observar com ele aquilo que de novo se vem passando à nossa volta e tentar compreender as ideias e os valores por que se tem batido.

Com frequência ouvem-se nesta Sala orações de grande elevação filosófica e de grande qualidade literária. Mas eu não sou filósofo, nem poeta, nem artista. Permitam, pois, que este orador invoque o poeta Mário Dionísio e os versos da *Arte Poética* em que diz que “a poesia está na vida / (...) a poesia está em tudo quanto vive / (...) a poesia está na luta dos homens.” E deixem-me ainda desculpar a minha prosa sem enfeites com apoio em outro texto do mesmo autor, escrito na *Seara Nova*, em Maio de 1945: “Se alguém me perguntar qual é o mais belo, mais prático, mais humano tema para um poeta neste momento, eu lhe responderei sem hesitações: eleições livres, eleições livres, eleições livres!”

Vamos, pois, na prosa descolorida deste prosaico prosador, falar da luta deste homem e da *luta dos homens* (afinal, é nela que está a poesia...) desde o tempo em que não havia *eleições livres* até este tempo de hoje, em que, apesar de termos eleições livres, não somos ainda plenamente livres. Porque a liberdade só é digna desse nome, como Jorge Sampaio faz questão de salientar, quando estiver garantida “a existência de condições económicas, de saúde, de educação e de cultura que permitam uma participação de todos na sociedade.”

Enquanto estudante, Jorge Sampaio foi Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1960/61) e, em 1961/62, Secretário-Geral da Reunião Inter Associações Académicas (RIA), tendo assumido destacado protagonismo no contexto da chamada crise académica de 1961/62.

Concluída a licenciatura em Direito, iniciou de imediato a sua carreira de advogado, na qual atingiu uma posição de raro prestígio, justificando a sua eleição para funções directivas na respectiva Ordem.

O advogado Jorge Sampaio destacou-se na defesa de vários presos políticos e continuou a sua luta contra o obscurantismo, contra a universidade “serventuária da ditadura”, pela liberdade de ensino e de

investigação, por uma cultura democrática, pelo progresso das ideias e pelo desenvolvimento do nosso País.

Intervindo como advogado ao lado de outros Colegas em defesa de um estudante expulso de todas as universidades portuguesas por um período de três anos, Jorge Sampaio e os seus Colegas — Francisco Salgado Zenha e Jorge Santos, também eles dirigentes associativos e combatentes da liberdade — zurziram o salazarismo, porque ele oprimia os estudantes e oprimia Portugal inteiro.

As Associações de Estudantes constituíam então “baluartes de propaganda e de actividade anti-governamentais.” Quem o disse — por uma vez com razão — foi Francisco Leite Pinto, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, que interveio no processo como testemunha de acusação do estudante expulso, o mesmo Leite Pinto que, nas declarações que então prestou, acusava os estudantes portugueses e as suas Associações de utilizarem — vejam só! — “métodos conhecidos e catalogados numa já vasta bibliografia que respeita à guerra fria, à guerra oculta, à actividade guerrilheira e à guerra psicológica (...), explorando os slogans *solidariedade académica, autonomia universitária, liberdade, ditadura, fascismo, estados policiais*, etc., etc.” O advogado Jorge Sampaio esteve, é claro, ao lado de quem cometeu estes nefandos ‘crimes’ contra todos os inquisidores ao serviço do estado totalitário.

Foram tempos difíceis esses, em que tive o gosto de conhecer Jorge Sampaio. Nesse “imundo tempo carcerário”, “neste país extenuado e exposto”, “neste país de salto e sobressalto”, “neste país a sangue e saque”, nesta “pátria fria”, iniciou Jorge Sampaio a sua acção como resistente anti-fascista. Acabei de citar versos do Doutor Orlando de Carvalho: porque ele foi um poeta de primeira água e a beleza dos seus versos ajuda a amenizar a rudeza da minha prosa; mas, sobretudo, porque o quis trazer para junto de nós — a ele que foi um dos grandes mestres de cidadania da nossa geração de estudantes —, nesta cerimónia onde ele gostaria muito de estar e onde nós tanto gostaríamos de o ver.

Como o Presidente Jorge Sampaio tem recordado, a sua geração — que é também a do Presidente Mascarenhas Monteiro, a do Doutor Gomes Canotilho e a minha — foi marcada pela guerra colonial.

Todos os que não estávamos do lado dos colonialistas vivemos a angústia da mobilização para uma guerra que não era a nossa; muitos equacionaram a hipótese de deserção; muitos resolveram desertar e partir para o exílio; todos assistimos à morte, à mutilação ou à destruição psicológica de amigos nossos; todos vimos partir para a guerrilha muitos amigos e colegas vindos das colónias; todos sofremos o desespero do silêncio que nos era imposto nesta “pátria lugar de exílio” (Daniel Filipe); todos sofremos com o sofrimento dos povos em luta; todos quisemos fazer algo para acabar com a guerra; todos quisemos ajudar os povos irmãos das colónias a conquistar a sua liberdade; todos chorámos “lágrimas de guerra” (para usar as palavras que dão título a um livro-testemunho de um querido colega e amigo, Mário Brochado Coelho).

Nesse tempo da “esperança agredida”, “aprendemos a lavar o tempo / a não dormir sobre os manuais / e as definições”, como dizem, tão bem, os versos do José Manuel Mendes. Assim se foram abrindo os caminhos que conduziram a Abril e ao fim do pesadelo. E Jorge Sampaio foi dos que caminhou este caminho, ajudando a abri-lo. Em 1969, assinalou mais uma vez o seu lugar na resistência anti-fascista, apresentando-se como candidato a deputado à Assembleia Nacional, integrado nas listas da CDE. Como ele próprio sublinha, a miragem da chamada abertura marcelista não o iludiu, tendo sempre recusado qualquer tipo de compromisso com essa nova cara do salazarismo.

Por essa altura e até à Revolução de Abril, Jorge Sampaio desenvolveu uma permanente actividade política e intelectual, que transparece na sua participação no movimento cine-clubista, na Pragma, na Sedes e na sua colaboração com a *Seara Nova*, o *República*, *O Tempo e o Modo*.

Chegado o tempo dos cravos, continua a desenvolver intenso trabalho político, tendo estado ligado à criação do *Movimento de Esquerda Socialista (MES)* e da *Intervenção Socialista*. Em Março de 1975 é nomeado Secretário de Estado da Cooperação Externa, no IV Governo Provisório. Em 1978, adere ao Partido Socialista, partido de que chegou a ser Secretário-Geral (de 1989 a 1991).

Várias vezes eleito Deputado a partir de 1979, Jorge Sampaio foi Presidente do Grupo Parlamentar do PS (1987/88) e foi, de 1979 a 1984,

membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem no Conselho da Europa, onde marcou posição de relevo na defesa dos Direitos Fundamentais e de uma aplicação mais dinâmica e progressista dos princípios constantes da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Por eleição da Assembleia da República, integrou o Conselho de Estado.

Em 1989 concorreu à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, à frente de uma Coligação de partidos e forças de esquerda. Eleito em 1989, viria a ser reeleito em 1993. Enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio foi Presidente da União das Cidades de Língua Portuguesa (de 1990 a 1995), Presidente do Movimento das Eurocidades (1990), Presidente da Federação Mundial das Cidades Unidas (1992) e Vice-Presidente da União das Cidades Ibero-Americanas (1990).

Em Janeiro de 1996 foi eleito, logo à primeira volta, Presidente da República Portuguesa, cargo em que foi investido em 9 de Março de 1996.

Magnífico Reitor

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Logo no discurso que se seguiu ao juramento solene como Presidente da República, Jorge Sampaio garantiu que seria um Presidente “próximo das pessoas”. E assim tem sido, percorrendo o País, falando olhos nos olhos com os portugueses, pretendendo ser apenas mais um entre eles. “Com tudo isso aprendi e emocionei-me”, confessa o Presidente.

Esta é a atitude esperada de quem entende que a política não pode “ficar à porta das coisas” e faz questão de “ver as coisas por dentro”; de quem entende que a política não pode assumir-se como uma “táctica de conquista ou de conservação do poder”, antes deve estar ao serviço de “ideias e de causas claramente assumidas”, ciente de que “o fim das certezas definitivas” não pode justificar o abandono das nossas convicções ou a renúncia a lutar por elas. O Presidente da República — afirma Jorge Sampaio — deve ser um “referencial de valores morais e culturais”.

Desde o início do seu mandato, deixou claro que, para ele, “não há portugueses dispensáveis”, e que considera essa uma “ideia intolerável”. E deixou claro também que é preciso estarmos abertos o todas as

soluções, porque não há nem pode haver uma só verdade e um só caminho. Jorge Sampaio diz NÃO aos que insistem sempre no fado estafado de que “é preciso adaptarmo-nos”, “como se não houvesse escolhas, nem alternativas: como se só houvesse uma solução possível”. “As ideias de ponderação, de tolerância, de ductilidade ou de compromisso são mais sinais de prudência e sageza que sintoma de fraqueza ou de renúncia à prossecução de ideais”, esclarece o Presidente.

Senhor Presidente Jorge Sampaio

Neste proclamado tempo do *fim da história*, neste tempo de *pensamento único*, é importante que Vossa Excelência convoque os portugueses a rejeitar as soluções *pronto-a-usar*, as soluções únicas, as soluções sem alternativa, as ‘soluções irrecusáveis’. Só esta filosofia de inconformismo, só esta vontade de lutar todos os dias pelos valores e pelas causas em que acreditamos pode alimentar a nossa confiança numa vida melhor e a nossa capacidade de a construir.

Vossa Excelência tem chamado os portugueses a romper com “as rotinas, a passividade, o fatalismo, a inércia, a falta de ambição”, tem-nos estimulado a acreditar em que “não nos falta determinação e coragem”, em que “temos energia, iniciativa, criatividade, imaginação, ousadia”. Tem insistido em que o patriotismo autêntico consiste em trabalhar para “a valorização dos portugueses e para a afirmação da nossa cultura, da língua, do património e dos recursos naturais”.

Quer o Presidente dizer que o nosso caminho há-de ser feito por todos — *não há portugueses dispensáveis!* —, com a coragem patriótica de acreditarmos nas nossas capacidades para trabalhar e para trabalhar bem, fazendo-o “com entusiasmo e esperança, valorizando o que é novo, premiando o risco e o êxito”.

Porque defende que “o Presidente não é um semeador de ilusões”, assume a atitude pedagógica de afirmar que “o Presidente tem o dever de dizer que é difícil”, tem o dever de não “contemporizar com as soluções mais fáceis”. Como no poema de Régio, Jorge Sampaio sempre tem dito aos portugueses que *não amem o que é fácil*, que *amem o Longe e a Miragem*.

Porque é um democrata que acredita na democracia, Jorge Sampaio assume que *não é dramático ter problemas em democracia* (“só os regimes totalitários não têm problemas, porque os escondem”). E repete sempre que, perante as dificuldades, só há uma resposta possível: “não desistir nunca”!

Porque a democracia nunca é uma conquista irreversível e nunca está realizada, esta atitude permanente, a um tempo *realista* — porque não esconde as dificuldades — e *optimista* — porque afirma a confiança nas pessoas e nos povos —, é fundamental para que, em democracia, possamos ultrapassar os graves problemas que se nos deparam, todos polarizados num só: a *exclusão social* crescente, assustadoramente crescente, ao ritmo frenético da evolução científica e tecnológica das últimas décadas.

Mil vezes o Presidente Jorge Sampaio tem acentuado que “a unidade nacional exige coesão nacional”. Por isso mesmo, mil vezes tem dito que não podemos continuar a admitir “as desigualdades regionais mais gritantes e injustas”, “a desertificação do interior”, “a ‘folclorização’ do mundo rural”.

Não pode estar mais de acordo com Vossa Excelência este cidadão oriundo de uma pequena e pobre cidade da Beira Alta.

Não pode estar mais de acordo com Vossa Excelência alguém que vive em Coimbra há quarenta e cinco anos e que há mais de quarenta está ligado, como estudante e como professor, à Universidade de Coimbra, sabendo bem quanto Coimbra e a sua região têm sido desvalorizadas e desfavorecidas no contexto nacional, sabendo bem quanto a própria Universidade de Coimbra tem sido secundarizada e ‘folclorizada’ ela também, apesar do enorme *capital de prestígio* que ela representa, que pertence ao País e que o País não tem querido e não tem sabido respeitar e valorizar.

Deixe-me repetir consigo, Senhor Presidente, que *a coesão social é factor essencial da unidade nacional*. Fiel ao seu entendimento da democracia, tem Vossa Excelência defendido que os *direitos sociais* e os *direitos políticos* têm que ser colocados no mesmo plano, porque sem direitos políticos não há direitos sociais, mas sem direitos sociais não há direitos políticos. É preciso, por isso, que a democracia garanta a todos o exercício efectivo dos direitos sociais.

Perante este desafio, Jorge Sampaio tem proclamado a sua convicção de que não podemos confiar em automatismos económicos e tecnológicos

para resolver os problemas do desemprego, da precariedade, do analfabetismo, da pobreza, da exclusão social. “Eles são problemas políticos — diz o Presidente — e têm de ser encarados como tal”!

Rejeitando sempre uma visão imediatista e conjuntural, o Presidente da República tem dito aos portugueses não aceitar que “a flexibilização crescente dos mercados de trabalho e o aumento das desigualdades sociais” constituam solução eficaz (e muito menos aceitável) para garantir a competitividade das nossas empresas, e, a partir dela, a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Recusando que a globalização da economia possa anular o papel e a responsabilidade dos estados nacionais e dispensar as políticas públicas, Sampaio contrapõe à “redução do Estado” a “reforma do Estado”, porque entende que as políticas activas promotoras do desenvolvimento sustentado e da justiça social não são compatíveis com a “lógica do Estado mínimo”. E não se esquece de avisar que “as disfunções da economia de mercado, com o desemprego de massa e a reprodução de fenómenos de exclusão, estão a pôr à prova os limites de tolerância dos nossos regimes democráticos”.

O Presidente da República tem-nos recordado a elevada percentagem dos jovens portugueses que não cumprem a escolaridade obrigatória. Tem posto a nú a realidade marcada por baixíssimos níveis de alfabetização, que tornam uma grande parte dos portugueses incapazes de seleccionar a informação, de interpretar um texto, de fundamentar uma argumentação consistente, i. é., não qualificados, como trabalhadores e como empresários, para corresponder às exigências da tecnologia moderna.

Creio que, na sequência da adesão às Comunidades Europeias, deveríamos ter dado prioridade absoluta às ‘auto-estradas’ da educação, da formação profissional, da investigação científica e tecnológica. Não fomos capazes de fazer deste projecto um projecto nacional, diria mesmo patriótico. Só assim se compreende, Senhor Presidente da República, que Vossa Excelência tenha sentido a necessidade de organizar, em Janeiro de 1998, uma *Semana da Educação* “para que cada um tome consciência da importância social da educação”. São palavras suas, Senhor Presidente, dramaticamente significativas.

Ainda bem que Vossa Excelência continua a proclamar que a educação é “condição de liberdade”, é “condição de democracia”, é “condição de desenvolvimento”, e continua a afirmar, repetidas vezes — para que ninguém possa dizer que não ouviu —, que “sem um aumento generalizado do acesso ao conhecimento e à informação a sustentabilidade do desenvolvimento é ilusória”.

Como intelectual que confia nas capacidades dos homens de carne e osso, tem Vossa Excelência sublinhado a importância da investigação científica, do conhecimento e do espírito científico como condição indispensável para o livre desenvolvimento do País. Com muita força e muita autenticidade, não se tem cansado de sublinhar que “é tarefa prioritária da modernização” a de “reforçar a componente científica e tecnológica na cultura portuguesa contemporânea e reforçar o acesso às novas tecnologias”.

Tem Vossa Excelência sublinhado, a este propósito, o atraso a que nos condenou, neste domínio como em outros, o obscurantismo salazarista. Tem chamado a atenção para o que se tem feito. Mas tem igualmente lembrado quão pesadas são as responsabilidades do regime democrático neste terreno decisivo para a construção do futuro. O Presidente da República recorda-nos que “a democracia precisa da ciência.” Mas, precisamente por isso, não se esquece de lembrar também que os avanços científicos e tecnológicos devem estar sempre ao serviço do bem-estar dos homens, e não devem ser “condicionados por interesses materiais que os afastem dos seus desígnios mais nobres.”

Senhor Presidente Jorge Sampaio

Não posso, evidentemente, abordar aqui, ainda que ao de leve, todas as grandes questões que têm suscitado a sua reflexão de cidadão, de jurista e de político “preocupado com a dignidade do Homem”. Mas creio que não devo deixar de sublinhar quanto lhe devem as famílias portuguesas, pela persistência e pela sensibilidade com que tem abordado o problema da droga.

Embora o considere, a justo título, “um dos grandes males dos nossos dias”, Vossa Excelência tem tido sempre a preocupação de o “desdramatizar”, para que possamos encará-lo com mais serenidade e com mais

força. Enquanto Presidente da República, tem tomado iniciativas várias a este respeito, tem acarinhado outras, tem participado em muitas sessões em Portugal e no estrangeiro.

A importância que atribui a este problema levou-o a discursar, *faz hoje precisamente dois anos*, na Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, onde fez um apelo a uma nova política social preventiva, que envolva a educação, o apoio familiar, a formação profissional, o emprego, a saúde, o planeamento urbano.

Também aqui vem ao de cima a sua formação humanista e a sua corajosa humildade, como intelectual e como responsável político, ao defender que não tem certezas acerca deste problema tão complexo, a não ser a certeza de que para a sua solução é necessário convocar o saber e a experiência de todos, e de que a guerra necessária contra a droga e contra o narcotráfico não pode transformar-se numa guerra — fácil, mas aberrante — contra os consumidores dependentes da droga, as suas vítimas mais débeis e mais visíveis.

*Magnífico Reitor
Senhoras e Senhores*

Uma outra problemática decisiva para o nosso País tem suscitado a atenção de Jorge Sampaio em termos que vale a pena analisar aqui. Refiro-me à integração europeia.

Deixarei apenas algumas notas sobre o que me parece mais importante nas intervenções do Presidente da República sobre este assunto.

Em primeiro lugar, a ideia de que a União Europeia deve manter-se fiel ao princípio da igualdade entre os estados-membros, preservando a sua natureza de comunidade de estados soberanos.

Em segundo lugar, a afirmação inequívoca de que a razão de ser do *projecto europeu* só pode ser a de “tornar impensável a guerra” entre os Estados da Europa, a de garantir a paz e a democracia aos povos europeus.

Em terceiro lugar, Jorge Sampaio tem recusado todos os projectos que submetam a integração europeia a uma lógica tecnocrática e a critérios

economicistas. Repetidamente, vem afirmando que a Europa integrada tem de ser, acima de tudo, a Europa da educação, a Europa do saber, a Europa da cultura, a Europa que assuma a sua vocação universalista enquanto “projecto de civilização que se funda em princípios e valores”, uma Europa capaz de dizer aos senhores do mundo que o respeito pelos valores do humanismo, da liberdade e da dignidade da pessoa humana exige a “abolição universal da pena de morte”.

Em quarto lugar, o Presidente da República Portuguesa tem insistido na ideia de que não haverá projecto de integração europeia que valha a pena e que possa subsistir se não se levar a sério a dimensão da coesão social e da solidariedade. Tem reclamado a urgência de “retirar a dimensão social europeia do estatuto de inferioridade em que tem estado acantonada” e de a considerar a *primeira prioridade das políticas comunitárias*.

Recusando-se a acompanhar e a dar crédito aos que pretendem atrasar duzentos anos o relógio da história, o Presidente da República tem repetidamente afirmado rejeitar a ideia de que a modernização da economia europeia, o reforço da competitividade das empresas, a promoção do emprego e a consolidação do desenvolvimento passam pela redução ou eliminação dos direitos sociais dos trabalhadores. Tal solução contrária, a seu ver, todo o sentido da história da Europa nos últimos dois séculos, assente na “ligação entre o bem-estar social dos cidadãos e o desenvolvimento económico”. Na sua óptica, tal solução é “insustentável nas sociedades democráticas que constituem a União Europeia”. Importa, por isso, recomenda Jorge Sampaio, que se coloque de imediato e abertamente na agenda da política europeia a construção de um autêntico “estado europeu de bem-estar”.

Em quinto lugar, o Presidente da República tem defendido que o nosso País não pode colocar-se, perante o processo da construção europeia, numa “posição passiva ou conformista”, devendo adoptar sempre a sua “visão própria, orientada pela natureza e especificidade dos seus interesses estratégicos”, não podendo resignar-se, nomeadamente, a uma redução dos fundos estruturais, aos efeitos perversos da PAC, às consequências negativas dos acordos comunitários multilaterais.

Magnífico Reitor
Senhoras Doutoradas e Senhores Doutores

Num momento particularmente difícil da história da Europa do após-guerra, quando os EUA, sob a capa da NATO, intervinham militarmente na Jugoslávia, à margem do direito internacional, apoiados por uma poderosíssima campanha de intoxicação da opinião pública, Jorge Sampaio defendeu, em conferência proferida na nossa Faculdade de Direito, que “uma actuação política sem Direito pode produzir, no imediato, uma ilusão de eficácia, mas, a prazo, e porque apenas se sustenta na capacidade de imposição do mais forte, gera inevitavelmente novos abusos, novas injustiças e novas desigualdades.”

O que se tem passado no Kosovo e no conjunto da Jugoslávia depois da ‘vitória exemplar’ da NATO, confirma, creio eu, os receios do conferencista. Receios mais que confirmados com o que se passa no Iraque: a pretexto do combate a um ditador (antigo aliado de estimação agora convertido em inimigo público número um), está-se a humilhar todo um povo, está-se a cometer sobre ele, friamente, um autêntico genocídio. Tudo em nome da chamada comunidade internacional. Tudo em completo desrespeito das mais elementares normas do Direito Internacional.

Entretanto, os ditadores mantêm-se no seu posto. Creio, por isso, que Sua Excelência tem razão quando sustenta, como o faz na conferência que há pouco referi, que “a via da realização da justiça no século XXI terá que ser construída no Direito e através do Direito.” E, a esta luz, compreende-se bem que, em entrevista recente, e numa afirmação de grande coragem política e de grande sentido da responsabilidade moral dos políticos, que muito o honram, o Presidente Jorge Sampaio não esconda dos portugueses: apoiar a intervenção no Kosovo “foi uma das coisas mais difíceis da minha vida. “Porque “não há guerras santas”, porque “a guerra é sempre uma coisa horrível.”

Senhor Presidente Jorge Sampaio

Neste tempo que Vossa Excelência caracterizou — e bem, a meu ver — como “tempo de muitas esperanças e também de grandes comple-

xidades”, creio não ser nada fácil o caminho gramsciano de passar do “pessimismo da razão ao optimismo da vontade”. A vontade tem de ser alimentada pela razão se não quer reduzir-se a um puro voluntarismo inconsequente. Acredito firmemente, porém, que, se a razão nos dá cada vez “mais razões para o pessimismo”, ela nos dá também cada vez “mais motivos para a esperança” (Erich Fromm).

Apesar das dificuldades deste mundo ‘globalizado’ e unipolar, creio que todos partilharemos consigo, Senhor Presidente, a antropologia optimista que sempre tem posto ao serviço do seu magistério presidencial.

Magnífico Reitor

Acabo de dizer perante Vossa Excelência e o Claustro Doutoral o que todos já sabíamos: que Jorge Sampaio é um homem que tem dedicado a sua vida ao serviço da coisa pública; que é um advogado prestigiado, que tem prestigiado a sua classe; que é um intelectual comprometido com os valores da cultura, da ciência e do humanismo; que é um cidadão empenhado desde sempre na luta pela liberdade, pela democracia, pela dignidade da pessoa humana; que é um político de ideais e de valores, que tem dignificado a actividade política; que é um Presidente da República que tem honrado o seu mandato e tem honrado Portugal e os portugueses.

Estou certo de que Vossa Excelência me acompanha neste juízo que qualifica ao mais alto nível, segundo os padrões universitários, o padrinho que o Senhor António Manuel Mascarenhas Monteiro ofereceu como abonador e garante dos seus próprios méritos.

Estes foram-nos recordados pelo Doutor Gomes Canotilho e eu não cairei na redundância de acrescentar às suas uma só palavra mais.

Apesar da fraca autoridade de quem agora formula o pedido de que imponha as insígnias doutorais ao Senhor António Mascarenhas Monteiro, não duvido de que o Senhor Reitor o fará —e o fará com pleno júbilo—, por ter a certeza de que se trata de um acto de boa justiça para com o doutorando e de um gesto de fraterna amizade para com o povo irmão de Cabo Verde.

(Página deixada propositadamente em branco)

ELOGIO DO DOUTOR ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS
(9.12.2007)
(BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO, VOL. LXXXIII,
2007, 929-949)

Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhor Reitor da Universidade de Coimbra
Senhor Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito
Senhoras Doutoradas, Senhores Doutores
Senhor Presidente do Tribunal Constitucional
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, representado pelo Senhor
Presidente da Relação de Coimbra
Senhor General Ramalho Eanes
Senhor Doutor Mário Soares
Senhor Ministro da Justiça
Senhor Procurador Geral da República
Senhores Secretários de Estado
Senhores Deputados à Assembleia da República
Senhores Deputados ao Parlamento Europeu
Senhores Reitores Rui de Alarcão e Fernando Rebelo
Senhores Vice-Reitores de outras Universidades Portuguesas
Excelentíssimas Autoridades
Senhores Assistentes e Investigadores
Caros Estudantes
Prezados Funcionários
Senhoras e Senhores

Mais uma vez o Magnífico Reitor convocou o Claustro dos Doutores para a Sala dos Actos Grandes, que se cobre de galas e se enche de cores e de música para acolher esta cerimónia solene de imposição das insígnias doutorais, *honoris causa* desta vez.

Assim se cumpre a tradição, celebrando em festa a chegada de mais um Doutor a quem foram reconhecidos méritos que justificam

lhe tenha sido outorgada a mais alta honraria que a Universidade concede.

Pessoalmente, felicito-me por poder dar o meu contributo – modesto, bem sei – para que a tradição se afirme e reforce o seu simbolismo. O respeito pela tradição não é folclore nem cultura bolorenta, nem se confunde com qualquer atitude saudosista ou com qualquer culto lamechas do passado. O respeito pela tradição, quer se trate de pessoas, de grupos sociais ou de instituições, representa, a meu ver, a preservação da memória. E esta é fundamental para não perdermos a perspectiva da história, a perspectiva da nossa própria história individual e, sobretudo, da história da comunidade em que nos inserimos. É essencial para sabermos quem somos, de onde vimos e para onde vamos. É a única forma de garantir a capacidade de cada um modelar a sua própria vida e ajudar a transformar o mundo e a vida dos homens.

Se rejeitarmos ou ignorarmos a nossa história como Instituição, dificilmente poderemos compreender o que somos hoje e certamente não seremos capazes de planear e de construir o futuro. E a história não é divisível, nem dela poderemos receber os dias de esplendor, recusando-nos a aceitar as noites de trevas. Temos de assumir a nossa história por inteiro, nas suas grandezas e nas suas misérias, que de umas e outras se compõe toda a humana história. E nenhum sentido tem fazer juízos morais sobre a história. Devemos conhecê-la e estudá-la, para tentar evitar a repetição de erros passados.

No que toca à Universidade de Coimbra, a tradição é um factor de identidade, é o alimento da nossa coesão, da nossa capacidade de afirmação, da nossa força para construir o futuro. A tradição é, pois, na Universidade de Coimbra, caminho do futuro, não saudade do passado.

Uma mensagem de confiança, de força e de futuro trouxeram ao Reitor os antigos alunos do Curso Jurídico de 1932-1937, que à sombra da *Alma Mater* se reuniram para celebrar o 70º Aniversário da sua formatura. É bonito demais para ficarmos indiferentes a esta mensagem.

Mensagem de futuro é a que nos transmitem as várias Associações de Antigos Estudantes de Coimbra espalhadas pelo País, bem como a *Rede de Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra*, organizada pela Reitoria, que já conta com milhares de inscritos.

Mensagem de futuro é a única que pode esperar-se da nossa AAC, com a juventude dos seus 120 anos.

Só pode estar no caminho do futuro uma Universidade que conta 18% de estrangeiros entre os seus alunos, vindos de cerca de seis dezenas de países de todo o mundo, a Universidade que dá o nome à mais importante rede de universidades europeias (o *Coimbra Group*), a Universidade cuja página na internet recebeu no último ano mais de 115 milhões de visitas!

Perante as adversidades do presente, a consciência da nossa matriz identitária dá-nos confiança para enfrentar todas as tormentas e para proclamar – como sempre o faz o nosso Reitor - que a Universidade de Coimbra não cairá no discurso choramingas e coitadinho. Continuaremos a definir os nossos objectivos e a lutar por eles.

Por mais que isso custe a alguns, está no caminho do futuro a Universidade que hoje o recebe como Doutor *Honoris Causa*, Senhor Doutor Almeida Santos, a Universidade que vem sendo considerada, nos últimos anos, a melhor universidade portuguesa (no ano passado, a melhor universidade do mundo onde se fala português). É o que consta de um dos mais prestigiados e credíveis *rankings* mundiais, elaborado pelo *The Times Higher Education Supplement* e pela *Quacquarelli Symonds*.

Senhor Doutor Almeida Santos:

Estou seguro da sua concordância com o que acabo de dizer. Nem eu o diria se não acreditasse que assim é. Porque estas palavras foram escritas e ditas em sua homenagem. Por mandato da minha – e sua – Faculdade, que me quis honrar, mais uma vez, ao encomendar-me o elogio de António de Almeida Santos nesta cerimónia em que lhe vão ser impostas as insígnias de Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Tenho a certeza de que outros o fariam com mais brilho do que eu. Início, porém, a minha fala confortado pela generosidade do seu gesto ao comunicar-me que a escolha do Conselho Científico da nossa Faculdade seria também a sua escolha, se ela lhe coubesse. Pois bem. Não terá o elogio de um escritor e orador à altura dos créditos do homenageado. Terá apenas as palavras chãs de um seu amigo e admirador. Quem dá o que tem a mais não é obrigado.

Um amigo que o conheceu pessoalmente há muitos anos. Talvez nem o senhor se recorde já do episódio, que a juventude do seu espírito não privilegia ainda as memórias antigas. A minha idade, porém, já vai trazendo à boca de cena as recordações mais remotas.

A verdade é que lhe fui apresentado num dia de 1964 no escritório do Dr. Salgado Zenha, na Rua Augusta, onde eu fazia estágio para uma profissão que não tencionava vir a exercer. O Dr. Zenha chamou-me ao gabinete onde conversava consigo, creio que para eu ouvir o que o Dr. Almeida Santos diria a seguir: se descobrisse um jovem advogado com qualidade, estaria disponível para abrir um escritório em Lisboa, de modo a poderem alternar os dois entre Lisboa e Lourenço Marques. Pouco depois, o Dr. Almeida Santos despediu-se e saiu. E o Dr. Zenha logo me perguntou se eu não queria aproveitar aquela hipótese. Não, disse-lhe eu, porque não gosto da advocacia. E a história acabou aqui.

Passaram 43 anos. E aqui estamos, em Coimbra, na Universidade, na Faculdade de Direito, a falar de Salgado Zenha, o Chico Zenha, como sempre se lhe referia o Mário Canotilho, meu primo, meu irmão, meu amigo, meu camarada, meu ídolo, pela mão de quem cheguei ao escritório do Dr. Salgado Zenha.

Creio que o Doutor Almeida Santos ficará feliz por eu ter trazido estes Amigos à sua festa. De Zenha diz o senhor que o idolatrou desde que o conheceu em Coimbra, como dirigente associativo e como militante político. Nas suas próprias palavras, vivíamos em “um País censurado, oprimido e travado por todos os medos” (*Quase Retratos*, 110). Para o dizer em versos belíssimos de Sophia, era “tempo de silêncio e de mordaza”, “tempo de medo e de traição”, “tempo de ameaça”, “tempo de escravidão”. Zenha, como Mário Canotilho, eram então militantes do PCP, com responsabilidades de direcção nas organizações universitárias do Partido. Ambos pagaram por isso nas prisões salazaristas. António de Almeida Santos chegou um pouco mais tarde à Universidade, onde rapidamente se integrou na luta contra o fascismo: foi militante da *Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas*, mas nunca se inscreveu no Partido Comunista.

Eleito Zenha Presidente da Direcção-Geral da AAC, esta viria a ser demitida cinco meses depois por se ter recusado a comparecer,

no dia 19 de Maio de 1945, na cerimónia de homenagem a Salazar. Na tomada de posse da comissão administrativa nomeada pelo governo, o Reitor tratou os membros da Direcção-Geral de forma desrespeitosa, acusando-os de serem “sinistros agentes subversivos” e faltando à verdade dos factos, segundo Zenha, que respondeu ao Reitor num opúsculo famoso (*Reposição de Factos*). O “aluno quase desconhecido” intimava o “Reitor prestigiado e laureado” a fundamentar as afirmações que fizera. Caso contrário, seria difamação e “aos tribunais comuns é que compete a resolução destes casos”. A concluir o seu texto, dirigindo-se ao Reitor, o jovem Zenha anunciava o estilo acutilante que viria a ser o seu, como advogado e como político: “V. Ex^a teve uma comenda, eu fui demitido”.

*Magnífico Reitor,
Caros Colegas*

Foi neste ambiente que António de Almeida Santos cresceu como estudante de Coimbra, formando-se como jurista e como cidadão. Ele próprio faz luz sobre a matriz do seu pensamento de então (*Quase Memórias*, I, 18):

“Se nunca fui comunista no sentido de filiado no respectivo partido, vivi a exaltação de fortes convicções na imitação desses geniais subversores [Cristo e Marx]. O pobre no lugar do rico; a meretriz com direito a nuvem no céu; a grande família humana – universal em Cristo, proletária em Marx – no lugar da família biológica; o sentido comunitário da propriedade e da distribuição dos bens terrenos; o mundo ao alcance dos mandados, tudo isso se me afigurava remédio à mão contra um mundo dividido em párias e nababos, poderosos e sujeitos, nazis e judeus, fabricantes de armas e vítimas delas, brancos e negros”.

Naquele “imundo tempo carcerário” (nas palavras de Orlando de Carvalho, que não poderia faltar a esta festa), Almeida Santos comprometeu-se abertamente na luta contra o fascismo salazarento, esse “holocausto civil de todo um povo”, como ele próprio lhe chama (*7 X ABRIL*). Holocausto que, finda a Guerra, continuou a ser praticado

às claras, perante a passividade e a cumplicidade (activa, em muitos casos) das democracias europeias, que deixaram sobreviver o fascismo na Península Ibérica, sacrificando portugueses e espanhóis a um novo “pacto da vergonha”, condenando-nos, friamente (em nome da *guerra fria*) a mais trinta anos de atraso e de humilhação, treze deles marcados a ferro e fogo por uma guerra iníqua e sem sentido. É uma dívida que nunca será paga.

Almeida Santos é um daqueles que dão razão a Saramago quando defende que “as pessoas são, essencialmente, o passado que tiveram” (*Diário*, III). Tendo conhecido o fascismo por dentro (“o ditador, os ditadorzinhos e os ditadorzecos”, os “monstros frios que nos governavam”), Almeida Santos tem denunciado as tentativas de “reabilitar o nosso próprio regime fascista” (*Pare, pense e mude*, 223), chamando a atenção para o perigo de “operações de branqueamento de imagem, inequívocas e frequentes demais para não serem suspeitas” (7 X ABRIL, 118).

Nos meus contactos com os jovens – que não sabem, em grande parte por culpa nossa, o que custa viver sem democracia, e quanto foi longa, dura e difícil a luta pela democracia, nem sabem o que é e para que serve a democracia – nos meus contactos com os jovens, costumo dizer-lhes que a democracia nunca é uma conquista irreversível, que temos de a defender, consolidar e reforçar todos os dias, que corremos o risco de a perder, se a tratamos mal. Sinto-me confortado por verificar que esta é também a opinião autorizada de Almeida Santos: “Não há vitórias definitivas, escreve ele. A democracia e a liberdade nunca o foram. Não nos esqueçamos disso” (7 X ABRIL, 134 e 158).

Não sou capaz de designar a ditadura que nos oprimiu por “regime anterior”. Porque me parece que esta expressão aparentemente neutra pode ser um instrumento ao serviço da acção branqueadora que Almeida Santos denuncia com a lucidez e a frontalidade habituais. Não se trata de alimentar qualquer espírito de vingança. Falo de fascismo, apesar de saber que esta não é hoje uma designação elegante e que pode mesmo ferir alguns ouvidos mais sensíveis, apenas porque acredito que é preciso preservar a memória. “Fascismo já ouvimos dizer que não houve” (*Quase Memórias*, I, 24), não é verdade, Doutor Almeida Santos?

Senhor Reitor
Senhores Doutores
Minhas Senhoras e meus Senhores

Reparo agora que venho falando de António de Almeida Santos sem o ter previamente apresentado. Dir-me-ão que não é necessário, que ele é mais ilustre e mais conhecido do que este apagado orador. E eu concordo. Mas a verdade é que o Senhor Reitor, cumprindo a liturgia da cerimónia, me deu a palavra para eu fazer valer, perante o Claustro dos Doutores, o merecimento do doutorando. Nestas circunstâncias, acho que devo cumprir honradamente a minha obrigação, como sempre tenho procurado fazer ao longo da minha vida. E, neste caso, com muito prazer o faço.

Em tom de brincadeira, Almeida Santos costuma dizer de si próprio que é “um homem de cabeça”. Porque nasceu na aldeia de Cabeça, logo acrescenta. Mas não só por isso, acrescento eu, o nosso homenageado de hoje é um homem de cabeça. A sua vida pessoal, profissional e política é a prova provada de que estamos perante um homem inteligente e culto, trabalhador e disciplinado, exigente consigo próprio, dotado de rara capacidade argumentativa, qualidades que justificam os êxitos que alcançou em todas as actividades em que empenhou a sua vida e nas quais alcançou sempre posições cimeiras.

António de Almeida Santos foi um aluno excepcional no liceu e foi um bom aluno nas *universidades* que frequentou. Com efeito, entre 1945 e 1950, o jovem de que vos falo frequentou a nossa Faculdade de Direito, onde concluiu a licenciatura e o Curso Complementar de Ciências Jurídicas com elevada classificação, tendo visto publicada no *Boletim* da Faculdade a sua tese *Ensaio sobre o direito de Autor*, por sugestão do Doutor Manuel de Andrade. Um autêntico galardão!

Mas frequentou, ao mesmo tempo, outras ‘universidades’, onde igualmente aprendeu e ensinou, dando mostras dos seus múltiplos talentos.

Frequentou a AAC, onde participou activamente nas lutas associativas e onde foi jogador de andebol, praticando também basquetebol e voleibol. E foi tenor no Orfeon Académico, e foi cantor do fado de

Coimbra, e tocou guitarra na Tuna Académica, aplicando as lições que recebeu do Mestre António Pinho de Brojo, que aqui recordo com afectuosa saudade.

Frequentou também a universidade da vida, comprometendo-se, como já disse, na luta política: ainda estudante, com 23 anos de idade, fez parte da Comissão Distrital de Coimbra da Candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, em 1949.

Como membro do Orfeon, integrou o grupo numa viagem a Moçambique, em 1950. Aí conheceu o Bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, que lhe falou, de forma lúcida e documentada, dos “crimes do colonialismo”, anunciando como coisa certa, cinco anos antes da Conferência de Bandoeng, a inevitável emancipação dos povos africanos. Almeida Santos aderiu de imediato às ideias e às causas deste bispo. E decidiu que, uma vez formado em Direito, iria para África exercer a profissão de advogado e ajudar à libertação das colónias portuguesas do jugo colonial.

Se bem o pensou, melhor o fez, seguindo aliás as pegadas do pai e os caminhos seculares deste povo cuja sina (ou cuja condenação) é “não caber no berço” (Torga, *Diário*, XV). Pouco tempo depois de concluídos os estudos jurídicos, António de Almeida Santos rumou a Moçambique, onde iniciou uma brilhante carreira de advogado, sem dúvida um dos mais respeitados e bem sucedidos do seu tempo. Como advogado, defendeu, nos tribunais especiais, várias vítimas da repressão fascista e defendeu também, em circunstâncias várias, inúmeros africanos (entre eles, Samora Machel), aos quais sempre fez questão de não cobrar nem um centavo de honorários.

Em Lourenço Marques, Almeida Santos integrou o chamado *Grupo de Democratas de Moçambique*, que protagonizou uma destacada frente unitária de resistência anti-fascista e anti-colonialista, denunciando a exploração, as humilhações, os maus tratos, as vexatórias sujeições e discriminações, o trabalho forçado, a verdadeira escravatura a que eram sujeitos, sistematicamente, os povos das colónias portuguesas (expressões de Almeida Santos), e defendendo o direito destes à auto-determinação e à independência. A atitude ética e política de Almeida

Santos alicerçou-se sempre neste princípio, lapidarmente enunciado num dos seus livros (*Por favor, preocupem-se*, 179): “O racismo, tal como a pobreza, não fazem parte da ordem natural das coisas. Podem, ambos, ser vencidos”.

Em 25 de Abril de 1974, os militares do MFA puseram fim a 48 anos de sofrimento e de luta dos portugueses contra a opressão. E o povo saiu à rua, que é lá o seu lugar, o povo “que nunca traiu, o que dá esperança, o das revoluções populares, o que trabalha dia e noite sem esmorecer, o que acaba por ter sempre a última palavra nos acontecimentos, o do arado e do remo, o que não cabe nas crónicas” (Torga, *Diário*), o povo que faz a história e fez a *Revolução dos Cravos*.

Restituído Portugal aos portugueses, António de Almeida Santos em breve seria chamado a assumir subidas responsabilidades políticas nos governos do Portugal democrático. Antes disso, poucos dias depois que Abril abriu as portas da liberdade, Almeida Santos entendeu dever tomar posição pública relativamente a um assunto que considerava mal resolvido no Programa do MFA: o problema colonial. Em sintonia com as forças políticas de esquerda, o futuro Ministro da Coordenação Interterritorial (estranha designação para o Ministro cuja missão só poderia ser a de preparar o fim do império colonial) defendeu que, após treze anos de guerra, não estávamos em condições de fazer exigências aos movimentos de libertação de Angola, da Guiné e de Moçambique. Tínhamos de reconhecer imediatamente o direito dos respectivos povos à independência e de negociar com os movimentos de libertação as condições do exercício desse direito. Na opinião de Almeida Santos, “o Programa do MFA era irrealista”, porque “pressupunha que tínhamos tempo que não tínhamos. A descolonização dependia da paz. E esta só podia ser negociada com quem nos fazia a guerra”. É uma posição coerente por parte de quem desde cedo compreendeu que “os grandes movimentos da história não são vencíveis pela força das armas”, verdade que “os senhores do mundo continuam com frequência a esquecer”, como diz num dos seus livros mais recentes (*Quase Memórias*, II, 52).

Tinha razão Almeida Santos e os que com ele defendiam que, por culpa do colonialismo português, “a descolonização tinha deixado de

ser uma concessão ou um pacto, para passar a ser uma imposição, ou, no mínimo, uma exigência irrecusável” (*Quase Memórias*, II, 439). O que estava em causa, afinal, era a aceitação da *legitimidade revolucionária* dos movimentos de libertação, atitude que pareceria natural depois do 25 de Abril, ele próprio legitimado pela revolução, a legitimidade de todos os movimentos históricos de ruptura, a legitimidade que se impôs em todos os processos de descolonização antecidos por guerras de libertação (Cfr. *Quase Memórias*, II, 65).

Os que recusaram aceitar esta legitimidade revolucionária foram os que, no próprio dia 25 de Abril de 1974, quiseram evitar que *o poder caísse na rua*, os que não gostaram nunca de ver o povo sair à rua, os que não querem que seja o povo a fazer a história, os que sempre recusaram aceitar que o 25 de Abril fosse uma revolução e fizeram de tudo para o confinar ao figurino acanhado de um golpe palaciano que deixasse inalterado o essencial, incluindo, ao que parece, o direito de Portugal continuar a *coordenar os territórios ultramarinos...*

Nas suas *Quase Memórias*, livro importante (concorde-se ou não com tudo o que nele se diz) para a leitura da história portuguesa da segunda metade do séc. XX, Almeida Santos mostra como pagámos caro a falta de lucidez (para usar uma expressão diplomática) daqueles que, após a Revolução de Abril, teimaram, durante demasiado tempo, em continuar a querer ser eles a decidir o futuro dos povos das colónias, obrigados a recorrer à guerra que não queriam para fazer valer os seus direitos.

António de Almeida Santos foi ministro várias vezes e ministro de muitas pastas, ministro-adjunto do primeiro-ministro e ministro de estado; foi, em três mandatos, Presidente da Assembleia Municipal da Guarda; foi deputado à Assembleia da República, presidente do grupo parlamentar do seu partido e, por duas vezes, Presidente da Assembleia da República. Actualmente, é Presidente do PS e membro do Conselho de Estado, apesar de entender que este órgão é, entre nós, “pouco mais do que uma ficção constitucional”. E é, desde há dias, para nossa honra e proveito, membro da assembleia que há-de aprovar os estatutos da Universidade de Coimbra.

António de Almeida Santos tem sido, como se vê, um homem de acção. Mas foi sempre, também, um homem de estudo e de reflexão. E um homem de escrita. “Precisei sempre da escrita para me sentir realizado”, diz ele com frequência. E a verdade é que começou a escrever muito cedo, ainda estudante de Coimbra (contos, livros de Direito, ensaios) e não mais parou, dando à estampa mais de duas dezenas de livros, antes e depois do 25 de Abril, alguns com honras de apreensão pela Pide.

Ao preparar-me para este exame, reli uma boa parte deles – devo confessar que não todos, cabulice própria de mau aluno – e, finda a leitura, apeteceu-me aproveitar esta oportunidade para conversar com o Autor sobre alguns dos temas objecto da sua reflexão, especialmente aqueles em que não acompanho os seus pontos de vista. Estou certo de que esta modalidade de intervenção não desagradaria ao Doutor Almeida Santos. Como autor e como político, ele sabe muito bem que a crítica livre e pública é a essência da democracia e da sua plena realização e é também o caminho do aperfeiçoamento de quem não desiste de pensar pela sua própria cabeça. E sabe também – quero acreditar – que, se eu optasse por essa via, era apenas para o homenagear, não para fazer em vida a minha própria estátua, arte para que não tenho o mínimo talento. Mas talvez esta abordagem não se adeque à solenidade e ao simbolismo do momento e talvez não correspondesse à expectativa de quem me encomendou esta oração. Preciso, pois, de encontrar outro modo de não reprovar no exame.

Começo por realçar que Almeida Santos analisa temas tão importantes e tão actuais como o colonialismo, o racismo, a explosão demográfica, o flagelo da droga, a globalização, o desemprego, a exclusão social, o tráfico de seres humanos, os problemas do ambiente, a revolução científica e tecnológica, a bioética, os modelos de desenvolvimento, o estado social, a integração europeia, os fundamentalismos, a crise da democracia representativa, a crise dos valores e a crise do direito. Almeida Santos escreve, afinal, sobre nós, sobre o nosso tempo, sobre os nossos problemas colectivos, estimulando-nos e ajudando-nos a fazer o mesmo.

Distanciando-se com frequência – e conscientemente o faz – das “visões e atitudes politicamente correctas” (*Avisos à Navegação*, 10/11), Almeida Santos faz de ‘sineiro’, tocando a rebate para acordar as consciências (*Do outro lado da esperança*, 11) e assume-se como “apóstolo da mudança”, não raro em tom de idealismo utópico e quase messiânico. O que nos faz crer que o pessimismo não é – ao contrário do que afirma com insistência – uma marca do seu carácter. Os ‘apóstolos’ costumam anunciar a boa nova e são optimistas por natureza das coisas e – diria - por ‘dever de ofício’. De resto, quem o conhece sabe que este jovem de oitenta e um anos gosta da vida e das coisas boas da vida. E gosta das pessoas. Certamente porque viveu bem a sua vida e vive em paz com a sua consciência.

O seu idealismo não ofusca a realidade nem diminui a lucidez com que a analisa. Por isso concluo que o seu proclamado pessimismo é afinal uma forma de lutar por um mundo melhor, transformando-se, nas suas próprias palavras, na “única forma de optimismo consciente e construtivo” (*Avisos à Navegação*, 11). Almeida Santos *escolheu preocupar-se* (7 X ABRIL, 107) e intima-nos a fazer o mesmo: *Por favor, preocupem-se!; Pare, pense e mude*, são títulos de dois dos seus livros de ‘apostolado’. Quando fala de pessimismo, quer significar, afinal, que “o que julga que vai mal no mundo dos homens” (*Por favor, preocupem-se!*, 8) justifica todos os receios e todas as críticas.

Neste mundo de grande desespero e de grande esperança, Almeida Santos afirma muitas vezes que “a esperança é possível”, mas não se esquece de nos avisar de que “é preciso fazer por ela” (7 X ABRIL, 93). Ele sabe que, como diz a canção de Chico Buarque, “quem espera nunca alcança”. Por isso insiste em que é preciso *pôr tudo em causa*, é preciso *lutar pela esperança* (*Por favor, preocupem-se!*, 11 e 55), rejeitando a atitude dos “profetas da submissão” (7 X ABRIL, 60), dos que se refugiam no *autismo das suas vidas* (*Pare, escute e mude*, 39), dos que se *drogam com ilusões* (*Por favor, preocupem-se*, 14). Tem, pois, razão, meu caro Amigo, quando conclui (*Por favor, preocupem-se!*, 10): afinal, “o optimista sou eu”! Claro que é. Numa das *Odes* de Ricardo Reis diz o poeta que “os deuses são deuses porque não se pensam”. Mas o senhor tem passado a vida a pensar-se, o que é um sinal de inteligência e um sinal de humanidade. Não pode ser um sinal de pessimismo.

Para conquistarmos a esperança é preciso conhecer os males que nos afligem. E Almeida Santos aponta alguns: a exclusão social, a pobreza, as desigualdades crescentes, o desemprego, a destruição do ambiente, o consumismo, o tráfico de droga e a tóxico-dependência, o tráfico de seres humanos, a insegurança, a criminalidade organizada.

É preciso, depois, tentar compreender as causas destes males. Na reflexão de Almeida Santos, a *explosão demográfica* está na base de muitas das suas angústias, porque poderá explicar alguns destes flagelos. Rompendo a promessa feita, direi que não posso acompanhá-lo nesta visão malthusiana.

A África é um continente de muito baixa densidade populacional: a explosão demográfica não pode explicar as suas desgraças.

O Brasil – tão grande como a Europa do Atlântico aos Urais – não é pobre (apesar das enormes riquezas que possui) por ser sobrepovoado. Celso Furtado explicou certa vez aos membros do Congresso brasileiro reunidos em Brasília para o ouvirem: somos um país subdesenvolvido, porque, há muito, 20% de nós andamos a comer os restantes 80%.

A explosão demográfica também não pode explicar que, segundo dados recentes do Departamento de Agricultura dos EUA, 35 milhões de americanos tenham passado fome em 2006, dos quais 12,6 milhões são crianças (quase 20% da população infantil do país mais rico do mundo).

Todos concordaremos com Amartya Sen quando defende que o facto de haver pessoas que passam fome - e que morrem de fome ou de doenças provocadas pela fome - só pode explicar-se pela *falta de direitos* e não pela *falta de bens*. O problema fundamental que se nos coloca não é, pois, o da *escassez de bens*, mas o da *organização da sociedade*.

Comentando este ponto de vista de Sen, pergunta Ralf Dahrendorf: “Porque é que os homens, quando está em jogo a sua sobrevivência, não tomam simplesmente para si aquilo em que supostamente não devem tocar mas que está ao seu alcance? Como é que o *direito* e a *ordem* podem ser mais fortes que o *ser* ou *não ser*?” Socorrendo-nos de Amartya Sen, poderemos dizer que a resposta está na *falta de direitos*. Ou na *falta*

de poder. Talvez seja este o problema decisivo. É que, já os fisiocratas o compreenderam, o poder (o estado) existe para “punir, pelo magistério dos magistrados, o pequeno número de pessoas que atentam contra a propriedade de outrem” e, como ensinou Adam Smith, o poder (*Civil Government*) existe para “defesa dos ricos em prejuízo dos pobres”.

Ao equacionar esta problemática, é natural a pergunta de Dahrendorf: “o que seria preciso para modificar as *estruturas de direitos*, de modo a que mais ninguém tivesse fome?” A própria pergunta parece encerrar a resposta: é necessário *modificar as estruturas de direitos* (i. é, as *estruturas do poder*), do poder económico, do poder social, do poder político. O mercado – que não é um *mecanismo natural*, mas um *produto social*, uma *instituição política* (David Miliband), um mecanismo de afirmação e de regulação de poderes – é uma das estruturas que tem de ser posta em causa.

Refiro-me, essencialmente, a essa espécie de *mercado-deus* que os fundamentalistas do neoliberalismo proclamam ser o centro da *única racionalidade possível* em todas as esferas da vida, o *mecanismo natural* que tudo resolve, espontaneamente, objectivamente, infalivelmente, *acima do justo e do injusto*.

Estou certo de que o Doutor Almeida Santos concordará comigo em que não faz sentido que o mercado substitua a política, que a concorrência substitua a cidadania, que a eficiência e a competitividade substituam o direito e a justiça. Porque não faz sentido confiar ao mercado a vida de cada pessoa e a vida dos povos. O êxito desta *teologia do mercado*, que nos vem impondo a *mercadização da vida*, seria a concretização do perigo para que, há já alguns anos, nos alertava o insuspeito e bem informado Paul Samuelson: o perigo do *fascismo do mercado*.

O enorme desenvolvimento das forças produtivas e, acima de tudo, o extraordinário desenvolvimento do próprio homem enquanto produtor de ciência e tecnologia e titular de conhecimento e de informação, bem como o desenvolvimento da produtividade daí resultante, permitem que a humanidade produza mais do que o necessário para satisfazer condignamente as necessidades de todos e que haja mais tempo para as actividades libertadoras do homem, em vez de o afectar a *produzir cada vez mais*

bens para ganhar cada vez mais dinheiro para comprar cada vez mais bens. Por isso é imperioso que a ciência económica não continue a adiar a busca de um *outro padrão de racionalidade*, devendo assumir-se de novo como *economia política*, como um *ramo da filosofia social*. Porque “a economia contemporânea tem mais necessidade de filósofos do que de econométristas” (Ch. Stoffaës).

Mas Almeida Santos não se fica, é claro, pela explosão demográfica. Fala-nos, criticamente, do *modelo neoliberal da economia de mercado*, que considera “incapaz de respostas racionais e eficazes às transformações técnicas, políticas, sociais, ambientais e outras” (*Do outro lado da esperança*, 91/92 e 98). E que considera responsável pelo consumismo, pelo desperdício de recursos não renováveis, pela poluição, pelo desemprego, pela discriminação e pela exclusão social, elas próprias geradoras de insegurança, de droga e de criminalidade, chagas sociais que, em outro trecho, atribui ao “modelo económico prevalecente” (*idem*, 166).

Quando os sectores dominantes da social-democracia europeia se dobram aos ventos da ideologia neoliberal, Almeida Santos acusa-a de “concentrar a liberdade nas mãos de novos opressores” (*Avisos à navegação*, 86) e de “produzir mais pobres do que ricos” (*Por favor, preocupem-se!*, 283), esforçando-se por “desmistificar o credo no automatismo das infáveis harmonias da suposta mão invisível” (*Por favor, preocupem-se!*, 21).

Rejeita mesmo a “fatalidade da competição económica sem regras como condição *sine qua non* da criação de riqueza” e não se revê no que chama “macroeconomistas videntes”, que propagandeiam o neoliberalismo como a última palavra, como o *fim da história* (*idem*, 91 e 97).

E vai talvez um pouco mais longe, quando sustenta que o facto de “a economia de mercado se basear na competição e no lucro” é que explica que “o fosso das desigualdades sociais continue a cavar-se; que o número de excluídos continue a crescer; que a miséria não seja mais exclusivo de alguns continentes e países, mas lepra que afecta, e crescentemente corrói, os países mais ricos” (*Por favor, preocupem-se!*, 20); que “a cifra negra dos pobres, desempregados, analfabetos e excluídos nunca tenha sido tão grande como agora. Nenhum país, por mais rico, escapa a essa maldição” (*idem*, 280).

A pobreza não decorre da natureza das coisas e muito menos pode ser o fruto do desenvolvimento científico e tecnológico. Por isso ela é um escândalo obscuro nesta sociedade dita da abundância, nesta sociedade antropofágica em que uma espécie de *guerra civil* permanente (eu diria *guerra de classes*) provoca todos os anos tantos mortos de fome e de doenças derivadas da fome como os que resultaram da Segunda Guerra Mundial.

E depois vem a *exclusão social*, último degrau da degradação humana, transformando seres humanos em *homens-lixo* (Leonel Moura). Porque a exclusão é coisa diferente da exploração: os explorados estão dentro do sistema e não podem ser ignorados por ele, uma vez que sem explorados não há exploradores. Mas os excluídos, esses, é como se não existissem: não são clientes nem trabalhadores das estruturas produtivas dominantes. Aceitar a exclusão social é, pois, aceitar a “nadificação do outro”, na síntese dramática do cineasta brasileiro Walter Salles.

Se não acabarmos com este escândalo estamos nós próprios a excluir-nos da humanidade, da dignidade, da simples decência. Estamos a negar e a negar-nos a condição humana.

Fiel à tradição social-democrata, Almeida Santos parece acreditar que os problemas se resolveriam “repartindo melhor, com mais justiça distributiva, a riqueza global” (7 X ABRIL, 35). Por isso defende o sistema público de segurança social (o estado-providência em geral), alegando que ele só corre perigo na *ordem económica, política e social reinante*, mas garantindo que ela não poderá subsistir por muito mais tempo e que “não pode por muito tempo continuar a ser letra morta o direito a um *nível de vida minimamente digno*, que tem assento na Declaração Universal dos Direitos do Homem” (*Por favor...*, 283).

Já escrevi sobre a natureza e os limites das *políticas de distribuição do rendimento*. Filhas, em boa medida, das teorias keynesianas, o seu objectivo maior é o mesmo da chamada revolução keynesiana: salvar o capitalismo da derrocada que parecia iminente. Elas não foram pensadas para pôr em causa a lógica do capitalismo, não podem fazê-lo e não podemos nós esperar que elas o façam, evidentemente.

Ora a verdade é que o capitalismo nasceu como *a civilização das desigualdades*. Segundo os dados disponíveis, por volta de 1750, o PIB

per capita (em dólares e preços de 1960) rondaria os US\$ 180 para os actuais países desenvolvidos e cifrava-se entre US\$ 180 e 190 para os actuais países subdesenvolvidos. As desigualdades começaram a surgir com a *revolução industrial inglesa*. Em 1813, o primeiro-ministro Benjamin Disraëli escrevia que “a nossa rainha [a rainha de Inglaterra] reina sobre duas nações”. O aumento das desigualdades entre países ditos ricos e países ditos pobres deu um salto enorme com a chamada *segunda revolução industrial* (último quartel do séc. XIX) e a *segunda onda de globalização*, marcada pela corrida às colónias, pela partilha dos territórios coloniais entre as grandes potências do tempo e pelo início da exploração económica sistemática das colónias. De então para cá, o capitalismo tem honrado o seu código genético, com particular êxito neste nosso tempo de *globalização predadora*.

Não vejo como as políticas de redistribuição do rendimento podem resolver os problemas dos países de *desenvolvimento impedido*, nem os problemas da desigualdade, da pobreza e da exclusão social que assolam o mundo todo. Nem vejo que a solução esteja em aceitar o capitalismo ao nível da produção e defender o socialismo ao nível da distribuição. Seria como que a solução da quadratura do círculo. Porque, com toda a humildade, mas com toda a convicção, creio que desde os fisiocratas ficou claro que as relações de distribuição não podem ver-se separadas das relações de produção.

Cá estou eu de novo a conversar consigo, meu caro Doutor Almeida Santos, fugindo mais uma vez ao prometido. Mas a sedução dos seus escritos arrasta os leitores para a reflexão, a crítica e o debate. Que melhor elogio poderia eu fazer-lhes?

Quero dizer-lhe, porém, que o acompanhamento sem reservas na certeza de que o nosso combate na hora presente é o de salvar o estado-providência, não dando tréguas aos que, como o “ayathola de Chicago”, consideram o *princípio da responsabilidade social colectiva* como “uma doutrina essencialmente subversiva” e defendem que “a caridade privada dirigida para aliviar os menos afortunados” é “o mais desejável de todos os meios para aliviar a pobreza” e é “um exemplo do uso correcto da liberdade”. O ilustre conselheiro de Pinochet devia estar a pensar na liberdade

daqueles que fazem a caridade porque talvez precisem de ganhar o céu, ignorando, do alto do seu Prémio Nobel, a liberdade e a dignidade dos condenados a estender a mão à caridade.

Consigno partilho a ideia de que é possível conciliar a igualdade com a liberdade. E creio que estaremos juntos na recusa em aceitar que o estado social não seja viável num tempo em que os ganhos da produtividade do trabalho e a produção da riqueza atingiram níveis até há pouco insuspeitados. O que é necessário é encontrar outros modos de financiamento, fazendo pagar as empresas não em função do número de trabalhadores que empregam (o que onera as pequenas e médias empresas geradoras de emprego), mas em função do volume de negócios ou da dimensão dos lucros (mais elevados nas empresas intensivas em capital, mas com muito poucos trabalhadores).

Senhor Doutor Almeida Santos

Seguindo os passos e as expressões da sua própria reflexão, direi que vivemos em um mundo governado pelo capital mafioso que se “oculta e se joga à velocidade da luz no casino universal das bolsas, aí onde foge a pagar impostos e escapa à incomodidade da distinção entre a de origem limpa e a de origem suja”, aí “onde o crime organizado a si próprio se lava, após o que acede ao poder económico legítimo, e à sua extensão política”, um mundo governado por aqueles que o senhor chama (7 X ABRIL, 121/122) os “novos senhores feudais”, “os profetas da informação, os donos do dinheiro e os senhores do crime organizado” (talvez a mesma gente – digo eu -, apenas com máscaras diferentes).

Neste mundo do *neoliberalismo-fim-da-história* e do *pensamento único* (que tanta atenção merece nos seus livros), acompanho-o na sua certeza de que os males do mundo não podem resolver-se com uma prática política que se reduza à *conquista de votos gerindo simpatias* e que aposta em “respostas velhas para problemas novos”, nem com uma *democracia formal* que não seja *qualificada substancialmente* “na vertente económica, na vertente social, na vertente cultural” (7 X

ABRIL, 8/9 e 128). E acompanho-o no repto que nos dirige: “Recusemos o *prêt à penser*. Rebelemo-nos contra os titãs da informação global que nos impingem formas acrílicas de pensar o mundo”; trabalhemos por “um novo pacto”, por “uma nova ordem natural e social” (*Por favor...*, 61 e 72).

Uma coisa sabemos nós: são poderosíssimos os obstáculos (os interesses) a vencer. Em 1995, na sequência da crise da moeda mexicana, “a primeira grande crise dos mercados globalizados” (Michel Camdessus), que pôs em risco o sistema financeiro de todo o mundo capitalista, vários responsáveis políticos vieram a público zurzir os especuladores profissionais (“a sida da economia mundial”, como lhes chamou Jacques Chirac), reconhecendo que eles estão “fora de qualquer controlo dos governos e das instituições internacionais” (John Major) e proclamando que eles minam a política económica dos países (Lamberto Dini).

Era de esperar que os governos dos países mais poderosos acabassem com este regabofe, liquidando os paraísos fiscais, esses verdadeiros *estados mafiosos* ou *estados bandidos*, de que fala a literatura especializada. Porque o esquema é conhecido e poderia ser desmantelado, assim o quisessem os senhores do mundo.

Mas, ou eu muito me engano, ou eles não o querem. Pouco depois do ataque às torres gémeas de Nova York, quando toda a gente falava de combate sem tréguas ao terrorismo internacional, um jornalista português, Francisco Sarsfield Cabral, fazia no *Público* de 6.10.2001 o seguinte comentário: “Será na determinação de pôr fim aos *off-shores* que teremos a prova real quanto à vontade política de combater o terrorismo e os seus aliados. Por aí, mais do que por acções militares, se verá se a campanha antiterrorista é mesmo a sério”. A verdade é que os *paraísos fiscais* (também *paraísos bancários* e *paraísos judiciais*), os *estados bandidos* continuam incólumes. Porque os grandes senhores do mundo os protegem como quem, no meio da procela, protege a própria casa de família. A soberania desses estados que vivem de ‘vender soberania’ aí está posta a salvo, para alívio do crime organizado, do terrorismo e dos seus aliados. Poderosos aliados estes!

Intelectual atento ao que se passa à sua volta, António de Almeida Santos observa fascinado o espantoso desenvolvimento científico e tecnológico verificado no decurso da sua vida. E reconhece que a educação e a ciência não podem deixar de ser a pedra angular do desenvolvimento humano. Mas não pertence, claramente, ao grupo dos que partilham a crença beata de que a ciência resolve tudo, de que a salvação pode estar ao alcance de uma mensagem de telemóvel, ou de um click de computador, ou de uma viagem na internet. Almeida Santos não esconde o seu desencanto (às vezes mais parece pavor) perante certas ‘maravilhas’ do mundo moderno: fala da internet como “o novo brinquedo dos curiosos, dos consumistas e dos que padecem de solidão” e pergunta: “o que é mais tóxico e cria mais dependência? A cocaína ou a televisão? A heroína ou o automóvel?” (*Pare, pense e mude*, 7, 8 e 31).

Se bem o interpreto, com esta equação radical quer apenas dizer-nos que o essencial é saber ao serviço *de quem e de quê* está a ciência, o conhecimento, o progresso científico e tecnológico, que deveria ser pertença da Humanidade. Esta é a grande questão que se põe, a meu ver, na análise da globalização: esta é uma *política inspirada no neoliberalismo*, não é uma consequência inevitável do desenvolvimento científico e tecnológico, nem se confunde com ele. A crítica à globalização não pode, pois, basear-se na rejeição das conquistas da ciência nem pode apontar para o regresso a um qualquer paraíso perdido.

Almeida Santos acredita que a construção do futuro só pode fazer-se com base na confiança no homem e na sua capacidade de desenvolver, acumular e utilizar condignamente o saber e o conhecimento científico e cultural. Não há outro caminho para a libertação do homem. O que importa é não deixar que o desenvolvimento científico e tecnológico seja colocado ao serviço dos tais “novos senhores feudais”, dos arautos do neoliberalismo, que querem *concentrar a liberdade nas mãos de novos opressores*, como ele escreve num dos seus ensaios.

Com António Gedeão, o “profeta da mudança” Almeida Santos acredita que *o sonho comanda a vida*. Mas ambos sabemos – sabemos todos –, como o poeta sabia e disse como só os poetas sabem dizer, que “o sonho é tela, é cor, sinfonia, máscara grega, magia”, mas é também “retorta de alquimista, mapa do mundo distante, rosa dos ventos, infante, caravela quinhentista, Cabo da Boa Esperança, (...) passarola voadora, pára-raios, locomotiva, barco de proa festiva, alto forno, geradora, cisão do átomo, radar, ultra-som, televisão, desembarque em foguetão na superfície lunar”. É este sonho, inspirado no desenvolvimento científico e tecnológico, que comanda a vida. Só um sonho assim, lindo como os versos de Gedeão e a música de Manuel Freire, faz que o mundo *pule* e *avance* como bola de cristal por entre as mãos de uma criança!

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Já falei tanto que nem tempo tenho para pedir desculpa pelo abuso. Vou terminar.

Disse-me há tempos o Dr. Almeida Santos: “os meus 81 anos tornam imperdoável a falta de juízo”. Porque a falta de juízo é sempre imperdoável é que eu lhe digo: pois está bem, tenha todo o juízo do mundo, continue a acordar os adormecidos e a lembrar os esquecidos, continue a semear a incomodidade, a provocar os que lhe chamam pessimista, a enfrentar o politicamente correcto.

Disse-me também: “A minha vindima está feita”. Como assim, Doutor Almeida Santos? O senhor sabe muito bem que até ao lavar dos cestos é vindima. E sabe muito bem – porque no-lo recordou há tempos – que “está por fazer o 25 de Abril dos marginalizados, dos excluídos e dos injustiçados” (7 X ABRIL, 70). Já vê quantos cestos temos ainda para lavar antes que a vindima termine! E a vindima é uma festa a que o senhor não quer faltar.

Magnífico Reitor

Homem sábio e experiente, o senhor António de Almeida Santos escolheu para seu padrinho nesta cerimónia o Doutor José Joaquim Gomes Canotilho. Se não tivesse já falado demais, ser-me-ia fácil e grato

dizer palavras de elogio do apresentante de hoje. Assim, direi apenas que ele é um dos mais prestigiados professores da minha Faculdade e da Universidade de Coimbra. E fico descansado porque o meu Colega Doutor António Pinto Monteiro falará, muito melhor do que eu, sobre os méritos do Doutor Gomes Canotilho.

Andou bem o senhor António de Almeida Santos em tê-lo escolhido como garante dos seus merecimentos para ser recebido como Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra. Fez a escolha acertada.

Por isso, Magnífico Reitor, estou certo de que, apesar de o meu argumento ter ficado longe daquilo que António de Almeida Santos justificava, os méritos do padrinho que escolheu, acrescentados aos seus próprios méritos, bastarão para que V. Ex.^a lhe conceda as insígnias doutorais a que aspira. E não tenho dúvida de que, honrando-o, V. Ex.^a honrará a Universidade.

**ORAÇÃO NO FUNERAL DO DOUTOR EDUARDO
CORREIA**
(22 DE FEVEREIRO DE 1991)
**(BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO, VOL. LXVII,
1991, 281-285)**

Tomo a palavra em representação da Faculdade de Direito de Coimbra, dado o impedimento, por doença, do Presidente do Conselho Directivo, Doutor Orlando de Carvalho.

Não se trata de fazer agora, com critérios de biógrafo e de historiador, o retrato do homem de quem hoje nos despedimos. Se assim entendesse a tarefa que me cabe neste momento, teria de concluir que o azar da circunstância colocara a pessoa errada no lugar errado, consciente que estou de não se reunirem em mim o saber e as condições adequadas para traçar o retrato - feito de virtudes e de defeitos, como o de todos os humanos - de uma personalidade tão rica e tão complexa como a do Doutor Eduardo Correia.

Creio, porém, que a minha fala, neste lugar e neste momento, deve, essencialmente, testemunhar a homenagem da minha Faculdade a um dos Mestres que mais a prestigiou e que, por isso mesmo, faz jus ao elevado apreço com que a sua Escola sempre o distinguiu.

Durante quase sessenta anos a vida de Eduardo Correia esteve ligada à da sua Faculdade, a Faculdade de Direito de Coimbra. Nela fez os seus estudos de licenciatura, que concluiu em 1937. Após estágios na Alemanha e na Áustria, doutorou-se em Ciências Jurídicas em 1943, tendo sido Professor Catedrático da nossa Faculdade de 1948 até à data da jubilação, em Outubro de 1985.

No momento da sua jubilação, o Doutor Eduardo Correia era o Presidente do Conselho Científico da Faculdade, cargo para que foi eleito durante vários anos, tendo exercido também vários mandatos como Presidente do Conselho Directivo.

No âmbito da sua Faculdade, o Doutor Eduardo Correia regeu disciplinas da sua especialidade, nos cursos de licenciatura e de mestrado, alguns destes mesmo depois da jubilação. Colaborou assiduamente nas Revistas da Faculdade, ao mesmo tempo que escrevia em outras das mais prestigiadas revistas especializadas, nacionais e estrangeiras. Foi Presidente, em 1967, do *Colóquio Internacional Comemorativo do Centenário da Abolição da Pena de Morte em Portugal*, cujo êxito muito ficou a dever ao entusiasmo, ao dinamismo e ao prestígio do Doutor Eduardo Correia. Como Professor da Faculdade de Direito de Coimbra, Eduardo Correia foi um dos fundadores e directores do Centro Interdisciplinar de Economia e Direito; proferiu lições em várias universidades estrangeiras, desde Santiago de Compostela, Madrid e Barcelona a São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, Gotinga, Friburgo de Brisgóvia, Estugarda e Munique, tendo sido também Professor da Faculté pour l'Enseignement du Droit Comparé.

O Doutor Eduardo Correia foi o primeiro Director da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; foi, até à sua jubilação, Director do Instituto de Criminologia de Coimbra; dirigiu várias delegações científicas do nosso País a Congressos Internacionais; foi Presidente do Grupo Português da Associação Internacional de Direito Penal.

O Doutor Eduardo Correia foi também Presidente da Comissão de Reforma do Código Penal e do Código de Processo Penal; foi Ministro da Educação e Cultura do 1º Governo Provisório após a Revolução de Abril, funções em que - seja-me permitido lembrá-lo aqui - tive a honra de ser seu colaborador como Secretário de Estado; foi membro da Comissão Constitucional, lugar que abandonou ao ser nomeado Ministro da Justiça do IV Governo Constitucional, em 1978.

O Doutor Eduardo Correia foi condecorado com a Comenda da Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul, com a Ordem de São Raimundo de Peñaforte, com Das Grosse Verdienstskreuz des Verdienstorden des BDR, com a Comenda *Al Merito* da República Italiana, com a Grã-Cruz de Santiago de Espada.

Autor de uma obra vastíssima, nela se reflecte sempre, como um dia escreveu Castanheira Neves, “o exercício de uma poderosa inteligência e o brilho de uma cultura decantada.” Obra de autor, ela impõe-se a quem a estuda, da primeira à última das peças que a compõem, pela unidade e coerência que marcam uma personalidade científica que desde cedo se encontrou e que os anos consolidaram e consagraram.

Homem de estudo e de reflexão, a sua obra de penalista é obra de um autêntico *caput scholae*. Não, evidentemente, porque ela se apresente ou porque o seu autor a tenha querido apresentar como um repositório de verdades absolutas ou como teoria de dogmas indiscutíveis. Mas, ao contrário, porque ela é sempre, à imagem do seu criador, a encruzilhada de onde partem todos os caminhos, o cume de onde se avistam todos os horizontes.

Nas Palavras do Doutor Orlando de Carvalho, “ninguém como Eduardo Correia terá trazido à nossa ciência juscriminal uma tão densa e profunda lógica interna e, ao mesmo tempo, uma tão contínua e insaciável força de renovação.” Ninguém se espantará, por isso mesmo, que a rica sementeira do investigador e do professor que foi Eduardo Correia tenha enriquecido a nossa Escola com discípulos que honram com a sua ciência a ciência do Mestre.

Homem de cultura, Eduardo Correia não foi um simples tecnocrata do Direito. Os que, em Portugal e no estrangeiro, tiveram o privilégio de com ele privar, os que ouviram os seus cursos e as suas conferências, os leitores dos seus textos escritos sabem bem que a reflexão do Mestre de Coimbra está “no centro do diálogo travado pelos maiores vultos da filosofia, da literatura, das Ciências e das artes”, sabem que a seiva da sua inteligência se alimenta directamente das “grandes correntes da cultura e da civilização que fizeram a História.” Disse-o em cerimónia pública o Doutor Figueiredo Dias. Mas todos, na sua Escola e fora dela, comungam deste ponto de vista.

Ao Doutor Eduardo Corxeia deve a nossa Faculdade uma contribuição de rara qualidade para a sua afirmação como Casa de Cultura, como Escola inspirada em uma concepção humanista do ensino universitário, como Escola que não quer limitar-se a ‘produzir’ ‘técnicos’ ou ‘especialistas’

de um qualquer *saber fazer*, antes se esforça por formar cidadãos que aliem a uma sólida preparação científica uma cultura de nível superior, capazes de interpretar e de compreender um mundo em permanente transformação e de actuar como agentes activos e conscientes desta mesma transformação, na esperança de que o mundo dos homens possa ser um dia um mundo digno do Homem.

Universitário por vocação e por opção, Eduardo Correia nunca se fechou em torres de marfim. Desde jovem, a preocupação com a coisa pública afirma-se como um dos traços da sua personalidade, que não enjeitou mesmo o empenhamento político em alguns momentos da sua vida. Penso, no entanto, que, mesmo fora da Universidade e da vida universitária, foi sempre o universitário que inspirou os compromissos assumidos e as acções em que concretizou o exercício da cidadania.

Nesta conformidade, creio que os frutos mais importantes e mais duradouros deste exercício, marcado sempre pela inabalável antropologia optimista que perpassa em toda a sua obra científica, são aqueles que nos deixou plasmados nos textos legislativos a que o seu nome ficará para sempre associado.

Entre estes, sobressai, como todos concordaremos, o nosso actual Código Penal, obra que reflecte a seriedade e a autenticidade de uma vida dedicada ao estudo e à reflexão, obra pela qual lutou com a força da sua inteligência criadora, com a paixão de quem defende a ‘menina dos seus olhos’, com a coragem a determinação de quem tinha a consciência de estar a ajudar o seu País a afirmar-se como gerador de modernidade e inspirador do futuro.

Cúpula de toda a sua obra científica, ele justificaria, por si só, que em torno dela, como escreveu Figueiredo Dias, se concitasse “a admiração, o carinho e a gratidão de quantos, neste nosso mundo, sem desesperarem dos autênticos e específicos valores do Direito, acreditam que é necessário fazer do Direito Penal um espaço de esperança e também um espaço de respeito e de amor pela pessoa do homem.”

No momento em que desce à terra o corpo do Mestre, aqui lhe deixo, com a homenagem comovida e respeitosa da sua Escola, a certeza de que as gerações vindouras lembrarão sempre a sua memória de jurista

e de universitário com elevado respeito e trabalharão para projectar como merece a sua obra ímpar de penalista de méritos unanimemente reconhecidos não só em Portugal mas também em todos os grandes centros da cultura jurídica europeia.

Disse.

(Página deixada propositadamente em branco)

**ORAÇÃO NO FUNERAL DO DOUTOR JOSÉ JOAQUIM
TEIXEIRA RIBEIRO
(9 DE MARÇO DE 1997)
(BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO, VOL. LXXIII,
1997, 283-287)**

*Minha Querida Maria José
e demais familiares do Senhor Doutor Teixeira Ribeiro
Senhor Reitor da Universidade de Coimbra
Caros Colegas
Minhas Senhoras e meus Senhores*

Uma primeira palavra para o Senhor Presidente da República, que quis estar com a nossa Faculdade e com a Família do Doutor Teixeira Ribeiro nesta hora de dor, fazendo-se representar pelo seu Chefe de Gabinete, Dr. Lídio de Magalhães - ele próprio aluno do Mestre que hoje nos deixa -, na velada do corpo que decorreu na Capela da Universidade de Coimbra.

Outra palavra para agradecer também à Faculdade de Direito de Lisboa, que esteve na Capela da Universidade de Coimbra representada pelo Presidente do seu Conselho Científico, Doutor Paulo de Pitta e Cunha, e pelo Doutor Eduardo Paz Ferreira, em representação do Presidente do Conselho Directivo, Doutor Jorge Miranda, impossibilitado de estar presente pessoalmente.

Idêntico agradecimento é devido ao Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Doutor Carlos Sá Furtado.

Entrei para a Faculdade por proposta do Doutor Teixeira Ribeiro. Com ele convivi, quase diariamente, durante mais de 30 anos. Devo-lhe

atenções que nunca pagarei. Mas devo-lhe, sobretudo, a generosidade do Professor que jamais regateou o tempo para me ouvir, a dádiva do Amigo que nunca me faltou com o seu apoio e a sua confiança, a lição do Mestre que sempre reconheceu a minha independência e sempre aceitou a minha frontalidade. Compreenderão, por isso, que muitas razões - para além das que decorrem das funções que agora desempenho na Direcção da Faculdade - me levam a desejar ser capaz de traçar aqui o retrato fiel do Mestre, à altura dos seus méritos.

Sei bem que me falta o talento para tanto. Mas sei também que, durante as horas em que ontem à noite e hoje de manhã tentei ordenar algumas ideias para esta intervenção, uma estranha paralisia me impediu de estruturar o discurso, apesar dos torturados esforços que pus nessa tarefa.

Esta será, pois, uma fala de palavras simples, fiel, ao menos neste aspecto, ao nosso Doutor Teixeira Ribeiro, que foi um homem simples que quis viver e que viveu sempre a sua vida, assumindo-se, democraticamente, como um homem comum, como um homem igual aos outros.

Não é, porém, para falar das minhas relações com o Mestre que tomo a palavra nesta cerimónia. Faço-o na qualidade de Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra, Escola que Teixeira Ribeiro honrou, prestigiou e respeitou como poucos, Escola que sempre o distinguiu, como aluno e como professor, ao longo de mais de setenta anos.

Enquanto estudante, a sua inteligência, a sua capacidade de trabalho, a sua cultura invulgar, a frontalidade com que defendia as suas ideias, foram reconhecidas e apreciadas pelos colegas, que o elegeram seu representante no Senado, e foram premiadas pelos Mestres, que sempre lhe atribuíram as mais elevadas classificações, ao longo de todo o Curso de Licenciatura, que terminou com brilhantismo em 1931.

Três anos depois, concluiu o doutoramento em Ciências Económicas com a classificação máxima (*suma cum laude*). Tinha 26 anos e iniciava assim a carreira universitária, que cumpriu, quase ininterruptamente, durante 44 anos de um magistério que deixou marcas positivas em sucessivas gerações de estudantes que tiveram o privilégio de ouvir as suas aulas e de estudar pelas suas Lições, adoptadas também nas melhores Escolas de Economia e de Finanças do nosso País.

A sua competência, a sua exemplar honestidade intelectual, a clareza inexcedível das suas aulas, o estilo sóbrio mas rigoroso e vivo, e a capacidade de síntese dos seus escritos, a sua presença contínua na vida universitária, em todos os planos, fizeram de Teixeira Ribeiro um dos mais respeitados professores da Universidade portuguesa e um dos que mais contribuíram para a modernização do ensino e da investigação das Ciências Económicas em Portugal.

Ser professor foi para Teixeira Ribeiro uma vocação e uma opção. Mas Teixeira Ribeiro não concebia o professor separado do investigador. Creio que a investigação foi a maior paixão deste Professor que introduziu em Portugal a investigação da Economia teórica e o ensino da Economia teórica. A paixão de toda uma vida de trabalho, que se prolongou quase até ao último minuto da existência. Trabalhador infatigável, acreditava nas virtudes do trabalho e fez do trabalho a sua religião.

No passado dia 4 tive a oportunidade de o visitar em sua casa, na companhia de dois amigos comuns. Lá estava, no seu escritório. A trabalhar, como sempre. Eram sete horas da tarde. Repetiu várias vezes que sentia estar próximo do fim. Também a este respeito ele sabia do que falava.

No volume do *Boletim de Ciências Económicas* que se encontra no prelo sairá um artigo seu sobre os *Bens de Mérito* e que, por modéstia do autor, será incluído como simples *Nota*.

Encontra-se também no prelo um comentário que terminou há pouco para a *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, da qual foi, durante décadas, Redactor e colaborador assíduo, e da qual foi Director durante vários anos, depois de 1970.

Fundou, em 1952, o *Boletim de Ciências Económicas*, revista que dirigiu e prestigiou até há 2 anos, quando tomou a decisão - de que ninguém o conseguiu demover - de passar a um colega mais novo a direcção do seu *Boletim*.

Foi, durante décadas, membro da Comissão de Redacção do *Boletim da Faculdade de Direito*.

Foi membro do Conselho de Redacção da *Revista de Direito e de Estudos Sociais*.

Foi Presidente do Centro de Estudos Económicos do INE.

Foi Presidente da Comissão de Reforma Fiscal, nos anos 60.

Foi Membro da Secção de Estudos Económicos da Associação Industrial Portuguesa.

Foi Vogal do Conselho Superior da Indústria.

Foi Director do Centro de Estudos Económicos-Corporativos do Instituto de Alta Cultura.

Foi Membro da Academia de Ciências de Lisboa, da Associação Fiscal Portuguesa, da American Economic Association, do Institut International de Finances Publiques, da International Fiscal Association.

Depois da Revolução de Abril - que viveu com tanta juventude, com tanta alegria e com tanto entusiasmo -, foi membro do Conselho de Estado (1974/75) e foi Vice-Primeiro Ministro no último Governo presidido por Vasco Gonçalves.

Teixeira Ribeiro foi, pois, um homem interveniente no seu tempo e no espaço em que decorreu a sua vida. Foi isto tudo e foi muito mais. Interessado, desde a juventude, pelo destino colectivo do seu povo e do seu País, nunca foi um militante político, mas nunca escondeu que não era simpatizante do Estado Novo, e nunca negou o ideário socialista. Orgulhava-se de ter recusado, juntamente com Manuel de Andrade, oferecer um dia do seu salário para ajudar os franquistas que combatiam pelas armas o governo legítimo de Espanha.

Em 1991 resolveu reunir em livro - a que chamou *Sobre o Socialismo* - quatro estudos seus sobre este tema, publicados ao longo de 30 anos: o 1º (o belo ensaio *Capitalismo e Socialismo em um Mundo Só*), de 1960; o último, de 1991, sobre a *eficiência da economia socialista*, já posterior ao colapso das experiências socialistas na Europa Central e de Leste e na União Soviética. Fê-lo - como ele próprio me confidenciou - para deixar, de modo visível, o legado das suas ideias.

Ele foi, em muitos aspectos, *homem de um só rosto e de uma só fé, de antes quebrar que torcer*. Não foi, com certeza, *homem da côrte*. Homem austero, por vezes rígido, cometeu por certo injustiças, como todos os justos.

Nunca foi homem de buscar consensos fáceis e sempre recusou a glória vã a que se chega pela demagogia. Tinha o culto da franqueza, como ele próprio escreveu no *Prefácio* a um livro de Vasco Gonçalves e, em nome dela, terá sido algumas vezes excessivo.

Mas creio que Teixeira Ribeiro foi, acima de tudo, Professor e Universitário. Professor Catedrático desde 1935 (aos 27 anos!), o Doutor Teixeira Ribeiro foi Secretário da Faculdade, foi Professor Bibliotecário, foi seu Director na qualidade de Decano. Logo após o 25 de Abril, o seu nome surgiu, com toda a naturalidade, como Reitor da Universidade de Coimbra. Mas Teixeira Ribeiro foi, como poucos, um Mestre de todos os dias, respeitado por todos, mesmo quando dele discordávamos. Porque todos admirávamos nele a sua entrega total à Universidade, a sua probidade como investigador, a sua preocupação em chegar sempre à verdade, a sua busca, torturada, da justiça, sobretudo quando tinha de julgar os seus alunos. Por tudo isto, Teixeira Ribeiro foi um Professor incontestado.

Estou certo de que esta não será a última homenagem que lhe prestaremos. Mas estou certo também de que nada lhe agradaria mais ouvir neste momento do que aquilo que aqui lhe digo, em nome de todos os que aqui estão e em nome dos muitos mais que aqui não puderam estar. Todos sentimos que, de uma forma ou de outra, fomos e somos seus alunos: todos lhe devemos o privilégio de o ter tido como Mestre; todos lhe estamos gratos por trazermos connosco, no espírito ou no coração, algo de si.

Bem haja, Senhor Doutor Teixeira Ribeiro. Até sempre!

(Página deixada propositadamente em branco)

**ORAÇÃO NO FUNERAL DO DOUTOR ORLANDO DE
CARVALHO**

(27 DE MARÇO DE 2000)

**(BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO, VOL. LXXVI,
2000, 581-588)**

Má sorte a minha que me impõe a violência de ter de falar aqui, neste momento, perante o corpo de um Homem de quem fui amigo durante quarenta anos. Ao perdê-lo, é como se perdesse quarenta anos da minha vida, uma boa parte de mim mesmo.

Apetecia-me o silêncio. Apetecia-me ficar só, entre tantos amigos comuns, vendo, em câmara lenta, o filme desses quarenta anos, quase uma retrospectiva da minha própria vida.

Recebida a notícia da sua morte, passados os momentos do choque, dei-me conta de que devia pensar no que viria hoje dizer aqui.

Sentei-me à mesa e olhei o papel. Durante muito tempo, assim fiquei, atordoado, sem saber o que fazer. A certa altura, não sei porquê, levantei-me da mesa e fui procurar os seus livros de poesia. Reli-os mais uma vez, como se aqueles versos fossem o ar que respirava. Foi, talvez, a maneira mais fácil e mais bela de conversar como o Homem e com o Poeta e de recordar, nas suas próprias palavras, uma das coisas que com ele aprendi: “um poeta não é neutral. Eu não sou neutral”.

E pronto. Não tenho outro remédio senão falar, ainda por cima carregando o peso de saber que as minhas pobres palavras ficarão muito longe das que ele saberia dizer se lhe coubesse honrar alguém como eu gostaria de o honrar a ele, hoje, aqui, neste momento de despedida.

Intervindo aqui como Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra, não vou falar, naturalmente, do meu Amigo, cuja amizade dolorosamente perdi nos últimos anos da sua vida, apesar de, pela minha parte, sempre ter honrado a amizade e a consideração que nunca lhe neguei. Mesmo quando dele discordei - e como me doeu fazê-lo, sempre que as circunstâncias o impuseram —, sempre o fiz com inteira lealdade, por respeito para com ele e em homenagem ao que com ele aprendi.

Estou certo de que todos aqueles que foram — e hão-de continuar a ser — seus amigos autênticos partilharão comigo a dor terrível de termos assistido à solidão amargurada em que viveu estes últimos anos sem lhe podermos minorar o sofrimento, integrando-o plenamente no nosso convívio intelectual e, sobretudo, no nosso espaço afectivo, como nosso companheiro, nosso camarada, nosso Mestre, nosso Amigo.

Pessoalmente, sofrerei sempre a desgraça de não ter podido acompanhar estes tempos tristes do outono da sua vida, como tive a oportunidade de fazer com o seu pai, de quem guardo a lembrança de um Homem inteiro, inteligente e sensível, honrado e bom.

Quem foi Orlando de Carvalho?

Foi, sem dúvida, uma das pessoas mais inteligentes e mais geniais que conheci. Foi, sem dúvida, uma das pessoas que mais admirei e mais respeitei desde que me reconheço como adulto.

Homem de excepcionais qualidades, não foi imune a fraquezas e defeitos. Ninguém esperaria que eu viesse aqui falar das suas fraquezas e dos seus defeitos. Mas creio que não devo calá-los neste momento: porque tal equivaleria a negar a humanidade a este Homem, que quis viver a sua vida como homem, por mais que alguns de nós o endeusássemos; porque tal significaria fazer eu aquilo que ele tanto detestava: praticar, perante os mortos, a louvaminhice hipócrita. Seria uma afronta intolerável à sua memória, nesta hora da verdade, em que só a verdade é consentida.

Em versos seus, diz ele: “Tive alma de montanha e de condor”.

E eu diria que esta montanha que ele foi atingiu muitas vezes os mais elevados cumes do Everest. Mas ele próprio nos diz, com o rigor que lhe conhecemos: “Fui a virtude e fui pecado e crime”.

“De muitos gostos se fez e faz o meu gosto de viver” — são palavras de Orlando de Carvalho, que dizem lapidarmente o que foi a personalidade riquíssima deste Mestre inesquecível. Desses muitos gostos nos dá conta no prefácio a um livro seu, editado em 1998, num texto que é uma obra-prima como auto-retrato deste Homem de talento multifacetado, que exerceu na literatura, na música, no cinema, no teatro, no ensaio, na ciência jurídica, na docência. “Sou basicamente um homem de letras. Fui para Direito por cedência e tive a desgraça de ser bom aluno. Se assim não tivesse acontecido, seria hoje certamente um diplomata e faria poemas”.

Sirvo-me, mais uma vez, de palavras suas, desta vez falando-nos do que gostaria que tivesse sido a sua vida. Diria que a desgraça de ser bom aluno — com a conseqüente opção por uma carreira universitária — o teria marcado qualquer que tivesse sido o curso seguido. E, afinal, foi um jurista de excepção. Só não foi diplomata de carreira. Mas foi um requintado homem de letras. E fez poemas, e poemas de primeira água, para utilizar uma expressão que lhe era tão cara. Como ele próprio nos confessa, sempre recebeu ser “muito bom jurista para poeta e muito bom poeta para jurista”. Modéstia sua, Doutor Orlando, creio que modéstia autêntica, e excessiva modéstia, apesar de pensar — espero que concorde comigo — que o senhor entendia não ser a modéstia uma virtude que devêssemos levar muito a sério.

A verdade é que o senhor foi, reconhecidamente, muito bom jurista e muito bom poeta, para proveito dos juristas que o estudam e consigo aprendem e para deleite de quantos lêem a sua poesia e com ela se enriquecem.

Orlando de Carvalho nasceu aqui, em Santa Marinha do Zêzere, no dia 1 de Dezembro de 1926.

Concluído o ensino secundário no Porto, matriculou-se como aluno da Faculdade de Direito de Coimbra em Outubro de 1943, vindo a concluir a Licenciatura em Ciências Histórico-Jurídicas em 1948, com a classificação de 18 valores, tendo concluído em 1949 a Licenciatura em Ciências Político-Económicas, também com 18 valores.

Contratado logo em 1948 como assistente do Grupo de Ciências Políticas, foi suspenso do serviço docente em 1949 por motivos políticos.

Por pressão da Faculdade, em especial do seu amigo Doutor Afonso Queiró, retomou o serviço docente em 1950, mas agora no Grupo de Ciências-Jurídicas.

Estudou em Roma e em Colónia, tendo-se doutorado na Faculdade de Direito de Coimbra em 1968 com a classificação de Muito Bom com Distinção e Louvor. Após vários meses de espera — mais uma vez por razões de ordem política —, foi contratado como Professor Auxiliar em Setembro de 1968, reiniciando então a carreira docente, que só interromperia, logo a seguir à Revolução de Abril, durante o período em que exerceu funções governamentais como Secretário de Estado da Reforma Educativa (de início de Maio a fins de Julho de 1974). Em 1977, na sequência de concurso público, foi nomeado professor catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra.

Ainda antes do 25 de Abril, foi representante dos professores auxiliares no Senado (de 1970 a 1973), tendo-se oposto, com a coragem e o vigor que eram seu timbre, às medidas repressivas tomadas contra os estudantes mais activos nas crises académicas que marcaram aquele período da vida coimbrã.

Após a Revolução dos Cravos — para a qual tanto contribuiu, ele que, na Universidade, foi Abril antes de Abril, como já uma vez disse em público no exercício das funções que hoje desempenho —, fez parte da primeira Comissão de Gestão da sua Faculdade, onde foi depois Presidente do Conselho Científico-Pedagógico (de 1974 a 1976), Presidente do Conselho Pedagógico (em 1986/87), Presidente do Conselho Directivo (de 1987 a 1995) e Presidente do Conselho Científico (de 1995 a 1997).

O Doutor Orlando de Carvalho foi um professor de excepcional brilho, todos reconhecendo nele a chama do génio e dotes de oratória que muito raramente se encontram. As suas aulas maravilharam sucessivas gerações de alunos, que assim compensava do alto nível de exigência que punha na avaliação de conhecimentos.

Quantas vezes alguns de nos lamentámos que a dispersão pelos seus múltiplos centros de interesse não lhe deixasse o tempo necessário para escrever mais sobre os temas da sua investigação como jurista. E, no entanto, feito o balanço, ele deixou-nos milhares de páginas escritas sobre temas de Direito Civil, de Direito Comercial, de Direito das Coisas, de Direito

Administrativo e de Direito Constitucional, de Direito do Trabalho, de Direito das Empresas, de Teoria do Direito. São trabalhos que abrangem vários ramos do Direito, trabalhos que muitas vezes abriram novos caminhos à investigação e inspiraram a reflexão de outros, sempre iluminados pela sua cultura humanista e pela sua inteligência criadora, sempre escritos numa linguagem rigorosa, primorosamente trabalhada, de apurado gosto literário.

Orlando de Carvalho foi professor dentro das salas de aula da sua Faculdade e de outras várias, em Portugal e no estrangeiro, nas quais deu aulas e proferiu conferências. Mas foi também um inigualável professor em muitos outros espaços onde ofereceu o seu saber multifacetado, os seus dotes literários, os seus conhecimentos artísticos e onde, sobretudo, ensinou e praticou o exercício da cidadania.

Ainda estudante, Orlando de Carvalho foi membro da Direcção do CADC (1944-45), foi dirigente da revista *Estudos* desse organismo católico (1946-47) e foi redactor da *Via Latina* (órgão da AAC).

Após a licenciatura, foi Presidente do *Clube de Cinema de Coimbra* (1959-63 e 1967-69), organismo em que exerceu uma notável acção cultural; fez parte do grupo fundador da revista *O Tempo e o Modo* e colaborou durante anos na revista *Vértice*.

Mas Orlando de Carvalho foi sobretudo um Mestre de pensar e um modelo de cidadania de muitas gerações de estudantes (entre as quais se conta a minha), pela presença assídua em todas as sessões culturais da academia de Coimbra (a animar colóquios, a proferir conferências, a dizer poesia, a apresentar filmes e peças de teatro), pela riqueza estimulante que marcava as tertúlias que animou, nos cafés, nas repúblicas de Coimbra, em sua casa ou em casa de amigos, pelo exemplo que nos deu de coragem pessoal e de coerência política.

A Pide prendeu-o, em Dezembro de 1961, sob a acusação de “influência deletéria junto da academia de Coimbra”, tendo sido libertado em Fevereiro de 1962 por falta de provas. Pois eu posso garantir que são abundantes e inapagáveis as provas da sua influência junto da academia de Coimbra. Revoltámo-nos contra a sua prisão e alegrámo-nos com a sua libertação, porque a Pide, como sempre, não tinha razão: todos nós

apreciámos e todos nós lhe agradecemos a influência que exerceu, como nenhum outro Professor do meu tempo de estudante e de professor, sobre a academia de Coimbra. Bem haja por isso, Mestre!

A acção de Orlando de Carvalho como resistente anti-fascista tornou-se pública em 1949, durante a campanha eleitoral em que se apresentou, como candidato da Oposição Democrática, o General Norton de Matos.

Em 1958 assinou, com outros católicos, um manifesto em que se denunciou a ilegitimidade do regime salazarista e o desrespeito pelos direitos humanos, o que lhe valeu um processo no Tribunal Plenário de Lisboa, que não chegou a ser julgado em virtude da amnistia decretada por ocasião do centenário do Infante D. Henrique.

Depois da prisão já referida em 1961 (como membro da comissão distrital de Coimbra da Oposição Democrática às eleições legislativas desse ano), foi de novo preso em Agosto de 1962, acusado de pertencer às Juntas de Acção Patriótica. Preso em Caxias e no Aljube, foi libertado em fins de Setembro, por falta de provas.

Em 1969, teve participação activa no 2.º Congresso da Oposição Democrática e foi candidato por esta Oposição, no Círculo de Coimbra, nas eleições legislativas desse ano.

A Revolução do 25 de Abril veio pôr termo a um processo movido pela Pide contra a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, de que Orlando de Carvalho era membro.

Depois da Revolução, foi, durante algum tempo, membro da Comissão Nacional do MDP-CDE, formação de que se afastou em 1975.

A partir de então a sua actividade política directa foi diminuindo, resumindo-se à sua participação na Assembleia Municipal de Baião (seu concelho natal), eleito como independente nas listas da APU (1976-1980).

Mas a sua acção cívica continuou, nomeadamente como membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação e como membro do Conselho Mundial da Paz e na luta contra o *apartheid*.

Avesso a academias, orgulhava-se de ter sido dirigente do *Clube de Cinema de Coimbra*, de ser sócio e activista do *Ateneu de Coimbra*, de ser sócio da *Associação 25 de Abril*, de ter sido membro do *Tribunal Cívico Humberto Delgado* (1976) e do *Tribunal da Reforma Agrária* (1979).

Agora que a sua vida chegou ao fim, creio que posso dizer aqui, em nome dele e com versos que são dele, que cumpriu o seu destino: “Ficar na confluência dos enganos, / Ouvindo a voz do vento, que me veste, / De pé, anos e anos...”.

É esta a memória que queremos guardar de si, Senhor Doutor Orlando de Carvalho: a de um homem que, por entre ventos e marés, se manteve de pé, anos e anos...

Orlando de Carvalho teve a consciência profunda de que - mais uma vez me sirvo de versos seus - “a humanidade sofre, a humanidade ordena, a humanidade exige do poeta / Que saiba cumprir a Vida”.

E nós sabemos que o senhor soube honrar os seus compromissos de poeta comprometido e de cidadão militante pelas causas do Homem e pela dignidade de todos os homens. O senhor teve a felicidade de saber cumprir a vida.

Semeador de futuro, ele próprio escreveu em outro poema: “Odeio esta gratuita primavera, / Odeio todo o tempo que não dá / o fruto que se espera”.

Continuando a glosar versos seus, direi que “neste país extenuado e exposto / exíguo exílio de si mesmo (...)”, Orlando de Carvalho lutou corajosamente pela liberdade e pela democracia, sofreu a má sorte do seu “(...) país do silêncio nas colinas / e dos corvos ocultos nas cornijas / à espreita das rosas clandestinas”, cantou este “país dos baldios e da esperança adiada”, amou este “rude país indómito e fraterno”, o País que, por iniciativa do Presidente da República Jorge Sampaio, seu amigo, o agraciou, com inteira justiça, com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

É tempo de terminar, porque as minhas palavras, por mais tempo que eu falasse, nunca seriam capazes de dizer tudo o que gostaria de dizer nesta hora.

Espero que se confirme a sua fé em uma outra vida para além desta. Lá, terá a alegria de encontrar o seu pai e todos os que amou e já partiram. E terá a suprema ventura de encontrar a sua mãe, que tinha estrelas no seu sorriso, “(...) estrelas / Tão brilhantes, tão claras, / Como devia ser a luz do paraíso”.

Até sempre, Doutor Orlando de Carvalho. Os que tivemos o privilégio de ser seus alunos, seus colegas e seus amigos recordá-lo-emos, enquanto formos vivos, comovidamente e com uma imensa saudade.

**DISCURSO DE ABERTURA DO COLÓQUIO SOBRE
DIREITO DO CONGRESSO PORTUGAL-BRASIL
ANO 2000
(23 DE JUNHO DE 1999)
(BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO, VOL. LXXV,
1999, 789-793)**

*Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra
Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil
Senhores Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional
Senhor Presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos
Descobrimentos Portugueses
Senhor Ministro Marcos Vilaça
Senhor Doutor Ernâni Lopes
Senhor Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira
Senhor Doutor Gomes Canotilho
Senhor Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito de Coimbra
Ilustres Convidados
Senhores Congressistas
Caros Colegas
Queridos Estudantes
Minhas Senhoras e Meus Senhores*

Tomo a palavra como Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra e em representação dela.

Poder fazê-lo nesta circunstância é para mim um privilégio pessoal. E é com grande alegria que o faço, naturalmente, na língua portuguesa, nesta língua *amarga e doce* que é a nossa, neste modo português de a falar, com vogais fechadas, sons guturais e sílabas anuladas, um modo certamente mais *amargo* e menos *doce* do que o português falado no Brasil, “onde as palavras recuperam sua substância total/ concretas como

frutos, nítidas como pássaros/ (...) com suas sílabas todas/ sem perder sequer um quinto de vogal”, para o dizer com as palavras cristalinas dos versos de Sophia de Mello Breyner.

Em primeiro lugar, quero saudar afectuosamente todos os presentes, com especial destaque para os nossos Colegas e Amigos brasileiros, cuja presença nos honra e desvanece.

Permitam-me que saliente, entre todos, o Ministro Marcos Vilaça, Comissário responsável, por parte do Brasil, do *Congresso Portugal-Brasil Ano 2000*, e, na sua pessoa, todos os membros da Comissão que acompanhou a organização deste Colóquio, em especial o meu Amigo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

Cumprimento também, com toda a simpatia, os Colegas de várias Universidades brasileiras que no próximo dia 25 passarão a integrar, como Doutores *Honoris Causa*, o nosso Claustro Doutoral: os Doutores Caio Mário da Silva Pereira, Fábio Konder Comparato, Galeno Velhinho de Lacerda, Luiz Pinto Ferreira e Vicente Marotta Rangel.

Para todos, os votos de que se sintam bem entre nós e de que aqui encontrem boas condições de trabalho e de convívio.

Em segundo lugar, quero agradecer ao Senhor Reitor a sua presença a presidir a esta Sessão Solene de Abertura do Colóquio sobre Direito com que estamos a dar continuidade ao *Congresso Portugal-Brasil Ano 2000*.

Em terceiro lugar, quero saudar o Comissário português do Congresso, Doutor Ernâni Lopes, e quero agradecer-lhe o ter proporcionado as condições que tornaram viável a associação da Faculdade de Direito de Coimbra e do nosso Instituto *Jus Gentium Conimbrigae* à realização deste Colóquio, nos termos de um Protocolo assinado para o efeito.

Este Colóquio é obra dos seus principais responsáveis: o Doutor Ernâni Lopes e o Doutor Gomes Canotilho, aos quais quero deixar uma palavra de muito apreço. A Faculdade de Direito de Coimbra sente-se muito honrada por ter podido colaborar nesta iniciativa e fez tudo o que estava ao seu alcance para não desmerecer a confiança em si depositada.

Uma palavra de vivo agradecimento é devida igualmente aos Colegas de outras Escolas de Direito do nosso País que aqui estão connosco, bem como a todos os que aceitaram participar nos trabalhos do Colóquio.

Quero agradecer ainda a generosa e amigável disponibilidade que ficamos a dever aos nossos Colegas da Faculdade de Letras, Doutores Taveira da Fonseca e Isabel Vargues, que organizaram a Exposição aberta a partir de hoje na Sala do Conselho Científico da nossa Faculdade, sob o tema “De Tiradentes às Escadas de Minerva”.

Mas o Colóquio que neste momento abrimos fica a dever-se também a outras entidades que prontamente nos ofereceram o apoio solicitado: a Reitoria da Universidade de Coimbra, a Coimbra Editora Lda, a Livraria Almedina, a Gráfica de Coimbra. Bem hajam todos.

Senhor Reitor

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Diz o nosso povo que só acha quem procura. E a verdade é que, há quinhentos anos, outros portugueses iguais a nós acharam as Terras de Vera Cruz.

Na sua *Carta Sobre o Achamento do Brasil*, escrita da “Ilha de Vera Cruz” no dia 21 de Abril de 1500, Pêro Vaz de Caminha relatou ao Rei D. Manuel que aquela terra era “de tal maneira graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo em virtude das suas boas águas”, acrescentando que “o melhor de tudo que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente e tal deve ser a principal semente que V. A. nela deve lançar”.

Mais relatava Pêro Vaz que Cabral e os seus companheiros encontraram gente “boa e de simplicidade”, “de bons rostos e bons narizes, bem feitos” (as moças, “bem moças e gentis”), cujos corpos “são tão limpos e tão gordos e tão formosos, que não pode ser mais”.

Diz Pêro Vaz que os homens de Cabral “deram-lhes ali de comer pão e pescado cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados”, comentando que eles “não quiseram comer nada daquilo”. Mas “depois, poucos e poucos – acrescenta Pêro Vaz de Caminha -, misturaram-se connosco e abraçavam-nos e folgavam”, “parecendo ser mais amigos nossos do que nós deles”.

Começou bem, como se vê, o encontro entre os portugueses, “saídos do mar”, e os povos que os receberam na praia, “esplêndidos de vigor e de beleza”, povos para quem “o mundo era um luxo de se viver”, nas palavras que peço emprestadas a Darcy Ribeiro.

Ao longo dos séculos que se seguiram, como muito bem sabemos, fomos heróis e fomos cobardes; fomos idealistas e fomos interesseiros; fomos generosos e fomos cruéis; misturámo-nos com outros povos e fomos racistas. Fomos e somos, porém, um povo com história, uma história feita de grandezas e misérias, como toda a história dos homens.

Esgotado o ciclo do império, os portugueses regressaram finalmente à velha casa europeia, ao ponto de onde partimos para “dar novos mundos ao mundo”, ao ponto de partida das nossas aventuras e das nossas desventuras, a esta praia “onde o mar se acaba e a terra começa” (Saramago), ficando confinados a esta nesga de terra de 89.000 quilómetros quadrados “cercados de mar e de Espanha por todos os lados” (Torga).

Creio que estamos hoje em situação privilegiada para iniciar uma nova relação com todos os povos que connosco aprenderam a falar a língua portuguesa, que é, como disse o poeta, *a nossa Pátria comum* e que, no caso do Brasil, terá sido e continua a ser – se não erro muito – um dos factores mais relevantes para explicar o verdadeiro milagre que é a manutenção da unidade desse enorme País continental e pluriracial, o *Brasil brasileiro* que é a vaidade das vaidades da nossa vaidade de sermos portugueses.

Neste tempo em que recordamos o nosso primeiro encontro, há quinhentos anos, o Brasil continua a aparecer-nos “esplêndido de vigor e de beleza”, agora que estamos de novo a *achar* o Brasil, ao tomarmos consciência de como é fundamental para nós, no plano político, no plano económico, no plano da afirmação da nossa própria identidade cultural (em especial no que se refere à língua portuguesa), aprofundar o nosso relacionamento e a nossa cooperação com esse grande País do mundo que fala português, um País que não pode deixar de vir a ser uma grande potência à escala mundial.

Passados quinhentos anos, trata-se, afinal, de sermos fiéis ao espírito daquele nosso primeiro encontro nas praias de Vera Cruz, *abraçando-nos* e *folgando* uns com os outros, isto é, reforçando o nosso convívio, aprofundando o conhecimento recíproco, para nos compreendermos melhor e para nos respeitarmos como iguais, plenamente conscientes das nossas diferenças.

Ao fim e ao cabo, é o que nos propomos fazer durante estes três dias: estreitar as relações pessoais, conviver fraternalmente, aprender uns com os outros, sem preconceitos nem tabus.

Há uns anos atrás cantava Chico Buarque: “Ai esta terra [o seu Brasil] ainda vai cumprir seu ideal/ ainda vai tornar-se um imenso Portugal”.

O poeta-cantor falava assim, quando, liberto Portugal de uma ditadura de 48 anos, o Brasil continuava sob a bota da ditadura militar. E só neste contexto podem entender-se as suas palavras.

Naturalmente, todos desejamos que Brasil e Portugal possam viver em liberdade e em paz e possam ajudar a construir um *mundo liberto*, uma *vida limpa*, um *tempo justo*, adoptando como lema de vida colectiva a mensagem poética de Sophia de Mello Breyner, a que recorro de novo para tentar embelezar a minha prosa.

Mas é claro que o ideal do Brasil não é nem será o de tornar-se um *imenso Portugal*, do mesmo modo que Portugal não é nem poderá tornar-se um *pequeno Brasil*.

Hoje não somos apenas dois *países* diferentes, somos também dois *povos* diferentes. Cada um tem que fazer o seu próprio caminho, lembrando e honrando a *história comum*, sem esquecer nem repudiar nenhum dos seus momentos, antes assumindo por inteiro as grandezas e as misérias da nossa história colectiva. A identidade de cada um dos nossos povos continuará a afirmar-se, mas estou certo de que o *Portugal português* e o *Brasil brasileiro* continuarão a ser pátrias dos dois povos irmãos que somos há séculos.

Gostaria de formular o desejo de que consigamos partilhar as nossas vidas, os nossos projectos e, sobretudo, os nossos êxitos com os demais povos que falam a língua de Camões. Oxalá a CPLP se consolide, alargando e reforçando a nossa cooperação no plano político e no plano económico, no plano científico e no plano tecnológico. Mas, acima de tudo, faço votos para que ela continue a ser a *comunidade de culturas* e a *comunidade de afectos* que tem sido até hoje.

Todos sabemos que os tempos não são fáceis e que verdadeiras tragédias se abatem sobre muitos dos nossos irmãos com quem nos entendemos falando português.

Neste final de século e de milénio, anunciador de tantas esperanças legítimas, mas tão carregado igualmente de penosas angústias, apetece-me terminar esta minha fala convocando o poeta Bertold Brecht para dizer com ele, esperando que muitos de vós possam acompanhar-me:

*“Pedimos expressamente
que não achem natural
o que sempre acontece!
Que nada seja tido
por natural neste
tempo de confusão
sangrenta, de desordem
ordenada, de
arbitrariedade
sistemizada, de humanidade desumanizada,
para que nada disto
se mantenha”.*

Muito obrigado pela vossa atenção.

**ALOCUÇÃO NA CERIMÓNIA DE ENTREGA DO
PRÉMIO DR. FRANCISCO SALGADO ZENHA
(22 DE FEVEREIRO DE 2000)
(BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO, VOL. LXXVI,
2000, 647-650)**

*Senhor Reitor da Universidade de Coimbra
Senhora D. Maria Irene Salgado Zenha e demais
Familiares do senhor Dr. Francisco Salgado Zenha
Senhor Doutor Eduardo Paz Ferreira
Senhor Dr. Xencora Camotim
Caros Colegas
Queridos Estudantes
Minhas Senhoras e meus Senhores*

Há cerca de um ano, em 15 de Março de 1999, realizou-se perante notário, na Sala do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra, a escritura que instituiu a *Fundação Francisco Salgado Zenha*, com sede nesta Faculdade e administrada por um Conselho Directivo constituído por três membros do seu corpo docente, ao qual preside, por inerência de funções, o Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra.

A instituição desta Fundação ficou a dever-se à iniciativa e à generosidade da Senhora D. Maria Irene Salgado Zenha, que assim quis homenagear a memória do seu marido, o Senhor Dr. Francisco Salgado Zenha, que nesta Casa concluiu com brilhantismo a sua licenciatura. Por isso, a minha primeira saudação vai para V. Ex^a, Senhora D. Maria Irene, a quem agradeço, em meu nome pessoal e em nome da Faculdade de Direito de Coimbra, a honra que nos deu ao associar a nossa Faculdade

à homenagem que quis prestar a seu marido. Bem haja pelo seu gesto, que muito nos honra e muito nos responsabiliza. E bem haja por ter querido estar hoje connosco nesta cerimónia de entrega do *Prémio Dr. Francisco Salgado Zenha*, atribuído este ano pela primeira vez pela Fundação que instituiu.

A segunda palavra é para saudar o Senhor Reitor da Universidade de Coimbra, que, mais uma vez, aceitou presidir a um acto da vida da nossa Escola. A sua presença na Faculdade de Direito é um estímulo para todos os que nela trabalham. Neste caso - estou certo disso - ela significa também a sua homenagem e a homenagem da Universidade de Coimbra a um dos alunos mais ilustres desta *Alma Mater*, que foi também um dos mais marcantes Presidentes da AAC, o Senhor Dr. Francisco Salgado Zenha.

Uma saudação é devida também ao Senhor Dr. Xencora Camotim. A sua acção foi decisiva para que tivesse chegado a born porto o processo que conduziu à instituição da *Fundação Francisco Salgado Zenha*, nos termos e com os objectivos que a caracterizam. Neste sentido concorreram a sua amizade para com o Dr. Francisco Salgado Zenha e a Senhora D. Maria Irene, a consideração em que tem esta sua Faculdade, a sua competência como advogado, o bom senso e a sabedoria que são apanágio da sua personalidade. Foi uma honra e um prazer trabalhar consigo, Senhor Dr. Xencora Camotim. A Faculdade de Direito de Coimbra e a *Fundação Francisco Salgado Zenha* ficam-lhe devedoras do carinho e da atenção com que ajudou a Senhora D. Maria Irene a realizar este projecto.

Uma palavra especial de saudação para o nosso Colega da Faculdade de Direito de Lisboa, Doutor Eduardo Paz Ferreira, que aceitou o meu convite para proferir, nesta sessão, uma oração sobre a personalidade e a obra do Senhor Dr. Francisco Salgado Zenha, de quem foi Colega, Amigo e Colaborador. Sabe bem que é sempre com prazer que o recebemos nesta nossa Casa. É com redobrado prazer que hoje o saúdo, também porque, através da sua pessoa, podemos associar a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa a este dia feliz da nossa vida institucional. Muito obrigado.

Estamos hoje aqui para entregar o *Prémio Dr. Francisco Salgado Zenha* ao estudante da Faculdade de Direito de Coimbra que, no ano lectivo

de 1998/1999, apresentou o melhor trabalho escrito sobre um dos temas previstos nos Estatutos da *Fundação Francisco Salgado Zenha* (direitos do homem, direito humanitário ou direitos, liberdades e garantias), ao instituir, na Faculdade de Direito de Coimbra, um Prémio Escolar com o nome do seu patrono.

Apresentaram-se a concurso vários trabalhos: “O estatuto dos mouros em Portugal nas Ordenações Afonsinas”; “Genocídio: *homo homini lupus*”; “A transmissão do vírus da sida e a responsabilidade penal. Problemas ao nível do tipo de ilícito”; “A situação dos refugiados no mundo”; “O princípio da não-discriminação em razão do sexo na ordem jurídica comunitária”. Na apreciação destes trabalhos - todos de bom nível - participaram, graciosamente, vários Colegas da Faculdade, a quem quero publicamente agradecer mais esta contribuição para a sua Escola. Deixo aqui os seus nomes: Doutores José Joaquim Gomes Canotilho, Manuel da Costa Andrade, Rui de Figueiredo Marcos e Jorge Coutinho de Abreu; Mestres João Loureiro, Vieira Cura, Jónatas Machado, Maria João Antunes, João Reis, Cristina Líbano Monteiro, Miguel Gorjão Henriques, Francisco Ferreira de Almeida e Cláudia Santos.

Com base nos relatórios por eles apresentados, o Conselho Directivo da Fundação Francisco Salgado Zenha (constituído por mim próprio, pelo Doutor Gomes Canotilho e pela Mestre Maria João Antunes) deliberou por unanimidade atribuir o *Prémio Dr. Francisco Salgado Zenha* referente ao ano lectivo 1998/1999 à aluna Dulce Margarida de Jesus Lopes. Os nossos parabéns para ela, que bem merece esta distinção.

Estamos aqui para homenagear a Dulce Margarida. Mas é claro que todos estamos aqui, e ela também, para homenagear Francisco Salgado Zenha. Em nome da minha Faculdade, quero repetir, nesta Sala dos Gerais e perante todos os presentes, o que tive o gosto de dizer à Senhora D. Maria Irene Salgado Zenha após a realização do acto instituidor da *Fundação Francisco Salgado Zenha*. A Faculdade de Direito de Coimbra sente-se muito lisonjeada por lhe ter sido cometida esta tarefa de honrar a memória de um dos seus antigos alunos que mais a prestigiaram. Francisco Salgado Zenha foi um aluno distinto e um dirigente associativo respeitado; foi um dos advogados mais brilhantes da sua geração; foi

um cidadão exemplar e um corajoso combatente da liberdade desde os seus tempos de jovem estudante de Coimbra; foi um homem de estado devotado ao seu País.

Os cravos vermelhos que decoram esta mesa são também uma forma de homenagear simbolicamente um dos portugueses que muito ajudaram a abrir *as portas que Abril abriu*.

Para mim, pessoalmente, é motivo de enorme alegria poder estar aqui a prestar homenagem a um Homem que tive o privilégio de conhecer, de respeitar e de admirar.

Tendo iniciado o meu estágio para o exercício da advocacia em Coimbra, no escritório do Dr. Fernando Lopes, transferei o estágio para Lisboa, para o escritório do Prof. Adelino da Palma Carlos, quando iniciei o cumprimento do serviço militar obrigatório.

Devo ao Dr. Mário Canotilho, meu primo, meu amigo e meu irmão, o privilégio do acesso aos escritórios destes dois grandes advogados portugueses, dos melhores do seu tempo, aos quais presto, humildemente, a minha homenagem. Mas o meu desejo era trabalhar com o Dr. Salgado Zenha. Consegui realizá-lo, mais uma vez, graças à intervenção de Mário Canotilho (amigo de Zenha desde os tempos de estudantes e militantes do PCP em Coimbra), que aqui lembro, respeitosamente, com imensa saudade.

Durante cerca de dois anos, tive a felicidade de trabalhar com o Dr. Zenha, no escritório da Rua Augusta, que partilhava com o Dr. Luís Saias. Foi para mim uma experiência profissional enriquecedora e uma gratificante experiência pessoal. Devo ao Dr. Salgado Zenha a confiança que depositou em mim ao convidar-me para ficar a trabalhar com ele, em escritório que se propunha abrir para os dois na zona do Chiado.

A verdade é que, apesar dos ilustres mestres que tive, a advocacia nunca me cativou. Por isso, muito embaraçado, vi-me obrigado a agradecer-lhe a confiança e a dizer-lhe que não estava interessado em continuar a trabalhar como advogado. Devo-lhe, no entanto, para sempre, esta prova de confiança e de amizade, para além do muito que me ensinou como advogado e do que com ele aprendi como Homem e como cidadão.

Peço-vos desculpa por esta nota pessoal, mas não consegui resistir à evocação deste breve período de convívio com o Senhor Dr. Salgado Zenha. É ainda uma forma de o lembrar e de o homenagear.

Vou terminar estas minhas Palavras como Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra e Presidente do Conselho Directivo da *Fundação Francisco Salgado Zenha*, porque a oração de homenagem a esta destacada personalidade da vida portuguesa da segunda metade do século, como jurista, como Homem, como cidadão e como estadista, está a cargo de quem o fará muito melhor do que eu, o meu Colega Doutor Eduardo Paz Ferreira, ao qual passo imediatamente a palavra.

(Página deixada propositadamente em branco)

**CONFERÊNCIA DE ABERTURA DA SEMANA
COMEMORATIVA DO 180º ANIVERSÁRIO DA FACULDADE
DE DIREITO DA USP, PROFERIDA NO SALÃO NOBRE DA
FACULDADE NO DIA 8 DE AGOSTO DE 2007**

***O NEOLIBERALISMO E A CHAMADA CONSTITUIÇÃO EUROPEIA.
A MORTE ANUNCIADA DO “MODELO SOCIAL EUROPEU”****

1. - Talvez valha a pena começar por explicar, muito rapidamente, como se chegou à ‘Constituição Europeia’, acerca da qual me proponho analisar alguns aspectos relacionados com as soluções nela consagradas sobre o tema da minha palestra.

Em 25 de Março de 1957 foi assinado o Tratado de Roma, que criou a *Comunidade Económica Europeia* (CEE), simultaneamente com a criação da *Comunidade Europeia da Energia Atómica* (Euratom), a terceira das comunidades europeias, a par da CECA (a *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço*, criada em 1950, por ocasião do 5º aniversário da rendição da Alemanha nazi).²

* À Escola do Largo de São Francisco quero prestar, também aqui, pública homenagem e agradecer a honra do convite que me foi dirigido pelo meu Colega e Amigo, Prof. Doutor Heleno Torres, e pelo Director da Faculdade, Prof. Doutor João Grandino Rodas, que me honra com a sua amizade desde os tempos em que foi, também ele, *alumnus conimbricensis*. Ao texto que li no Salão Nobre da FDUSP, no Largo de S. Francisco, em São Paulo, acrescentei apenas as notas de rodapé.

² Em 1959 viria a constituir-se a EFTA (*European Free Trade Association*). Liderada pelo RU (e integrando também a Áustria, a Dinamarca, a Noruega, Portugal, a Suécia e a Suíça), era uma organização que pretendia constituir tão só uma *zona de comércio livre* para *produtos industriais* (que não era sequer uma *união aduaneira*), afastando, ao contrário da CEE, qualquer projecto de *integração política*, até porque alguns dos seus membros eram países neutrais (Áustria, Suécia e Suíça).

Dos seis países iniciais (França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo), a CEE passa para nove membros em 1973 (adesão do RU, Irlanda e Dinamarca) e para dez em 1981 (com a entrada da Grécia). Em 1986, foi a vez de Portugal e da Espanha; em 1995 entraram na União Europeia (UE) a Áustria, a Finlândia e a Suécia; em 2004 a UE passou a 25 membros (com a entrada de Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa); em 2006, este número aumentou para 27, com a entrada da Bulgária e da Roménia. Entretanto, continua o processo de negociações com a Turquia.

Ao longo dos anos, o Tratado de Roma foi sendo alterado: em 1986, pelo *Acto Único Europeu* (que veio promover a implantação efectiva, até 31.12.1992, do mercado interno único de mercadorias, capitais, serviços e pessoas); em 1992, pelo *Tratado de Maastricht* (que criou a União Europeia e decidiu avançar com a União Económica e Monetária (UEM), criar a moeda única e um Banco Central Europeu - BCE); em 1997, pelo *Tratado de Amesterdão* (que tentou a definição de uma estratégia não vinculativa no domínio do emprego); ainda em 1997, os estados da zona euro estabeleceram o *Pacto de Estabilidade e Crescimento* (que veio enfeudar a política monetária e a política orçamental a rigorosos critérios monetaristas, sacrificando todos os outros objectivos económicos e sociais das políticas públicas ao objectivo primordial da estabilidade monetária); em 2000, pelo *Tratado de Nice* (que reorganizou os poderes políticos no seio da UE, tendo em vista o futuro alargamento); à margem deste Tratado foi aprovada a *Carta dos Direitos Fundamentais* (CDF), objecto de mera declaração política, porque o RU se opôs a que ela fosse incorporada no Tratado e dotada de força jurídica vinculativa.

No Conselho de Laeken (Dezembro/2001) os Chefes de Estado e de Governo decidiram convocar uma “Convenção sobre o futuro da Europa”, cometendo-lhe a tarefa de reflectir sobre “uma melhor repartição e definição das competências no seio da UE”, sobre “a simplificação dos instrumentos” e a “legitimidade democrática e a transparência das instituições”. O problema da adopção de um

“texto constitucional” foi deixado em aberto, no quadro de um processo de simplificação dos Tratados anteriores, que codificasse num texto único os pontos fundamentais consagrados nos Tratados e na jurisprudência comunitária.

Em 29 de Outubro de 2004 foi assinado em Roma o *Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa* (TECE).

Em virtude do veto resultante dos referendos realizados em 2005 na França e na Holanda, o TECE não foi ratificado por todos os estados-membros da UE e a ‘Constituição Europeia’ não entrou em vigor.

2. - Quando, em 1957, foi assinado o Tratado de Roma, que instituiu a CEE, já estavam em vigor, ratificadas pelos seis estados signatários do Tratado, a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (DUDH - aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10.12.1948) e a *Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais* (em regra designada por *Convenção Europeia dos Direitos do Homem* - CHDH, assinada em Roma em 4.11.1950).

No entanto, o Tratado de Roma não se ocupou expressamente dos direitos fundamentais, centrando-se no objectivo de pôr de pé um *mercado comum*, na base de uma *união aduaneira*.

É certo que aos cidadãos dos estados-membros eram reconhecidos certos direitos que podem considerar-se incluídos no elenco normal dos direitos fundamentais, decorrentes do princípio da não discriminação em razão da nacionalidade, do princípio da igualdade entre os sexos em matéria de remuneração do trabalho, do direito de livre circulação dentro do espaço da CEE, do direito de exercício da actividade económica em qualquer país da Comunidade. Trata-se, porém, como resulta do seu enunciado, de direitos reconhecidos aos *agentes económicos* (trabalhadores ou empresários) actuantes no *mercado comum* e não propriamente de *direitos das pessoas*. As Comunidades Europeias eram essencialmente, e sem disfarce, *comunidades económicas*, não comunidades de pessoas, pelo que os direitos das pessoas só eram tidos em conta na medida em que eles fossem um pressuposto do estabelecimento e do desenvolvimento do *mercado comum*.

Só em 1986, no *Preâmbulo* do *Acto Único Europeu* ³, foi assumido pela primeira vez de forma explícita o compromisso dos estados-membros no sentido de “promover conjuntamente a democracia, com base nos direitos fundamentais reconhecidos nas constituições e na legislação dos estados-membros, na Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e na Carta Social Europeia, nomeadamente a liberdade, a igualdade e a justiça social”.

Na sequência do Tratado de 1986, três Directivas de 28.6.1990 vieram alargar aos não activos o *direito de livre circulação*, embora um não activo só pudesse exercer o *direito de residência* em um país da União que não o da sua nacionalidade se fizesse prova de possuir meios de subsistência suficientes. A Comunidade Europeia estava longe de se assumir e de poder ser vista como uma *comunidade de pertença*, uma comunidade integradora de todos os nacionais dos estados-membros, que não poderiam considerar-se *cidadãos europeus*.⁴

3. - A União Europeia, criada em 1992 pelo *Tratado da União Europeia* (TUE),⁵ embora mantenha um cunho económico predominante, veio introduzir claramente preocupações de natureza política no processo da integração europeia. Daí o espaço ampliado concedido à problemática dos direitos fundamentais. Com efeito, o TUE (art. 6º) vem proclamar que “a União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do estado de direito, princípios que são comuns aos estados-membros”, e vem determinar que a *União Europeia* (entidade que substituiu as Comunidades Europeias) “respeitará os direitos fundamentais tal como os garante a Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (...), e tal como resultam das tradições

³ Tratado assinado no Luxemburgo em 17.2.1986 (com entrada em vigor em 1.7.1987), que veio concretizar o projecto de *mercado único europeu*.

⁴ Cfr. R. MOURA RAMOS, *Das Comunidades à União Europeia – Estudos de Direito Comunitário*, Coimbra, Coimbra Editora, 1994. 337/338.

⁵ Normalmente designado por *Tratado de Maastricht*, por ter sido assinado nesta cidade holandesa em 6.2.1992, tendo entrado em vigor em 1.11.1993.

constitucionais comuns aos estados-membros, enquanto princípios gerais do direito comunitário”.

É evidente, porém, que não se trata da consagração de uma tábua de direitos fundamentais, como o fazem normalmente as constituições dos estados soberanos, porque os Chefes de Estado e de Governo dos países signatários do Tratado de Maastricht não seguiram a orientação preconizada pelo Parlamento Europeu na *Declaração de Direitos e Liberdades Fundamentais* (Resolução de 12.4.89), e porque afastaram também a hipótese de adesão da própria UE *qua tale* à CHDH.

3.1. - No *Protocolo relativo à política social* (Acordo relativo à política social celebrado entre os estados-membros da Comunidade Europeia com excepção do Reino Unido, que é parte integrante do Tratado de Maastricht), o art. 1º proclama que “a Comunidade e os estados-membros terão por objectivos a promoção do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, uma protecção social adequada, o diálogo entre parceiros sociais, o desenvolvimento dos recursos tendo em vista um nível de emprego elevado e duradouro e a luta contra as exclusões”. E o art. 6º consagra o dever de cada estado-membro de assegurar “a aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre trabalhadores masculinos e femininos, para trabalho igual”.

É um passo no sentido de reconhecer ‘direito de cidadania’ aos direitos sociais dos trabalhadores.⁶ Mas é evidente que a ponderação destes direitos continua a ter uma inspiração economicista, subordinando-os à “necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia comunitária” (art. 1º, *in fine*).

⁶ Em 18.10.1961 foi assinada em Turim, no quadro do Conselho da Europa, a *Carta Social Europeia* e em 9.12.1989 o Conselho Europeu aprovou (em Estrasburgo) a *Carta Comunitária dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores*. Estas Cartas não passam, porém, de meras *declarações políticas*, sem qualquer força vinculativa no plano jurídico. De todo o modo, esta última tem sido um guia para a acção da UE nas áreas por ela contempladas relativas ao trabalho por conta de outrem (direito ao exercício de actividade profissional em qualquer estado-membro; liberdade de associação e negociação colectiva; direito à formação profissional, à protecção da saúde e à segurança no local de trabalho; direito a uma remuneração equitativa, à melhoria das condições de vida e de trabalho e a uma protecção social adequada nos termos definidos legalmente em cada estado-membro; direito à igualdade de tratamento entre homens e mulheres; direito a informação, consulta e participação dos trabalhadores).

Por imperativo do “princípio de uma economia de mercado aberto e de livre concorrência”, a liberdade de circulação de mercadorias, de serviços e de capitais é reconhecida em toda a sua plenitude, sem qualquer limitação. Mas não é reconhecida a *liberdade de circulação das pessoas*. Admite-se apenas a *liberdade de circulação dos trabalhadores* (exceptuados os da administração pública), na medida em que ela pode servir os *interesses do mercado* (i.é, os interesses do capital). Com efeito, a liberdade de circulação dos trabalhadores só é reconhecida (cfr., nomeadamente arts. 48º, 52º e 58º) para responder a ofertas de emprego, para exercer uma actividade laboral, para concretizar a liberdade de estabelecimento ou a liberdade de prestação de serviços em qualquer país da UE.

Quer dizer: mesmo direitos tão fundamentais como a *liberdade de circulação* e o *direito de residência* só são reconhecidos aos cidadãos europeus porque eles constituem um elemento caracterizador do mercado interno (art. 3º, al. c) TUE). Com efeito, o Tratado de Maastricht garante (art. 8º-A) que “qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos estados-membros”. Mas logo se acrescenta que este direito é reconhecido “sem prejuízo das limitações e condições previstas no presente Tratado [por exemplo as dos arts. 48º, 52º e 58º?] e nas disposições adoptadas em sua aplicação”. E o nº 2 deste art. 8º-A reconhece a existência de dificuldades no exercício destes direitos, ao admitir que “o Conselho pode adoptar medidas destinadas a facilitar o exercício dos direitos a que se refere o número anterior”. Mas fá-lo com tantas exigências que não são de esperar grandes facilidades: “salvo disposição em contrário do presente Tratado – estipula o nº 2 -, o Conselho delibera por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após parecer favorável do Parlamento Europeu”. Não será fácil mudar as regras que continuam a subordinar o direito de circulação e o direito de residência às razões económicas de *defesa do mercado aberto e de livre concorrência*. Mas o TJCE (*Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias*) tem interpretado e conformado estes direitos em moldes que vão além dos textos pertinentes do direito comunitário aplicável.⁷

⁷ Sobre esta matéria, cfr. F. LIBERAL FERNANDES, *Liberdade de circulação dos trabalhadores na Comunidade Europeia*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002.

3.2. - No mesmo sentido vai, sem dúvida, a consagração da *cidadania europeia*.

Nos termos dos arts. 17º a 22º dos Tratados (segundo a numeração adoptada pelo Tratado de Amesterdão), considera-se *cidadão da União* qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um estado-membro, sendo que a *cidadania europeia* não anula nem substitui a cidadania nacional de qualquer cidadão de um estado-membro da UE, antes acresce a ela.

A *cidadania europeia* confere, porém, aos cidadãos europeus alguns *direitos de cidadãos*, não vinculados à sua condição de empresários ou de trabalhadores: o direito de eleger e de ser eleito nas eleições para o PE (Parlamento Europeu), bem como nas eleições municipais do estado-membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse estado (mas não podem votar nas eleições legislativas, que relevam da *soberania nacional* e estão reservadas aos cidadãos de cada país); o direito de, sempre que se encontre em território de países terceiros em que o estado-membro de que são nacionais não tenha representação diplomática, beneficiar da protecção das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer estado-membro, nas mesmas condições que os nacionais desse estado; o direito de dirigir petições ao PE; o direito de recorrer ao Provedor de Justiça Europeu; o direito de se dirigir às instituições e aos órgãos consultivos da UE numa das línguas da União e de obter uma resposta na mesma língua.

A este elenco poderemos acrescentar os que transparecem no art. I-2º, que enuncia os *valores da União* (que vêm desde o Tratado de Amesterdão, 1997) e os que constam da CDF, aprovada como *declaração política* em Nice (Dez/2000) e incluída agora, com força jurídica, na Parte II do TECE.

No que toca aos direitos políticos, referiremos ainda a abertura do TECE a algumas práticas de *democracia participativa*.⁸

⁸ O art. I-47º permite que um milhão, pelo menos, de cidadãos da UE, nacionais de um número significativo (a definir em lei europeia) de estados-membros, pode tomar a iniciativa de convidar a Comissão a, no âmbito das suas atribuições, apresentar uma proposta adequada em matérias sobre as quais esses cidadãos considerem necessário um acto jurídico da União para aplicar a 'Constituição'. O que acontece é que a Comissão pode ou não dar seguimento à proposta que lhe é apresentada, sendo vedado aos cidadãos dirigir-se, sem a intermediação

3.3. - Acontece, porém, que, ao contrário do que se passa com os direitos fundamentais de que gozam os cidadãos de um qualquer país, nos termos da respectiva constituição nacional, estes direitos dos cidadãos da União não são, porém, directa e imediatamente exequíveis. Só se tornam efectivos depois da adopção pelo Conselho Europeu (deliberando por unanimidade) das medidas para tanto necessárias, e, em última instância, da adopção das medidas que cada estado-membro tem de assumir, nos termos das respectivas normas constitucionais.

Permanece em aberto, de todo o modo, a questão essencial: serão estes direitos bastantes para definir uma cidadania?⁹ Os cidadãos dos países da UE sentir-se-ão portadores de uma *identidade comum*, sentir-se-ão cidadãos de uma *nova pátria comum*? Sentir-se-ão, ao menos, sujeitos da vida e da acção da UE?¹⁰

Não vejo como poderá responder-se afirmativamente a estas questões. Na leitura que faço da realidade europeia, os cidadãos dos países da UE

da Comissão, às instituições legitimadas politicamente, de forma directa ou indirecta, pelo voto (o PE ou o Conselho de Ministros).

O art. I-24º-6, por sua vez, vem declarar que são públicas as reuniões do Conselho de Ministros sempre que este delibere e vote sobre um projecto de acto legislativo. É um simples gesto simbólico (a aproximar a prática deste 'órgão legislativo' da prática normal dos parlamentos nacionais), porque a *discussão* dos temas envolvidos é da responsabilidade do Comité de Representantes Permanentes dos Governos dos Estados-Membros (art. I-24º-5).

⁹ Sobre o conteúdo dos direitos atribuídos aos cidadãos da União, cfr. R. MOURA RAMOS, *ob. cit.*, 339ss.

¹⁰ Na sequência do Tratado de Maastricht, a CE fala de direitos e deveres dos cidadãos da União. Mas a verdade é que não se prevêem quaisquer *deveres*. O que parece traduzir o reconhecimento de que a União não é uma entidade soberana, que possa impor aos seus cidadãos *deveres de soberania*.

Esta mesma ideia está implícita na própria definição de *cidadania da União*, reconhecida apenas àquelas pessoas que são *nacionais dos estados-membros*, i.é, àquelas pessoas que o ordenamento jurídico de cada estado-membro considerar como cidadãos deste estado. Tudo se passa de acordo com os princípios do direito internacional público decorrentes, neste caso, do art. 1º da Convenção da Haia (12.4.1930), nos termos do qual “é da competência de cada estado determinar, através de legislação própria, quem são os seus nacionais”.

O estado-nação continua, pois, a ser a matriz da cidadania; a cidadania da União não tem existência autónoma e a UE não pode considerar-se um espaço de cidadania, como uma *comunidade de cidadãos*, mas tão só como uma *união de estados*.

Georges SARRE (*L'Europe contre la Gauche*, Paris, Eyrolles, 2005, 9-11) defende que este “mito de uma República europeia” está “no coração do pensamento único”, dele dependendo “o poder das elites políticas, económicas e mediáticas que governam sem o povo desde há vinte anos” e conclui que não passa de uma ilusão a ideia de que a Europa possa substituir a nação como “espaço de transformação social, de realização da justiça em todos os domínios, do exercício da democracia e da solidariedade”.

continuam a considerar o estado-nação como o horizonte inultrapassável da cidadania e o quadro natural da democracia. O próprio art. I-5º TECE declara que a União respeita a *identidade nacional* dos estados-membros (e creio que só ela conta verdadeiramente) e o art. I-10º lembra que *a cidadania da União não substitui a cidadania nacional*.

Os cidadãos dos países da UE vêem o poder político da União como algo que não está ao seu alcance, manobrado por uma tecno-burocracia sem rosto e pelos grupos de pressão com ‘representação diplomática’ em Bruxelas. Entendem que as estruturas e competências da União estão a retirar importância às suas opções em termos de política interna do seu país. Apercebem-se de que os seus governantes tomam decisões em Bruxelas de que praticamente não prestam contas internamente, invocando as ‘culpas’ de Bruxelas sempre que as coisas correm mal.¹¹

Sete Chefes de Estado de países da UE (Alemanha, Áustria, Finlândia, Itália, Letónia, Polónia e Portugal) trouxeram a público, em Julho de 2005, uma carta conjunta intitulada “Unidos pela Europa”, na qual afirmavam: “Sem a aceitação dos cidadãos e a sua colaboração, a UE não conseguirá consolidar-se nem muito menos progredir”.¹² E a verdade, como eles reconhecem, é que, até agora, os processos de decisão das instituições comunitárias pecam por falta de transparência, e as próprias instâncias decisórias perdem-se no anonimato. O modo como o processo de integração se tem desenvolvido, marcado recorrentemente por atitudes de reserva mental por parte dos mais altos dirigentes relativamente às motivações e aos objectivos dos passos dados, justifica que os cidadãos dos países da UE se sintam excluídos não só das decisões com incidência

¹¹ É significativo que a abstenção tenha atingido, nas eleições para o PE de Junho/2004, uma taxa global de 45%. Mas foi igual ou superior a 70% na Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Polónia, RU e República Checa, foi superior a 60% na Finlândia, Holanda, Hungria, Portugal e Suécia, e foi superior a 50% na Alemanha, Áustria, Dinamarca, França, Letónia e Lituânia. É um panorama que nos obriga a colocar em pauta, muito seriamente, a legitimidade democrática das instituições da União: parece que os povos da Europa estão de costas voltadas para elas. Longe da *Europa dos cidadãos*, vai-se fazendo a *Europa sem cidadãos*. Também por esta razão ganha sentido a síntese de A. LECHEVALIER/ G. WASSERMAN (*La Constitution Européenne – Dix clés pour comprendre*, Paris, La Découverte, 2005, 55): “a história da construção europeia é, como sabemos, também a história do seu défice democrático”.

¹² Publicada em Portugal no jornal *Público*, 15.7.05, 10.

directa no seu dia a dia, mas, sobretudo, das decisões relevantes para o seu futuro individual e colectivo.

4. - O Tratado de Amesterdão (1997) mantém o mesmo tom de indefinição no que concerne aos direitos fundamentais: o Conselho, deliberando por *unanimidade, pode tomar*, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, as medidas necessárias para combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.¹³

Mesmo tratando-se de direitos fundamentais, a *iniciativa legislativa* permanece monopólio da Comissão Europeia, cabendo ao Conselho o *poder de legislar*, sendo o Parlamento Europeu *mero órgão consultivo*. Este regime, que atribui à Comissão o papel decisivo no que toca à adopção (ou não) das medidas necessárias para tornar efectivos estes direitos fundamentais, só pode significar que eles são valorizados de modo secundário relativamente aos interesses económicos em presença, uma vez que a missão atribuída à Comissão é a de “garantir o funcionamento e o desenvolvimento do mercado comum” (art. 211º dos Tratados), pelo que as suas iniciativas se inspiram, naturalmente, nos ‘valores’ que definem o *mercado comum* e visam, obviamente, o cumprimento desta missão.

O Tratado de Amesterdão introduziu também um título relativo ao *emprego*, porque o Governo francês (Lionel Jospin) fez disso condição para aceitar o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Mas este Título VIII não define nenhum objectivo vinculativo, não consagra o *direito ao trabalho* nem compromete a União a promover uma política activa de combate ao desemprego e de promoção do pleno emprego. Afirma-se apenas o compromisso dos estados-membros e da Comunidade em desenvolver uma *estratégia coordenada em matéria de emprego*, com vista à realização de um *elevado nível de emprego*, salientando-se a *formação de mão-de-obra qualificada, formada e susceptível de adaptação* e a estruturação de *mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas*.

¹³ O nº 2 do artigo 13º exclui expressamente qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos estados-membros nesta matéria.

O objectivo keynesiano do *pleno emprego* é afastado, não vá Keynes ressuscitar, depois de ter sido decretada a sua ‘morte’... (um *elevado nível de emprego* é quanto basta).¹⁴ A vida mostra que, verdadeiramente, o que tem movido a Comissão e os Governos dos estados-membros é a promoção de mercados de trabalho *flexíveis* (com despedimentos mais fáceis, trabalho cada vez mais precário, direitos sociais cada vez mais reduzidos), que *reajam rapidamente às mudanças económicas*, para assegurar, por esta via, a competitividade (uma competitividade sem futuro).

Tudo em plena concordância com os fundamentos teóricos que vêm enquadrando a construção europeia, com particular evidência a partir do Acto Único e da concretização do mercado interno único. De acordo com os cânones do pensamento neoliberal, entende-se que o desemprego depende essencialmente de factores de *rigidez* que impedem o funcionamento do mercado de trabalho segundo as regras da concorrência. Esses factores são os sindicatos (que impõem salários muito elevados e uniformes e que impedem a baixa dos salários nominais), o subsídio de desemprego, o salário mínimo garantido, os descontos obrigatórios dos empregadores para o sistema público de segurança social (que agravam os custos da mão-de-obra).

Sendo esta a filosofia que orienta as instâncias comunitárias, não admira que as linhas directrizes definidas pelo Conselho Europeu por maioria qualificada – linhas que os estados-membros têm em conta nas suas ‘políticas de emprego’ – se centrem basicamente no que se designa, enfaticamente, por *reforma estrutural do mercado de trabalho*, isto é, na diminuição da protecção do emprego e na instabilidade e precariedade dos postos de trabalho, na diminuição dos custos sociais do trabalho (reduzindo a contribuição patronal para a segurança social, com o pretexto de que assim se facilita a empregabilidade dos desempregados), na maior diferenciação da estrutura salarial (i.é, o alargamento do campo de

¹⁴ A *Estratégia de Lisboa* (Março/2000) proclamou o objectivo de transformar a UE na “economia do conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo”, apontando para o “pleno emprego de qualidade” que garanta maior coesão social. Até ao momento, trata-se de meros objectivos platónicos, sem perspectiva de concretização.

salários baixos e da desigualdade de rendimentos), na moderação salarial como regra de ouro da competitividade.¹⁵

A *flexibilização dos mercados de trabalho* e a *moderação salarial* constituem o cerne desta estratégia, que vem alimentando a concorrência entre os países da UE, apoiada numa espécie de *dumping salarial, fiscal e social*, esquema que o alargamento veio potenciar, arrastando com ele a política de *deslocalização de empresas*, tudo ao serviço do *nivelamento por baixo* no que toca à estabilidade do emprego, ao nível dos salários, aos direitos sociais.

Estes objectivos estratégicos estão agora a ser prosseguidos através da tentativa de impor aos trabalhadores europeus a chamada *flexigurança*, palavra inventada para traduzir a ideia de que é possível (e desejável, claro) um sistema que concilie a *flexibilidade* (i.é, a liberdade de despedir por parte dos empregadores) com a *segurança* (não a *segurança no emprego*, que esta tem de ser trocada por subsídios de desemprego generosos e pagos durante um período de tempo relativamente extenso e por políticas activas que ajudem os trabalhadores desempregados a melhorar a sua formação profissional e a encontrar um novo emprego).

É o chamado *modelo dinamarquês*, que tem funcionado satisfatoriamente na Dinamarca, onde se foi desenvolvendo em certas condições históricas, que levam o estado dinamarquês a investir muito na *formação profissional ao longo da vida* (para trabalhadores empregados e desempregados), em *políticas activas* de promoção do emprego e de ajuda na busca de um novo emprego e em prolongados e significativos *subsídios de desemprego* (o famoso “triângulo dourado”).

Só que ninguém de boa fé pode acreditar que este ‘modelo’ seja exportável para outros países. Desde logo porque ele custa muito dinheiro, que os dinamarqueses aceitam pagar com os impostos pagos por todos. No entanto, as orientações da Comissão Europeia são no sentido de pôr de pé, até ao fim de 2007, uma declaração de princípios comuns sobre

¹⁵ Ver *Recommandation du Conseil sur les grandes orientations des politiques économiques des États membres et de la Communauté (2003-2005)*, 2003/578/CEE, apud A. LECHEVALIER/G. WASSERMAN, *ob. cit.*, 86.

flexigurança. A aplicação deste ‘modelo’ a países como Portugal virá, sem dúvida, agravar ainda mais a situação dos trabalhadores portugueses, que continuarão sem a *segurança* que agora não têm, mas ficarão entregues à lei da selva da *flexibilidade*.

5. - Do que fica dito parece poder concluir-se que, quarenta anos depois do Tratado de Roma, os Tratados por que se regia a União Europeia não continham uma verdadeira carta dos direitos fundamentais. Esta só viria a ser aprovada em Nice (Dezembro de 2000), mas apenas como *declaração de princípios* (que não é parte integrante dos Tratados), sem carácter vinculativo do ponto de vista jurídico, permanecendo na esfera de competência do Tribunal de Justiça o poder de conformação dos direitos fundamentais e a sua consideração nas decisões a tomar, à luz dos *princípios gerais do direito comunitário* constantes dos Tratados, das normas constitucionais comuns aos estados-membros (a tradição constitucional democrática europeia) e das normas da CEDH (Roma, 4.11.1950).

Pois bem. A Parte II da chamada Constituição Europeia reproduz a CDF aprovada em Nice, à qual atribui *força jurídica*, ‘constitucionalizando-a’.

O TECE vem, por outro lado, reconhecer a possibilidade de adesão da própria UE à CEDH, solução já tentada anteriormente mas só agora viabilizada. Verificada esta adesão, os cidadãos comunitários passarão a dispor de mais um meio de defesa dos seus direitos, na medida em que poderão recorrer para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem como instância de defesa dos direitos previstos na CEDH que forem violados pelas instâncias comunitárias, nos mesmos termos em que podem fazê-lo nos casos de violação desses direitos pelos seus estados nacionais.

É claro, porém, que a Carta se limita a juntar num texto único normas que já constavam, com força jurídica, de vários tratados e convenções que vinculavam a generalidade dos países da UE e conferiam aos seus cidadãos os direitos agora consagrados na Constituição Europeia.

E é claro também que a CDF só obriga os estados-membros quando estes tiverem de transpor para a respectiva ordem jurídica interna as novas leis-quadro comunitárias ou quando as suas administrações tiverem de aplicar directamente a legislação comunitária. Mas a CE (Constituição

Europeia) prevê que os cidadãos da UE gozem de meios directos de protecção jurídica dos seus direitos perante a actuação das instituições comunitárias que violem os direitos consagrados na Carta.

A verdade é que, desde o seu início, a CEE (e depois a UE) exigiram sempre, como critério de aceitação de novos membros, o respeito por estes direitos fundamentais. Esta exigência foi formalizada no Tratado de Maastricht, de cujo art. 49º resulta que só serão tidos em conta os pedidos de entrada na União formulados por estados europeus que respeitem os princípios enunciados no nº1 do art. 6º (os princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do estado de direito), princípios considerados como *princípios gerais da ordem jurídica comunitária*, integrantes da ordem jurídica dos vários estados-membros, tal como são acolhidos na tradição constitucional democrática europeia e são consagrados na CEDH.

Em consonância com esta norma geral, desde 1992 que o respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais é considerado objectivo a prosseguir pela política externa e de segurança comum da União, ao mesmo tempo que se proclama que a política da União em matéria de cooperação para o desenvolvimento deve contribuir para o objectivo geral de desenvolvimento e consolidação da democracia e do estado de direito, bem como para o respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

A esta luz, parece, por isso, muito difícil conceber que esta protecção possa ser denegada, mesmo sem a CE, se qualquer instância comunitária puser em causa os princípios cujo respeito a Comunidade (e, depois, a UE) exige aos candidatos à adesão e deve tomar em conta no desenvolvimento das suas próprias políticas.¹⁶

¹⁶ Neste sentido é a orientação da jurisprudência do TJCE de há vários anos para cá. Sobre esta questão, cfr. M. Luísa DUARTE, *Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, 19ss. Desde 1970 que o TJCE assume que “a observância dos direitos fundamentais faz parte integrante dos princípios gerais de direito cujo respeito o Tribunal garante” (cfr. P. LUSSEAU, *Constitution Européenne: Les Droits de l’Homme en danger*, Éd. Connaissances et Savoirs, Paris, 2005, 61).

6. - As considerações que antecedem não anulam o facto de a CDF ficar aquém das tábuas de direitos (nomeadamente direitos económicos, sociais e culturais) consagradas nas constituições de alguns estados-membros e mesmo em documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem (10.12.1948), a Carta Social Europeia (Conselho da Europa, 18.10.1961) e a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores (9.12.1989), a primeira nem sequer referida no texto da Constituição Europeia e as duas últimas referidas apenas no Preâmbulo, apesar de todos os estados-membros da EU terem reafirmado o seu respeito por ela em 10.12.1998 (Resolução da ONU comemorativa dos 50 anos da DUDH) e em 8.9.2000 (três meses antes da aprovação da CDF em Nice), na *Declaração do Milénio*.¹⁷

É significativo, desde logo, o facto de a CE considerar “liberdades fundamentais” não aquelas que em regra integram o núcleo dos *direitos, liberdades e garantias*, mas antes “a livre circulação de pessoas, serviços, mercadorias e capitais, bem como a liberdade de estabelecimento”. Ora estas são as liberdades do (grande) capital (sobretudo do capital financeiro).

É igualmente sintomático o facto de a CE não garantir direitos fundamentais dos trabalhadores, como o direito ao trabalho, o direito a um rendimento mínimo, o direito a um subsídio de desemprego, o direito a uma pensão de reforma, o direito à habitação, direitos sociais colectivos reconhecidos em várias constituições modernas (de alguns estados-membros da UE) e na DUDH, talvez por isso ignorada pelos autores da CE, que preferem lembrar a CEDH, que não reconhece estes direitos.

Nesta mesma linha, o direito a um sistema público e universal de segurança social foi substituído pelo “direito de acesso às prestações de segurança social” (art. II-94º-1) e o direito à habitação deu lugar ao “direito a uma ajuda à habitação, destinada a assegurar uma existência condigna” (art. II-94ª-3).

O *direito ao trabalho* foi substituído pelo “direito de trabalhar”, a “liberdade de procurar emprego” e o “direito de acesso gratuito a um serviço de emprego” (art. II-75º e art. II-89º), inserido no cap. II da CDF

¹⁷ Ver P. LUSSEAU, *ob. cit.*, 10, 67 e 106.

(*Liberdades*), em vez de integrar o cap. I, sob a epígrafe *Dignidade*. Ora o *direito de trabalhar* foi uma conquista das revoluções burguesas, uma vez que ele não é mais do que a outra face da *liberdade de trabalhar* inerente ao *estatuto jurídico de homens livres* reconhecido aos trabalhadores após o desaparecimento da *escravatura* e a extinção da *servidão pessoal*. O *direito ao trabalho* (com o correlativo dever do estado de garantir a todos os trabalhadores uma existência digna através do trabalho) começou a ser consagrado na Constituição francesa de 1793 e consolidou-se após a revolução de 1848. Esta ‘Constituição Europeia’ reinventou agora o “direito de trabalhar”!¹⁸

Como novidade – que contraria disposições expressas de algumas constituições de estados-membros -, surge, para nosso espanto, o reconhecimento do direito de greve às entidades patronais ou direito ao *lock out* (art. II-88º e art. III-210º-6).

7. - Em termos gerais, podemos dizer, no entanto, que a CE consagra, na Parte II (CDF), o habitual conjunto dos direitos, liberdades e garantias próprio das sociedades democráticas. E os artigos II-112-4 e II-112-6 dizem que os direitos fundamentais “devem ser interpretados em harmonia com

¹⁸ Elucidativo é o tratamento de um tema tão delicado como o do trabalho infantil.

As Cartas Sociais do Conselho da Europa mostram uma evolução positiva a este respeito, de 1961 para 1996. Na versão adoptada neste último ano, o art. 7º define a idade de quinze anos como a idade mínima para a entrada no mercado de trabalho (e a idade mínima de dezoito anos para certas actividades perigosas ou insalubres) e fixa em quatro semanas o período mínimo de férias pagas para os trabalhadores com menos de dezoito anos.

Ora o art. II-92º do TECE determina que *é proibido o trabalho infantil*, mas deixa uma larga margem de indefinição ao limitar-se a dizer que a idade mínima de admissão ao trabalho não pode ser inferior à idade em que cessa a escolaridade obrigatória. O certo é que o art. 17º da *Carta Social* de 1996 especifica que o ensino obrigatório compreende o ensino primário e o ensino secundário, mas o art. II-74º do TECE não define nenhum tempo ou idade para o ensino obrigatório. Parece, pois, que em um estado-membro da UE que fixar nos doze anos a idade máxima para frequentar o ensino obrigatório as crianças poderão começar a trabalhar aos doze anos, com a bênção da ‘constituição europeia’.

O menos que se pode dizer é que se utilizou uma técnica legislativa deficiente. O que parece correcto é concluir que se andou para trás. Com efeito, numa versão da CE anterior à versão final, fixava-se a idade de quinze anos como idade mínima de admissão ao trabalho. Só que vários estados-membros da UE (Alemanha, Áustria, Dinamarca, Letónia, Polónia e RU) não se consideraram vinculados ao referido art. 7º da Carta Social de 1996. Sacrificaram-se os direitos das crianças mas salvou-se a unanimidade requerida para *avançar* na construção da Europa...

as tradições nacionais” e que “as legislações e práticas nacionais devem ser plenamente tomadas em conta”. Esta será a única exceção explícita ao princípio da prevalência da ‘Constituição Europeia’ e do direito da União sobre as legislações nacionais dos estados-membros, prevista no art. I-6º do TECE.

Mas é preocupante sabermos que “a Carta será interpretada pelos órgãos jurisdicionais da União e dos Estados-Membros tendo na devida conta as anotações elaboradas sob a autoridade do *Praesidium* da Convenção que redigiu a Carta e actualizadas sob a responsabilidade do *Praesidium* da Convenção Europeia”. É o *Preâmbulo* da CDF - que designa por *Convenção Europeia* (!) o grupo de trabalho presidido por Giscard d’Estaing - que no-lo recorda solenemente.

Um exemplo destas *anotações* interpretativas. O art. II-62º-2 da CE diz que “ninguém pode ser condenado à pena de morte, nem executado”. Mas as *Anotações* relativas ao art. 2º da CDF vêm remeter para o Protocolo nº 6 à CEDH, cujo nº 2 autoriza os estados signatários a prever na sua legislação a pena de morte para “actos praticados em tempo de guerra ou de perigo iminente de guerra”. No esquecimento fica o Protocolo nº 12 à CEDH (em vigor desde 1.7.2003), que consagra a abolição da pena de morte em todas as circunstâncias.

Um outro exemplo. O art. II-66º da CE diz que “todas as pessoas têm direito à liberdade e à segurança”. Mas a doutrina defendida nas *Anotações* permite que sejam privadas da liberdade as pessoas susceptíveis de propagar doenças contagiosas, os alienados mentais, os alcoólicos, os toxicodependentes e os vagabundos. Parece mentira, mas é verdade (cfr. art. 6º das *Anotações*). Querirão fazer-nos regressar aos tempos em que os mendigos (vagabundos, por não terem onde trabalhar) eram considerados criminosos, muitas vezes condenados à pena de morte? Não custa acreditar que não é este o fim em vista, mas lá que aquela é a doutrina das *Anotações*, lá isso é...

Só mais um exemplo. O art. II-94º-1 reconhece e respeita o direito de acesso a determinados serviços sociais (protecção nas situações de maternidade, doença, acidente de trabalho, perda de emprego, dependência ou velhice). Mas o art. 34º das *Anotações* logo esclarece que “a referência aos serviços sociais (...) não implica de modo algum que tais serviços devam

ser instituídos quando não existirem”. Quer dizer: a CE reconhece o direito das pessoas às prestações da segurança social, mas reconhece aos estados o direito de não fazer nada para tornar efectivo aquele direito.

Para o bem e para o mal, estamos realmente longe de uma *Europa dos cidadãos*. É manifesto, por outro lado, que esta ‘constituição europeia’ não é uma constituição a sério. O que diríamos da Constituição de um país qualquer que proclamasse o direito de todos à segurança social e viesse dizer depois que o estado tem o direito de não fazer nada para garantir esse direito?

8. - Contra o *princípio da indivisibilidade dos direitos* (que reconhece a mesma dignidade e a mesma eficácia aos direitos civis e políticos e aos direitos económicos, sociais e culturais), o estatuto destes últimos depende das decisões dos juizes do TJCE.¹⁹ E parece fora de dúvida que os direitos sociais não são, em geral, à luz da CE, direitos subjectivos susceptíveis de ser directamente invocados em juízo. Por outro lado, do art. II-112º-5 do TECE resulta que nenhum dos princípios referidos nas normas do TECE em matéria de direitos fundamentais (nomeadamente no âmbito dos direitos económicos, sociais e culturais) pode ser directamente invocado em tribunal. Quer dizer: as disposições da CDF que contenham princípios não passam de *declarações de intenções*, porque só podem ser invocadas junto dos tribunais (nacionais ou comunitários) perante actos da União ou dos estados-membros que os ponham em causa.

As preocupações acerca da eficácia e alcance das normas da CDF acentuam-se à luz do disposto no art. II-112º-2, que subordina o exercício dos direitos reconhecidos na Carta “que se regem por disposições constantes de outras partes da Constituição” às “condições e limites nela definidos”. Há razões para temer que, a partir daqui, possa sujeitar-se o exercício dos direitos consagrados na CDF às condições e aos limites impostos pelo respeito das *liberdades fundamentais* proclamadas no art. I-4º, nomeadamente a liberdade de circulação de serviços, mercadorias e capitais e a liberdade de estabelecimento.

¹⁹ Cfr. P. LUSSEAU, *ob. cit.*, 68.

E é de recear que o TECE pretenda condicionar o exercício de tais direitos às exigências e aos limites de “um mercado interno em que a concorrência é livre e não falseada” (art. I-3º-2). É que estes *valores* são os mais presentes no texto e na ‘filosofia’ do TECE. Basta recordar que, mesmo “em caso de graves perturbações internas que afectem a ordem pública, em caso de guerra ou de tensão internacional grave que constitua ameaça de guerra, ou para fazer face a compromissos assumidos por um Estado para a manutenção da paz e da segurança internacional”, os estados-membros devem proceder a consultas recíprocas “tendo em vista estabelecer de comum acordo as disposições necessárias para evitar que o funcionamento do mercado interno seja afectado pelas medidas que qualquer Estado-Membro possa ser levado a tomar”.²⁰

Tendo em conta este quadro, muitos temem que o exercício dos direitos reconhecidos na CDF venha a subordinar-se às *condições e limites* decorrentes do respeito pelo funcionamento de “um mercado interno em que a concorrência seja livre e não falseada”. Discutiu-se se a CE deveria ou não fazer referência à matriz religiosa da cultura europeia. Optou-se pela negativa, e bem, a meu ver. Mas os autores desta ‘Constituição’, que decidiram não fazer referência ao deus dos cristãos, escolheram outro deus omnipresente, que pretendem impor aos cidadãos dos países da UE, um deus que deve ser venerado acima de tudo, um deus que tudo resolve, ainda que à custa de ‘sacrifícios humanos’: o *deus-mercado*.

²⁰ O art. III-132º vai mais longe na defesa da sacrossanta “concorrência livre e não falseada”: se as medidas adoptadas por qualquer estado-membro nas circunstâncias previstas no art. III-131º (cfr. também art. III-436) “tiverem por efeito falsear as condições de concorrência no mercado interno, a Comissão analisará com o Estado-Membro interessado as condições em que tais medidas podem ser adaptadas às normas estabelecidas pela Constituição”. Mais: o segundo parágrafo do art. III-132º prevê um processo particularmente expedito (em comparação com o procedimento normal previsto nos arts. III-360º e III-361º) para sindicar as medidas tomadas por qualquer estado-membro nas situações-limite referidas no art. III-131º. A Comissão ou qualquer estado-membro podem *recorrer directamente* ao Tribunal de Justiça se entenderem que outro estado-membro está a fazer utilização abusiva das faculdades previstas no art. III-131º. Mesmo em caso de guerra, o mais importante não parece ser a defesa da Paz, a defesa da vida e de condições de vida o menos duras possível; os esforços dos estados-membros devem concentrar-se na defesa da *concorrência livre e não falseada*, na defesa do mercado. Para permitir que, depois da catástrofe, o mercado assegure o regresso ao ‘paraíso’? Ou para permitir que todos tenham acesso aos negócios chorudos que as guerras normalmente proporcionam?

Um deus cruel, ao menos para quem aceite que, “numa economia mundialmente aberta, *não há regulação* nem *limites* para a *violência* da concorrência.”²¹[sublinhados meus. AN]

9. - As questões relacionadas com a política social estão entre as que são motivo de maior preocupação, dadas as implicações que têm no plano dos direitos económicos e sociais e, por isso mesmo, no plano das condições efectivas para a concretização dos próprios direitos, liberdades e garantias.

Na verdade, a Europa social tem sido o parente pobre de todo o processo de construção europeia. Pouco após a queda do Muro de Berlim (9.11.1989), Michel Rocard reconhecia, com grande frieza: “As regras do jogo do capitalismo internacional sancionam qualquer política social audaciosa. Para fazer a Europa, é preciso assumir as regras deste jogo cruel”.²² É a aceitação fatalista da *mercadização* da economia e da vida, “feita pela Europa, graças à Europa e por causa da Europa”, como reconhece Pascal Lamy, actual Director Geral da OMC.²³ É a aceitação da visão determinista da globalização, apresentada como o resultado *inevitável* da revolução científica e tecnológica, com o propósito de nos fazer crer que esta terceira onda de globalização é uma *fatalidade* e não uma *política* inspirada pelo neoliberalismo e pelos interesses do império.

Não admira, por isso, que, mesmo no quadro do Parlamento Europeu, tenha sido muitas vezes sublinhada a incapacidade da União de definir e executar uma política concertada de combate ao desemprego, de promoção do pleno emprego e de protecção social aos desempregados.

Nos documentos que antecederam a criação da UEM surgiu uma proposta francesa no sentido da centralização do sistema de seguro de desemprego, de modo a reduzir as consequências de eventuais choques assimétricos. Dada, sobretudo, a oposição britânica, a proposta não foi por diante.

²¹ É Michel Rocard quem o reconhece (*Le Monde*, 19.6.2003).

²² Citado por Serge HALIMI, “As promessas do NÃO”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), Junho/2005, 1-3.

²³ Citado por S. HALIMI, *ibidem*.

Em Amesterdão (1996/1997) conseguiu-se que o RU aderisse à Carta Social aprovada em Maastricht, ficando ela incorporada nos Tratados constitutivos da UE. Mas Blair e Kohl opuseram-se à criação de um Fundo Europeu de Luta contra o Desemprego, como pretendia a França. Por seu turno, o PE vem há anos insistindo (prégando no deserto...) na incapacidade do novo quadro introduzido nos Tratados em 1997 pelo Tratado de Amesterdão (Título VIII – Emprego) para permitir a definição de uma estratégia coordenada em matéria de emprego, a não ser no que toca ao objectivo neoliberal de promover “mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas” (art. 125º).

Além de outras razões, todas decorrentes da orientação neoliberal das instituições comunitárias, os constrangimentos decorrentes da UEM e do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) não permitem esperar outra coisa. É o resultado do fundamentalismo neoliberal inspirador da prática das instituições comunitárias, que tendem a desvalorizar as políticas públicas de combate ao desemprego e de promoção do pleno emprego (acusadas de produzir inflação e desemprego), se não mesmo a defender a *neutralidade* da política económica e a *morte* da política económica, por desnecessária, inútil e contraproducente

Recordarei, em primeiro lugar, que o objectivo primordial do BCE, responsável pela *política monetária única* dos países que adoptaram o euro como moeda, é o da estabilidade dos preços, a ele devendo ser sacrificados todos os outros objectivos de política económica, nomeadamente o crescimento económico, a luta contra o desemprego e a promoção do pleno emprego, a redistribuição do rendimento, o desenvolvimento regional equilibrado.²⁴

Recordarei, em segundo lugar, as exigências do PEC (débito público não superior a 3% do PIB; dívida pública não superior a 60% do PIB; inflação, a médio prazo, à roda de 2% ao ano), exigências que significam um regresso às concepções e políticas pré-keynesianas, que conduzem

²⁴ Por estas e outras razões, Jean-Pierre CHEVÈNEMENT (*Pour l'Europe votez non!*, Paris, Fayard, 2005, 36) não hesita em afirmar que “a constitucionalização dos estatutos do Banco Central Europeu – peso bem as minhas palavras – é algo de verdadeiramente criminoso”.

ao prolongamento e ao aprofundamento das crises, obrigando os trabalhadores a pagar, com a baixa dos salários reais, a solução que se espera resulte da actuação livre das leis do mercado.

10. - Regressando à Constituição Europeia, dir-se-á ser um ponto positivo a consagração dos princípios apontados no art. III-209º, segundo o qual a definição e a execução das políticas da União devem nortear-se pelos objectivos da promoção de um nível de emprego elevado e duradouro, da melhoria das condições de vida e de trabalho, da garantia de uma protecção social adequada, do desenvolvimento dos recursos humanos (art. III-203º: formação de mão-de-obra qualificada, formada e susceptível de adaptação), da luta contra as exclusões, do diálogo entre os parceiros sociais (cfr. art. I-48º). ²⁵

Talvez se entenda que os princípios atrás referidos – que já vêm dos Tratados de Maastricht e de Amesterdão - possam ser invocados, no quadro da ‘Constituição Europeia’, inclusive junto do TJCE, para impedir actos da União que os não respeitem. Mas a verdade é que o Tratado de Amesterdão veio retirar do texto dos Tratados a referência que neles se fazia à *harmonização do direito social no sentido do progresso* e a prática da generalidade dos estados-membros e das instituições da União vem apontando no sentido do *nivelamento por baixo* e nada no TECE se orienta no sentido da *harmonização no progresso*.

A Carta dos Direitos Fundamentais não cria nenhum direito social europeu. Por outro lado, o art. III-209º, atrás referido, chama a atenção para a “necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia da União” e deixa muito claro que a harmonização dos sistemas sociais

²⁵ O objectivo do *pleno emprego* continua, porém, esconjurado pelos Tratados que vêm dando corpo ao projecto europeu, que só demagogicamente continua associado ao “modelo social europeu”. Só no art. I-3º-3 o TECE fala de *pleno emprego*, como uma das metas do *desenvolvimento sustentável da Europa*. No Título dedicado ao emprego, não se fala de pleno emprego nem sequer de *desemprego*, apesar de ser de 10% a taxa média de desemprego no conjunto da UE. Tudo em consonância com as teses monetaristas e neoliberais, que desvalorizam o desemprego, considerando-o *desemprego voluntário*, que desaparecerá logo que se expurguem os mercados de trabalho das ‘imperfeições’ que os afectam (salário mínimo, subsídio de desemprego, sistemas públicos de segurança social, ‘poder monopolístico’ dos sindicatos).

decorrerá fundamentalmente do “funcionamento do mercado interno”. E o art. III-210º determina, por sua vez, que, nesta matéria, as instituições da União (nomeadamente o Conselho) deliberam sempre por *unanimidade*, ficando excluída “qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros” (no mesmo sentido, quanto ao emprego, o art. III-207º).

A *supranacionalização* das instituições comunitárias serve apenas para garantir a realização dos direitos e das liberdades do capital, mas não serve para garantir os direitos dos trabalhadores. O TECE parece conformar-se com a ideia (tão repetida por todos os difusores da ideologia dominante) segundo a qual, para competir com as potências asiáticas emergentes (China e Índia, v.g.), os trabalhadores europeus não podem continuar a receber salários tão elevados e muito menos podem beneficiar dos direitos que foram conquistando ao longo de muitos anos de duras lutas e que o estado-providência veio consagrar. E não há dúvida de que o art. III-203º acolhe as práticas correntes nos últimos anos no sentido da *flexibilização* e da *desregulamentação* das relações laborais, ao promover o *empenho* da União e dos estados-membros na estruturação de “mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas”.

Por tudo o que fica dito, não posso deixar de concordar com os que defendem que “a Europa social é o parente pobre deste modo de construção europeia”.²⁶ E não posso deixar de concluir que o caminho que vem sendo seguido só pode conduzir à *asiatização* da Europa comunitária e não ao reforço do chamado *modelo social europeu*. Mas este não é o caminho do futuro, é o regresso ao passado, na tentativa de fazer andar para trás duzentos anos o relógio da história.

11. - Tem longa tradição na Europa a assunção pelo estado (administração central, regiões ou autarquias locais) do dever de prestar aos cidadãos um conjunto de serviços que correspondem a necessidades

²⁶ Cfr. LECHEVALIER/WASSERMAN, *ob. cit.*, 12. Há quem seja mais radical e defenda que a destruição do *modelo social europeu* (a “americanização da Europa”) equivale à “terceiro-mundização lenta dos povos da Europa”. Assim, Didier Motchane, *apud* G. SARRE, *ob. cit.*, 127.

básicas das populações. Colocando em outro plano os serviços de algum modo decorrentes da soberania (defesa, segurança e justiça), estão em causa os serviços de água e saneamento, de electricidade e gás, os correios, telefones e telecomunicações, os transportes urbanos, os serviços de educação e de saúde e, mais recentemente, os serviços relacionados com a segurança social, a cultura e o desporto.

Em geral, o estado prestava directamente estes serviços (através de estabelecimentos da própria administração pública, de serviços municipalizados, de empresas públicas, muitas vezes em regime de monopólio), gratuitamente em alguns casos, cobrando em outros casos um preço (um preço inferior ao *preço de mercado*). Este conjunto de serviços ficava, pois, *à margem do mercado*, por se entender que a satisfação, nestas condições, de determinadas necessidades colectivas básicas é um pressuposto essencial para garantir a todos o próprio exercício dos direitos e liberdades fundamentais. E por se entender que os serviços públicos constituem o “cimento da sociedade” e um factor decisivo do desenvolvimento económico e social, da melhoria das condições de vida das populações, da coesão social e do desenvolvimento regional equilibrado. Para tanto, é imperioso que esses serviços sejam prestados de modo a garantir a segurança e a continuidade da sua prestação, a universalidade e a acessibilidade económica, a qualidade do serviço prestado, um preço acessível a todos e a sua prestação mesmo em condições não rentáveis numa óptica capitalista. Como nada disto pode esperar-se do mercado, é necessário que os serviços públicos fiquem fora do mercado.

Desde o início que o Tratado de Roma previa a possibilidade de os *serviços de interesse económico geral* (SIEG) gozarem de um regime especial, que os colocasse fora da alçada das regras da concorrência.

E o que diz a ‘Constituição Europeia’ sobre os SIEG?

O art. II-96º “reconhece e respeita o acesso a serviços de interesse económico geral”. Mas o art. 36º das *Anotações* que orientam a interpretação das normas da CDF pelos órgãos jurisdicionais da União e dos estados-membros (*Anotações* que fazem parte integrante do TECE) vem explicar que “este artigo (...) *não cria qualquer novo direito*, limitando-se a estabelecer o princípio de que a União respeita o acesso aos serviços

de interesse económico geral previsto pelas disposições nacionais, desde que estas sejam compatíveis com o direito da União”.

Em primeiro lugar, saliente-se que a expressão *serviço público* (de ressonâncias perigosas...) desapareceu do vocabulário das instituições e do direito da UE, fenómeno que vai contra um aspecto muito sensível da tradição cultural e social europeia.²⁷ Em sua substituição, inventou-se a designação *serviços de interesse económico geral*, que nunca foi definida com rigor e que a opinião pública desconhece.

Os defensores desta ‘Constituição’ (i.é, do neoliberalismo) não se cansam de afirmar que SIEG “significa serviço público na linguagem europeia”. Mas o *Livro Branco* publicado pela Comissão Europeia em 2004 é muito enfático ao esclarecer que os *serviços de interesse económico geral* não podem confundir-se com *serviços públicos*. Dos documentos da Comissão resulta, além do mais, que os SIEG só podem ser criados pelo estado (em sentido genérico) se a iniciativa privada não fornecer o serviço, exigindo, por outro lado, que os SIEG respeitem as regras da concorrência. A alteração da designação não é, pois, um puro deslize semântico, antes significa a negação do núcleo essencial do conceito de serviço público: é público o que não interessar aos privados, por não dar lucro...²⁸

Ao contrário do texto do Tratado de Amesterdão (que incluía os SIEG entre “os valores comuns da União” – art.16º), o TECE não inclui os SIEG entre os *valores da União* (art. I-2º), limitando-se a reconhecer, eufemisticamente, que se trata de “serviços a que todos na União atribuem valor” e a reconhecer “o papel que desempenham na promoção da coesão social e territorial” (art. III-122º). E também não inclui a sua prestação entre os *objectivos da União* (art. I-3º), embora o nº 3 deste artigo defina como objectivo da UE a promoção da coesão económica, social e territorial.

Por outro lado, o art. III-122º remete para os arts. III-166º e III-167º. Ora o nº 2 do art. III-166º é claro na afirmação do *primado da concor-*

²⁷ O TECE só fala de serviço público a respeito do serviço público de radiodifusão e do serviço de transporte público, em ambos os casos para falar das compensações que o estado pagar pelas *serviços de serviço público* ou pelo cumprimento de uma *missão de serviço público*, como se o serviço público se reduzisse a estas ‘serviços’.

²⁸ Cfr. J.-P. CHEVÈNEMENT, *ob. cit.*, 32/33.

rência e o n° 1 do art. III-167° insiste na ideia de defender, acima de tudo, a *concorrência livre e não falseada*.²⁹

Compreende-se: a *missão de serviço público*, que não é um *valor* nem um *objectivo* da UE, tem de ceder perante o objectivo de “um mercado interno em que a concorrência seja livre e não falseada”, objectivo tão relevante que o TECE o coloca no mesmo plano do “espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras” que anuncia pretender proporcionar aos seus cidadãos (art. I-3°-2). Coerentemente, os arts. III-147° e III-148° determinam que leis-quadro europeias procederão à liberalização dos serviços e proclamam que “os Estados-Membros esforçam-se por proceder à liberalização dos serviços para além do que é exigido por força da lei-quadro europeia adoptada em execução do n°1 do artigo III-147°, caso a sua situação económica geral e a situação do sector em causa lho permitam”. Repare-se: liberalizar “*para além do que é exigido...*”.

O TECE afasta um qualquer *direito aos serviços públicos garantidos pelo estado* no respeito pela *missão de serviço público*. O art. II-96° enuncia tão só o princípio de que “a União reconhece e respeita o acesso a serviços de interesse económico geral tal como previsto nas legislações e práticas nacionais, de acordo com a Constituição, a fim de promover a coesão social e territorial da União”. E a *Anotação* constante da *Acta Final* relativa a esta norma não deixa quaisquer dúvidas sobre o sentido dela: “este artigo, que está plenamente de acordo com o art. III-122° da Constituição, *não cria qualquer novo direito*, limitando-se a estabelecer o princípio de que a União respeita o acesso aos serviços de interesse económico geral previsto pelas disposições nacionais, *desde que sejam compatíveis com o direito da União*”. [sublinhado meu. A. N.]

²⁹ N° 2 do art. III-166° “as empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral ou que tenham a natureza de monopólio fiscal ficam submetidas às disposições da Constituição, designadamente às regras de concorrência, na medida em que a aplicação dessas disposições não constitua obstáculo ao cumprimento, de direito ou de facto, da missão particular que lhes foi confiada”. N° 1 do art. III-167°: “salvo disposição em contrário da Constituição, são incompatíveis com o mercado interno, na medida em que afectem as trocas comerciais entre os Estados-Membros, os auxílios concedidos pelos Estados-Membros ou provenientes de recursos estatais, independentemente da forma que assumam, que falseiem ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções”.

12. - Em um outro ponto que tem íntimas relações com o dos serviços públicos, a CE mantém o princípio (que vem desde o Tratado de Roma/1957) segundo o qual “a Constituição em nada prejudica o regime de propriedade dos estados-membros” (art. III-425°). Mas a verdade é que o regime das *ajudas públicas* (art. III-167°) e a força hegemónica do dogma da *concorrência livre e não falseada* (art. I-3°-2 e art. III-177°ss) condenam as empresas públicas a comportar-se como *empresas capitalistas*, não podendo os estados seus proprietários utilizá-las segundo uma lógica diferente da que decorre das leis do mercado.

Com efeito, as linhas orientadoras definidas pela Comissão Europeia para as ajudas públicas com vista à recuperação ou reestruturação de empresas (públicas ou privadas) em dificuldade só autorizam a intervenção do estado nas situações em que um investidor privado racional actuando numa economia de mercado adoptasse uma idêntica decisão de apoio financeiro. Obriga-se o estado a actuar de acordo com a lógica do capital privado, como se a natureza e os fins do estado fossem os mesmos dos de um empresário privado, como se a *racionalidade* do estado tivesse de ser a do capital privado, como se o estado (mesmo o estado capitalista) não devesse intervir quando o capital privado não o faz ou quando a lógica do mercado (a busca do lucro) provocou uma crise a que é necessário pôr cobro. É o neoliberalismo mais extremo, puro e duro, inspirado no que alguém chamou “teologia da concorrência”.³⁰

Esta mesma atitude explica o combate surdo, mas sistemático, que vem sendo movido contra a visão tradicional dos serviços públicos, que está a ser sacrificada pelos dogmas da ideologia neoliberal dominante vai para três décadas.³¹ A evolução (ou involução) tem-se feito no sentido da empresarialização, da abertura desses sectores ao capital privado, da

³⁰ A expressão é de G. SARRE, *ob. cit.*, 66.

³¹ O processo de desmantelamento dos serviços públicos terá começado com uma Directiva de 25.7.1980, adoptada pela Comissão Europeia com base no n° 3 do art. 90° do Tratado de Roma, que autoriza a Comissão a endereçar directivas às empresas públicas para que elas se submetessem às regras da concorrência. Vários estados-membros questionaram a legalidade desta Directiva, invocando falta de competência da Comissão. Mas o TJCE deu razão à Comissão, abrindo caminho às políticas liberalizantes que se seguiram, mesmo nos países onde os serviços públicos tinham maior tradição. Cfr. G. SARRE, *ob. cit.*, 114.

privatização, do enquadramento através das parcerias público-privadas. No âmbito da UE, este movimento acelerou-se a partir do Acto Único (1986) e da concretização do mercado interno único em que *a concorrência é livre e não falseada*.

Este é um dos pontos em que o chamado *modelo social europeu* tem vindo a ser negado pelo direito comunitário e pela prática das instituições da UE, guiadas pelo ideário neoliberal. As razões são claras. O progresso científico e tecnológico, o *welfare state* e a melhoria das condições de vida transformaram em *necessidades básicas* das pessoas o acesso a determinados bens e serviços, como a educação, a saúde, as prestações da segurança social, o acesso domiciliário à energia eléctrica e ao gás, à água e ao saneamento, os correios, as telecomunicações, etc.. Estes bens e serviços constituem, pois, mercados que valem milhões, apetitosos para o grande capital financeiro, que joga na privatização destes sectores. As seguradoras querem a saúde e o serviço de pensões; os correios têm-se transformado em prósperas instituições financeiras com sacrifício da sua missão originária; a água e o saneamento apresentam-se como o grande negócio do séc. XXI; o Banco Mundial vem produzindo vasta literatura sobre a “indústria do ensino superior”: um dia destes, alguém começará a dizer que o financiamento pelo estado da escola pública e dos serviços públicos de saúde representa *concorrência falseada* com as empresas privadas destes sectores...

Alguns especialistas defendem que, em muitos casos, a qualidade dos serviços prestados piorou e o seu preço aumentou, com sacrifício claro da missão de serviço público. Como era de esperar: as empresas privadas buscam o lucro máximo para os seus capitais, não têm vocação para prosseguir o interesse público, não se pode pensar que elas o vão prosseguir, nem se lhes pode pedir (muito menos exigir) que o façam. Em matéria de boas intenções, basta a proclamada *função social* da propriedade privada...

Também por esta razão pode compreender-se que a privatização tenha gerado a necessidade de garantir a salvaguarda de determinados interesses públicos e a consequente imposição às empresas privadas que forneçam ‘serviços públicos’ de um conjunto de *obrigações de serviço público*. Às chamadas *entidades reguladoras independentes* foi confiada

esta missão, por se entender, certamente, que o estado (o estado democrático), declarado, quase sempre por puro preconceito ideológico, incapaz de administrar o sector público da economia, é também considerado incapaz de exercer bem esta função reguladora, que – dir-se-ia – não poderia ficar de fora da responsabilidade do estado, mesmo na sua versão de *estado mínimo* (ela deveria ser o *conteúdo mínimo do estado mínimo*).³²

13. - Assim começou a ganhar corpo o conceito de “economia de mercado regulada”, uma das máscaras usadas pelo neoliberalismo na sua luta contra o estado keynesiano e contra a presença do estado na economia. A ideia é afirmar as *virtudes da concorrência* e o *primado da concorrência* e esvaziar o *estado social*, o estado responsável pela prestação de serviços públicos. Como compensação, oferece-se, no ‘mercado’ dos serviços públicos, a *regulação do mercado* sempre que haja *falhas de mercado* (situações de *monopólio natural*), sempre que seja necessário obrigar as empresas privadas a respeitar certas *obrigações de serviço público*, sempre que seja necessário *proteger os consumidores ou atenuar os chamados custos sociais do desenvolvimento*.

Assim surgiu, a partir dos anos 80 do século XX, esta nova feição do estado capitalista: o *estado regulador*. Envergonhado com a ‘traição’ que representa, parece não querer abandonar inteiramente a sua veste de *estado intervencionista*, propondo-se condicionar ou balizar a actuação dos agentes económicos, em nome da necessidade de *salvaguardar o*

³² Esta política de amputação das competências do estado teve início com a vitória da tese monetarista da *independência dos bancos centrais*, transformados em agências reguladoras independentes que subtraem à soberania dos estados a política monetária (e, em certos casos, também a política cambial). Mais que qualquer outro, é o caso do Banco Central Europeu, cujos estatutos consagram as propostas mais radicais dos monetaristas e neoliberais.

Há, no entanto, quem pretenda levar mais longe os ventos que sopram no sentido de destruir as políticas públicas e o estado (melhor, o *estado democrático*), em benefício de uma espécie de *estado oligárquico/tecnocrático*. Alguns iluminados vão ao ponto de propor que seja retirada ao poder político democraticamente legitimado a competência para fixar o valor anual do saldo orçamental, confiando-a a uma comissão independente de especialistas. Como se este fosse um problema *técnico*. Um dia destes, por imperativos de coerência, alguém virá propor que todas as tarefas da governação sejam adjudicadas, mediante concurso internacional, a uma empresa privada ‘especializada’, ‘competente’ e ‘idónea’, de preferência norte-americana. São capazes de argumentar que se ganharia em eficiência e ficaria mais barato...

interesse público. Mas, na realidade, este *estado regulador* apresenta-se, fundamentalmente, como *estado liberal*, visando, em última instância, assegurar o funcionamento de uma economia de mercado em que a concorrência seja *livre e não falseada* (expressão recorrente nos Tratados da União Europeia).

Ao substituírem o estado no exercício da ‘função reguladora’, estas agências concretizam uma solução que respeita o dogma liberal da *separação entre o estado e a economia*: o estado deve manter-se afastado da economia, não deve intervir na economia, deve estar separado dela, porque a economia é a esfera privativa dos privados.

Em conformidade com este dogma, as autoridades reguladoras independentes vêm chamando a si parcelas importantes da *soberania*, pondo em causa, no limite, a sobrevivência do próprio *estado de direito democrático*, substituído por uma espécie de *estado oligárquico-tecnocrático*, que, em nome dos méritos dos ‘técnicos especialistas independentes’ que ‘governam’ este tipo de ‘estado’, não é politicamente responsável perante ninguém, embora tome decisões que afectam a vida, o bem-estar e os interesses de milhões de pessoas. As autoridades reguladoras independentes não prestam contas perante nenhuma entidade legitimada democraticamente nem perante o povo soberano. Ora a prestação de contas é a pedra de toque da democracia. Sem ela, temos a *morte da política*. E temos uma *ameaça à democracia*, tal como a entendemos.

Com efeito, as agências reguladoras não são *organismos técnicos, politicamente neutros*, que exercem funções iminentemente técnicas. Elas detêm *poder político*, exercem *funções políticas* e tomam *decisões políticas*, com importantes repercussões sociais e políticas, que deveriam ser confiadas a entidades legitimadas democraticamente e politicamente responsáveis. O *poder democrático* não pode ser anulado por um qualquer *poder tecnocrático*, a *política* não pode ser substituída pelo *mercado*, nem o *estado democrático* pode ser sacrificado por um *estado tecnocrático*, em nome da ideia de que a democracia é a liberdade e a liberdade só se realiza no mercado.

A entrega das tarefas de regulação (uma regulação “amiga do mercado”) às agências reguladoras independentes representa, pois, a todas as luzes,

uma cedência às teses neoliberais do *esvaziamento do estado* e da *morte da política*: o estado não só não é bom empresário como é mesmo incapaz de assegurar, por si próprio, a prossecução e a protecção do interesse público, mesmo em áreas tradicionalmente consideradas ‘fora do mercado’, como é o caso da saúde e da educação. O chamado *estado regulador* – a menina dos olhos dos socialistas ‘modernos’ e ‘progressistas’ da Europa, perfeitamente adaptados aos ventos neoliberais dominantes - revela-se, afinal, um *pseudo-estado regulador*, um estado que renuncia ao exercício, por si próprio, dessa ‘função reguladora’, inventada para responder à necessidade de, perante a ‘privatização’ do próprio estado, salvaguardar o interesse público.

Em outro plano, não falta quem entenda que, uma vez escancaradas as portas das soluções neoliberais e amputado o estado democrático das competências, dos meios e dos poderes que foi ganhando à medida que as sociedades políticas se foram tornando mais complexas e os interesses e as aspirações dos trabalhadores conquistaram um espaço (ainda que pequeno) no seio do poder político, a *regulação da economia* (ou a *economia de mercado regulada*) não significa mais do que a tentativa de tapar o sol com a peneira. A *mão invisível* do mercado deu o lugar à *mão visível* dos grandes conglomerados transnacionais. São eles que mandam no mercado, são eles que o ‘regulam’ (ou que o substituem).

Num texto de 2003 escreveu Michel Rocard: “numa economia mundialmente aberta, *não há lugar para a regulação* nem limites para a violência da concorrência”.³³ É uma confissão talvez embaraçosa para todos os ‘gestores leais do capitalismo’, para todos os que se proclamam, em nome do ideário social-democrata, defensores da *economia de mercado regulada* (ou *economia social de mercado*), para todos os que defendem uma economia de mercado mas dizem rejeitar uma ‘sociedade de mercado’. Num momento de lucidez, reconhecem que, afinal, em um mundo governado pelas políticas neoliberais, *não há lugar para a regulação* e (digo eu) *não há limites para a violência dos grandes conglomerados internacionais*.

³³ Cfr. *Le Monde*, 19.6.2003.

Estes ‘gestores’ do capitalismo propõem-se resolver a quadratura do círculo, advogando um ‘sistema misto’, com estruturas e relações de produção capitalistas e uma lógica de distribuição socialista, esquecendo que, desde os fisiocratas, parece ser ponto assente na teoria económica que as estruturas de distribuição do rendimento e da riqueza não podem considerar-se separadas das estruturas e das relações sociais da produção.³⁴

14. - No contexto europeu actual, parece-me claro que a social-democracia assumiu muito consciente e empenhadamente a sua função de *gestão leal do capitalismo*. E vem assumindo cada vez mais a inspiração doutrinal, os métodos e os objectivos políticos do pensamento neoliberal dominante, não fosse ela a principal responsável pelo processo de integração europeia que, segundo alguns observadores, “teve como efeito tornar praticamente impossível qualquer alternativa ao neoliberalismo”.³⁵

O objectivo da ‘Constituição Europeia’ que os Chefes de Estado e de Governo dos estados-membros da UE aprovaram em 2004 era exactamente

³⁴ A inconsistência desta ‘equação’ é, mais uma vez, confessada por Michel Rocard (citado por S. HALIMI, *ob. cit.*, 3): “As regras do jogo do capitalismo internacional sancionam qualquer política social audaciosa”. Consciente disto mesmo, Lionel Jospin reconheceu que o projecto socialista se reduz, afinal, a “continuar a fazer evoluir o capitalismo, mas progressivamente”. E Mitterrand, com o objectivo de liquidar politicamente o Primeiro Ministro do seu Governo (Michel Rocard), proclamava que este se limitava a “privatizar e enriquecer os capitalistas”. Fica a claro a “direitização da esquerda” (Serge Halimi), a “convergência de fundo da esquerda social-liberal com a direita liberal em matéria de política económica e social” (J.-P. Chevènement – citado por S. HALIMI, *ob. cit.*, 8/9 -, várias vezes ministro dos governos socialistas, que caracteriza esta ‘esquerda’ como “uma mescla de ‘realismo económico’, de anticomunismo renovado e de espírito social cristão”). Comentando a derrota eleitoral da esquerda nas últimas eleições francesas, Ignacio RAMONET (“Populismo francês”, em *Le Monde Diplomatique*, ed. port., Junho/2007) explica o facto de “a esquerda ter perdido a batalha das ideias” com o argumento de que “a sua experiência governamental [a experiência do PS francês] a levou a bloquear os salários, a suprimir postos de trabalho, a liquidar as zonas industriais e a privatizar uma parte do sector público”, (...) “desde que [a esquerda socialista] aceitou a missão histórica, contrária à sua essência, de ‘adequar’ a França à globalização, de a ‘modernizar’ à custa dos assalariados e em proveito do capital”.

³⁵ É a opinião de Ignacio Ramonet (*Le Monde Diplomatique*, ed. port., Agosto/2007, 1). Como escreveu um dissidente do Partido Socialista francês durante o debate preparatório do referendo sobre a chamada Constituição Europeia, “a Europa transformou-se no *joker* de uma esquerda sem projecto nem reflexão”, uma “esquerda que não tem outro projecto para além da construção europeia, a *Europa*”, uma esquerda que, para ser credível e não assustar os mercados, defende e pratica “uma política ainda mais à direita do que a direita” (assim, G. SARRE, *ob. cit.*, 165-169).

o de ‘eternizar’ esta Europa neoliberal dotando-a de uma ‘Constituição’ concebida como uma verdadeira *constituição dirigente do neoliberalismo*, uma *constituição pétrea*, uma *constituição-fim-da-história*.

Neste tempo de grande desespero e, simultaneamente, de grande esperança, o menos que se pode dizer é que o estado social não vive uma hora feliz nesta *Europa* construída, em grande parte, por obra de governos socialistas e sociais-democratas, quase sempre através de conciliábulo entre ‘elites’, subtraindo à ponderação do voto popular as opções de fundo tomadas.³⁶ E é hoje inquestionável que, apesar da invocação beata do *modelo social europeu*, esta ‘Europa’ acabou por se transformar num verdadeiro “cavalo de Tróia da globalização neoliberal”.³⁷

Na linguagem da Geografia Física, diria que *Europa* é uma bacia hidrográfica em que todos os rios vão ter ao mesmo lago do neoliberalismo, um lago onde não há vida nem futuro.

São três os pilares da cadeia neoliberal em que querem encerrar os povos da Europa: o *mercado interno único* (em que tudo se sacrifica à chamada *concorrência livre e não falseada*); a *política monetária única* (subtraída à soberania nacional), que sacrifica todos os objectivos possíveis das políticas públicas à *estabilidade dos preços*; o *Pacto de Estabilidade e Crescimento* (com as restrições draconianas que impõe à política financeira dos estados-membros – amputada, *de facto*, à soberania nacional -, obrigando-os, em situações de crise, a adoptar políticas pró-cíclicas, que agudizam e prolongam a crise, aumentando o preço a pagar pelos trabalhadores, sacrificados no altar das ‘finanças sãs’).

³⁶ É o que de novo se pretende fazer no que toca à aprovação do já chamado “Tratado Reformador”, que vem sendo preparado no segredo dos deuses, mantendo o essencial da ‘Constituição Europeia’ condenada pelo voto popular, mas mudando de nome (já não se chamará Constituição!) para o impor aos povos da Europa sem lhes dar a oportunidade de dizer o que pensam através de referendo. Gato escaldado de água fria tem medo...

³⁷ Assim, B. CASSEN, “O debate viciado da Constituição Europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. Port.), Fevereiro/2005, 6/7. E os resultados estão à vista: taxas de crescimento muito baixas; precariedade do emprego; desemprego acentuado (prolongado para os jovens e os desempregados com mais de 45 anos); deslocalização de empresas; deterioração acentuada dos resultados no que toca à distribuição funcional do rendimento (a parte dos rendimentos do trabalho passou, na UE/15, de 65% em 1980 para 57% em 2005); desigualdades crescentes, com manchas de pobreza significativas, mesmo nos países mais ricos; prática generalizada de *dumping* fiscal, social e salarial; baixa dos níveis salariais e dos níveis de protecção social.

O mercado único impõe regras de concorrência comunitária, do mesmo modo que é comunitária a política monetária, cuja definição e execução são confiadas ao BCE, sem qualquer controlo por órgãos politicamente legitimados pelo voto democrático. Mas os construtores desta *Europa do capital* nem querem ouvir falar de harmonização das políticas tributária, laboral e social.

O resultado é o que seria de esperar, o resultado desejado pelo grande capital. Num espaço económico unificado onde coexistem níveis de desenvolvimento económico, científico, tecnológico, escolar e cultural muito diferentes, aos países mais débeis, incapazes de concorrer com armas iguais neste mercado único (mas obrigados à tal “concorrência livre e não falseada”), só resta lançar mão da *política laboral* (facilitando os despedimentos, estimulando a precariedade do trabalho, dificultando a contratação colectiva, congelando ou baixando os salários) e da *política social* (esvaziando o parco conteúdo do estado social desses países, reduzindo os direitos da segurança social, aumentando o ‘preço’ dos serviços de ensino e de saúde, diminuindo as pensões de reforma).

A esta espécie de *dumping salarial* e de *dumping social* junta-se o *dumping fiscal*, que é, para os países mais pobres, o último instrumento de concorrência, o que sacrifica a sua própria soberania nacional, por obrigar os países que querem atrair investimento estrangeiro (e até o grande investimento nacional) a não cobrar impostos sobre os rendimentos do capital. É uma situação semelhante à dos bombistas-suicidas. Porque o recurso à ‘arma tributária’ obriga estes estados a abdicar do exercício da sua própria soberania e priva-os de obter receitas que lhes possam permitir realizar os investimentos indispensáveis para levar a cabo as reformas estruturais necessárias e para promover a melhoria das condições de vida das populações (habitação social, ensino gratuito, saúde acessível a todos). E porque esses estados se condenam a si próprios a obter receitas públicas através dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e dos impostos sobre o consumo, de efeitos consabidamente regressivos em matéria de justiça fiscal. Os trabalhadores (os pobres em geral) são os sacrificados desta política.

E o clima de crise permanente das finanças públicas criado pelo PEC (ao colocar acima de tudo o equilíbrio das contas públicas, a manutenção

de uma taxa reduzida da dívida pública e a estabilidade dos preços) ajuda os agentes da ideologia dominante a fazer passar a tripla mensagem de que é preciso diminuir a despesa do estado (nomeadamente o investimento público e as despesas sociais do estado com a saúde, a educação e a segurança social); é preciso reduzir o peso do estado na economia (privatização das empresas públicas, incluindo as que ocupam sectores estratégicos, de soberania, e as prestadoras de serviços públicos) e é preciso (inevitável!) que todos aceitem sacrifícios (em especial os trabalhadores, que não podem continuar a beneficiar dos ‘privilégios’ que os tornam mais caros do que os trabalhadores da China ou da Índia).

Fragilizados os trabalhadores por força do reduzido (ou nulo) crescimento económico e pelo elevado nível de desemprego gerado pelas políticas pró-cíclicas impostas aos estados nacionais, o ambiente fica mais favorável para que os governos (sobretudo se forem da responsabilidade de partidos socialistas) possam impor mercados de trabalho mais flexíveis, segurança social menos protectora, trabalho mais precário, salários mais baixos, horários de trabalho mais dilatados, mais fácil deslocalização de empresas, a par de facilidades e de apoios financeiros acrescidos ao grande capital apátrida (que beneficia do regime de livre circulação de capitais no espaço europeu e que vê os lucros aumentar à medida que diminuem os salários e os direitos dos trabalhadores).

Estes são os caminhos do neoliberalismo. E já se vê que não são caminhos de concorrência *livre e não falseada*. Estamos perante uma concorrência *forçada e falseada* (*grosseiramente falseada* pelo *dumping* social, salarial, fiscal e ambiental). Mas que é desejada, tolerada e até promovida. Porque é uma concorrência boa para o grande capital. Porque ela conduz (como a realidade mostra) ao *nivelamento por baixo* em matéria de direitos sociais, de salários, de garantias de emprego, de protecção dos desempregados e dos aposentados, de defesa do meio ambiente.³⁸

³⁸ Há muito pouco tempo, o Comissário Europeu responsável pelo pelouro da fiscalidade confessava a um jornal português não ser favorável à *harmonização tributária*, porque, num espaço em que vigora a livre circulação de capitais, harmonizar as taxas do imposto sobre os rendimentos do capital seria “acabar com a concorrência fiscal”, responsável, se-

O que resta do estado-providência ajudará a compreender que, apesar deste quadro, a Europa vá sobrevivendo, até hoje, sem graves convulsões sociais. O empenhamento cego de todos os servidores do neoliberalismo e de todos os crentes do ‘deus-mercado’ em anular por completo os direitos que os trabalhadores europeus foram conquistando ao longo dos quase duzentos e cinquenta anos que levam de capitalismo (e de lutas contra ele) lembra a história trágica do aprendiz de feiticeiro. Estará a Europa condenada a deixar-se imolar de novo pelo fogo ateadado pelos interesses imperialistas? Infelizmente, esta poderá não ser uma simples hipótese teórica.

15. – É tempo de concluir. Pela minha parte, quero acreditar que há alternativas a esta Europa neoliberal e creio que o NÃO de franceses e holandeses significou também isto mesmo: não estamos condenados a esta Europa. Como o próprio Presidente Chirac concluiu pouco depois de se saber o resultado do referendo na França³⁹ (referendo que expressou claramente um NÃO socialmente de esquerda⁴⁰), “os cidadãos dizem não à Europa porque recusam a Europa como ela é”. Na referida carta pública dirigida aos povos da Europa, os sete Chefes de Estado de países da UE (entre os quais o Presidente português Jorge Sampaio) deixam a este respeito uma nota de optimismo, ao sustentarem que a Europa “será capaz de modelar as forças da globalização e de a dotar de uma dinâmica social”: em vez de se sujeitar fatalisticamente ao *modelo único* que alguns querem impor ao mundo, a Europa pode propor um modelo (diferente) para o mundo inteiro, *modelando* a globalização.

gundo ele, por “um melhor ambiente para os negócios” (Cfr. *Jornal de Negócios*, 14.6.07). Pois. *Negócios über alles!*

³⁹ Cfr. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), Julho/2005, 2.

⁴⁰ Num referendo com afluência às urnas excepcional (votaram mais de 70% dos franceses, quando o Presidente da República foi eleito por cerca de 33%), votaram NÃO 80% dos operários, cerca de 70% dos empregados, cerca de 60% dos jovens entre os 18 e os 25 anos, 80% dos desempregados. Apenas 23% dos votos NÃO vieram de eleitores tradicionais da direita; 77% dos que votaram NÃO são eleitores tradicionais da esquerda. Cfr. entrevista de Georges Labica ao *Avante*, 7.7.2005, 22.

A chamada ‘Constituição Europeia’ (um autêntico “golpe de estado ideológico”, como lhe chamou Anne-Cécile Robert ⁴¹) não está no caminho da história e não ficará para a história. A construção da Europa continua a ser um projecto aberto. Ponto é que sejamos capazes de resistir ao *diktat* dos que repetem incessantemente que *não há alternativa* à política de globalização neoliberal. O capitalismo, o neoliberalismo, a globalização predadora não são o *fim da história*. Nem o único caminho da história.

⁴¹ “Golpe de estado ideológico na Europa”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), Novembro/2004, 22.

(Página deixada propositadamente em branco)

**ORAÇÃO PROFERIDA NA CERIMÓNIA DE
DESCERRAMENTO DO RETRATO NA SALA DO
CONSELHO CIENTÍFICO, POR OCASIÃO DA
JUBILAÇÃO (19 DE FEVEREIRO DE 2010)
(BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO, VOL.
LXXXVI, 2010, 849-852)**

*Senhor Reitor
Senhor Director da Faculdade
Queridos Amigos*

0 - Como antigo professor de Economia, tentarei ser económico nas palavras.

E a primeira é para agradecer a vossa presença e a vossa amizade.

Se algum projecto pessoal me animou ao longo dos anos, foi o de fazer Amigos e de honrar a amizade.

A vossa presença aqui diz-me que esse meu projecto foi realizado.

1 - Vou tentar ler a seguir, o melhor que for capaz, as palavras que escrevi, para não dizer nem mais nem menos do que quero dizer e para anular (ou reduzir) o risco de me deixar dominar pela emoção.

2 - Entrei nesta Casa já fez 52 anos. A ela está ligada a maior parte da minha vida.

Tenho para mim que me assumi como adulto desde muito cedo. Porque desde muito novo me habituei a levar a vida a sério e a assumir perante ela as minhas responsabilidades. Verdadeiramente, ganho a vida desde os 15 anos.

No entanto, foi aqui que me fiz homem, e foi aqui, sobretudo, que me tornei um cidadão. Fui estudante e fui professor. Mas devo dizer-vos que aprendi nesta Casa muito mais do que ensinei, ou não fossem os professores eternos aprendizes, sempre longe de saberem o que gostariam de saber.

Neste ambiente a um tempo austero e familiar decorreram cinco décadas da minha vida. Entretanto, a história foi fazendo o seu caminho e muitas histórias aconteceram.

Não vou falar-vos destes 50 anos da vida da Faculdade, muito menos destes 50 anos da minha vida. Também não vou falar-vos das muitas histórias que aqui aconteceram, que aqui vivi, que aqui ouvi e aqui acompanhei, apesar de acreditar que algumas delas teriam muito que contar, por serem, creio eu, histórias exemplares das grandezas e das misérias de que se faz a nossa vida e a vida das instituições em que nos inserimos e a que damos vida.

Direi apenas que, ao longo destes anos, fiquei a conhecer esta velha senhora, e quero acreditar que conheço razoavelmente as suas virtudes e os seus defeitos e deficiências. É natural, por isso, que tenha um balanço sobre as mudanças que se verificaram, ao longo do último meio século, em mim e na Faculdade, para o bem e para o mal. Não é, porém, o momento para vos maçar com as minhas reflexões sobre este assunto, e, muito menos, para cometer a impertinência de vos dar conta das minhas dúvidas e até de alguns pontos em que a minha apreciação possa ser negativa.

3 - Sempre me habituei a fazer o que é preciso fazer, em função das circunstâncias. Esta minha maneira de ser fez-me perder algum tempo para a vida universitária. Mas permitiu-me ganhar tempo para a VIDA, em muitas das suas outras dimensões.

Procurei cumprir os meus deveres com honestidade, respeitando a ética do serviço público, sem buscar glória nem proveito. Tenho a noção de que errei algumas (muitas) vezes, de que fui idealista, ingénuo e voluntarista em outras ocasiões, mas creio que aprendi a ser pragmático e julgo que sempre actuei com abertura ao diálogo, à concertação de esforços e ao compromisso na acção.

Mas procurei sempre não atraíçoar o meu código de valores, os valores morais que aprendi no berço humilde em que nasci e os valores da cidadania, decorrentes da minha concepção do mundo e da vida, que formei e consolidei nesta cidade e nesta Faculdade, que gosto de ver como “uma Escola plural, uma casa de Cultura, uma Casa de Liberdade, onde investigam, ensinam e estudam cidadãos livres, onde se respeita a liberdade de aprender e ensinar que a Constituição da República a todos garante” (assim a descrevi numa publicação institucional).

Quero dizer-vos que julgo ter dado à Faculdade o melhor de mim mesmo, procurando não fugir nunca ao trabalho, à responsabilidade e à incomodidade que são inerentes ao estatuto de professor da Faculdade de Direito de Coimbra e, de modo especial, ao exercício de certas funções de direcção que tive a honra de exercer por mandato da nossa comunidade académica.

Ao dizer isto, não estou a querer valorizar a minha acção na Faculdade, antes pretendo deixar clara a minha plena convicção de que dei à Faculdade muitíssimo menos do que aquilo que dela recebi. A consciência disto mesmo só pode obrigar-me a continuar a trabalhar para a servir enquanto as forças mo permitirem.

4 - Nesta Sala e neste momento quero recordar os meus professores.

De entre os mortos, quero reafirmar aqui a minha gratidão para com o Doutor Afonso Queiró: sei bem que lhe devo o ter entrado na Faculdade como segundo-assistente, apesar da oposição da PIDE e do Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.

E quero lembrar, respeitosamente, o senhor Doutor Teixeira Ribeiro, que me honrou com a sua amizade e que considero um exemplo de professor e de investigador e uma referência moral da Faculdade de Direito de Coimbra e da Universidade de Coimbra.

Cumprimento aqueles que continuam entre nós na pessoa do Doutor Francisco Pereira Coelho, que daqui saúdo carinhosamente.

De entre os meus Colegas, deixem-me recordar afectuosamente o Aníbal Almeida, uma pessoa que não cabia nas normas, mas que foi um homem de génio e de cultura, e foi, para mim, um Amigo de absoluta lealdade, a qualidade que creio ser a essência da amizade.

Finalmente, os meus alunos. O que mais custa é perder o contacto com eles. Gostaria que me recordassem como um professor que sempre os respeitou, que nunca usou com eles de demagogia, que sempre procurou ajudá-los, que sempre procurou julgá-los com justiça e equidade, que sempre os tem na mente quando investiga e quando escreve os livros ou os artigos que vem publicando.

Não falarei da minha 'tribo' para não me comover e deixar a ideia – errada – de que estou velho ou a ficar velho.

5 - O meu retrato ficará, a partir de hoje, exposto nesta Sala, cumprindo a ideia e a vontade do Doutor Fernando Aguiar-Branco, cuja presença saúdo com amizade e consideração.

Quando penso nisto, lembro-me de um verso do Antero em que ele, falando de Jesus Cristo, diz mais ou menos assim: *por fim, disseram que eu era um deus e crucificaram-me*. No que me diz respeito, quero apenas garantir-vos que vou fazer tudo para não me deixar amarrar nesta moldura. Procurarei continuar vivo, esperando da vossa generosidade que continueis a considerar-me como um dos vossos, deixando-me partilhar convosco a minha vida.

A terminar, quero ainda assegurar-vos que continuarei a considerar-me ao serviço da Faculdade e que continuarei a honrá-la e a defendê-la sempre que a veja injustamente atacada.

**INTERVENÇÃO NO COLÓQUIO COMEMORATIVO
DOS TRINTA ANOS DO INSTITUTO DE DIREITO
COMPARADO LUSO-BRASILEIRO
(15 DE MARÇO DE 2013)**

1. - Chegados ao fim deste painel, cabe-me dizer breves palavras finais antes de encerrar este Colóquio comemorativo dos trinta anos do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro.

Quando recebi o Programa, perguntei a mim mesmo qual a razão de me terem escolhido para presidir a este painel sobre *A Codificação do Direito Comercial*, matéria de que não sei nada. E logo concluí que a Comissão Organizadora deve ter pensado que, como é da praxe, chegaríamos a esta altura com algum atraso. Se a pessoa que preside aos trabalhos não tiver competência para se pronunciar sobre a matéria em análise, poupam-se os quinze minutos que o Regulamento atribui ao Presidente da Mesa. Os Colegas acertaram em cheio e eu vou passar às palavras de encerramento.

Retomo as palavras iniciais, para saudar todos os presentes com *fraternura*, palavra belíssima que peço muitas emprestada a João Guimarães Rosa.

Saúdo os Colegas brasileiros, mas pessoas de Francisco Amaral e de Luís Edson Fachin, dois Amigos do coração, dois Amigos da nossa Faculdade e do nosso País.

De Francisco Amaral tive a honra de ser padrinho por ocasião do seu Doutorado *Honoris Causa* na Universidade de Coimbra. Luís Edson Fachin foi um dos Colegas que apadrinharam o meu Doutorado *Honoris Causa* na Universidade Federal do Paraná.

Saúdo a Diretora da minha Faculdade, Doutora Anabela Miranda Rodrigues, e, nela, saúdo, com amizade, todos os Colegas portugueses.

Saúdo todos os estudantes presentes, portugueses e brasileiros, felicitando-os pelo seu interesse em aprender e agradecendo-lhes por trazerem a sua juventude a este Colóquio de gente madura.

2. - Quando dava aulas nesta Casa, marcava as minhas aulas para as 9.30 horas, mas chegava sempre à Faculdade por volta das 8 horas, para rever mais uma vez as minhas notas, arrumar as ideias e concentrar-me.

Fiz o mesmo desta vez. Não porque viesse dar uma aula, mas porque vinha prestar provas perante vós no exercício das funções que os Colegas da Comissão Organizadora do Colóquio me cometeram.

Quando comecei a ordenar os pontos a abordar nesta fala de encerramento, apareceram no meu gabinete uns poetas conhecidos a oferecer a sua poesia para me ajudar a adoçar a rudeza da minha prosa. E eu logo aceitei a oferta, aliviando um pouco o nervosismo resultante do medo de não estar à altura das circunstâncias.

Mas eles logo deram uma volta e foram à sua vida, que é uma vida muito ocupada a vida dos poetas. Nem sequer me ditaram os versos que me ofereceram. Por isso os cito de memória, confiando em que respeitarei a beleza das suas imagens e não trairei as suas mensagens.

Vou ler o que saiu, para ser rápido.

Chegou ao fim este Colóquio em que foram abordados muitos problemas do nosso tempo.

Um tempo de *apagada e vil tristeza*, como já dizia o nosso Camões.

Um tempo em que, creio eu, temos de assumir, como o fez Sophia de Mello Breyner em tempos ainda mais difíceis:

“vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”.

Um tempo em que temos de creditar que “o sonho comanda a vida” (António Gedeão) e que vale a pena *sonbar*, “sonhar grandemente”, como aconselha Fernando Pessoa/Bernardo Soares, porque – diz ele – “só o que sonhamos é o que verdadeiramente somos”.

3. – Este foi um Colóquio internacional em que todos falámos português, esta nossa *língua amarga e doce* (como se lhe referiu, salvo erro, Manuel Alegre). Nós, portugueses, falámos no *tom amargo*, os brasileiros no *tom doce*. Mas todos falámos português.

Um dia o poeta José Gomes Ferreira confidenciou-me:

“O mar fala português”.

E com Virgílio Ferreira aprendi que

“da nossa língua vê-se o mar”.

E o mar sempre foi, para nós, o caminho da liberdade, o caminho que nos levou a *dar novos mundos ao mundo* (para utilizar, mais uma vez, a poesia de Luís de Camões).

Quero acreditar que, nestes nossos Encontros, continuamos a nossa saga de dar novos mundos ao mundo, agora que caminhamos juntos, portugueses e brasileiros (o *Portugal português* e o *Brasil brasileiro*), confiando na razão do poeta quando nos diz que “a esperança nunca desespera” (Miguel Torga).

E, se continuarmos a caminhar juntos, eu acredito que seremos suficientemente fortes para dizer, cantando com Xico Buarque,

“apesar de você, amanhã há-de ser outro dia”.

4. – Temos um bom timoneiro, que é o Francisco Amaral. Ao longo destes trinta anos, ele tem conduzido o nosso Instituto com grande sabedoria e com grande coragem.

Todos lhe devemos muito.

Ele confirma o que sobre as gentes do outro lado do Atlântico disse Pero Vaz de Caminha na famosa *Carta sobre o Achamento do Brasil* (cito de memória):

“... A pouco e pouco misturaram-se connosco e abraçaram-nos e folgaram (...), parecendo ser mais amigos nossos do que nós deles”.

Assim é Francisco Amaral: parece ser mais amigo nosso do que nós dele.

Parece..., porque nós fazemos questão de corresponder à sua amizade com a nossa amizade, a nossa consideração e a nossa gratidão.

Em nome desta amizade, desejamos que continue ao leme do nosso barco. Certo de que assim vai acontecer, ousou esperar que um dia haveremos de chegar a Pasárgada. Vale a pena tentar, porque, como nos garante Manuel Bandeira,

Lá tem tudo, é outra civilização,

Até Pasárgada!

**ORAÇÃO PROFERIDA NA CERIMÓNIA DO
DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
(11 DE SETEMBRO/2005)**

*Senhora Reitora da Universidade Federal de Alagoas
Senhor Decano do Conselho Universitário
Senhores Membros do Conselho Universitário
Senhor Director da Faculdade de Direito da UFAL*

1. - Os Estatutos Velhos da minha Universidade de Coimbra rezam que, em ocasiões como esta, se deve proferir uma *breve e elegante oração*. Sei bem que me falta o engenho e a arte para fazer uma elegante oração. Resta-me tentar fazer uma oração breve.

Oração que, aqui, posso fazer na língua que é a *nossa pátria comum*. Só têm de me perdoar que o faça no *português amargo* do outro lado do Atlântico. Porque, se, como diz um poeta da minha geração coimbrã, o português é uma “língua amarga e doce”, a verdade é que a nós, portugueses, coube em sorte a parte amarga, rude e sisuda da língua portuguesa, ficando os brasileiros com a parte doce, o português “onde as palavras recuperam sua substância total/ concretas como frutos/ nítidas como pássaros” (Sophia de Mello Breyner, *Geografia*). São as desigualdades da vida. Mas contra esta eu não protesto. Creio, de resto, que, portugueses e brasileiros, partilhamos em comum esta coisa extraordinária, traduzida nas palavras de um outro escritor português (Virgílio Ferreira): “Da nossa língua vê-se o mar e ouve-se o seu rumor”.

2. - A minha primeira palavra é para agradecer o gesto magnânimo do Conselho Universitário da UFAL e a amizade generosa dos Colegas que

tomaram a iniciativa que tornou possível este momento, um dos mais gratificantes da minha já longa vida de universitário.

Seguindo o conselho sábio de Saramago, não me alongarei sobre este assunto. Porque, como diz o escritor, “em matéria de sentimento, quanto maior for a parte de grandiloquência, menor será a parte de verdade”. Direi apenas, como se diz na minha terra: BEM HAJAM TODOS!

Sinto-me feliz por me terem escolhido para ser um dos vossos. Trabalharei para merecer a vossa confiança. Contem comigo para ajudar no que puder a consolidar o prestígio desta Universidade, a partir de hoje também a minha Universidade, criada por um Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

3. - No discurso que proferiu em Estocolmo, na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Literatura, José Saramago contou a sua história de menino pobre, neto de um pastor de suínos.

Não posso nem quero comparar-me com Saramago. Mas este é o meu Prémio Nobel. Deixem, por isso, que aqui me apresente como neto de moleiros e pastores de cabras. Venho, pois, de gente pobre, daquela que não tem lugar na História contada pelos historiadores, mas que nunca falta na hora certa da história dos povos, gente da linhagem de todos os *constructores de Tebas*, parafraseando o célebre poema de Bertold Brecht.

Vem de longe a minha ligação afetiva ao Brasil, porque o sangue brasileiro é sangue do meu sangue. No início do século XX, três irmãos de meu pai emigraram, quase meninos, para São Paulo. Dois irmãos de minha mãe foram parar ao Rio de Janeiro. Aqui viveram e aqui morreram todos, como brasileiros que ajudaram a fazer o Brasil e como portugueses que a saudade manteve ligados à terra natal, à qual nenhum regressou. No Brasil continuam a viver e a lutar pela vida vários primos meus.

O meu próprio pai tentou a sua sorte deste lado do Atlântico, no início dos anos 50 do século que há pouco terminou. A sorte foi madrasta para ele, que regressou a casa mais pobre do que quando veio. Se a roda da fortuna tivesse andado de outro jeito, eu poderia ser hoje brasileiro. Motorista de táxi, empregado de restaurante ou professor universitário,

quem sabe? Talvez por tudo isto, durante anos sofri de saudades do Brasil, como se aqui tivesse nascido e daqui tivesse partido para muitos anos de dolorida ausência.

4. - Concluí o meu curso de Direito e queria ser juiz. Por razões políticas, o governo fascista de Salazar impediu-me o acesso à magistratura. Eram anos de chumbo aqueles. Por essa altura (início dos anos 60), tinha começado a guerra nas colónias portuguesas de África contra os movimentos de libertação dos seus povos. Creio que teria partido para o exílio se os fados me tivessem destinado ir fazer a guerra, uma guerra que não era a minha nem a do povo português. Tive sorte, escapando por um triz à perseguição da polícia política. Acabei por cumprir o serviço militar na Marinha, em Lisboa, no Terreiro do Paço, com vistas para o Tejo.

Pouco tempo depois, fui convidado para ingressar no corpo docente da minha Faculdade, a Faculdade de Direito de Coimbra. A polícia política tentou barrar-me também este caminho. Felizmente, a Faculdade fazia ponto de honra de não excluir ninguém por razões de natureza política. Era e continua a ser uma Escola plural e uma Casa de liberdade. O Diretor, apesar de ser um homem do regime, empenhou-se na minha entrada e veio a consegui-lo, depois de um ano e meio de espera.

Pois bem. Quando chegou a altura de pensar na minha tese de doutoramento, comecei por escolher a área da economia do desenvolvimento, apontando depois como tema a *inflação e o desenvolvimento económico*. Tempos depois, caí em mim e dei-me conta de que, afinal, estava a estudar a economia brasileira.

Entretanto, a liberdade chegou para o povo português, com a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974). Coube-me a honra de ter sido membro dos cinco primeiros Governos que se seguiram à Revolução. No cumprimento de um dever cívico indeclinável, travei várias outras batalhas políticas nos anos que seguiram. Por isso, só em 1983 acabei de escrever uma tese sobre *Industrialização e Desenvolvimento – A Economia Política do ‘Modelo Brasileiro de Desenvolvimento’*.

Foi uma tese contra todas as regras do *establishment* universitário, numa Universidade com 700 anos. Foi uma escolha ditada por razões que

a razão desconhece. Digo-vos hoje, com plena consciência: foi uma boa escolha. Tanto mais agora, que acabo de ver realizado um sonho que me é muito caro: o de editar a minha tese no Brasil. Apesar de contar mais de vinte anos, a Editora Quartier Latin resolveu dá-la à estampa. E, para minha enorme alegria, Celso Furtado, o Mestre com quem mais aprendi sobre as matérias que abordei nesta tese de doutoramento, aceitou fazer o prefácio para esta edição. Infelizmente, porque ele nos deixou, este prefácio foi o último texto escrito pelo grande economista e intelectual brasileiro, a cuja memória presto a minha mais comovida e respeitosa homenagem.

Apesar disto, só vim ao Brasil, pela primeira vez, em 1996. “Entendo agora porque nos compreendeu tão bem”, disse-me certa vez Celso Furtado. “Viu-nos de longe”. Mas uma coisa é compreender, outra é sentir e amar. E a verdade é que, como eu já ‘sabia’, vista a terra e contactada a gente, fiquei rendido à gente e à terra. Para minha alegria e minha vaidade, são brasileiros e vivem no Brasil alguns dos meus melhores amigos.

6. - Quando, há já alguns anos, assumi a Direção da Faculdade de Direito de Coimbra, propus aos meus Colegas, no Conselho Diretivo e no Conselho Científico, que escolhêssemos como objetivo prioritário da nossa acção externa a aproximação e o reforço da cooperação com escolas congêneres brasileiras. Foi entendida a minha mensagem, que, para além de outras razões, era alimentada pela certeza de que, em todos os planos, éramos nós que tínhamos a ganhar. Porque o Brasil é um grande País e nós somos um pequeno rectângulo de terra pobre “cercado de mar e de Espanha por todos os lados”. (Miguel Torga)

Hoje, temos Protocolos com várias escolas brasileiras, muitos professores de Coimbra vêm ao Brasil para proferir conferências e participar em Cursos e seminários, para integrar comissões de avaliação externa de faculdades ou departamentos ou para participar, no âmbito da CAPES, na Comissão de Avaliação trienal dos programas de pós-graduação em Direito (honra que me coube já por duas vezes, em 2001 e em 2004). Vários Colegas brasileiros visitam-nos também regularmente, alguns para estágios de pós-doutoramento, muitos mais para frequentar cursos de mestrado e de doutoramento (são brasileiros cerca de metade dos nossos alunos da pós-graduação).

7. - Venho de Coimbra e da Universidade de Coimbra, jovem nos seus 715 anos, para cumprir a vontade deste Conselho Universitário de me fazer um dos vossos. Aceito esta honra, embora saiba que não foram os meus méritos que vos levaram à decisão de me fazer professor *honoris causa* da vossa Universidade. Como Fernando Pessoa/Ricardo Reis, “sei bem que não sou ninguém”.

Tomou, pois, esta honra como uma homenagem à Universidade de Coimbra, há séculos ligada intimamente à história e à cultura desta Pátria irmã, vaidade das vaidades da nossa vaidade de sermos portugueses, como já uma vez escrevi. A Universidade de Coimbra é a Universidade de Manuel da Nóbrega e de Anchieta, a Universidade de José Bonifácio de Andrada e Silva, que nela se licenciou em Filosofia Natural e em Direito, nela se doutorou e foi professor. Um professor cujas marcas perduram até hoje: uma das salas do Museu de Geologia tem o nome de “Sala José Bonifácio de Andrada e Silva”; José Bonifácio (professor da primeira cadeira de Máquinas regida na Universidade de Coimbra) é também o patrono do Prémio Escolar atribuído anualmente ao aluno que conclui com classificação mais elevada a licenciatura em Engenharia Mecânica.

A Universidade de Coimbra tem hoje cerca de 23 mil estudantes e mais de 1500 professores, com muitas dezenas de licenciaturas, cursos de mestrado e de doutoramento. É uma Universidade prestigiada, que dá o nome à rede mais importante de universidades europeias, o *Coimbra Group*, que reúne umas 47 Universidades das mais antigas e qualificadas em toda a Europa. Não admira, por isso, que sejamos uma Universidade cosmopolita, com uma boa percentagem de estudantes estrangeiros (ao nível da graduação e da pós-graduação), provenientes de mais de 50 países.

Cerca de metade dos nossos centros de investigação, em várias áreas do saber, estão classificados de *excelente* ou *muito bom*, segundo padrões internacionais de avaliação. No Brasil, a maior atração de estudantes e professores é, sem dúvida, a Faculdade de Direito. Mas temos áreas de boa qualidade em outros ramos do saber, como as Humanidades, as Ciências, as Engenharias, a Medicina, por exemplo.

É em nome desta Universidade – que ultima a sua candidatura ao reconhecimento pela UNESCO como património da Humanidade – que saúdo,

fraternalmente, a UFAL. Mas é em meu nome pessoal que agradeço, mais uma vez, com toda a humildade, a honra que acabais de me conceder.

8. - Os ventos dominantes do neoliberalismo vão deixando marcas negativas também no sistema público de ensino superior. Conheço alguma coisa do que se passa no Brasil. Conheço mais de perto e mais profundamente a realidade portuguesa e europeia.

O desinvestimento do estado nesta área é uma das marcas inequívocas deste nosso tempo, operando por muitas vias, que vêm ‘empresarializando’ as universidades públicas, asfixiadas no plano financeiro, forçadas a desenvolver atividades e a despende energias que visam apenas realizar receitas, condenadas a concorrer umas com as outras em vários planos, ‘privatizadas’, pois, em certa medida.

No quadro do chamado *processo de Bolonha*, corremos o risco de ver as universidades transformadas em ‘fábricas’ produtoras de mão-de-obra especializada segundo as exigências das estruturas produtivas, com sacrifício da sua missão essencial de centros geradores de conhecimento e formadores de cientistas e de cidadãos capazes de *pensar criticamente* a realidade que nos envolve.

A pretexto da globalização – sempre apontada no discurso dominante como um dado incontornável, mecânica e deterministicamente resultante do desenvolvimento científico e tecnológico –, poderá instalar-se na Europa uma nova divisão internacional do trabalho (um novo imperialismo), baseada, por um lado, na concentração da produção do conhecimento e da informação em algumas poucas “universidades de investigação” sediadas nos países dominantes (capazes de atrair e de absorver os melhores cérebros dos restantes países), e, por outro lado, na transformação de todas as restantes universidades em meros centros de ‘produção’ de mão-de-obra mais ou menos qualificada.

Gostaria de acreditar que o NÃO à chamada Constituição Europeia nos referendos na França e na Holanda (que interpreto como a recusa da constitucionalização do neoliberalismo) abra uma nova etapa no processo da integração europeia, que conduza a uma Europa em que o mercado não substitua a política, a concorrência não substitua a cidadania,

a eficiência e a competitividade não substituam o direito e a justiça, uma Europa que se afirme, perante o império norte-americano, não como um súbdito cúmplice, mas como uma comunidade de paz, uma comunidade promotora da paz, através do combate ao subdesenvolvimento, ao racismo, à xenofobia, à pobreza, à exclusão.

9. - Perante esta *globalização predadora*, ancorada na ideologia neoliberal, é necessário fazer prevalecer a política sobre as pretensas 'leis naturais' do mercado.

É necessário salvaguardar o espaço nacional como espaço de responsabilidade política, como espaço intangível de soberania. Sem estado nacional soberano, a quem podem os cidadãos exigir responsabilidade política, a quem podem pedir contas? Ora a prestação de contas é um elemento essencial da democracia. Sem ela, é a própria democracia que está em causa.

É necessário que a nossa vida coletiva seja resgatada das teias deterministas e seja restituída à esfera da política, i.é, ao espaço da ação criadora e libertadora dos homens e das estruturas sociais em que assentam as sociedades em que vivemos.

É necessário impedir a *morte da política*. Ela não representa a 'libertação da sociedade civil', representa, sim, a imposição, sem regras, da lei do mais forte, a lei das classes dominantes, a lei do grande capital financeiro, a lei que vem multiplicando a desigualdade, a pobreza e a exclusão.

É necessário impedir que o mercado se substitua ao direito, assumindo-se ele próprio como uma espécie de 'direito natural', como 'naturais' se defende que são as leis do mercado, leis eternas, de validade absoluta e universal, que tudo explicariam e tudo resolveriam, como a *mão invisível*, acima do justo e do injusto, porque o que é natural é justo e só o natural é justo.

Só assim, honrando o legado dos homens do Renascimento, os homens e as mulheres que nós somos poderemos ocupar-nos da cidade e construir a cidade, a nossa cidade, a cidade de todos os homens, a cidade digna dos homens.

10. - Neste nosso tempo de profundas contradições – tempo de grande desespero e de grande esperança –, sabemos que o trabalho dos homens, após o advento da civilização burguesa, provocou um enorme desenvolvimento das forças produtivas, e, acima de tudo, a afirmação do próprio homem, enquanto criador, produtor e titular de ciência, de tecnologia, de conhecimento e de informação, como factor decisivo do desenvolvimento, como senhor do seu destino.

Este desenvolvimento das capacidades produtivas tem aumentado a produtividade do trabalho para níveis até há pouco insuspeitados, tem libertado o homem trabalhador do seu fardo milenar de besta de carga, tem permitido a redução significativa da jornada de trabalho, tem proporcionado ao homem trabalhador condições de trabalho e de vida mais dignas.

Hoje sabemos que o conhecido aumento do número de famintos não apaga a consciência que temos de que a capacidade de produzir alimentos – e mesmo a produção efectiva de alimentos – é superior às necessidades da humanidade. A vida mostra que o homem não deixou de ser o ‘lobo do homem’, mas temos razões para acreditar que poderemos viver num mundo de cooperação e de solidariedade, num mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta. Um dia destes talvez saibamos construir uma alternativa ao caos suicidário a que nos querem condenar.

Talvez a vida esteja a confirmar a utopia de Marx: o desenvolvimento científico e tecnológico conseguido neste curto período de 200 anos que se seguiram à revolução industrial inglesa e à Revolução Francesa proporcionou um aumento meteórico da produtividade do trabalho humano, carecendo apenas de uma nova racionalidade, de um novo modo de organizar a produção e a vida coletiva para que a humanidade possa passar do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*.

A crítica da globalização não pode confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer ‘paraíso perdido’, negador da ciência e do progresso, repetindo o erro de diagnóstico dos operários incultos e impreparados que, nos primeiros tempos da revolução industrial, consideraram as máquinas como os seus inimigos, sabotando-as e destruindo-as.

A saída desta caminhada vertiginosa para o abismo tem de assentar na confiança no homem e nas suas qualidades. Tem de partir da rejeição de uma qualquer inevitabilidade tecnológica, que nos imporia, sem alternativa possível, a atual globalização neoliberal, uma das marcas desta *civilização-fim-da-história*.

Esta globalização não é uma consequência *técnica*, deterministicamente resultante da revolução tecnológica das últimas décadas, é antes um *projeto político* levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos poderes dominantes, enquadrado e apoiado pelas estruturas produtoras da ideologia neoliberal dominante. Por isso mesmo, a luta contra a globalização neoliberal tem de ser conduzida de acordo com um *projeto político* inspirado em valores e empenhado em objetivos que o mercado não reconhece nem é capaz de prosseguir.

Temos de trabalhar para que a política prevaleça sobre o mercado (ele próprio uma ‘instituição política’, um produto social, surgido em certas circunstâncias históricas), se quisermos evitar que a globalização neoliberal, de uma “armadilha para a democracia”, que já é, se transforme em instrumento de *morte da democracia e da esperança dos homens*.

Todos sabemos, porém, que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor. Essas mudanças não-de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas. E todos sabemos que as boas intenções nunca foram o motor da história. Mas todos sabemos também que a história faz o seu caminho, embora a um ritmo que não pode ser medido pelo ritmo da nossa própria vida individual. A consciência disto dá sentido ao nosso direito à utopia e ao nosso direito ao sonho. Porque *a utopia ajuda a fazer o caminho*. Porque *sonhar é preciso*. Porque *o sonho comanda a vida*. Porque *amanhã*, apesar de todas as dificuldades e de todas as resistências, *há-de ser outro dia*. Porque ninguém vai parar os povos (o povo brasileiro e os povos do mundo),

“quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar”.

(Página deixada propositadamente em branco)

**ORAÇÃO PROFERIDA NA CERIMÓNIA DO
DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ⁴²
(5 DE MARÇO DE 2007)**

*Senhor Reitor da Universidade Federal do Paraná
Senhor Reitor da Universidade de Coimbra
Senhores Membros do Conselho Universitário
Senhor Director da Faculdade de Direito da UFPR
Caros Colegas
Prezados Estudantes
Meus Amigos*

1. - A minha primeira palavra é, por imperativo de consciência, que não por razões protocolares, para saudar o Reitor da UFPR e, na sua pessoa, homenagear esta Universidade, a mais antiga criada no Brasil, tal como a Universidade de Coimbra é a mais antiga universidade portuguesa, talvez mesmo a mais antiga universidade pública europeia, criada que foi por acto régio de D. Dinis.

Quero dizer-lhe, Senhor Reitor Carlos Moreira Júnior, que é uma honra para mim passar a fazer parte do claustro dos doutores desta Universidade. Muito obrigado por ter acolhido a proposta da Faculdade de Direito e por tê-la apoiado junto do Conselho Universitário.

É tempo, agora, de homenagear a Faculdade de Direito da UFPR, que me habituei a considerar a minha segunda Casa. Faço-o na pessoa do

⁴² Este texto foi já publicado em *LIBER AMICORUM – Homenagem ao Prof. Doutor AN-TÓNIO JOSÉ AVELÁS NUNES* (Coord. de Aldacy COUTINHO, Eros GRAU, Fernando SCAFF, Francisco AMARAL, Jacinto COUTINHO, Lenio STRECK, Luiz David ARAÚJO, Luiz Edson FACHIN e Paulo Neto LOBO), Coimbra Editora, Coimbra-São Paulo/2009.

seu Director, Prof. Luiz Alberto Machado, que esteve, desde o início, entre o pequeno grupo que pôs em marcha a ideia de me ser concedido o título de Doutor *Honoris Causa*, ideia que defendeu perante o Conselho Universitário, em seu nome e em nome da sua Faculdade.

Devo uma palavra de reconhecimento ao Prof. Rogério Molinari, que foi relator do processo que conduziu à aprovação pelo Conselho Universitário da proposta de concessão do título de Doutor *Honoris Causa*. Os médicos estão habituados a lidar com casos difíceis e a salvar todos os que recorrem aos seus serviços, independentemente das qualidades de cada um. Perante este caso difícil, o Prof. Molinari empenhou-se em salvar a minha causa, apesar dos poucos méritos dela. Aqui lhe deixo o testemunho da minha gratidão.

Uma palavra de agradecimento é devida aos Membros do Conselho Universitário, que decidiram, por unanimidade, outorgar-me a mais alta distinção universitária. A vossa decisão encheu-me de alegria, mas impôs-me um pesado encargo. O de ser digno da distinção que me foi concedida.

Comovidamente, aqui deixo o meu abraço fraterno a todos os Colegas desta Faculdade de Direito da UFPR, que me acompanharam ao longo do caminho que conduziu à deliberação do Conselho Universitário em razão da qual aqui nos encontramos.

Sem esquecer nenhum dos outros, que daqui saúdo com amizade, recordarei dois deles.

O Prof. Luiz Edson Fachin, por cuja mão visitei pela primeira vez esta Faculdade e a cidade de Curitiba. O nosso encontro foi um caso de *amizade à primeira vista*, que se multiplicou numa cadeia de amizades que ultrapassaram esta terra de pinhais e as fronteiras do Paraná, estendendo-se a todo o Brasil.

A Prof^a. Aldacy Coutinho, a cuja amizade e generosidade devo a sementeira de ideias e de afectos que frutificou no momento feliz que hoje vivo convosco, neste edifício histórico, símbolo da Universidade e símbolo da Cidade.

A todos os meus Amigos brasileiros (alguns aqui presentes) quero agradecer o privilégio de me aceitarem como seu amigo e a honra de poder contá-los entre os meus melhores Amigos. Não vou dizer os seus

nomes. Eles sabem – os presentes e os ausentes – a quem me refiro. E eu sei quanto lhes devo, no plano intelectual e no plano afectivo.

Permita-me, Senhor Reitor Carlos Moreira, uma palavra de sentido reconhecimento ao Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Eng. Fernando Seabra Santos, que entendeu dever estar pessoalmente presente nesta cerimónia, num gesto que muito me sensibiliza e que diz bem do grau de exigência com que o Doutor Seabra Santos encara o seu múnus reitoral. Sublinhado o gesto do Reitor, direi ao Amigo: apesar dos meus esforços para te dissuadir de fazer a viagem, decidiste vir. Bem hajás pela tua amizade.

Não duvido de que a honra que me é concedida – a maior honra a que um universitário pode aspirar – só circunstancialmente tem que ver com os meus méritos pessoais. Na minha pessoa, quiseram V. Ex^{as} homenagear a Universidade de Coimbra, a Universidade criada em 1290 por um rei-poeta, “plantador de naus”.

Mas o simples facto de terem V. Ex^{as} entendido que eu poderia ser o pretexto para esta homenagem à Universidade de Coimbra é uma distinção que eu só mereço por uma razão: porque V. Ex^{as} assim o decidiram. Não posso cometer a indelicadeza – que seria, ainda por cima, ingratidão – de pôr em causa a justeza da vossa decisão. Aceito-a com toda a humildade, invocando – e já não é pouca imodéstia da minha parte – o dito de um personagem de Saramago: “conheces o nome que te deram, não conheces o nome que tens”. Eu sei apenas o nome que os meus pais me deram, *não conheço o nome que tenho*, não conheço a ideia que os outros fazem de mim.

Do fundo do coração, agradeço a vossa generosidade para comigo. E fico-me por aqui em matéria de agradecimentos. Porque acredito que, “em assuntos de sentimento, quanto maior for a parte de grandiloquência, menor será a parte de verdade”. (José Saramago)

2. - Se eu fosse Fernando Pessoa/Bernardo Soares, saberia “dar a cada emoção uma personalidade, a cada estado de alma, uma alma”. Mas não sou. Por isso, fiel à cultura camponesa da minha terra, vou tentar contar-vos algumas histórias.

Em 1985, coube-me o privilégio de fazer o elogio académico de Tancredo Neves, recém-eleito Presidente do Brasil, na cerimónia solene do seu Doutoramento *Honoris Causa* pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Saudei-o como descendente de portugueses dos Açores que se manteve fiel aos ideais democráticos. Mas nele saudei, jubilosamente, o povo brasileiro que acabara de se libertar da ditadura.

Na parte final da cerimónia, ostentando já o anel, a borla e o capelo de Doutor em Direito, Tancredo Neves tomou o seu lugar nos cadeirais, junto de mim. Com ar cansado, muito comovido, segredou: “Valeu a pena ter chegado até hoje, só para viver este momento”.

Perante vós, nesta Sala dos Actos Solenes, é o que me apetece dizer, não em segredo, mas em voz alta.

3. - Chegado aqui, poderia apresentar-me como o fez José Saramago no discurso que proferiu ao receber o Prémio Nobel da Literatura, no qual contou histórias dos avós pastores de porcos, com os quais viveu a infância. Também eu poderia falar dos meus avós analfabetos, moleiro um, pastor de cabras o outro. E falar do meu pai alfaiate e da minha mãe costureira. Esta é a minha linhagem. Estas são as minhas raízes, raízes fincadas no povo “que trabalha dia e noite sem esmorecer”, no povo que faz a história mas “não cabe nas crónicas” dos historiadores (Miguel Torga), “gente cujo rosto / Às vezes luminoso / E outras vezes tosco / Ora me lembra escravos / Ora me lembra reis”, para utilizar os versos com que uma poetisa portuguesa (Sophia de Mello Breyner) caracteriza o povo português.

Poderia falar-vos dos meus cinco tios que tiveram de emigrar para o Brasil e por cá morreram brasileiros, quase tão pobres como quando chegaram, deixando por cá filhos, netos e bisnetos.

Poderia contar-vos a história do meu próprio pai, que, em meados do século passado, tentou também ele a sua sorte em terras brasileiras, sorte madrasta que o obrigou a regressar a casa, mais pobre e mais sofrido do que quando dela partira.

O sangue brasileiro é, pois, sangue do meu sangue. Este parentesco faz-me feliz e quase me autoriza a considerar-me brasileiro por direito próprio.

4. - Mas esta é uma memória que pouco vos interessa. Talvez valha a pena, porém, recordar aqui uma outra memória, a memória de um “tempo carcerário” (Orlando de Carvalho), um tempo em que a Pátria era “lugar de exílio” (Daniel Filipe), um tempo de raiva, em que os poetas tinham “remorsos da beleza”, invectivavam o sol, por “nascer todos os dias / no emprego burocrático de dar razão aos relógios”, um tempo em que, mais uma vez nos versos de José Gomes Ferreira, os poetas faziam “versos contra a Paisagem do mundo / — essa prostituta que parece andar à ordem dos ricos para adormecer os pobres”.

Nesse tempo salazarento, concluí em 1962 a minha licenciatura em Direito, vivendo de bolsas de estudo desde os quinze anos. O meu projecto de então era ser juiz. Barraram-me o caminho por razões políticas. Pouco depois, recusei um lugar de quadro superior num banco por preferir a carreira académica. A polícia política conseguiu adiar o meu contrato até 1967. E só cedeu perante a acção determinada do Director da minha Faculdade, talvez a única Escola portuguesa que, durante aqueles anos de chumbo, fez ponto de honra em não recusar ninguém por razões ideológicas.

Como norma de trabalho, creio poder dizer que segui à risca o conselho de Fernando Pessoa/Ricardo Reis (*Odes*): “Sê todo em cada coisa. Põe quanto és / No mínimo que fazes”. Mas foi o conselho de um grande Mestre da minha geração, o Doutor Orlando de Carvalho, que mais profundamente marcou a minha atitude de universitário: “Faça-se respeitar tal como é. Para isso é preciso pisar os terrenos do adversário”, disse-me ele quando entrei na Faculdade como segundo-assistente. E assim procurei fazer, ao longo dos anos.

5. - Com o início da guerra colonial, a opressão agravou-se em Portugal. Em 1969, os estudantes da UC, em protesto contra o fascismo, contra a guerra e contra a opressão, fizeram greve a exames, com uma adesão superior a 90%. O governo abanou e o ministro foi substituído. Uns tempos depois, o novo ministro anunciou reformas que sofreram forte contestação dos sectores mais à direita dentro da Universidade. Num relatório apresentado ao Senado universitário o Director da minha

Faculdade criticava duramente aquelas reformas e insinuava que as coisas já tinham ido longe demais, que algumas cátedras estavam a ser utilizadas para ‘propaganda’ de ideias marxistas.

Entendi – creio que correctamente – que a conversa era comigo. E decidi publicar numa das revistas da Faculdade, com a concordância do respectivo Director, um capítulo das minhas lições de Economia Política em que era clara a influência marxista. O texto saiu depois em livro, sob o título “Os sistemas económicos”. Estávamos em meados de 1973. Não me aconteceu nada, a não ser, porventura, algumas anotações mais na minha ficha na polícia política.

6. - Entretanto, com a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974), chegou o dia em “emergimos da noite e do silêncio” (Sophia), uma longa noite de 48 anos. Estava desde Setembro/1973 em Paris a preparar a minha tese de doutoramento. Fui a Portugal ver a festa. E já não regressi, ‘mobilizado’ que fui para integrar o 1º Governo do Portugal liberto do fascismo. Esse foi o meu trabalho, responsável pelo Ensino Superior e Investigação Científica, até Setembro de 1975. Com a queda do último Governo presidido pelo General Vasco Gonçalves, regressi a Coimbra e à Faculdade de Direito. Os tempos conturbados da contra-revolução ‘obrigaram-me’ a dedicar boa parte do meu tempo e das minhas energias a actividades cívicas que foram adiando o meu doutoramento. Afinal, “a vida é o que fazemos dela”, como escreveu Fernando Pessoa...

Concluída, finalmente, a tese, em Julho/1983, prestei provas em Maio de 1984. Pois bem. Apesar das “portas que Abril abriu” (Ary dos Santos), neste *Maio dez anos depois de Abril*, corri o risco de ficar reprovado, de novo por razões políticas. A minha tese estuda a problemática do desenvolvimento na América Latina, particularmente no Brasil. Pois um dos arguentes (exterior à Universidade de Coimbra) foi a ponto de inventar um autor argentino – que depois confirmei nunca ter existido! – para me acusar da ignorância grave de desconhecer o principal adversário de Raul Prebisch, o grande economista argentino, primeiro Director da CEPAL, cujas ideias analisei na minha tese. Tudo isto para votar a minha reprovação.

Na tese, defendia, em síntese, que o único desenvolvimento digno desse nome é o “desenvolvimento do povo, pelo povo e para o povo”. E concluía perguntando se um tal desenvolvimento poderá ocorrer no quadro do capitalismo. Terminava deste modo as mais de mil páginas da tese, editada no México pelo Fondo de Cultura Económica e recentemente editada no Brasil pela Quartier Latin, com prefácio de Celso Furtado (o último escrito do grande jurista/economista brasileiro, que aqui recorro, carinhosamente, como um dos meus Mestres): “Por nós, defendemos que a via socialista é aquela que permite a mais eficaz mobilização dos recursos disponíveis para a prossecução dos objectivos enunciados, garantindo uma distribuição mais igual de sacrifícios e benefícios. Acreditamos, com Teixeira Ribeiro – Catedrático de Coimbra com quem sempre trabalhei -, que “o socialismo realizado mostra ser uma técnica eficiente de desenvolvimento de países pobres”.

Talvez por isso, um outro membro do júri (também exterior à Universidade de Coimbra) votou a minha reprovação alegando na sua declaração de voto que eu era um *cientista comprometido*, pelo que não tinha lugar na Universidade. Assim mesmo, como quem diz: cá se fazem, cá se pagam.

7. - Obtido, nestas condições, o título de Doutor, o Conselho Científico da minha Faculdade deliberou, por unanimidade, a minha contratação como professor, o que me permitiu continuar na carreira universitária. Por unanimidade viria também a ser aprovado no concurso para professor associado.

Anos mais tarde, quando me apresentei a provas públicas para obter o título de agregado, o professor que tinha querido reprovar-me por eu ser um cientista comprometido, era professor catedrático da minha Faculdade e, segundo as praxes, seria o arguente da lição de síntese que eu teria de apresentar publicamente, nos termos da legislação que regula as provas de agregação. Entendi, por isso, ser meu dever deixar claro que eu era mesmo um *cientista comprometido*, para ser julgado como tal.

Na minha lição (que publiquei em livro logo a seguir) defendi a tese de que a Economia Política surgiu como “ciência da burguesia”, *comprometida* com a acção da burguesia revolucionária no sentido de acelerar a desa-

gregação da ordem feudal e de erguer a nova ordem burguesa, do mesmo modo que a teoria económica marxista (enquanto *Crítica da Economia Política*) se assumiu como “ciência do proletariado”, *comprometida* com a *transformação do mundo*, empenhada em “dar à classe operária (...) a consciência das condições e da natureza da sua própria acção”. (Engels)

Defendi que a ciência económica sempre esteve, desde as origens, *comprometida* com um determinado projecto de sociedade. Foi assim com os fisiocratas, com Adam Smith e com David Ricardo. Foi assim com Karl Marx. Foi assim com Keynes, cuja obra teórica visou, *confessadamente*, salvar o capitalismo da derrocada que parecia iminente, perante as ondas de choque da Grande Depressão e os horrores do nazi-fascismo, já por demais notórios.

Aí fiz uma crítica cerrada do paradigma marginalista, dos seus pressupostos ideológicos, da sua pretensa neutralidade científica, da sua concepção de “economia pura”, de “ciência físico-matemática”, “com o mesmo grau de certeza que possui a mecânica racional”. Procurei mostrar a sua incapacidade para compreender o capitalismo, e critiquei a sua recusa em analisar o poder, as estruturas do poder, as relações de poder. Defendi que o mercado é, como o estado, um *produto social*, uma *instituição política*, e não um *mecanismo natural*.

Para concluir que a ciência económica é uma *ciência política*, *comprometida com valores*.

Pois bem. Exprimindo-se por voto secreto (prática estranha na comunidade universitária, que deveria primar pela transparência), o júri deliberou aprovar-me por unanimidade, ou seja, com o voto favorável do professor que votara a minha reprovação no doutoramento por eu ser um “cientista comprometido”. O mesmo viria a acontecer no concurso para professor catedrático, pouco tempo depois.

Tinha conseguido aquilo que me propusera: usar plenamente a liberdade de investigar e de ensinar; não abdicar nunca deste direito essencial à função de professor; ocupar o meu lugar na Universidade sem renegar as minhas ideias.

Tinha aprendido o vero alcance da verdade contida nestes versos de Pessoa (*Odes*, Ricardo Reis): “A realidade / Sempre é mais ou menos / Do que nós queremos / Só nós somos sempre / Iguais a nós próprios”.

8. – Dito isto, creio ser meu dever dizer aqui que, mesmo nos anos de chumbo do fascismo, a Faculdade de Direito de Coimbra procurou afirmar-se como uma Escola plural, uma Casa de Cultura, uma Casa de Liberdade, uma Casa onde o confronto das ideias e a tensão da polémica não excluía o respeito recíproco, uma Casa onde se praticava a “liberdade de aprender e de ensinar” que a Constituição do Portugal Democrático a todos veio garantir. A este propósito, deixem-me contar só mais uma pequena história.

Em 1972, as circunstâncias ofereceram-me a feliz oportunidade de publicar em livro uma nota minha de crítica ao conteúdo de uma entrevista de Jan Tinbergen (pouco antes galardoado com o Prémio Nobel da Economia), seguida de um artigo de resposta de Tinbergen e um artigo meu, de maior fôlego (objecto de cortes vários da Censura, na revista onde foi originalmente publicado), criticando de novo, na perspectiva do marxismo, as concepções social-democratas defendidas por Jan Tinbergen.

Chamei ao livro “Do capitalismo e do socialismo”. Acontece que esse livro foi lido pelo Doutor Antunes Varela, regressado ao seu lugar de Professor da Faculdade de Direito de Coimbra, após vários anos de ministro do governo de Salazar. Era ele o Ministro da Justiça quando fui impedido de me candidatar à magistratura. No entanto, como professor da FDUC e apesar de eu não lhe ter oferecido o livro, o Doutor Antunes Varela escreveu-me uma carta em que, para além de outras referências elogiosas, concluía deste modo: “Apesar da ideologia colectivista que o perpassa de princípio ao fim, este livro honra o seu autor e a Escola que o formou”.

Trago-vos esta história, não para me elogiar, mas para homenagear a minha Faculdade, que gosto de recordar assim: plural, tolerante, aberta ao diálogo. É por isso que gosto dela. É por isso que gosto também da minha nova Casa: a Faculdade de Direito da UFPR.

9. - Vivemos um tempo de grande esperança e de grande desespero.

Um tempo de grande desespero. Porque sabemos – lembrou-o a FAO há pouco – que cerca de 18 mil crianças morrem de fome todos dias; que 850 milhões de pessoas deitam-se diariamente sem nada no estômago; que o número de pessoas com fome aumenta ao ritmo de cinco milhões por ano.

E, no entanto, todos sabemos que a humanidade dispõe hoje de recursos para evitar este escândalo intolerável. Pesa sobre nós, universitários-cidadãos, pesa sobre a Universidade-cidadã uma enorme responsabilidade. Digo-o com a força dos versos de uma grande senhora da poesia portuguesa (Sophia de Mello Breyner): “Vemos, ouvimos e lemos. / Não podemos ignorar”.

Um tempo de grande esperança também. Porque a revolução científica e tecnológica tem proporcionado fabulosos ganhos de produtividade, que parecem tornar mais real a utopia dos clássicos do marxismo ao assumirem que, um dia, a humanidade há-de passar do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*. Sei bem – sabemos todos – que esse dia não será amanhã. Mas talvez tenhamos razões para acreditar que estamos a fazer o caminho. Porque o caminho do futuro do Homem passa pela educação, pelo progresso científico, pela democratização do conhecimento e não pela contra-revolução monetarista e neo-liberal que inspira a *política de globalização*, que muitos procuram identificar com a revolução científica e tecnológica.

Cabe-nos a nós, universitários, trabalhar para fazer luz nesta noite do “pensamento único” e do “fascismo de mercado” (Paul Samuelson). E não podemos esperar muito mais. Porque, dizendo-o com versos de Xico Buarque, “quem espera nunca alcança”.

10. - Termino com um haikai de Helena Kolody:

“Sou voz mínima / cantando / no coral do mundo”.

Bem hajam todos por terem querido encontrar um lugar para mim no vosso coral.

Bem hajam todos por me terem ouvido. Perdoem-me pelo tempo que lhes roubei.

**ORAÇÃO PROFERIDA DURANTE A CERIMÓNIA DE
OUTORGA DO SIGILLO D'ORO PELA UNIVERSITÀ
DEGLI STUDI DI FOGGIA
(6 DE MAIO DE 2011)**

*Magnifico Rettore dell'Università degli Studi di Foggia, Professore Giuliano Volpe
Chiarissima Professoressa Isabella Varraso, Molto Illustre Preside della Facoltà di
Economia dell'Università degli Studi di Foggia
Carissimo Amico Professore Alfredo Calderale
Carissimi Collegui
Amici*

1. – Comandano gli Statuti Vecchi della mia Università di Coimbra che, in occasioni come questa, l'omaggiato deve pronunciare un breve ed elegante discorso.

Scientissimo del fatto che mi mancano il talento e l'arte di fare un discorso elegante, solo posso tentare che sia breve il mio discorso.

2. – “Il mare parla portoghese” mi sussurrò un grande poeta del mio paese. Ma come non tutti siamo figli del mare, ho cercato di dire il mio discorso nella bellissima lingua italiana, che ho sentito, deliziato, nei film di Luchino Visconti, di Roberto Rossellini, di Michelangelo Antonioni, di Federico Fellini, di Bernardo Bertolucci, parlata da Vittorio de Sica, Sophia Loren, Marcello Mastroiani, Ana Magnani, Gina Lollobrigida, Totó, Giulietta Massina, Vittorio Gassman, Claudia Cardinale... Non ostante tali illustri maestri, il mio italiano è molto, moltissimo cattivo, e per questo mi scuso.

3. – La miglior ricompensa che un universitario può aspettare per il suo lavoro c'è, a mio parere, la roconoscenza dell'Università e degli

universitari. Per questo mi onora molto e mi riempie di gioia la decisione della Università degli Studi di Foggia di premiarmi con la consegna del *Sigillo d'Oro dell'Università*.

Credo che all'origine di questa decisione ci sia il mio Caro Collega e Amico Alfredo Calderale. Ringrazio, commosso, l'amicizia con cui mi ha sempre trattato e la fiducia che ha riposto in me.

I miei ringraziamenti vanno anche, molto rispettosamente, al Magnifico Rettore, all'Illustre Preside della Facoltà di Economia e a tutti quelli Collegui che, in un modo o nell'altro, hanno reso possibile questo omaggio.

Non vorrei commettere l'indelicatezza – che risulterebbe, per di più, ingratitudine – di mettere in causa la giustezza della decisione degli organi competenti dell'Università degli Studi di Foggia. Cercando, però, una ragione a tale inaspettato omaggio, mi sono ricordato di un discorso di uno dei personaggi del nostro Premio Nobel José Saramago: “conosci il nome che ti diedero, non conosci il nome che hai”.

Forse è questo (ed è già molta l'immodestia da parte mia): conosco soltanto il nome che i miei genitori mi diedero, ma non conosco *il nome che ho*, cioè, non posso conoscere l'idea che gli altri si fanno di me. Ma allora devo concludere che *il nome che ho* insieme ai Colleghi, che vi ha portato a considerarmi meritevole dell'onore di ricevere il *Sigillo d'Oro* della vostra Università, si deve soltanto alla vostra generosità nell'apprezzamento dei miei meriti.

Accetto, con umiltà, il vostro responso. Ma la mia umana vanità non va tanto lontano da permettermi di accettare per me, personalmente, questo omaggio. So bene, Magnifico Rettore e Carissimi Collegui, che, con il vostro gesto, avete voluto, in verità, rendere omaggio alla Università di Coimbra. Ed è per me motivo di grande orgoglio sapere che mi avete considerato all'altezza di ricevere tale omaggio.

4. - La Università di Coimbra è la più antica del Portogallo ed una delle più antiche d'Europa, può darsi la più antica Università pubblica europea, perchè, creata dal decreto regio di un re-poeta, D. Dinis, il primo Marzo del 1290, ella non è mai stata un'Università della Chiesa Cattolica.

Con sede a Coimbra, ininterrottamente, dal 1537, la Università di Coimbra occupa un vecchio palazzo reale costruito sulle rovine della cittadella araba del decimo secolo. Fino all'insediamento della Repubblica nel 1910, la Università di Coimbra è stata l'unica università dell'impero portoghese e da essa sono passate le *élite* di questi territori, sparsi per i quattro angoli del mondo. Questa storia ha fatto della Università di Coimbra, in qualche modo, una *Università del mondo*.

Forse per questo, essa dà il nome al *Coimbra Group*, la più importante rete di Università dello spazio europeo. E ha fatto da matrice agglutinante delle cinquanta più importanti Università del Brasile, che, in omaggio all'*Alma Mater Conimbrigensis*, hanno deciso, due anni fa, di organizzar-se nel GRUPO COIMBRA DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (27. 11. 2008).

La sua storia spiegherà anche che il diciotto per cento (18%) degli studenti della Università di Coimbra siano stranieri, provenienti da cinquanta sei nazioni dei cinque continenti. Siamo una Università cosmopolita, che vive in una piccola città con meno di cento cinquanta mille abitanti.

Questa universalità c'è il fondamento della domanda formulata dal Governo di Portogallo con lo scopo di ottenere la dichiarazione dell'Università di Coimbra come *Patrimonio Mondiale dell'Unesco*.

Nella Università di Coimbra si insegna il Diritto dalla sua fondazione. Nel mille ottocento trenta sette (1837), nella sequenza della dissoluzione delle due scuole di Diritto fino ad allora esistenti, la Facoltà di Canonici e la Facoltà di Leggi, venne creata la Facoltà di Diritto, così come esiste oggi.

Nella Facoltà di Diritto feci tutta la mia carriera accademica e professionale, come professore per più di quarant'anni. Giurista di formazione, sono sempre stato professore di Economia Politica, dato che le Scienze Economiche sono oggetto di ricerca ed insegnamento nella Facoltà di Diritto di Coimbra dal 1837. La Facoltà di Economia venne creata solamente nel 1972.

Francesca, il personaggio principale del film di Clint Eastwood *The Bridges of Maddison County*, originaria di Bari, dice ad un certo punto a Robert (Clint Eastwood): "Noi siamo le scelte che facciamo, Robert". Ed

ha ragione la bella e dolce Francesca (personaggio interpretata da Meryl Streep). Tutti sappiamo, però, che le scelte che facciamo sono, spesso, imposte o condizionate dalle circostanze della nostra vita.

Nato nel 1939, poco dopo l'inizio della Seconda Guerra Mondiale, in una piccola città portoghese circa la frontiera di Salamanca, ho vissuto da vicino le eco della Guerra Civile Spagnola, ho sofferto le privazioni proprie di un periodo in cui tutto era scarso, dal pane alla libertà, che il fascismo aveva ucciso, anche in Portogallo.

Nipote di un mugnaio e di un pastore di capre, entrambi analfabeti, i miei genitori (un sarto e una sarta) non avevano alcuna possibilità di finanziare i miei studi. Ebbi la fortuna di arrivare alla Università e alla Facoltà di Diritto di Coimbra, vivendo di borse di studio e lavoretti fin dai quindici anni.

Nella mia "Patria, luogo di esilio", a quei tempi si viveva un "tempo di silenzi e di bavagli/ Tempo di paure e tempo di tradimenti/ Tempo di minacce/ Tempo di schiavitù". Fu in questo "tempo carcerario" che mi formai come giurista, come uomo e come cittadino. Terminato il Corso di Diritto nel 1962, il mio progetto era di diventare Giudice. Mi impedirono di realizzare tale progetto dei motivi politici.

La polizia politica tentò ugualmente di impedire il mio ingresso nella carriera da docente universitario. Non ci riuscì solamente perché la Facoltà di Diritto di Coimbra, nonostante fosse conservatrice, ha sempre difeso e voluto che nessuno dovesse rimanere fuori per ragioni politico-ideologiche. Grazie alla pressione dell' Direttore della Facoltà, la polizia politica dovette cedere, ed io finii per iniziare la mia carriera da docente qualche anni dopo, nel 1967.

Con la *Rivoluzione dei Garofani*, il venti cinque Aprile del 1974, entrai a far parte del Governo, esercitando funzioni governative fino al fine del 1975, con responsabilità nell'area dell'insegnamento universitario e della ricerca scientifica. Restò indietro, per alcuni anni, la preparazione della tesi di dottorato, alla quale stavo lavorando a Parigi con François Perroux.

6. - Quando, qualche anni dopo, discussi la tesi di dottorato, due membri della commissione (conosciuti per i loro collegamenti con il fascismo

di Salazar) votarono per la mia bocciatura, spiegando esplicitamente che io ero *uno scienziato compromesso*.

Era una conferma di qualcosa di cui ero già a conoscenza: il fascismo, sconfitto nel 1974, non era scomparso dall'Università portoghese. Questo voto non impedì, tuttavia, che io venissi approvato nell'esame di dottorato e contrattato come professore della Facoltà di Diritto di Coimbra, alla quale si trasferì, poco dopo, uno di questi due professori.

Alcuni anni più tardi, mentre preparavo le prove di *Agregação*, sapevo che, secondo la prassi, egli sarebbe stato il contro-relatore del punto più importante di tali prove, una lezione proferita dal candidato su un tema a sua scelta. Ho deciso di parlare su *Nozione e oggetto dell'Economia Politica* e preparai un testo nel quale, deliberatamente, enfatizzavo la mia formazione marxista e la critica serrata (forze perfino caricando un poco il tono) a *mainstream economics*.

Volevo che fosse chiaro che io ero "uno scienziato compromesso" (come lo erano stati, tra i tanti, Ricardo, Marx e Keynes, guardata la dovuta distanza fra me e questi grandissimi cultori della Scienza Economica). Spettava alla commissione d'esami decidere se io potessi proseguire o meno con la mia carriera universitaria. Bene. All'unanimità (incluso il professore che aveva votato per la mia bocciatura nel dottorato, e che era, come avevo previsto, il contro-relatore in queste ultime prove), la commissione d'esame votò la mia ammissione. Mi successe la stessa cosa, poco dopo, nel concorso per diventare professore cattedratico.

Fu un punto alto della mia carriera universitaria. Non tanto per essere arrivato al culmine della carriera, ma per esserci riuscito senza cedere un millimetro sulla libertà di apprendere, di fare ricerca e di insegnare, che reputo siano l'essenza dell'Università.

7. - Comanderete ora il motivo per il quale presi tanto seriamente quella frase di Francesca, cittadina di Bari e personaggio di un bellissimo film d'amore: "Noi siamo le scelte che facciamo". Queste furono le mie scelte, imposte o condizionate dalle circostanze, ed io mi reputo felice di *essere le scelte che ho fatto*.

Oggi, ancora più felice per la scelta che avete fatto, Carissimi Collegui dell'Università degli Studi di Foggia, considerandomi degno di ricevere il *Sigillo d'Oro* della vostra Università, che, da oggi, considero anche mia.

Non mi resta che ringraziare nuovamente tutti, dal profondo del cuore, e lo faccio nella persona del Magnifico Rettore, e garantirvi che non risparmierei sforzi per essere all'altezza di tale responsabilità che è per me la distinzione che oggi mi viene concessa.

8. - Viviamo tempi difficili e non mancano motivi ad alimentare il *pessimismo della ragione*. Credo, però, che il nostro dovere, come universitari, sia quello di fare tutto, gramscianamente, per dare forza all'*ottimismo della volontà*.

In tempi di acque agitate e turbate, è dovere degli universitari aiutare a fare luce su gli avvenimenti di nostra vita collettiva.

In tempi di disperazione, è dovere degli universitari esercitare la riflessione e agire serenamente, alimentando, però, il diritto al sogno, perché "il sogno comanda la vita", perché "fino a quando un uomo sogna, il mondo salta e avanza".

**ORAÇÃO PROFERIDA NA CERIMÓNIA DO
DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
(15 DE SETEMBRO DE 2011)**

*Senhor Reitor da Universidade Federal da Paraíba
Senhor Diretor do Centro de Estudos Jurídicos da UFPB
Senhora Reitora do UNIPÊ
Sr. Coordenador do Curso de Direito da Extensão Santa Rita,
Senhor Prof. Doutor Fábio Konder Comparato
Queridos estudantes,
Senhores membros do Corpo Técnico Administrativo,
Senhoras e Senhores Convidados
Minhas Senhoras e Meus Senhores
Queridos Amigos*

1. – Mandam os costumes desta Universidade e exige a boa educação que eu diga algumas palavras nesta cerimónia solene. Cumpro gostosamente a tradição, receoso embora de não estar à altura das circunstâncias e certo de que me falta o talento para traduzir em palavras tudo o que me vai na alma.

2. - A palavra primeira é para agradecer a V. Ex^a, Senhor Reitor, e, na sua pessoa, a todos os Colegas que, nas várias instâncias da Universidade que se ocuparam deste assunto, entenderam que se justificava conceder-me este título de Doutor *Honoris Causa*.

O agradecimento que aqui vos deixo, Senhor Reitor e Caros Colegas, não é um agradecimento protocolar, que eu não nasci para diplomata e não tenho jeito para jogos de salão.

O agradecimento que devo à UFPB e que aqui quero testemunhar é um sentimento autêntico, da natureza daquele que liga um filho adoptado à sua família adoptiva.

Nada é mais valioso para um universitário do que o reconhecimento dos seus pares. E eu sinto-me muito feliz por saber que decidistes receber-me na vossa Casa como um dos vossos, adoptando-me como membro desta grande família, a família de uma Universidade que vem subindo a pulso e se vem afirmando entre as cinquenta melhores da América Latina. Bem hajam todos.

Recebo esta homenagem com toda a humildade, muito honrado por tão elevado galardão, justificado muito mais pela vossa generosidade do que pelos meus méritos.

3. – A minha segunda palavra é para agradecer ao Prof. Doutor Enoque Feitosa, a quem coube o espinhoso encargo de descobrir, na minha pessoa e no meu currículo, méritos bastantes para justificar, perante esta assembleia, a concessão deste título de Doutor *Honoris Causa*.

Fico-lhe muito grato, meu Caro Professor Enoque, pelo esforço a que aceitou submeter-se e que se traduziu na bela oração que aqui proferiu, sabendo enfeitar com a qualidade da sua prosa a modéstia dos predicados que generosamente conseguiu garimpar por entre o que ficou no leito de uma carreira académica que iniciei há mais de cinquenta anos.

Quero que saiba que me considero, perante si, devedor de uma dívida que dificilmente conseguirei pagar.

4. - Dito isto, permita-me, Senhor Reitor, que dirija uma saudação especial àqueles dos meus Amigos aqui presentes que, como eu, pertencem ao claustro dos Doutores em Direito pela Universidade de Coimbra.

– Quero referir, em primeiro lugar, o Doutor Fábio Konder Comparato, Doutor *Honoris Causa* da Faculdade de Direito de Coimbra. Eu sei que ele se honra deste título, e nós, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, sentimo-nos muito honrados por poder contá-lo entre os nossos Doutores. Fui seu padrinho na cerimónia do seu doutoramento *Honoris Causa* na Universidade de Coimbra, tendo nascido então uma relação de amizade que o tempo foi consolidando.

O Doutor Fábio Konder Comparato é, sem dúvida, um dos mais qualificados e influentes professores da Universidade brasileira e é, para além de investigador e professor, uma referência moral do mundo académico. Universitário exemplar, Fábio Konder Comparato é também um cidadão comprometido com as causas dignas do Homem.

É para mim uma honra e um privilégio saber que tão ilustre personalidade veio hoje a João Pessoa apenas para poder estar presente nesta cerimónia. Agradeço penhoradamente a sua deferência, Senhor Doutor Fábio Konder Comparato, meu Colega e meu Amigo.

É uma grande alegria para mim ter comigo, neste dia feliz da minha vida, um Amigo que muito respeito e admiro. Bem haja, meu Caro Fábio, por mais esta prova de amizade, que não esquecerei.

– Chegou a vez de saudar, comovidamente, a nossa Colega Doutora Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa, a quem devo, mais do que a qualquer outra pessoa – estou certo disso – a honra de estar aqui hoje a receber a maior distinção que uma Universidade pode conceder.

Conheci a Maria Luiza – deixem-me tratá-la assim, carinhosamente – há precisamente dez anos, quando ela chegou a Coimbra com o propósito de aí fazer o seu doutoramento em Direito.

Foi acompanhada do marido e dos três filhos, o que logo me deixou a ideia de que aquela senhora não estava ali para fazer turismo, porque só pode ter propósitos muito sérios quem faz um investimento pessoal de tal envergadura.

Esta primeira impressão viria a ser inteiramente confirmada, ao longo dos quatro anos que passou em Coimbra e durante os quais pudemos conviver pessoalmente, envolvendo as nossas famílias. A convivência quase diária com a Maria Luiza permitiu-me conhecê-la bem e descobrir rapidamente a sua inteligência viva, a sua determinação, a sua capacidade de trabalho, o rigor e a honestidade intelectual que põe na sua investigação, o seu espírito de iniciativa, as suas capacidades de organização e de liderança.

Desta convivência muito próxima nasceu a amizade, o apreço e a consideração pessoal e intelectual que desde então lhe devoto.

Tive o gosto, por deferência dela, de ir acompanhando os seus trabalhos de investigação, o que me permitiu dar-me conta dos extraordinários

progressos que ia fazendo, não apenas quanto aos conhecimentos, mas também quanto aos métodos de trabalho e de abordagem da problemática em estudo.

E tive o privilégio de presidir ao Júri das suas provas de doutoramento, no ambiente austero e soleníssimo da Sala dos Capelos da Universidade, provas que lhe valeram, com inteira justiça, a notação mais elevada atribuída na Universidade de Coimbra: *Aprovada com Distinção e Louvor*.

Hoje e aqui, quero reiterar publicamente estes meus sentimentos para com ela e quero agradecer-lhe, do fundo do coração, o empenho com que se dedicou à tarefa nada fácil de vos convencer da justeza da outorga de tão alta distinção a este modesto professor da Faculdade de Direito de Coimbra.

– Quero ainda cumprimentar outros paraibanos meus Amigos, igualmente Doutores em Direito pela Universidade de Coimbra, o Doutor Marcílio Franca Filho, o Doutor Rogério Varela e o Doutor Filipe Negreiros.

Conheci-os também durante a estadia deles em Coimbra como estudantes de doutoramento.

Presidi ao Júri das provas de doutoramento do Doutor Marcílio Franca e participei na votação que, tendo em conta a seriedade com que encarou a preparação da sua tese e a qualidade dela, lhe atribuiu a classificação mais elevada: *Aprovado com Distinção e Louvor*.

Não tive a oportunidade de acompanhar tão de perto a carreira coimbrã dos Doutores Rogério Varela e Filipe Negreiros. Mas sei que obtiveram pleno êxito no seu Doutoramento.

Alegra-me saber, meus Caros Amigos, que todos vocês integram agora o corpo docente desta Casa. Posso, assim, confirmar que tive razão quando, chegado em 1996 à Direção da minha Faculdade, propus que a nossa prioridade no âmbito das relações internacionais fosse o reforço da cooperação com as nossas congéneres brasileiras, certo de que nós seríamos os maiores beneficiários desta aproximação com o Brasil.

Alguns anos mais tarde, quando assumi as funções de Vice-Reitor da Universidade, propus a criação de um pelouro autónomo das relações internacionais que se ocupasse especificamente das relações com os países de língua oficial portuguesa. A sugestão foi aceite e eu fiquei

responsável, ao nível da Reitoria, por este pelouro, o que me permitiu continuar a trabalhar no sentido da aproximação entre as comunidades universitárias dos nossos dois países, com base na amizade e na confiança entre os seus protagonistas.

5. - Como estamos na Paraíba, permita-me ainda, Senhor Reitor, que, homenageando todos os paraibanos, deixe aqui uma palavra de saudosa evocação e de respeitosa e comovida homenagem a um ilustre paraíbano, que foi um dos meus Mestres e que tive a alegria de conhecer pessoalmente em Coimbra, por ocasião do Doutoramento *Honoris Causa* do Presidente José Sarney, cuja comitiva ele integrava como Ministro da Cultura.

Refiro-me a Celso Furtado, que me honrou com a sua amizade e que me ofereceu o último texto que escreveu, terminado horas antes de nos ter deixado: o *Prefácio* à edição brasileira da minha tese de doutoramento sobre *o modelo brasileiro de desenvolvimento*.

Quando um grupo de amigos e admiradores de Celso Furtado iniciou o movimento que viria a apresentar a sua candidatura ao Prémio Nobel da Economia, o Professor pediu-me um depoimento destinado a integrar o dossiê da candidatura. Isto porque, alguns meses antes, na sua casa do Rio de Janeiro, eu lhe tinha dito que, se houvesse justiça neste mundo, ele já deveria ter ganho o Prémio Nobel da Economia.

É claro que fiz o depoimento com uma enorme alegria. E consegui que a Faculdade de Direito, a Faculdade de Economia e o Senado da Universidade de Coimbra aprovassem moções de apoio à sua candidatura.

Celso Furtado foi uma das figuras de proa da pléiade de economistas que puseram de pé a CEPAL e que conquistaram a sobrevivência, o direito de cidadania e o prestígio desta Agência da ONU, numa luta desigual contra os interesses estabelecidos, luta que ele nos conta em *A Fantasia Organizada*.

A ele se deve uma contribuição decisiva para a elaboração e a consagração de uma *teoria do desenvolvimento* através da qual a *intelligentia* do 'Terceiro Mundo' mostrou que a teoria económica elaborada nos grandes centros produtores da ideologia dominante era incapaz de compreender e de explicar o fenómeno do subdesenvolvimento e era incapaz,

por isso mesmo, de encontrar os caminhos susceptíveis de conduzir os povos dominados, nomeadamente os da América Latina, pela via de um desenvolvimento autónomo e libertador.

A distinção do Prémio Nobel da Economia assentava como uma luva a este homem de cultura, jurista de formação e economista por vocação e devoção, autor de obras seminais marcadas pela grandeza da visão que as inspira, pela criatividade e pelo rigor intelectual e também pela elegância literária.

Defendi então – como defendo agora – que a outorga do Prémio Nobel da Economia/2004 a Celso Furtado seria um ato de justiça para com um dos mais cultos, lúcidos e influentes economistas do ‘Terceiro Mundo’, um gesto de estímulo para a *intelligentzia* destes países e até um ato de solidariedade para com os povos vítimas da exploração e da exclusão social.

Neste, como em outros casos, o Comité do Prémio não decidiu, porém, segundo os critérios da razão e da justiça. Logo que foi conhecido o veredicto, Celso Furtado escreveu-me para me dizer o seguinte: “Nenhuma homenagem que eu venha a receber poderá superar em minha imaginação um gesto como este [o apoio da Universidade de Coimbra à sua candidatura], pois a Universidade de Coimbra sempre foi para nós, brasileiros, a referência máxima de prestígio académico no mundo de língua portuguesa”.

6. – Creio, Senhor Reitor, que todos aqueles que, na UFPB, votaram a favor da concessão do grau de Doutor *Honoris Causa* à minha pessoa o fizeram porque partilham esta opinião de Celso Furtado relativamente à Universidade de Coimbra, considerando-a como “a referência máxima de prestígio académico no mundo de língua portuguesa”.

Recebo, pois, esta homenagem como uma homenagem à minha Universidade, agradecendo-vos a enorme generosidade que vos levou a considerar-me digno de a receber em nome dela.

Venho da Universidade de Coimbra e da sua Faculdade de Direito, sendo que o Direito é o saber que há mais tempo se ensina em Coimbra, à semelhança do que – se não erro – acontece nesta Universidade que agora me acolhe, cujo Centro de Ciências Jurídicas, herdeiro da Faculdade

de Direito da Paraíba, completa agora sessenta anos, a idade da plenitude da sabedoria, como vem demonstrando a vossa Escola de Direito, que dia a dia reforça o prestígio dos seus cursos de bacharelato, de mestrado e de doutorado, não apenas a nível nacional, mas também no plano internacional. Parabéns a todos os que nela trabalham, investigando, ensinando, estudando.

A Universidade de Coimbra é a mais antiga Universidade portuguesa e uma das mais antigas Universidades europeias, talvez mesmo a mais antiga universidade pública da Europa. Na verdade, criada em 1 de Março de 1290 por D. Dinis, rei-poeta e “plantador de naus”, a Universidade de Coimbra nunca foi uma universidade da Igreja Católica, apesar de, durante séculos, a grande maioria dos seus professores e dos seus estudantes serem membros do clero. Porque ao povo não era permitido estudar e porque a nobreza não se dispunha a tal canseira: limitava-se a viver do trabalho alheio.

Após alguns anos de itinerância entre Lisboa e Coimbra, a Universidade está sediada em Coimbra desde 1537, ocupando desde então um velho palácio real, ele mesmo construído no local onde, há mais de mil anos, se erguia o palácio-fortaleza, a alcáçova que albergava o governador árabe da região de Coimbra.

7. - Diferentemente do que fez a Espanha, Portugal não criou Universidades fora da metrópole. E mesmo no nosso pequeno retângulo – ressalvada a existência efêmera da Universidade dos Jesuítas em Évora – a Universidade de Coimbra foi a única Universidade do império português até à proclamação da República (1910), que criou duas novas Universidades, uma em Lisboa, outra no Porto.

Assim se explica que por Coimbra tenham passado as elites do nosso império colonial, gente vinda dos cinco continentes.

Assim se explica que a Universidade de Coimbra se tenha desenvolvido, em certo sentido, como uma *universidade do mundo*.

Assim se explica que a Universidade de Coimbra tenha sido também uma *universidade brasileira*, na qual se formaram muitos dos que lançaram as sementes que haveriam de frutificar na independência do Brasil.

Basta referir um nome: José Bonifácio de Andrada e Silva. Estudou em Coimbra, onde se licenciou em Direito e em Filosofia Natural. Em Coimbra se doutorou e em Coimbra foi professor.

Primeiro Professor de uma disciplina de Mecânica, o melhor aluno licenciado em Engenharia Mecânica recebe ainda hoje o Prémio José Bonifácio de Andrada e Silva; o Professor dá o nome à sala mais importante da Secção de Geologia do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra; no velho *Laboratório Chimico* (o primeiro edifício construído em todo o mundo expressamente para este efeito) uma placa assinala o primeiro forno de cerâmica instalado em Portugal pelo seu Director, José Bonifácio de Andrada e Silva.

A nossa história ajudará a compreender que a mais importante rede de universidades europeias tenha adotado o nome de *Coimbra Group*.

E explica sem dúvida que cerca de cinquenta das mais importantes universidades brasileiras (federais, estaduais e confessionais) tenham decidido, em 2008, em homenagem à *Alma Mater Conimbrigensis*, reunir-se no *Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras*.

A nossa história e o capital de prestígio que fomos acumulando explicarão também que cerca de 18% dos nossos alunos sejam estrangeiros, provenientes de mais de cinquenta países de todo o mundo.

Esta vocação de universalidade é, justamente, o fundamento da candidatura que o Governo português vai apresentar junto da Unesco no sentido do reconhecimento da Universidade de Coimbra como *Património Mundial*.

8. - Não seria curial que aqui falasse de mim.

Se dissesse mal - e não seria de esperar que o fizesse... -, pareceria que, num gesto além do mais ingrato, estava a pôr em causa o fundamento da vossa decisão.

Se dissesse bem, dava a impressão de querer insinuar, com inadmissível soberba, ter sido mais do que justa a outorga deste alto título honorífico.

Optei por falar um pouco da minha Universidade, porque, conhecendo muito bem os seus defeitos, continuo a acreditar que ela é uma Universidade construtora do futuro, e por isso me honro de ter sido estudante de Coimbra e de ter sido professor da Universidade de Coimbra

e da sua Faculdade de Direito. E sei que foi esta circunstância que esteve na base do vosso gesto.

A partir de hoje, a vaidade ocupará um espaço maior dentro de mim, porque às outras vaidades que cultivo (humanas fraquezas, pois claro...), se juntará a vaidade de fazer parte do claustro dos Doutores da Universidade Federal da Paraíba, que, em pouco mais de cinquenta anos, já viu sair do seu seio uma outra Universidade Federal, a Universidade Federal de Campina Grande, e continua a afirmar-se como um grande Universidade, com os seus quatro *campi*, os seus dez centros de investigação e ensino, os seus 63 Cursos de Graduação, 37 Cursos de Mestrado e 18 Cursos de Doutorado.

*Senhor Reitor
Caros Colegas
Meus Amigos*

9. - Vivemos momentos difíceis neste nosso tempo de esperança e de desespero.

Um primeiro sinal da crise estrutural do capitalismo que hoje sofremos foi a rotura unilateral dos Acordos de Bretton Woods por parte dos EUA (Agosto/1971) e a chamada *crise do petróleo*, entre 1973 e 1975.

Estes dois episódios, no início e no meio da década de 1970, anunciaram o esgotamento do keynesianismo, apanhado de surpresa pelo aparecimento da *estagflação*, estranho fenómeno que, contrariando o modelo histórico das crises do capitalismo, mostrava que, no quadro de um *capitalismo altamente monopolizado*, taxas de crescimento próximas de zero (ou mesmo negativas) e níveis elevados de desemprego podiam coexistir com taxas elevadas e crescentes de inflação.

No rescaldo das dificuldades da primeira metade da década de 1970, o keynesianismo – que tinha salvo o capitalismo de uma morte que parecia iminente e que tinha conseguido o ‘milagre’ dos *trinta anos gloriosos*, interpretado por alguns como o anúncio de um *capitalismo sem crises* – [o keynesianismo, dizia] foi colocado no banco dos réus e acusado de todos os males do mundo. Iniciava-se a *contra-revolução monetarista*.

A *reaganomics* nos EUA e o *thatcherismo* no Reino Unido marcam, a partir de 1979, o início deste novo ciclo, em que a ideologia neoliberal se confirmou como a ideologia dominante, a ideologia das classes dominantes (mais especificamente, a ideologia do setor dominante das classes dominantes: o setor financeiro).

Por meados dos anos 1980, as grandes linhas da ideologia neoliberal começaram a dominar o pensamento e a ação dos partidos socialistas e sociais-democratas, sobretudo na Europa, talvez convencidos de que, nas condições da época, o respeito pelo deus mercado era uma condição de ‘respeitabilidade’ política. Os dogmas neoliberais ganharam novos cren-tes, que recorrentemente vêm defendendo a sua ‘fé’ com o inadmissível ‘argumento’ thatcheriano de que *não há alternativa*.

Entretanto, o *consenso keynesiano* foi substituído pelo chamado *Consenso de Washington*, o consenso entre os EUA e as agências internacionais relacionadas com a economia (FMI, Banco Mundial e GATT/OMC), que pode ser lido como uma estratégia para tentar travar a perigosa tendência no sentido da *baixa da taxa média de lucro*, que se vinha observando, a partir de meados dos anos 1960, nas mais importantes economias capitalistas, e que a crise da primeira metade da década de 1970 veio pôr em evidência.

À escala europeia, a criação da UEM em Maastricht (1991), com a moeda única, o Banco Central Europeu e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, é o ponto crítico da submissão da ‘Europa’ ao espírito do *Consenso de Washington*.

10. - Com a implosão da URSS e da comunidade socialista europeia, a *contra-revolução monetarista* ganhou novo fôlego, o *pensamento único* conquistou mais adeptos, a *ideologia neoliberal* acentuou o seu domínio.

Sempre que as condições objectivas permitem alimentar o sonho de que o capitalismo tem garantida a eternidade, ganha força a tentação reacionária de regressar ao século XVIII e à violência que marcou as relações industriais nos primeiros tempos do capitalismo.

Nestas novas condições, os ‘donos’ do mundo acreditaram que não havia razão para medos e que, como os vampiros, poderiam *comer tudo e não deixar nada*.

A partir dos anos 1980, porém, vários momentos de crise marcaram a história do capitalismo.

Em 1995 registou-se a crise que teve como protagonista o peso mexicano. Foi “a primeira grande crise dos mercados globalizados”, crise que fez tremer o sistema financeiro dos EUA e, por reflexo, o sistema financeiro de todo o mundo capitalista.

No rescaldo desta crise, Michel Camdessus (então Diretor-Geral do FMI) escreveu que o mundo é dominado por um poder político sem controlo, à mercê de uma “classe composta por agentes globais que manipulam divisas e ações e dirigem um fluxo de capital de investimento livre, fluxo esse que todos os dias se torna mais importante, praticamente ao abrigo de todos os controlos estaduais”. Referindo-se a estes especuladores profissionais, Camdessus não hesitou em afirmar, sem qualquer cerimónia: “o mundo está nas mãos *destes tipos*”.

E John Major, então Primeiro-Ministro britânico, observava que o jogo dos especuladores assume “dimensões que o colocam fora de qualquer controlo dos governos e das instituições internacionais”.

O Primeiro-Ministro italiano, Lamberto Dini, proclamava: “não se pode permitir que os *mercados* minem a política económica de todo um país”.

Mais radical foi o Presidente francês Jacques Chirac (outubro/1995): os especuladores são a “a *sida (aids)* da economia mundial”.

11. - Apesar deste alarme dos criadores perante o comportamento das suas próprias criaturas, a verdade é que nada foi feito para as pôr na ordem, nem sequer com o pretexto de salvar a economia mundial desta espécie de ‘aids’ (‘sida’) que vai diminuindo as suas resistências.

Perante o evidente risco de pandemia, os defensores do mercado livre, da plena liberdade de circulação de capitais, da desregulamentação e da desregulação não poupam esforços no sentido de salvaguardar os seus ‘estados privados’, protegidos por fronteiras artificiais, muito mais invioláveis e intransponíveis do que as fronteiras dos estados nacionais soberanos que se dizem coisa do passado.

Continuam-se a defender os *mesmos tipos*, protegendo com unhas e dentes os seus santuários, os chamados *paraísos fiscais* ou *paraísos*

bancários, que são também (e cada vez mais) sobretudo *paraísos judiciais*, espaços sem lei, sem impostos, sem polícia, sem tribunais.

Eles constituem o maior escândalo deste mundo da *globalização financeira*.

Trata-se de verdadeiras ‘reservas’ criadas por medida para garantir refúgio seguro, em nome da *liberdade* e do *mercado*, a capitais especulativos de todo o tipo, quase sempre oriundos de (e promotores de) negócios escuros e criminosos.

Tudo com a (inevitável) cumplicidade dos grandes bancos e dos grandes conglomerados transnacionais. E, naturalmente, das grandes potências, que, em nome da *liberdade do capital* e em honra ao ‘deus mercado’, não querem pôr em causa a ‘soberania’ destes “estados bandidos”, mesmo neste nosso tempo em que tanto se fala e se pratica o *direito de ingerência* em certos países, em nome dos valores que integram o “estado de direito”.

A ‘soberania’ destes *estados mafiosos* é a única respeitada pelos ‘globalizadores’. E eles vivem dela, utilizando-a como objeto de comércio, permitindo, em nome dela, que o grande capital e o crime organizado realizem impunemente a evasão e a fraude fiscais e a lavagem de dinheiro sujo.

Dão que pensar estas palavras de um jornalista português, de orientação liberal, escritas quando, após os ataques às torres gémeas de Nova York, os polícias do mundo anunciaram a luta contra o crime global e contra o terrorismo global: “Será na determinação de pôr fim aos *off-shores* que teremos a prova real quanto à vontade política de combater o terrorismo e os seus aliados. Por aí, mais do que por ações militares, se verá se a campanha antiterrorista é mesmo a sério”.

Pelo que se vê, parece que não é a sério... O que é a sério é a destruição de estados soberanos e o sacrifício dos seus povos (com centenas de milhares de mortos) aos interesses das potências imperialistas, apostadas em garantir o controlo dos centros produtores de petróleo.

12. - Crise após crise, a *aids (sida)* tomou conta da *economia mundial*, debilitando-a pela via do aumento do desemprego, do trabalho precário e com menos direitos, da desigualdade e da exclusão social. E mais uma crise rebentou em 2007/2008, no centro deste *capitalismo de casino*.

Procurando ir além das bolhas especulativas e dos *jogos de casino* que tornaram a crise indisfarçável, direi que, a meu ver, as causas desta crise radicam na própria essência do capitalismo e foram-se acentuando à medida que se iam consolidando os resultados da *mundialização feliz* de que falam os apóstolos da *política de globalização neoliberal* dominante.

O Presidente do Banco Mundial (**Robert Zoellick**) escrevia, em outubro/2010: “Pela primeira vez na história, mais de mil milhões de pessoas deitam-se todas as noites com a barriga vazia”.

Mesmo na rica Europa, o *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”.

Perante esta realidade, Joseph Stiglitz defendia há tempos que “este sucedâneo de capitalismo, no qual se socializam as perdas e privatizam os lucros, está condenado ao fracasso”.

Todos sabemos, com efeito, que o neoliberalismo está completamente desacreditado no plano teórico e que os resultados das políticas neoliberais são consabidamente desastrosos.

Mas a verdade é que o neoliberalismo não saiu de cena: os pontos deste ‘teatro do mundo’ continuam a soprar aos atores em palco os mesmos textos... E os governantes de turno não conhecem outra cartilha.

13. - Por minha parte, entendo que o neoliberalismo não é um fruto exótico que nasceu nos terrenos do capitalismo, nem é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm mais nada em que pensar.

O neoliberalismo não existe fora do capitalismo. O neoliberalismo é o capitalismo na sua essência de sistema assente na exploração do trabalho assalariado, na maximização do lucro, no agravamento das desigualdades.

O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar.

O neoliberalismo é o capitalismo puro e duro do século XVIII, uma vez mais convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir

ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do seu trabalho.

O neoliberalismo é a expressão ideológica da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, hegemonia construída e consolidada com base na ação do *estado capitalista*, porque, ao contrário de uma certa leitura que dele se faz, eu entendo que o neoliberalismo exige um estado forte para poder levar à prática as políticas contrárias à cultura democrática e igualitária do nosso tempo.

Quem tem acompanhado o desenrolar da presente crise do capitalismo só pode concluir que o *estado capitalista* permanece no seu posto, disposto a fazer o que for necessário para cumprir a sua missão de sempre: defender “os interesses dos ricos contra os pobres, os interesses dos que têm alguma coisa contra os que não têm coisa nenhuma” (Adam Smith).

E, como em vários outros momentos da sua história, ele aí está, cada vez mais autoritário e repressivo, a proteger determinados (e bem visíveis) interesses de classe, à custa do sacrifício impiedoso dos interesses (e até da dignidade) da grande massa da população trabalhadora.

Poucas vezes na história do capitalismo a *natureza de classe do estado* terá sido tão nítida como nos tempos que correm: o *estado capitalista* é hoje, sem disfarce, a *ditadura do grande capital financeiro*.

E é este estado que, em nome dos dogmas neoliberais, vem impondo políticas ditas de combate à crise assentes na imposição aos ‘pobres do costume’ do pesado ónus de sanar a crise de que não são responsáveis. É o que já está a acontecer, dramaticamente, na Grécia, em Portugal, na Irlanda e também na Espanha e na Itália, os elos mais fracos da *Eurolândia*.

Entregaram o mundo ao grande capital financeiro especulador. Este descobriu um modo autónomo de ganhar dinheiro à margem das atividades produtivas, dedicando-se a *jogos de casino* cada vez mais sofisticados, cada vez mais lucrativos, mas também cada vez mais arriscados. Os *produtos financeiros derivados* que alimentam estes ‘jogos de casino’ já foram considerados verdadeiras “armas de destruição maciça”. Apesar disso, eles vêm sendo criados e difundidos sem qualquer entrave, certamente porque os senhores do mundo entendem que, nesta ‘guerra’, como em todas as guerras, quem morre e quem é sacrificado é o povo.

Quando a banca do casino faliu, os povos de todo o mundo foram chamados a salvar estes jogadores inveterados e criminosos, tendo-se inventado, para o efeito, uma espécie de *capitalismo sem falências*, ao menos para o capital financeiro, sem dúvida para os bancos e outras instituições financeiras que são *too big to fail*. E os especuladores, agora chamados “os mercados”, continuam a governar o mundo a seu bel prazer.

14. - Pois bem. Esta crise não será a última, mas ela ajudará a enfraquecer ainda mais este corpo condenado a morrer (como tudo o que é histórico) e a dar lugar a um mundo diferente, apesar de todos os meios – e são muitos – que podem ainda prolongar-lhe a vida.

É imperioso, de todo o modo, trabalhar no sentido de pôr termo a esta vertigem libertária, porque, também a este propósito, se vem confirmando a velha máxima de Lacordaire: “entre le riche et le pauvre, entre le forte et le faible, c’est la loi qui liberte et c’est la liberté qui opprime”.

É necessário impedir que o mercado substitua a política; é necessário libertar a política dos dogmas neoliberais, que tudo subordinam ao mercado.

Porque o mercado não é um *mecanismo natural* (inerente à *natureza das coisas*, ou à *natureza do homem*), não é o único instrumento capaz de *afetação eficiente e neutra de recursos escassos* e de *regulação automática* da economia.

O mercado deve antes considerar-se, como o estado,

- uma *instituição social*, um *produto da história*, uma *criação histórica da humanidade*, correspondente a determinadas circunstâncias económicas, sociais, políticas e ideológicas;

- uma *instituição social*, destinada a regular e a manter determinadas *estruturas de poder* que asseguram a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre os interesses de outros grupos sociais;

- uma *instituição política*, que veio servir (e serve) os interesses de uns, mas não os interesses de todos. “Longe de serem ‘naturais’, os mercados são políticos”. (David Miliband)

O mercado e o estado são ambos *instituições sociais* (*instituições políticas*, neste sentido), que não só coexistem como são interdependentes, construindo-se e reformando-se um ao outro no processo da sua interação.

À luz do que fica dito, é claro que a *defesa do mercado* como mecanismo de regulação automática da economia, por oposição à *intervenção do estado* neste domínio e com este objetivo, não representa apenas um *ponto de vista técnico* sobre um *problema técnico*.

Em boa verdade, a defesa do mercado é a defesa do modelo (da concepção filosófica) liberal da economia e da sociedade, que assenta no mercado e tudo subordina ao mercado.

A *defesa do mercado* é a defesa da ordem estabelecida, a *defesa da ordem social* que tem no mercado um dos seus pilares fundamentais.

Por isso mesmo, para transformar esta ordem social é preciso apear o mercado do seu trono de *soberano por direito divino*, cujo poder se afirma infalível e indiscutível.

É preciso pôr termo à ditadura do *pensamento único*.

15. – Neste domínio, cabe aos intelectuais e, de modo muito particular aos universitários comprometidos com uma *Universidade Cidadã*, uma enorme responsabilidade.

A responsabilidade de desenvolver o trabalho teórico indispensável para compreendermos corretamente o mundo à nossa volta e para melhor podermos intervir no sentido de o transformar.

A responsabilidade de não desertar do terreno da *luta ideológica*, porque ela é hoje um fator decisivo em todas as lutas sociais.

Sabendo nós que os grandes centros da produção da ideologia dominante e os mais importantes meios de comunicação de massas estão sob o controlo dos mais poderosos grupos económico-financeiros, seria indesculpável que os mais preparados para enfrentar os senhores do mundo neste campo específico não pusessem as suas ‘armas’ ao serviço dos povos.

Como no belíssimo poema de Vinicius de Moraes (*O operário em construção*), é preciso que *o operário que sempre dizia sim comece a dizer não*.

Ao patrão que o queria aliciar oferecendo-lhe *tudo o que ele quisesse*, desde que abandonasse o que o fazia dizer não, o operário em construção respondeu simplesmente: “Não podes dar-me o que é meu”.

É esta a resposta que temos de dar aos que nos quiserem aliciar para dizermos sim a este mundo antropofágico, de injustiça e de violência.

16. - Vou terminar, que já vai longa a minha fala.

Mais forte por pertencer agora à vossa ‘tribo’, quero assumir perante vós, professores e estudantes desta minha UFPB, o compromisso de caminhar ao vosso lado o caminho que é preciso caminhar.

É uma viagem que temos de fazer bem conscientes de que não damos nada aos nossos povos que já não lhes pertença, porque são eles, como o *operário em construção* cantado por Vinicius, que “erguem as casas onde antes só havia chão”.

Muito obrigado pela paciência com que me escutaram. Desculpem-me, se puderem, o tempo que vos roubei.

(Página deixada propositadamente em branco)

**ORAÇÃO DE AGRADECIMENTO DA HOMENAGEM
RECEBIDA DO GRUPO COIMBRA DE
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS
(MACEIÓ, 3 DE NOVEMBRO DE 2011)**

*Senhor Presidente da Direção do
Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras*

Na pessoa de V. Ex^a saúdo todos os Reitores aqui presentes.

Permitam-me, porém, que saúde em particular o Presidente de Honra do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, o Reitor Fernando Seabra Santos, com quem trabalhei, durante sete anos, como Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.

E permitam-me que saúde também os dois Vice-Reitores da minha Universidade aqui presentes, a Doutora Margarida Mano e o Doutor Joaquim Ramos de Carvalho.

E é claro que devo ainda saudar especialmente outro Reitor, o meu Amigo José Geraldo de Sousa Júnior, Reitor da Universidade de Brasília. Acontece que quem acabou de fazer o meu elogio não foi o Reitor José Geraldo, que os reitores são mais comedidos nas suas palavras. O elogio foi feito pelo meu Amigo José Geraldo, porque o que ele disse a meu respeito só os Amigos dizem. Bem haja, meu Caro José Geraldo, por ter aceite o encargo de fazer o meu elogio e por todo o empenho que pôs na difícil tarefa de encontrar em mim méritos que justifiquem esta homenagem.

1. – Sei bem não ser capaz de dizer por palavras todos os sentimentos que me aquecem o coração. Apesar disso, resolvi escrever estas palavras.

Para tentar evitar que a emoção tome conta de mim. E para tentar ser breve, como convém a quem está nas minhas circunstâncias.

Já vos macei e roubei tempo demasiado ao intervir na Conferência de Abertura. Não tenho, por isso, o direito de vos roubar muito mais tempo.

Acresce que as minhas palavras são para agradecer uma distinção que aceito com humildade e que devo agradecer, reconhecidamente, em palavras simples, para não correr o risco de abafar com a pretensa grandiloquência do discurso a autenticidade do meu agradecimento. Como é de uso lá no 'Portugal profundo' onde nasci, limitar-me-ei a dizer: bem hajam, meus Amigos. Saúdo todos, com *fraternura* (palavra que peço emprestada, mais uma vez, a João Guimarães Rosa), na pessoa do Reitor Carlos Alexandre Netto.

À Reitora Ana Dayse Dórea, minha querida Amiga, quero agradecer o especial prazer que representa para mim o facto de receber esta homenagem na UFAL, a sua Universidade, que é também a minha Universidade, porque os meus Colegas quiseram acolher-me nesta sua Casa como um deles, fazendo-me seu Professor *Honoris Causa*.

E parabéns à UFAL, que este ano celebra os seus cinquenta anos. Uma bonita idade: a idade da juventude madura ou da maturidade jovem.

Para o Reitor eleito, o meu Amigo Doutor Eurico Lobo, os votos de muitos êxitos nas suas novas funções.

2. - Por razões históricas que todos aqui conhecem, passaram por Coimbra as elites do nosso império colonial. Assim se explica que a Universidade de Coimbra se tenha desenvolvido, em certo sentido, como uma *universidade do mundo*.

Assim se explica que a Universidade de Coimbra tenha sido também uma *universidade brasileira*, na qual se formaram muitos dos que lançaram as sementes que haveriam de frutificar na independência do Brasil.

A história da Universidade de Coimbra ajudará a compreender que a mais importante rede de universidades europeias tenha adotado o nome de *Coimbra Group*.

E explica sem dúvida que, em 2008, cerca de cinquenta das mais importantes universidades brasileiras (federais, estaduais e confessionais)

tenham decidido, em homenagem à *Alma Mater Conimbrigensis*, reunir-se no *Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras*.

No que me diz respeito, quando, em 1996, assumi a Direção da minha Faculdade, propus que a nossa prioridade no âmbito das relações internacionais fosse o reforço da cooperação com as nossas congéneres brasileiras.

Alguns anos mais tarde, quando assumi as funções de Vice-Reitor da Universidade, propus ao Reitor a criação de um pelouro autónomo das relações internacionais que se ocupasse especificamente da cooperação com os países de língua oficial portuguesa. A sugestão foi aceite e eu fiquei responsável, ao nível da Reitoria, por este pelouro, o que me permitiu continuar a trabalhar no sentido da aproximação entre as comunidades universitárias dos nossos dois países, procurando incrementar e consolidar as relações entre as instituições, mas sempre com base na amizade e na confiança entre os seus protagonistas.

Pessoalmente, sinto-me realizado pelo trabalho que tive a oportunidade de desenvolver neste sentido. E sinto uma enorme vaidade por ter podido ajudar, ainda que muito modestamente, à concretização do projeto que deu origem ao *Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras*.

É com enorme alegria que vejo o longo percurso já percorrido pelo GCUB. É um sinal do extraordinário êxito já alcançado em tão curto espaço de tempo que o Grupo esteja hoje a trabalhar diretamente com o *Coimbra Group*, com a OEA e com autoridades universitárias chinesas.

Permitam-me a imodéstia de acreditar que a Universidade de Coimbra deu algum contributo para este êxito.

Acredito que, também por isso, a homenagem que hoje me é prestada é ainda uma forma de homenagear a Universidade de Coimbra, que um rei poeta e “plantador de naus” criou no dia 1 de março de 1290.

Tenho de agradecer, muito lisonjeado, que tenham levado a vossa magnanimidade até ao ponto de me considerarem digno de a receber em nome dela.

3. – Se algum projeto pessoal alimentei ao longo da vida, esse foi o de fazer Amigos e de honrar a amizade.

Fazendo o balanço de mais de cinquenta anos de vida universitária, como estudante e como professor, creio poder dizer que este projeto foi realizado com êxito.

Sinto-me feliz por isso. E sinto-me privilegiado porque, hoje, alguns dos meus melhores Amigos são brasileiros e vivem no Brasil. São Amigos generosos, de quem tenho recebido provas de apreço e algumas honorárias, fruto muito mais da sua generosidade do que dos meus méritos.

São assim os Amigos brasileiros, como logo se deu conta Pêro Vaz de Caminha mal pôs o pé nestas terras de Vera Cruz. Por isso disse ao Rei D. Manuel, na famosa *Carta sobre o Achamento do Brasil*, que os povos que aqui encontraram, “de bons rostos e bons narizes, bem feitos” (as moças, “bem moças e gentis”), “misturaram-se connosco e abraçaram-nos e folgaram, (...) parecendo mais amigos nossos do que nós deles”.

Só a amizade de Amigos assim justifica esta homenagem.

Que muito me honra, é claro, porque ela é prestada por Colegas universitários, e nada é mais caro a um universitário do que o reconhecimento dos seus pares.

Que me emociona, como é normal.

E que muito me responsabiliza também.

Enquanto universitário, procurei cumprir os meus deveres com honestidade, respeitando a ética do serviço público, sem buscar glória nem proveito pessoal.

Errei certamente algumas (muitas) vezes; terei sido, em outras ocasiões, idealista, ingénuo e voluntarista.

Mas creio que nunca servi outros interesses que não os interesses da Universidade, que procurei prosseguir com o melhor espírito de abertura ao diálogo, à concertação de esforços e ao compromisso na ação.

Esforcei-me sempre por não atraiçoar o meu código de valores, os valores morais que aprendi no berço humilde em que nasci e os valores da cidadania, decorrentes da minha concepção do mundo e da vida, que formei e consolidei em Coimbra e na Universidade.

Resta-me garantir que procurarei ser digno da vossa amizade, continuando disponível para servir a Universidade, como sempre fiz.

**ORAÇÃO PROFERIDA NA CERIMÓNIA DE TOMADA
DE POSSE COMO MEMBRO HONORÁRIO DA
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS JURÍDICAS
(RIO DE JANEIRO, 18 DE MARÇO DE 2014)**

*Senhor Presidente da
Academia Brasileira de Letras Jurídicas
Senhores Membros da Mesa
Ilustres Académicos
Minhas Senhoras e Meus Senhores
Queridos Amigos*

1. - Os Estatutos Pombalinos da minha velha Universidade de Coimbra (que a UNESCO classificou há meses como *Património da Humanidade*) ordenam que, em circunstâncias solenes como esta, os oradores façam uma “breve e elegante oração”, e a digam “de um modo sério e grave como convém a um tal auditório”.

É fácil para mim apresentar esta fala de modo sério e grave.

Porque, como sempre, não uso máscaras, e só tenho esta cara rude, grave e séria, talhada no granito duro da minha terra (que às vezes me trai, parecendo cara de poucos amigos...).

E porque a apresento na versão fechada e amarga da nossa língua comum, a versão falada em Portugal (a versão doce da língua portuguesa é património de quem a fala deste lado do Atlântico).

Difícil é fazer uma *elegante oração*. Porque me falta, para tanto, o engenho e a arte. Peço-vos acrediteis que me esforcei por fazer o melhor que posso e que considereis ter cumprido a minha obrigação para convosco, porque *quem dá o que tem a mais não é obrigado...*

Sei, porém, que ficarei longe da *elegância* exigida para corresponder à generosidade de quem me propôs e de quem me aceitou como Membro desta Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Resta-me tentar, ao menos, ser *breve*.

2. - Com José Saramago (*O Diário*, III), creio que “as pessoas são, essencialmente, o passado que tiveram”. Sendo assim, está aqui perante vós o neto de pastores e de moleiros (que morreram tão analfabetos como nasceram), oriundo de uma pequena cidade do interior, marcada por uma oligarquia decadente, mal saída da Idade Média, um camponês falhado a quem a vida permitiu não só aprender a ler e a escrever (patamar já atingido pelos meus pais), mas ainda chegar à Universidade e entrar, por esta porta, num mundo novo.

Foi a porta da Universidade que me abriu as portas do Brasil, a casa onde viveram e morreram, como portugueses e como brasileiros, três irmãos do meu pai e dois irmãos da minha mãe. Vieram pobres e morreram quase tão pobres como quando aqui chegaram. Trabalharam tanto que não tiveram tempo para enriquecer.

Mas sei que conseguiram tempo para estar hoje aqui, acompanhando-me nesta cerimónia. Com eles está também o meu pai, que, no início dos anos 1950, tentou a sua sorte nesta *cidade maravilhosa*. Não se adaptou e regressou à sua oficina de alfaiate, onde ganhou, duramente, o sustento de cinco filhos.

Com a vossa autorização, quero oferecer a esses meus tios (que, para meu enorme desgosto, já não eram vivos quando comecei a vir ao Brasil) a distinção que hoje me concedeis e que partilho com a Maria Helena, que há cinquenta anos ligou a sua vida à minha. Entrego-a pessoalmente à minha prima Ondina Avelãs, aqui presente, brasileira e portuguesa, traço de união entre a família dos dois lados do Atlântico, certo de que ela aceita dividi-la com a minha mãe (a única sobrevivente de onze irmãos, que em breve completará 99 anos).

3. - Como todos perceberam, também eu poderia ter-me tornado brasileiro (mais do que já sou...). Talvez estivesse hoje aqui (quem sabe?) como motorista do Professor Francisco Amaral. Mas a minha vida seguiu

outros rumos, e este que vos fala chegou a Professor da Faculdade de Direito de Coimbra (a polícia fascista não me deixou ser magistrado), foi Diretor da sua Faculdade e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.

Estas são as jóias da minha coroa. Ganhei-as à custa de trabalho honrado, navegando muitas vezes com vento adverso, pisando os terrenos do adversário para poder usar plenamente a liberdade de investigar e de ensinar e ocupar o meu lugar na Universidade e na vida sem abdicar das minhas ideias.

No belíssimo poema *O Operário em Construção*, Vinicius de Moraes, poeta e filósofo, diz que “o operário faz a coisa/ E a coisa faz o operário”. É assim que eu sinto o percurso da minha vida.

Após anos de espera ansiosa, este ‘operário’ teve um dia a sorte de vir ao Brasil. Foi o cumprimento de um sonho antigo. Quem me convidou está aqui presente, e eu sinto-me particularmente feliz por entrar com ele nesta Casa. Refiro-me a Luiz Edson Fachin, então Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, que conheceu o meu nome por referências do Prof. Francisco Muniz, que tinha lido alguns trabalhos meus.

Quero aqui saudá-lo, declarando-me, perante vós, devedor de uma dívida que nunca lhe pagarei. Foi ele que me abriu as portas deste Brasil tão pródigo para mim, dando início a uma espécie de época de ouro da minha vida, que me permitiu enriquecer o único património que vale a pena amealhar, o património da amizade.

Hoje, são brasileiros e vivem no Brasil alguns dos meus melhores Amigos. Para minha enorme alegria, vejo nesta sala alguns deles. Sabeis que vos devo muito. Fico a dever-vos mais este gesto de ternura. Bem hajam por serem meus Amigos.

Foi por saberem que eu tenho Amigos deste quilate que os Membros desta Academia aceitaram acolher-me como um dos seus. Mais uma dívida impagável, para com eles e para convosco. Fico aliviado por saber que (ao menos formalmente) já não se reduzem os devedores à escravidão, nem há já prisão por dívidas.

4. - No belíssimo filme de Clint Eastwood *As Pontes de Madison County*, Francesca, a personagem principal (Meryl Streep), diz a certa altura para o seu parceiro (Clint Eastwood): “Nós somos as escolhas que fazemos,

Robert”. É isso mesmo: nós somos as escolhas que fazemos. Escolhas muitas vezes condicionadas, porque não somos inteiramente livres para escolher.

As escolhas que fiz ao longo da minha vida levaram-me, em várias ocasiões, a dizer NÃO, como o operário em construção de Vinicius de Moraes. Muitas vezes tinha plena consciência de que não estava a escolher o caminho mais fácil. A prova de que escolhi bem é que esse caminho me trouxe aqui. Valeu a pena ter percorrido o caminho que escolhi.

Creio, porém, que devo em especial ao meu Amigo Francisco Amaral a proposta que tornou possível a minha eleição como membro desta Academia, a que ele preside com a sabedoria que todos lhe reconhecemos. Para ele e para todos os que votaram favoravelmente a sua proposta, os meus penhorados agradecimentos. Seria impertinência e ingratidão da minha parte questionar e (pior ainda) pôr em causa o acerto da vossa decisão. Limito-me a respeitá-la, acrescentando a promessa de tudo fazer para não desmerecer a vossa confiança.

Uma palavra particular de agradecimento é devida também ao meu Colega e meu Amigo Prof. Sérgio de Andrea Ferreira, que teve a coragem de aceitar avalizar perante esta Academia os meus fracos méritos para a integrar. Obrigado pela sua generosidade para comigo. Por alguma razão eu considero que os Amigos são o único património que vale a pena acrescentar. Com Amigos destes, sinto-me um homem rico.

5. - Olhando para o mundo à nossa volta, poderemos dizer, com Sophia de Mello Breyner (uma grande senhora da poesia portuguesa) que / “uma terrível atroz imensa/ Desonestidade/ Cobre a cidade”. É, realmente, um tempo difícil este nosso, tempo de sofrimento, *tempo de desespero*. Porque “a esperança nunca desespera”, cabe-nos transformá-lo em *tempo de esperança*, um tempo que nos traga “leis iguais, constantes, que aos grandes não deem o dos pequenos”, como advogou o nosso Camões.

A todos os que sofrem as consequências da austeridade regeneradora imposta pela *ditadura do capital financeiro* (autêntico “fascismo de mercado”, para utilizar a expressão cunhada, já em 1980, pelo insuspeito Paul Samuelson, Prémio Nobel e tudo...), a todos os que correm o risco de aceitar a violência do *crime sistémico do capitalismo de casino*

como se ela fosse uma fatalidade ou, pior ainda, uma coisa natural, vale a pena dizer, como nos versos de Brecht: “Pedimos expressamente/ que não achem natural /o que sempre acontece. / Que nada seja tido por natural / neste tempo de confusão sangrenta/ de desordem ordenada, / de arbitrariedade sistematizada, / de humanidade desumanizada, / para que nada disto se mantenha”.

Sei bem que “na palavra contém-se o mundo todo” (Fernando Pessoa/ Bernardo Soares). Mas não na minha palavra, tosca e descolorida. Só nas palavras dos poetas está o mundo todo. Por isso me socorro dos poetas, para poder estar à altura de tão ilustre auditório.

Nesta Academia de Juristas, terminarei com o ‘decreto’ contido no artigo 13º de *Os Estatutos do Homem* do poeta brasileiro Thiago de Mello, certo de que todos aqui me acompanharão nas tarefas necessárias para levar à prática este ‘decreto’:

“Fica decretado que o dinheiro não poderá nunca mais comprar o sol das manhãs vindouras”.

(Página deixada propositadamente em branco)

**ORAÇÃO PROFERIDA NA INAUGURAÇÃO DA RUA
DR. FRANCISCO SALGADO ZENHA
(11 DE SETEMBRO DE 2004)**

1. - As minhas primeiras palavras são para agradecer à Senhora D. Maria Irene Salgado Zenha o ter sugerido o meu nome para intervir nesta homenagem ao seu marido. É uma honra para mim. É mais uma gentileza que fico a dever-lhe.

Quero agradecer também à Câmara Municipal de Coimbra o ter aceite a escolha da Senhora D. Maria Irene para ser eu a recordar o Dr. Francisco Salgado Zenha no momento em que se coloca uma placa com o seu nome numa rua de Coimbra.

2. - Tive o privilégio de ter conhecido e de ter trabalhado, na minha juventude (já lá vão 40 anos) com Francisco Salgado Zenha, em convívio diário no seu escritório de advogado durante mais de dois anos. Como todos os que o conheceram, fiquei seu amigo e seu admirador. Para o jovem que eu era então, este convívio não se limitou ao exercício da advocacia: ajudou-me a compreender melhor o mundo à minha volta e a cimentar a minha cidadania. Fiquei a dever-lhe para sempre o muito que aprendi com o advogado de eleição que ele foi, e nunca esquecerei a confiança que em mim depositou ao convidar-me para ficar com ele a exercer a advocacia.

Conheci Salgado Zenha através de um Amigo comum, o Dr. Mário Canotilho, que nesta cidade de Coimbra conheceu o Xico Zenha, dele se fez amigo, com ele comungou dos mesmos ideais democráticos e com ele partilhou responsabilidades na luta organizada contra o fascismo. Ambos pagaram por isso nas prisões salazaristas. Creio que o Dr. Salgado Zenha

ficará contente por eu trazer a esta cerimónia o seu Amigo Mário Canotilho. É ainda, da minha parte, uma maneira de o homenagear, recordando-os e honrando-os a ambos com respeitoso carinho.

3. - Não vou falar das minhas relações com Francisco Salgado Zenha, que retomei, anos mais tarde, quando ambos participámos nos Governos que se seguiram à Revolução de Abril. E sei que não me é fácil dizer aqui coisas novas sobre a sua personalidade, tão conhecida ela é de todos os presentes, ainda por cima depois de ter ouvido o elogio que dele fizeram há anos, na Universidade do Minho, o Dr. Miguel Galvão Teles, e, na minha Faculdade de Direito de Coimbra, o Doutor Eduardo Paz Ferreira.

Começarei por dizer dele o que ele disse, no dia do seu 70º aniversário, dos seus amigos já desaparecidos: “A sua melhor mensagem foi a sua vida”. Uma vida exemplar, como o são as vidas daqueles que, como ele, ajudam a forjar a nossa consciência moral e dão sentido à nossa vida colectiva, impedindo que ela não seja uma pura sucessão de combates individuais.

O conhecimento pessoal permite-me dizer aqui quanto apreciei as suas qualidades de inteligência, a sua competência profissional, a finura do seu raciocínio, a lucidez da sua análise, a sua sólida cultura humanista e, acima de tudo, a sua inteireza de carácter, o seu temperamento tolerante, a sua honestidade e coragem intelectual.

4. - Esta é uma homenagem da cidade de Coimbra a Francisco Salgado Zenha. Justifica-se, por isso, que sublinhe o facto de ter sido nesta cidade que o jovem Xico Zenha anunciou o que viria a ser o jurista, o cidadão, o homem de cultura, o estadista de primeiro plano.

Na nossa Faculdade de Direito, Francisco Zenha foi um estudante que chamou a atenção pela sua inteligência, pela sua cultura, pela sua capacidade crítica, pela sua maturidade, pela sua coragem intelectual.

Foi, por isso, com muita emoção e muita alegria que, enquanto Presidente do Conselho Directivo da Faculdade, ajudei a concretizar a iniciativa da Senhora D. Maria Irene Salgado Zenha de instituir, junto da FDUC, a Fundação Francisco Salgado Zenha, criada em 15 de Março de 1999. Entre outros objectivos, a Fundação atribui todos os anos o Prémio Dr.

Francisco Salgado Zenha, para galardoar o melhor trabalho de um aluno sobre direitos, liberdades e garantias, direitos do homem ou direito humanitário.

Tal representa, para a FDUC e para a UC, uma grande honra e uma grande responsabilidade. Uma grande honra, por nos ter sido cometida a tarefa de administrar a Fundação instituída para perpetuar a memória de um antigo aluno, um daqueles que, fora da Universidade, mais prestigiou o nome da sua Escola. Uma grande responsabilidade, porque não é fácil estar à altura de alguém que foi um estudante distinto; um dirigente associativo lúcido, corajoso, influente e respeitado; que foi um dos advogados mais brilhantes da sua geração; que foi um cidadão exemplar e um destacado militante contra o fascismo, pela liberdade e pela democracia; que foi um homem de estado cujos ideais sempre estiveram ao serviço do povo português; que foi uma das figuras marcantes da segunda metade do século XX português.

5. - Em 13.12.1944, uma lista encabeçada pelo estudante de Direito Francisco Salgado Zenha foi eleita em Assembleia Magna para a Direcção-Geral da AAC, sendo Zenha o Presidente. Após homologação ministerial (22.12.44), a tomada de posse aconteceu em 13.1.45. O Presidente pediu-me que recordasse aqui todos membros dessa Direcção-Geral, alguns felizmente ainda vivos. São estes os seus nomes: Francisco de Almeida Salgado Zenha (Presidente); Francisco Barrigas de Carvalho (Vice-Presidente); Joaquim Rosado Carmelo Rosa (Secretário); Armando Elmino Pinto d'Abreu (Tesoureiro); Vogais: Manuel Camões Costa, Augusto Amorim Afonso, Aurélio Reis e Arquimedes da Silva Santos.

Passados cinco meses de exercício activo e muito empenhado, a DG/AAC foi demitida (29.3.45), porque, no dia 18.5.45, a Assembleia Magna decidiu que a DG não se fizesse representar, no dia seguinte, na cerimónia de homenagem a Salazar.

Após a demissão, a Assembleia Magna aprovou uma moção em que negava a confiança a quaisquer comissões administrativas que viessem a ser nomeadas para a AAC, à margem do livre voto da Academia. Pouco depois, a DG apresentaria o Relatório da sua actividade à frente da AAC, Relatório que viria ser apreendido pela PIDE.

Na tomada de posse da nova comissão administrativa nomeada pelo governo, o Reitor de então caracterizou os estudantes da DG demitida como “um misto de garotos malcriados e de sinistros agentes subversivos”, na síntese de Zenha, e fez um relato de vários acontecimentos que, na óptica de Salgado Zenha, faltava à verdade em vários pontos.

Pois bem. Zenha respondeu ao Reitor, na primeira pessoa, em um texto justamente famoso de “Reposição de Factos”. Este texto é um retrato, em corpo inteiro, de Francisco Salgado Zenha. Nele se afirma a sua forte capacidade argumentativa, mas, sobretudo, a sua grandeza de carácter e a sua enorme coragem moral. Sem nunca o dizer expressamente, o “aluno quase desconhecido” (assim se qualifica a si próprio) vem mostrar que “o Reitor prestigiado e laureado” (assim qualifica ele o Reitor) faltou à verdade.

Perante certas afirmações do Reitor, Zenha diz que ele deve fundamentá-las. “Caso negativo - escreve Zenha - é uma difamação. De qualquer modo - conclui - aos tribunais comuns é que compete a resolução destes casos”.

O Reitor acusou Zenha de representar “uma pequena minoria”, menos interessada em “satisfazer legítimas aspirações da Academia do que em criar descontentes e revoltados”. O jovem Zenha intima então o consagrado Reitor a dar a palavra a *toda* a Academia, para que *todos os estudantes* e não qualquer minoria elege-se a DG/AAC!

Na parte final do seu libelo acusatório, Zenha escreve a certa altura: “Temos consciência dos nossos deveres. Não queremos condescendências. Não nos sentimos réus. Pelo contrário”. E à afirmação do Reitor de que “não basta que Maria seja honesta, é preciso que também o pareça”, Zenha dá esta resposta adulta e certa: “Embora me interesse a opinião alheia, preocupo-me mais com a minha consciência, porque senão arriscar-me-ia a não ser nem a parecê-lo”.

Numa síntese que diz tudo, Zenha escreve, dirigindo-se ao Reitor: “V. Ex^a teve uma comenda, eu fui demitido”. Como quem diz: cada um recebe do poder fascista aquilo a que tem direito!

Não admira que, quando Francisco Zenha foi preso pela PIDE, a Academia tenha desencadeado um forte movimento de solidariedade com o seu Presidente e de protesto contra a sua prisão arbitrária. A Assembleia Magna decretou *Luto Académico*, com a bandeira da AAC a meia haste

na respectiva sede, o que se fez, apesar das tentativas em contrário de estudantes fascistas, que, em panfleto anónimo, acusaram Zenha de ser “um agitador comunista”, capaz de vender a própria Pátria...

Não admira, por isso, que, há uns anos atrás, a Academia de Coimbra tenha querido homenagear este Presidente, dando o seu nome ao Anfiteatro existente na Sede da AAC.

6. - Durante os anos de chumbo do fascismo, Salgado Zenha exerceu com excepcional competência e dignidade a sua profissão de advogado. Como cidadão, militou no PCP, participou nos movimentos de unidade democrática contra a ditadura, defendeu presos políticos nos tribunais da Pide, desenvolveu actividades legais e clandestinas na luta antifascista, foi depois fundador da ASP e do PS. Conheceu várias vezes a prisão e a residência fixa.

Após a Revolução de Abril, foi alto dirigente do PS, foi deputado, foi ministro, foi membro do Conselho da Europa, foi candidato à Presidência da República.

Creio que poderemos concordar com Jorge Sampaio quando pôs em relevo que as áreas fundamentais em que foi mais marcante a influência de Zenha terão sido: as relações entre o estado e a igreja; a liberdade sindical; a defesa da descentralização e a exigência de uma Administração Pública aberta e transparente.

Para além das convergências ou divergências de cada um de nós com as suas ideias e com a sua acção, creio que todos concordaremos em que Francisco Salgado Zenha foi sempre um Homem de convicções e de causas, que lutou por elas com toda a sua força intelectual e moral, mas nunca se deixou enredar na politiquice barata, nos mesquinhos jogos de interesses, ao estilo dos que estão na política para se servirem dela, para se projectarem na história e não para servir o povo.

Salgado Zenha foi político por imperativo de consciência e a sua integridade moral valeu-lhe a ingratidão, a hostilidade, a perseguição e até a difamação.

No entanto, pouco tempo antes da sua morte, Salgado Zenha disse aos seus amigos, com toda a serenidade de quem sabia que o seu fim

estava próximo, apesar de os ouvintes o não saberem: “Pela parte que me toca, sei que a vida foi boa para mim”.

E sublinhou a sua obrigação e a de todos nós de “darmos a nossa contribuição para que os que nos seguirem tenham consciência de que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para lhes deixar um mundo melhor do que aquele em que vivemos”.

Creio que todos temos consciência clara de que Francisco Salgado Zenha cumpriu plenamente esta sua obrigação. Assim saibamos nós cumprir a nossa, neste tempo em que a política tanto carece de ideais e o País e o mundo tanto carecem de homens e mulheres que acreditam em que vale a pena lutar para *transformar o mundo*.

**ORAÇÃO PROFERIDA NA CERIMÓNIA DE
ENTREGA DA MEDALHA DE OURO DA CIDADE DE
COIMBRA AO SENHOR JOAQUIM MACHADO,
A TÍTULO PÓSTUMO⁴³
(4 DE JULHO DE 2005)**

Aceitei publicar agora de novo, sem qualquer alteração, a minha dissertação de pós-graduação (Curso Complementar de Ciências Histórico-Jurídicas), acabada de redigir em meados de 1967 e publicada em primeira edição pela Livraria Almedina em 1968, pouco depois de realizadas as provas públicas de conclusão do Curso.

Devo ao Doutor António Ferrer Correia a indicação do tema da dissertação: *O direito de exclusão de sócios nas sociedades comerciais*. O trabalho de investigação decorreu entre Novembro de 1962 e fins de Setembro de 1963, uma vez que no dia 4 de Outubro iniciei o cumprimento do serviço militar obrigatório. Concluído este em Maio de 1966, regressei a Coimbra e à Faculdade de Direito. Com efeito, em Novembro de 1965 o Conselho Escolar da Faculdade convidou-me para segundo-assistente, convite que aceitei. A PIDE, porém, tinha outro projecto para a minha carreira profissional e vetou a celebração do contrato. O Director da

⁴³ Fiquei satisfeitíssimo pelo facto de a família do senhor Machado me ter escolhido para fazer, nesta sessão, o elogio do meu Amigo, uma pessoa que sempre me tratou simultaneamente com afeto e respeito e de quem eu gostava muito. Como, não havia muito tempo, tinha escrito um Prefácio para a 2ª edição do livro referido no texto, que a Livraria Almedina lançara em finais de 2002, no qual recordava e homenageava o senhor Joaquim Machado (foi esta a razão que me levou a escrever o Prefácio), resolvi ler nesta sessão, com as adaptações necessárias, este mesmo Prefácio. É este texto que aqui publico de novo. Mais uma vez, para lembrar e honrar a memória do meu Amigo Joaquim Machado, juntando a ele o nosso comum Amigo Felisberto de Lemos. Eu sei que estou a ficar velho, mas a verdade é que já não há livreiros assim...

Faculdade, Doutor Afonso Queiró, prometeu-me que se iria empenhar no sentido de ser ultrapassado este obstáculo ao meu ingresso no corpo docente da Faculdade de Direito de Coimbra. Apesar deste empenhamento, a oposição da PIDE mantinha-se de pé, passados oito meses, quando passei à disponibilidade como oficial miliciano da Marinha.

Precisava de dar um rumo à minha vida, tanto mais que, nessa altura, já estava casado e tinha um filho. Procurei de novo o Doutor Queiró. Garantiu-me então que eu acabaria por ser contratado, ou ele deixaria de ser Director da Faculdade de Direito de Coimbra. E, perante o meu interesse em seguir a carreira universitária, sugeriu que eu ficasse a trabalhar na Faculdade, com uma bolsa de estudo da Fundação Rangel de Sampaio de montante equivalente ao ordenado líquido de um segundo-assistente, até que a oposição da PIDE fosse ultrapassada e eu fosse contratado. Confiado no empenho pessoal e no peso político do Doutor Queiró, que, como Director da Faculdade, interpretava, sem dúvida, a este respeito, o sentir da Escola, resolvi aceitar a sugestão. Instalei-me em Coimbra e comecei a trabalhar.

A PIDE e o Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (o Dr. João de Almeida, para que conste, foi o último a ceder) acabaram por ceder, mas só em Dezembro de 1966. Em 6 de Janeiro de 1967 tomei posse, finalmente, como segundo-assistente da Faculdade de Direito de Coimbra. Neste intervalo de tempo, entre Maio de 1966 e Maio de 1967, concluí a investigação que tinha interrompido em 1963 e redigi a dissertação sobre o direito de exclusão de sócios nas sociedades comerciais.

O exame (realizado em 11 de Março de 1968) correu bem e o Doutor Ferrer Correia foi generoso nos elogios que fez ao meu trabalho. No dia seguinte, fui chamado ao gabinete do Doutor Afonso Queiró. Felicitou-me, como Director da Faculdade, pela qualidade da tese, de que lhe tinha falado o Doutor Ferrer. E propôs-me, como administrador da Atlântida Editora, a edição da tese nesta casa editora.

Agradei-lhe, naturalmente, as felicitações e a proposta. Mas, quanto a esta, tive de dizer-lhe que só a aceitava sob condição. Que condição era esta? Só aceitava que fosse a Atlântida a editar a tese se a Livraria Almedina não estivesse interessada na edição. Porque, em igualdade

de condições, entendia ser meu dever moral dar preferência à Livraria Almedina. Tinha, por isso, de falar primeiro com o Sr. Machado.

O Doutor Queiró não me perguntou quais as razões que me levavam a assumir esse dever moral. Mas eu entendi que lhas devia revelar, por consideração para com ele e como homenagem ao Sr. Machado. Darei aqui conta dessas razões, para, de novo e publicamente, prestar homenagem ao Sr. Joaquim Machado, proprietário da Livraria Almedina.

Em 1956 (já lá vão quase cinquenta anos...) tinha eu uns dezasseis anos e era aluno do Liceu D. João III. Recebia uma bolsa de estudo mensal de 300\$00 paga dez meses por ano e tinha almoço gratuito na cantina do Liceu. O dinheiro de que dispunha, já se vê, dava para muito pouco. Mas a curiosidade levava-me, de quando em quando, a visitar a Livraria Almedina, no seu berço primeiro, no cantinho fronteiro ao Arco de Almedina. E lá passava algum tempo a namorar os livros e a ler, às vezes, capítulos inteiros de alguns deles.

Um dia, o Sr. Machado veio ter comigo e perguntou-me se eu era estudante do liceu. Respondi-lhe que sim. Pois, mas não tem dinheiro para comprar livros, não é? Eu, embaraçado, respondi secamente: é. Vamos fazer um contrato, diz-me o Sr. Machado. Você vê os livros e leva aqueles de que gostar mais. E paga quando puder e como puder. Você é que sabe o dinheiro de que pode dispor; por isso é você quem decide os livros que pode comprar. Vai ver que tudo há-de dar certo. Eu fiquei sem palavras. Contento que nem um alho, porque aquele senhor com quem eu nunca sequer tinha falado confiava em mim, tratava-me como um adulto (na verdade, eu creio que fui adulto desde tenra idade, pelo menos assim me considereei desde muito cedo). Mas, ao mesmo tempo, preocupado pela responsabilidade que acabava de assumir, porque, no mais íntimo de mim mesmo, logo resolvi que aceitava aquele contrato. A emoção que senti deve ter sido tão forte que não guardo na memória uma só palavra do que, presumo eu, devo ter respondido ao Sr. Machado. Espero que, ao menos, lhe tenha agradecido. Mas o que é certo é que, a partir daí, comecei a comprar alguns livrinhos para a minha biblioteca. Conservo-os ainda hoje. Os livros da Coleção Clássicos Portugueses (Livraria Clássica Editora) e os Cadernos da SEARA NOVA custavam 7\$50.

Mas recordo-me de comprar alguns a 6\$00. E lá os ia pagando: 2\$50 hoje, 5\$00 no mês seguinte...

Poderá dizer-se que esta é uma história que retrata bem a Coimbra daquele tempo, uma Coimbra que já não existe. É provável. Mas ela tem um herói de carne e osso, um livreiro dinâmico e competente, um homem sensível que não esqueceu as suas origens, o Sr. Joaquim Machado. Eu fui a personagem secundária desta história, o pretexto para que ela pudesse ter-se desenrolado. E eu era então um rapazinho pobre e tímido, que quase não tinha saído de Pinhel, a cidadezinha onde nasci (a não ser para ir à Guarda, por três vezes, fazer os exames de admissão ao liceu, do 2º ano e do 5º ano), que tinha chegado à ‘cidade’ uns meses antes e aqui vivia sozinho num quarto arrendado na Couraça da Estrela, nº 12, na casa que faz esquina com a Rua da Alegria, onde me tratavam por Senhor Nunes.

Creio que fica agora clara a razão por que assumi o imperativo moral de dar prioridade à Livraria Almedina quando chegou o momento de editar o meu primeiro livro. Falei com o Sr. Machado, mas não lhe contei nada disto (creio mesmo que nunca lhe tinha contado esta história, meu caro Machado, ou estou enganado?). Disse-me que estava interessado na edição da tese e fez-me uma proposta mais vantajosa para mim do que a apresentada pela Atlântida. Nem sequer teve de intervir o argumento afectivo como critério de desempate. Até hoje, aquele é o contrato de edição que vigora entre mim e a Livraria Almedina.

Assim veio a lume o livro agora reeditado. Entretanto, pela mão do Doutor Teixeira Ribeiro, a minha carreira académica orientava-se, já nessa altura, para a área das Ciências Económicas. A minha primeira tese universitária ficou, assim, desde o primeiro momento, entregue a si própria, sozinha na luta pela vida, sem poder contar com o meu acompanhamento ou o meu apoio. Devo ao meu Colega e Amigo António Agostinho Caeiro – que aqui recordo com muita amizade e muita saudade – as informações, que periodicamente me trazia, acerca do acolhimento que os meus pontos de vista iam tendo, nomeadamente junto dos tribunais. Lembro-me bem da satisfação com que, certa vez, me informou de que a minha tese fora abundantemente citada e seguida numa tese de doutoramento apresentada em Madrid (por um autor, se não erro, de apelido Garcia Villaverde).

Lembro-me também do dia em que, com a revista na mão, me veio dizer que a tese vinha referenciada na *Rivista delle Società*.

A edição de 1968 esgotou-se relativamente depressa. Entretanto, a legislação sobre as sociedades comerciais foi radicalmente alterada. As ideias que eu defendo na tese lá foram fazendo o seu percurso e eu fui-me esquecendo do livro e até das ideias lá expressas.

Até que, no fim dos anos oitenta ou talvez já no início da década de noventa do século pretérito, um advogado com bom nome na profissão me procurou a pedir-me um parecer sobre um problema de exclusão de sócios que tinha entre mãos. Disse-lhe imediatamente que não podia dar o parecer, porque não era especialista em Direito Comercial. Ao que ele respondeu que eu era especialista em exclusão de sócios e autor do único livro sobre a matéria publicado em Portugal, livro onde era abordado o problema em causa. Fiquei espantado. Mas então – perguntei –, passados tantos anos, a minha tese ainda tem voz activa nestes assuntos? Garantiu-me que sim e que, a ver dele, a solução do caso que me colocava estava lá. Se assim é, dou-lhe uma sugestão, rematei eu: transcreva da tese o que servir para a sua argumentação, porque eu não posso dar-lhe o parecer que pretende. E assim ficámos. Desconheço em absoluto como evoluiu a questão.

Uns anos mais tarde, o Prof. Alfredo de Assis Gonçalves Neto (Professor Titular de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná), ao ser-me apresentado em Curitiba, disse-me do seu gosto em me conhecer pessoalmente, porque conversava frequentemente comigo através da minha tese, quer como professor quer como advogado. Que interesse tem uma tese de Economia (pensei que se referia à minha tese de doutoramento, sobre o ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’) para um advogado e professor de Direito Comercial, perguntei eu? Não, diz ele, refiro-me à sua tese sobre exclusão de sócios, que é, entre nós, a “bíblia” a que sempre recorremos nesta matéria. Fiquei pelo menos tão estupefacto quanto satisfeito pela notícia. Fiquei também como que envergonhado, de consciência pesada, por ter abandonado aquele ‘filho’, que, afinal, abandonado pelo pai, continuava a lutar por um lugar na vida, mesmo longe do torrão natal.

Em outras ocasiões ouvi, no Brasil, idênticas referências à minha velha tese, por parte de professores, advogados e magistrados brasileiros. Um dia, porém, creio que em Março ou Abril de 2000, a conversa deu lugar à acção. Estando de visita a uma Universidade brasileira (a UNICID – Universidade Cidade de São Paulo), um seu professor, que preparava o doutoramento na USP (Universidade do Estado de S. Paulo) em Direito das Sociedades Comerciais, procurou-me para falar da actualidade da minha tese no Brasil e da utilidade que teria a sua edição neste País. Colhido de surpresa, não fui capaz de me defender da argumentação cerrada que fez em favor de uma edição brasileira de *O direito de exclusão de sócios nas sociedades comerciais*. O que levou o meu interlocutor a concluir: então o senhor autoriza que eu trate do assunto com a editora? Com uma condição, objectei de rompante, talvez convencido de que assim ‘matava’ o assunto: o Colega faz um prefácio para a edição brasileira a explicar por que razão vale a pena ressuscitar esse cadáver tantos anos depois. A verdade é que o Prof. Renato Ventura Ribeiro fez o prefácio e a Editora Cultural Paulista editou o livro em 2001.

Ainda em 2001, o Dr. Pedro Maia, meu Colega na Faculdade de Direito de Coimbra e especialista em Direito das Sociedades, sugeriu-me um dia a reedição da minha tese sobre exclusão de sócios, porque continuava a ser útil e a ser procurada. Idêntica sugestão foi-me feita, mais tarde, pelo Dr. Manuel Nogueira Serens, também meu Colega na Faculdade, com provas dadas no campo do Direito Comercial. Fiz orelhas moucas, apesar do muito respeito que me merecem as opiniões destes dois Colegas.

Acontece que, no dia 9 de Março de 2002, no final de um Colóquio que decorreu na Faculdade de Direito de Coimbra, o Doutor Ferrer Correia me chamou para me dizer que eu devia reeditar a minha tese sobre o direito de exclusão de sócios nas sociedades comerciais, porque, a seu ver, ela continuava a ser importante e não perdera actualidade. Fale com a Almedina, concluiu o Doutor Ferrer. O Sr. Doutor diz-me isso? Já outras pessoas me sugeriram isso mesmo..., comentei eu. Só prova que são pessoas atentas e que sabem do que falam, rematou o Doutor Ferrer.

A autoridade do Mestre e o tom pensado e definitivo com que me colocou a questão convenceram-me a seguir o seu conselho. Dias depois,

“falei com a Almedina” e a reedição aí está. Sem necessidade, agora, de qualquer prefácio a justificá-la, porque a opinião autorizada do Doutor Ferrer Correia vale mais do que qualquer prefácio.

É claro para mim que eu não escreveria hoje certas coisas que então escrevi. Mas não faria sentido, tantos anos depois, introduzir uma ou outra alteração, retirar ou modificar uma ou outra frase do livro.

E não saberia hoje reescrevê-lo por inteiro, de modo a ter em conta o muito que entretanto mudou. Creio, de resto, que não se justificaria que o fizesse. Se ele pode ser útil ainda, tal como o escrevi em 1967, ele aí está.

Esta reedição permite-me a oportunidade de prestar homenagem a alguns amigos que me são queridos e que conheci em Coimbra, fora da comunidade universitária. Em primeiro lugar, pelo que acima digo, o meu velho Amigo Joaquim Machado. A par dele, quero lembrar também o Alberto Januário, o Dr. Álvaro Seça Neves e o Dr. Ivo Cortesão.

(Página deixada propositadamente em branco)

APRESENTAÇÃO DO LIVRO
BIOGRAFIA DE JORGE SAMPAIO
(18 DE DEZEMBRO DE 2012)

1. - Antes da campanha eleitoral que o levou a um segundo mandato como PR, o Presidente-candidato convidou-me para uma das Comissões da sua candidatura. Não me recordo qual, nem isso interessa. Disse ao emissário, o nosso Amigo comum Miguel Galvão Teles, que lamentava não poder aceitar, mas já tinha assinado um papel qualquer de compromisso público com a candidatura de António Abreu. Acrescentei que, se este desistisse antes da votação, como eu esperava, ficaria satisfeito por poder votar no Jorge Sampaio. Afinal, o António Abreu foi a votos e eu votei nele. Entretanto, escrevi ao meu Amigo Jorge Sampaio a explicar a razão que me impediu de aceitar o convite, lamentando não ter podido dar-lhe o meu voto.

No dia da tomada de posse do Presidente Jorge Sampaio, encontrei nos corredores do Palácio de S. Bento o Miguel Galvão Teles, que fez um ar muito admirado e perguntou: "O que faz você aqui?" Eu respondi-lhe que na minha terra se diz que *aos casamentos e aos batizados só vão os convidados...* O Miguel abriu um grande sorriso e comentou: "Vocês são dois tipos muito especiais. Você deu-lhe uma tampa; ele convida-o para a tomada de posse e você vem. São dois tipos muito especiais. Fico muito satisfeito por vê-lo aqui". E eu também, respondi. E cada um foi para o seu lugar.

Conheço o ilustre biografado desde 1962. Já lá vão cinquenta anos, meu Caro. Nunca convivemos de perto nem frequentámos os mesmos ambientes. Mas creio poder dizer que, desde então, se estabeleceu entre nós uma amizade cimentada no respeito e na consideração recíprocos,

que se têm acrescentado com o passar dos anos. Falo por mim, sem comprometer a outra parte desta relação.

De todo o modo, creio que só estou aqui hoje porque nós (eu e Jorge Sampaio) somos *uns tipos muito especiais*: ele, porque convidou um comunista para vir aqui comentar a vida e os êxitos de um socialista; eu, porque aceitei sem hesitar esse convite, sem ver nenhuma razão que me pudesse levar a rejeitá-lo. Pelo contrário.

2. - Interpretando o mandato que me foi conferido, creio que hoje não estou aqui propriamente para elogiar Jorge Sampaio. Mas já o fiz em sessão pública na Sala dos Capelos, e nessa altura fui eu que me ofereci para o fazer.

Desta vez, porém, as coisas são diferentes.

Trata-se de pôr a apresentar a *Biografia* de um político, alguém que nunca se sentiu atraído pela vida política, embora tenha procurado não desertar do seu posto de soldado raso nas lutas cidadãs.

Trata-se de pôr a apresentar a *Biografia* de uma pessoa importante (e como que predestinada para o ser, pelas suas origens e, sobretudo, pelas suas qualidades) alguém que vem do povo que “não cabe nas crónicas” e que nunca é falado na história.

Desde muito cedo adivinhavam os que o conheciam que Jorge Sampaio iria fazer história. E ele confirmou todas as expectativas. Eu, pelo contrário, sempre acreditei que não passaria à história, apesar de sempre ter procurado seguir o preceito do poeta, fazendo supremamente aquilo que faço, sendo todo em cada coisa, pondo quanto sou no mínimo que faço, acreditando que “A realidade/ Sempre é mais ou menos/ Do que nós queremos./ Só nós somos sempre/ Iguais a nós próprios”.

Meu Caro Jorge Sampaio, foste tu que quiseste assumir os riscos da escolha de um tão desqualificado e desajustado apresentante da tua *Biografia*. Só tenho de agradecer-te o facto de teres escolhido assumir esses riscos. Como sempre, espero não faltar com a lealdade que te devo, porque creio que a lealdade é a pedra angular da amizade, e eu sou teu amigo. E espero ser igual a mim próprio, porque não sou capaz de ser de outra maneira e porque *só nós somos sempre iguais a nós próprios*.

3. - Creio que o José Saramago tem razão quando diz que “as pessoas são, essencialmente, o passado que tiveram”. Por isso, talvez valha a pena falar um pouco da meninice e da juventude de Jorge Sampaio. Nascido numa família, digamos, da burguesia culta e sem dificuldades financeiras, o menino Jorge Sampaio viveu uma infância feliz, entre Lisboa e Sintra, com estadias no estrangeiro e contactos internacionais frequentes. Vivendo em ambientes cosmopolitas e cultos, falava inglês em casa com a mãe e estudou numa escola inglesa, tendo tido aulas de piano e de canto. O investimento dos pais de Jorge Sampaio na educação dos filhos deu frutos excepcionais, porque os semeadores sabiam o que faziam e o terreno semeado era da melhor qualidade.

Diferentemente de Jorge Sampaio, nasci e cresci numa cidade-aldeia do interior, mal saída da Idade Média, com um ambiente dominado por uma aristocracia rural em vias de extinção mas ainda suficientemente forte para, por exemplo, reservar o acesso à *piscina municipal*, de manhã, aos meninos e meninas da ‘nobreza’, ficando a tarde para o povo em geral...

Ambos guardamos lembranças da 2ª Guerra Mundial. “Quase todas as noites os meus pais faziam as contas ao que tinham ganho e gasto”, diz Jorge Sampaio. É claro que, no que me diz respeito, as contas eram mais difíceis, apesar de o meu pai trabalhar pelo menos 12 horas por dia, salvo nos domingos da parte da tarde. Para a minha mãe, a contabilidade das horas de trabalho é ainda mais complicada, porque não tinha horário de trabalho... Nunca fizeram férias, e eu, naturalmente, acompanhava os meus pais nas férias...

Foram tempos difíceis os anos da guerra e os anos que se seguiram. Eu recorro-me da confusão que me fazia ver o meu pai de ouvido encostado ao rádio, com o som baixo, a ouvir não sabia o quê, porque àquelas horas não havia relatos de hóquei em patins... Mas recorro-me, sobretudo, da caderneta do racionamento e de ir com a minha mãe à loja do Sr. Ernestinho levantar o nosso quinhão de arroz, açúcar, azeite, bacalhau e outros acepipes. E lembro-me muito bem de ir para a bicha da padaria (na altura não se dizia fila...) à espera do pão. Era horrível, parecia pez; mas às vezes tinha de ir para a escola sem comer o pão com

o café (manteiga era comida de ricos...), não raro só ‘café de cevada’, porque não havia leite (a leiteira chegava tarde, sobretudo no inverno).

Uma leitura determinista diria que as nossas vidas nunca se encontrariam, tão diferentes são as nossas origens e o ambiente em que fomos criados. Mas a vida encarregou-se de mostrar o contrário.

Como ele, eu sou da colheita de 1939: ele nasceu em setembro, eu nasci em dezembro. Por isso ele entrou um ano mais cedo do que eu para a Faculdade, ele em Lisboa, eu em Coimbra. Mas chegámos de maneira diferente. Ele escolheu o Curso da sua predileção, a pensar na advocacia ou, talvez, na vida diplomática (ele, que é neto de um ministro dos negócios estrangeiros). Eu gostaria de ter seguido um curso de Ciências, porque tive 20 valores a matemática no 5º ano e gostava muito de Física. Devo ao meu primo Mário Canotilho um conselho amigo: eu, se fosse a ti, ia para Direito, disse-me ele; se as coisas não correrem de modo a ganhares bolsa de estudo, podes tirar o Curso como voluntário. Foi este conselho que fez nascer a minha ‘vocação’ para o Direito e mudou a minha vida.

O Jorge Sampaio foi, desde muito novo, um homem político, movimentando-se nos meios políticos e intervindo politicamente com muita intensidade. Eu nunca me seduzi pela vida política, mas, a partir da minha entrada na Universidade, depois das eleições do General Humberto Delgado, foi-me difícil não ir acompanhando o que se passava à minha volta. A ideia de ir parar à guerra colonial levou-me a equacionar a hipótese da deserção. Se não tivesse ido para a Marinha, creio que teria seguido esse caminho. Impressionou-me muito a decisão do meu Amigo António Novais Marques dos Santos. Na véspera de desertar, foi assistir à prova oral do meu exame de *Direito das Sucessões*. Para ver como se tirava a nota de 17 valores, disse-me ele. No fim do exame, deu-me os parabéns e despediu-se, dizendo-me que era militante do PCP (coisa que eu adivinhara há muito) e que, no dia seguinte, partiria para o exílio. Acrescentou que, fora da rede que o haveria de levar para França, só sabia disto a irmã, Maria Cândida, e eu. O António Marques dos Santos foi das pessoas mais inteiras que conheci em toda a minha vida. De algum modo, sucedi-lhe na direção da *Via Latina*, porque, em 1960/61, ele tinha sido, de facto, o Diretor do jornal da AAC.

4. - Esta *Biografia* tem muito de pessoal e conta muitas histórias de um grupo de amigos que almoçava muitas vezes no *Florida*. É, em certa medida, a história de uma geração, com toda a diversidade que cabe numa geração, mas também com o ambiente em que todos vivemos. Mas ela é também a memória do que se passou em Portugal nestes últimos 50 anos, um painel com tanto pormenor que até eu apareço nestas memórias duas ou três vezes, certamente por bondade do herói desta história e do seu narrador. A um cabe o mérito de ter preservado esta memória, a outro cabe o mérito de a ter trazido ao conhecimento de todos.

Mesmo quando se fala da crise académica de 1962 – que foi, depois das eleições falseadas de 1958, em que apoiámos Humberto Delgado, o ambiente em que muitos de nós se formaram como cidadãos –, as lutas dos estudantes são assumidas como *lutas políticas*, contra o *fascismo* e contra a *guerra colonial*, enquadradas em outras lutas mais amplas e, na minha ótica, mais importantes, as lutas dos trabalhadores e do povo em geral, o tal povo que não cabe nas crónicas mas nunca falta quando se trata de fazer a História.

Por isso, e muito bem, o livro destaca, em 1961, o desvio do *Santa Maria*, o golpe Botelho Moniz, a perda do enclave de S. João Baptista de Ajudá, a anexação na União Indiana do chamado Estado Português da Índia (17 Dez. 1961), o início da guerra de libertação nacional em Angola, o Golpe de Beja (na noite de 31 de Dez/1961 para 1 de Jan/1962). E fala das greves operárias de 1962 em vários pontos do País (Ribatejo, Alentejo, Porto, Almada, Barreiro) e fala do 1º de maio de 1962. E fala das divisões no seio da Academia de Lisboa quanto à atitude dos estudantes perante essas greves e à sua inserção no 1º de maio. Também em Coimbra esta questão foi debatida e também aqui houve divisões. De alguns estudantes então ligados ao PCP vinha, de vez em quando, o apelo à greve às aulas, em assembleias magnas onde não estavam cem estudantes... Eu (que não tinha nenhuma ligação com o PCP) e outros estudantes que eu ‘sabia’ ligados ao Partido entendíamos que o terreno ainda não estava preparado para tal sementeira e procurávamos acalmar as águas...

Muitas outras lutas transparecem nesta *Biografia*, ao longo dos anos nela abrangidos. Jorge Sampaio acompanhou muitas delas, em diferentes papéis.

5. - Já o disse atrás. Conheci o Jorge Sampaio em 1962, era ele secretário-geral da RIA e eu diretor da *Via Latina*, que viria a ser proclamada, em fevereiro/março desse ano, *jornal de todos os estudantes portugueses*. Foi nesta qualidade que participei, em Lisboa, em reuniões da imprensa universitária, em duas ou três reuniões na Casa dos Estudantes do Império e em algumas reuniões da RIA (pelo menos uma no Técnico e outra no ISEF, na Rua do Quelhas). E o Jorge veio algumas vezes a Coimbra, para conversas sobre os projetos comuns a Lisboa e a Coimbra, entre os quais o de realizar nesse ano *O Dia do Estudante* em Lisboa e o de dar corpo a uma estrutura representativa de todos os estudantes portugueses.

As questões que preocupavam os estudantes de Lisboa eram aquelas que nos preocupavam a nós, em Coimbra, sempre enquadradas na luta anti-fascista e, depois de 1961, na luta contra a guerra colonial.

A questão do Decreto 40.900 continuava viva em 1962, apesar de o diploma ser de 1956. Eu acho que nós empolávamos um pouco, para falarmos de 'questões associativas' e conseguirmos aproximar-nos de alguns professores.

Também nós sonhávamos com a *União Nacional dos Estudantes Portugueses*, tomando como modelo a UNEF. Recebemos em Coimbra uma delegação da UNEF, não identificada, evidentemente. Para evitar ser ouvidos, não fizemos por menos: a reunião de trabalho com eles decorreu no alto da Torre da Universidade...

Em Lisboa aprovavam-se moções contra a prisão de colegas pela Pide. Nós fazíamos o mesmo. Recordo-me muito bem da votação de uma moção exigindo a libertação dos Colegas Barbosa e Ciborro Maia, sabendo que ambos estavam ligados ao PCP. Nunca conheci este último, mas vim a conhecer, já depois do 25 de Abril, o António Barbosa.

A questão da Índia provocou tensão na Academia de Lisboa. Em Coimbra também (tivemos de substituir o Presidente da Mesa da Assembleia Magna). Mas impedimos a votação de uma moção 'patriótica' de repúdio, apesar do dramatismo das vigílias com velas e tudo e das manifestações no Pátio da Universidade.

A censura nunca deixou sair a mais leve referência à guerra colonial. A única exceção foi a notícia da morte de dois Colegas em Angola, em

setembro/1961. Dizia-se nelas que a morte, ocorrida “em tão dramáticas circunstâncias”, causou a maior emoção em toda a cidade (nº 132/133, de 28.11.1961). Como não se dizia que tinham morrido gloriosamente em defesa da Pátria, o reitor percebeu a nossa intenção, chamou-me ao gabinete e quase me acusou do crime de traição à Pátria...

A nossa programação para o ano de 1962 apontava para um final em grande, com a realização do *Dia do Estudante*, em Lisboa, no dia 24 de março, tendo como antecedentes alguns *convívios* inter-associativos (fiquei agora a saber que os *convívios* foram uma invenção do Pedro Ramos de Almeida...). Usando de alguma habilidade, ludibriei o pobre do capitão Piçarra, que era o chefe do serviço de censura em Coimbra. Tratava-me bem, porque tinha estado colocado como sargento na minha terra, onde tinha conhecido um tio meu, comerciante na praça. Mandeí compor na tipografia todo o programa numa secção em corpo muito pequeno, a que chamávamos *Porta Férrea*, onde inseríamos notícias de pouca importância, às vezes mais preenchida para, à última hora, tapar buracos provocados pelos cortes da censura (para sair um número do jornal, era necessário fazer três...). Levei as provas à censura e meti conversa com o capitão, para o distrair. Ele sabia que aquela secção não tinha importância, e pôs o carimbo a autorizar a publicação. Saí dali a correr e fui logo à tipografia da Atlântida, na Rua dos Combatentes, mandar desfazer a primeira página e paginar tudo de novo, com letras grandes, para ocupar a página inteira. O programa saiu no número 140, de 28.2.1962. Na semana seguinte, o capitão disse-me que eu o tinha enganado e que tinha sido duramente censurado pelos chefes de Lisboa... Aconteceu o mesmo quando o convenci a deixar sair a *Trova do Amor Lusíada* (nº 144, 10.3.1962), do Manuel Alegre, argumentando que eram bonitas quadras populares. Lá bonitas são elas, comentou o capitão Piçarra, no que foi acompanhado pelo tenente, que era o intelectual da equipa... Mas dessa vez, pelo que ele contou, o raspanete dos ‘chefes’ foi mais violento.

A *Via Latina* foi o primeiro órgão da AAC a ser suspenso *sine die* (o último número é o de 7.4.1962), antes da suspensão da Direção-Geral (7.5.1962). Entretanto uma concorridíssima Assembleia Magna resolveu, no âmbito do *luto académico*, não fazer a *Queima das Fitas*, iniciativa de

grande impacte em Coimbra e em todo o país e na qual me empenhei a fundo. Como havia compromissos financeiros assumidos, tivemos que declarar na Assembleia que esse problema estava resolvido. De acordo com a moda da época, acusaram-nos de receber dinheiro de Moscovo, mas a verdade é que algum dinheiro e a garantia de outros apoios, se fossem necessários, tinham vindo dos Drs. Salgado Zenha e João José Cochofel. Começámos a recolher fundos e, no fim de uma Assembleia Magna, levei para casa, na minha capa, 16 contos! Era muito dinheiro...

Aproveitando a circunstância, resolvemos fazer campanha política, correndo o comércio da cidade a explicar as razões da nossa decisão, que afetava seriamente muitos dos nossos interlocutores. Fomos muito bem recebidos e alguns deram-nos dinheiro para ajudar a cobrir as despesas.

Depois, tentámos que as nossas secções desportivas não comparecessem aos jogos dos campeonatos em que estavam envolvidas. Isso aconteceu no basquetebol e creio que em alguma outra secção. Como se diz no livro, tentámos o mesmo com o futebol. Poderia contar algumas histórias, porque fui eu destacado para tratar do assunto com os jogadores, com um assessor de luxo, o José Óscar Monteiro. É que vários jogadores eram das colónias e estavam comprometidos com os movimentos de libertação e nós não queríamos expô-los nem criar-lhes problemas de consciência. Para isso, a presença do *Osquinha* (já militante da FRELIMO) era fundamental.

Devo dizer que nunca levei muito a sério, em termos da luta global, estas lutas dos estudantes. Elas valiam o que valiam. O que me interessava era a repercussão que elas tinham junto da população. Ao ler uma carta minha para o Jorge Sampaio, escrita nas férias da Páscoa de 1962 a partir de Pinhel (carta que a Pide apreendeu), vejo que isto mesmo transparece nela, quando refiro que “a população, apesar de ser uma zona das mais atrasadas, está a viver os acontecimentos como verdadeiramente nacionais e está a dar-lhes a importância que lhes dão os próprios estudantes.”

6. - Como muitos jovens da minha geração, era enorme a minha admiração e o meu respeito por todos aqueles que, sacrificando tudo, militavam clandestinamente nas fileiras do PCP. Na esfera mais próxima das minhas relações, a minha referência era o Mário Canotilho, meu primo, meu

irmão, meu camarada, meu Amigo, meu ídolo. Devo-lhe o permanente testemunho de uma vida digna e de uma amizade e confiança que ainda hoje me comove. Desde os meus doze anos, passava as férias grandes no seu escritório de advogado, para aprender a escrever à máquina (o meu pai pensava no meu futuro de manga de alpaca). Mas o Mário tratou-me desde muito cedo como se eu fosse crescido. E, realmente, eu acho que me tornei adulto muito cedo.

Em frente à oficina do meu pai moravam os pais de José Dias Coelho, de quem ouvia falar como se fosse um santo. A filha dele, a Teresinha, passava horas a fio na oficina, desenhando freneticamente. Nas conversas do Sr. Alfredo Coelho vinha muitas vezes à baila o nome do filho, e o de Margarida Tengarrinha, bem como o de Carlos Aboim Inglês (casado com a sua filha Adelaide) e, é claro, o de Álvaro Cunhal.

Na *Biografia*, alguém diz que Jorge Sampaio considerava Álvaro Cunhal “o homem mais inteligente que alguma vez tinha conhecido”, e outro testemunho refere que ele tinha uma grande admiração pelo PCP: “o partido é que tem operários, células, organizações, imprensa. Nós não passamos dos rapazes da bica...”. Ele falava do que sabia, porque teve muitos contactos políticos com o PCP e teve reuniões com Álvaro Cunhal, ainda antes do 25 de Abril. Não foi o meu caso, embora tenha convivido de perto (e até colaborado) com muita gente que eu ‘sabia’ serem comunistas, ali na Sé Velha, o meu poiso diário durante os cinco anos do Curso.

Mas creio que a nossa geração de anti-fascistas (não falo dos outros, é claro) teve muitos ideais comuns. Parafrazeando o célebre discurso de Martin Luther King em Mêmphis (1963), poderíamos dizer *We Have a Dream!* Nós tínhamos um sonho. E creio que tivemos os nossos heróis comuns. Talvez possa reunir todos no mítico Che Guevara, que Jorge Sampaio, em mensagem que, com outros companheiros, dirigiu a Fidel Castro por ocasião da sua morte (outubro de 1967), classificou de “homem a todos os títulos admirável (...), herói que morreu lutando pela causa da justiça e da liberdade”.

A verdade é que nunca fui abordado para assumir tarefas de militante do PCP. Jorge Sampaio, pelo contrário, teve vários contactos políticos

com o PCP e foi várias vezes sondado no sentido de se tornar militante do Partido. Nunca o foi, mas, encerrado o ciclo do associativismo estudantil, Jorge Sampaio partiu de imediato para a atividade política direta.

7. - Logo a partir de 1963, estreou-se como advogado de presos políticos, entre os quais muitos comunistas: Alda Nogueira, Domingos Abrantes, José Bernardino (seu antecessor como secretário-geral da RIA), José Ernesto Cartaxo, o alfaiate Joaquim Duarte (um daqueles heróis do povo que ninguém conhece e que não cabe nas crónicas, porque estas não contam a verdade toda...). Foi também advogado de outros ‘criminosos’: estudantes expulsos das universidades portuguesas por autoridades serventuárias do fascismo, e, mais tarde, pessoas ligadas às Brigadas Revolucionárias. De um daqueles processos disciplinares publicou em livro, juntamente com Salgado Zenha e Jorge Santos, as peças referentes ao de José Medeiros Ferreira. A PIDE apreendeu o livro, mas eu guardo dois exemplares autografados, oferecidos pelo Jorge Sampaio (um deles) e pelo Dr. Salgado Zenha (o outro).

Também por essa altura (1963), envolveu-se num movimento (o *Movimento de Ação Revolucionária* - MAR) que pretendia ultrapassar o PCP pela esquerda, através de ações armadas. “Estive lá do primeiro ao último minuto”, confessa Jorge Sampaio, que via no MAR, criticamente, mas “com um sorriso de carinho”, um movimento “pouco dado ao movimento, pouco expedito na ação e sem grande determinação revolucionária”.

Em Agosto de 1968, Salazar cai da cadeira, talvez a mais importante cadeira da história de Portugal... E Marcelo Caetano tomou posse como ‘Presidente do Conselho’ em 27.9.1968. Para alguns, mesmo da chamada Oposição, começava a *primavera marcelista*...

Em 1969, a Academia de Coimbra voltou a integrar-se nas lutas do nosso povo contra a guerra colonial. Foi uma luta rija e bonita, na qual me integrei, já como assistente da Faculdade de Direito. Passei, com alguns outros (nomeadamente o meu Colega Aníbal Almeida), muitas noites a trabalhar na defesa dos estudantes alvo de processos disciplinares e de processos judiciais. É um episódio não tratado na *Biografia*, porque o Jorge Sampaio andava então noutras guerras, como já direi.

Em maio de 1969, realizou-se em Aveiro o *II Congresso Republicano*, no qual Sampaio participou, mais uma vez em articulação (às vezes em discussão e em oposição) com os comunistas. Este Congresso e o trabalho dos meses que se seguiram inserem-se no trabalho político de preparação da mascarada eleitoral de outubro de 1969.

Jorge Sampaio foi candidato por Lisboa, na lista apresentada pela CDE (constituída por seis comunistas e seis não comunistas), rejeitando qualquer entendimento com todos aqueles que acolheram o novo ditador com “expectativa benevolente”, disponíveis para um “diálogo verdadeiro” com ele. Os socialistas e os anti-salazaristas republicanos concorreram à parte, na CEUD, em Lisboa, Porto e Braga, tendo averbado piores resultados que a CDE.

Em 1971 Jorge Sampaio é advogado de trabalhadores da Carris, ‘criminosos’ envolvidos num movimento grevista em julho de 1970.

Em 1972 iniciou a sua atividade como advogado do Sindicato dos Caixeiros e em 1973 ajudou a pôr de pé o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol.

Na sequência do conhecido episódio da Capela do Rato (31.12.1972), Sampaio viria a ser advogado do Doutor Francisco Pereira de Moura, entretanto demitido de Professor do ISEF. Também em Coimbra eu e o António Hespanha entendemos ser nosso dever protestar contra esta demissão de um professor qualificado e exemplar. Lançámos um abaixo-assinado, e a recolha de assinaturas proporcionou-nos um melhor conhecimento de algumas pessoas do meio universitário. Histórias que não são para aqui chamadas...

Em abril de 1973 realizou-se o *III Congresso da Oposição Democrática* em Aveiro. Jorge Sampaio e o seu grupo decidiram não participar, por entenderem que o Congresso era politicamente irrelevante e poderia ser aproveitado pelo marcelismo para dizer ao mundo que a gente da Oposição até se podia reunir em Congresso, preparando as eleições desse mesmo ano.

Fiz e faço uma leitura diferente desse Congresso, que permitiu uma aproximação política entre o PCP e o PS, que entretanto nascera. Jorge Sampaio e o grupo de que era líder natural afastaram-se da CDE, mas rejeitaram qualquer hipótese de filiação no novo partido, apesar de instâncias

nesse sentido junto de alguns dos seus membros (incluindo ele próprio), por entenderem então que o programa da social-democracia europeia não passava de uma *gestão leal do capitalismo*.

Mas o Congresso de Aveiro trouxe consigo algumas clarificações importantes. Creio que ficou claro então que a luta pela democracia seria, em Portugal, inseparável da luta pelo socialismo. E ficou claro também que os democratas portugueses defendiam o direito das colónias à auto-determinação e à independência. Foram esclarecimentos muito relevantes, que julgo terem influenciado de perto os redatores do futuro Programa do MFA.

8. - Em março de 1973 aconteceu o falhado *Golpe das Caldas*. Neste contexto, Jorge Sampaio, que não conhecia de perto a ‘conspiração’ em curso no meio militar, admitiu, quando soube da movimentação militar no dia 25 de Abril, que poderia tratar-se de um golpe da direita kaulzista. Eu estava nessa altura em Paris a preparar o meu doutoramento. Mas nas férias da Páscoa tinha-me chegado às mãos um papel com um texto referido como Programa do MFA (ou algo parecido). Perante o falhanço das Caldas (já então de contornos pouco claros), acreditei que algo estava para acontecer.

Quando, pelas 07.30 horas da manhã do dia 26 de abril de 1974, o Diretor da Casa de Portugal na Cidade Universitária me chamou ao gabinete para ver na televisão francesa as notícias sobre o que se passava em Portugal, comecei aos gritos: é o fim do fascismo! Pouco depois, apareceram na *Casa* vários jornalistas franceses, que o Dr. Rogado Dias encaminhou para mim. Quando eu repetia que era uma vitória da democracia e que, se não me enganava muito, os partidos de esquerda iriam ocupar posições importantes, eles comentavam em coro: “Mais ils sont des militaires!”. E eu lá tentei explicar-lhes que eram militares que tinham várias comissões de serviço na guerra colonial, que estavam fartos de combater numa guerra injusta e sem saída...

O que é certo é que, no dia 26 de abril, Jorge Sampaio estava, com outros democratas, junto da prisão de Caxias a exigir a libertação dos presos políticos. E no dia 27 publicava um artigo no *Expresso* intitulado

“Socialismo – projecto de situação nacional”. No dia 1 de maio, ele esteve na rua a celebrar, em liberdade, o dia dos trabalhadores. Eu tinha vindo de Paris para ver a festa e tenho a alegria de dizer, com ele, eu estive lá, nesse 1º de maio. Só que, mais modestamente, eu estive em Coimbra.

Vim só ver a festa, mas já não regressei a Paris. As malhas que a democracia tece levaram-me a integrar o 1º Governo Provisório. Jorge Sampaio e os seus amigos do MES resolveram não aceitar qualquer cargo, por entenderem não fazer sentido colaborar com um governo da burguesia. Convidado para Embaixador na ONU, Sampaio foi pressionado pelo grupo do MES (que tinha horror ao poder...) a não aceitar. Acabou por não ser nomeado porque Spínola se opôs e Mário Soares não quis forçar a barra. Jorge Sampaio não gostou que esta história tivesse terminado assim. E eu, que tive conhecimento disso pouco depois, também não gostei.

Mais um ponto a aproximar-nos: o Spínola também não gostava de mim, porque pensava que eu era um perigoso comunista clandestino. Na altura dos cumprimentos, após a tomada de posse como Secretário de Estado, parou à minha frente e disse-me: “espero que cumpra com lealdade o Programa das Forças Armadas”. Eu respondi secamente: “Acabo de o jurar, senhor Presidente, e espero honrar o compromisso assumido”. E honrei, creio eu. Ele é que não.

Mais tarde, foram maquinações dele que me obrigaram a pedir a demissão de Secretário de Estado, pouco antes da substituição do Doutor Eduardo Correia no Ministério da Educação. Quando o Doutor Vitorino Magalhães Godinho foi a Belém comunicar que aceitava ser nomeado Ministro da Educação, Spínola ter-lhe-á dito que tratasse de organizar a equipa dos secretários de estado, como a condição de que eu não fizesse parte do elenco. Só que o Doutor Magalhães Godinho já me tinha convidado e respondeu-lhe: nesse caso, senhor Presidente, tem de arranjar outro ministro; ou o Dr. Avelãs Nunes é nomeado Secretário de Estado ou eu não serei Ministro da Educação. Spínola cedeu e eu lá continuei em comissão de serviço cívico. Quem conta esta história é o Doutor Magalhães Godinho, num livro sobre a sua passagem pelo *chamado MEC* (expressão muito do agrado do MRPP quando nele militavam revolucionários da estirpe de Durão Barroso e Santana Lopes).

A *Biografia* aborda depois a ‘pequena história’ à volta do MES, de cuja fundação oficial Sampaio já não participou, por discordar das posições esquerdistas e sectárias da maioria. E passam depois alguns episódios do processo de consolidação da nossa democracia: o chamado *Golpe Palma Carlos*, a escolha de Vasco Gonçalves para Primeiro-Ministro, a manifestação spinolista da dita maioria silenciosa e as barricadas que se lhe opuseram. Sampaio participou das barricadas em 28 de setembro de 1974, embora mais tarde tenha considerado que se tratou de uma asneira.

Também aqui se faz referência à renúncia de Spínola ao cargo de Presidente da República (não sem antes ter apelado à intervenção militar da NATO), e à sua substituição pelo General Costa Gomes. Um dia, em Praga, onde o acompanhei para uma reunião comemorativa dos trinta anos do *Conselho Mundial da Paz*, Costa Gomes confirmou-me que a Coordenadora do MFA pretendia que fosse ele a ocupar o cargo. Mas ele teve medo, por não ter contacto com civis da vida política, vantagem de que Spínola se gabava. E como ele sabia que Spínola gostava de ser Presidente da República deixou que as coisas, na Junta de Salvação Nacional, se encaminhassem nesse sentido. “Foi o maior erro da minha vida”, confidenciou-me Costa Gomes.

Em finais de outubro de 1974, Jorge Sampaio considerava arriscado fazer as eleições para a Assembleia Constituinte, nos termos e nos prazos defendidos pelo MFA. Acreditando que, nessa altura, estávamos “numa situação em que é possível fazer conquistas irreversíveis a caminho do socialismo”, Sampaio alegava, com alguma razão, que se corria o risco de, “através do jogo eleitoral”, “perder algumas conquistas fundamentais do 25 de Abril”, podendo mesmo acontecer que se “recupere aquilo que o 25 de Abril e os partidos de esquerda quiseram destruir”.

A minha leitura era, nesse tempo, não muito diferente da de Jorge Sampaio. Por ocasião da discussão do chamado *Plano Melo Antunes*, fiz uma intervenção no plenário do Conselho de Ministros (dezembro/1974), intervenção que o Dr. Mário Soares interpretou como uma proposta de nacionalização da banca e dos seguros. Foi o que ele me disse pessoalmente, num intervalo desse Conselho de Ministros. Eu não tinha feito, explicitamente, esta proposta, mas disse ao Dr. Mário Soares que, à luz das informações que o

Ministro das Finanças ia dando ao Governo, admitia que alguma coisa tivesse de se fazer nesse sentido, a curto prazo, se quiséssemos salvar a democracia. O Dr. Mário Soares respondeu que os nossos amigos da Europa não compreenderiam isso e deixariam de nos apoiar. Ao que eu respondi não compreender que autoridade moral tinham esses países para nos impedir de fazer agora o que eles tinham feito na sequência da 2ª GM, depois de nos terem condenado a sofrer durante mais trinta anos uma ditadura que cerceou a nossa liberdade e impediu o nosso desenvolvimento. Se, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, ele tinha informações que fundamentavam essa sua opinião, deveria informar disso o Conselho de Ministros.

O Dr. Mário Soares mudou de agulha e defendeu que a nacionalização da banca e dos seguros (que estava prevista no Programa do PS, como recordaram nesse mesmo Conselho de Ministros o Dr. Armando Bacelar e o Eng. Pedro Coelho) provocaria grande agitação no nosso País, impedindo a realização das eleições no prazo previsto. Foi a minha vez de argumentar que considerava as eleições indispensáveis à vida democrática, mas que nada me custava adiar as eleições se tal fosse condição para garantir a sobrevivência da democracia. Nesta altura da conversa, o Dr. Mário Soares desligou: não diga mais nada, isso cava um fosso entre nós. Para o PS as eleições estão acima de tudo. E assim ficámos.

9. - Após o 11 de março, Jorge Sampaio foi Secretário de Estado da Cooperação do IV Governo Provisório, do qual viria a demitir-se, na sequência do estranho *caso República* (finais de 1975). Neste intervalo, Jorge Sampaio dá uma entrevista em que fala da necessidade de o próximo Governo tomar “medidas para a atual fase de transição para o socialismo” e não apenas “de destruição do capitalismo”, propondo, no plano da política externa, “uma marcha gradual e pragmática no sentido do afastamento da política de blocos”.

Entretanto, praticamente à mesma hora em que tomava posse o V Governo Provisório, vem a lume o chamado *Documento dos Nove*, que suscitou críticas por parte de Jorge Sampaio e do seu grupo. Porque o *Documento* não era claro acerca do papel dos partidos, nomeadamente o PS e o PCP. “Há revolução em Portugal sem o PC?”, interrogava o grupo

de Jorge Sampaio, preocupado em encontrar um caminho de construção do socialismo que escapasse à alternativa “entre o projeto burocrático do PC e o social-democrata de retorno ao capitalismo”.

Gorada a hipótese de um Governo chefiado por Carlos Fabião, o V Governo Provisório esgotou-se após a derrota de Vasco Gonçalves na Assembleia do MFA em Tancos (5.9.1975). Sampaio recusou integrar o VI Governo Provisório.

A *Biografia* refere as tentativas feitas naqueles dias de grande tensão para se obter um acordo político que garantisse a continuidade do processo revolucionário. Posso dizer que também estive envolvido nesse esforço. Durante uma boa parte do dia 24 de novembro de 1975 até às primeiras horas do dia 25, participei, a convite de militares da esquerda do MFA, numa reunião em que se trabalhou a todo o vapor na elaboração de um texto programático que pudesse servir de base a um Governo que tivesse o apoio dos militares ‘gonçalvistas’ e do *Grupo dos Nove*. O tópico estratégico era o de fazer tudo para conseguir um acordo com o *Grupo dos Nove*. Através de um contacto a alto nível, consegui apurar que este era também o empenho do PCP. Quando começaram as escaramuças em Rio Maior, eu e os outros dois ou três civis presentes abandonámos o edifício onde decorria a reunião. Trabalhando durante toda a noite, continuei a tarefa de secretário-redator que exercera ao longo do dia e concluí a redação do documento. A cópia tirada com papel químico do original que eu próprio dactilografei há-de andar em minha casa não sei onde.

Mais tarde, a leitura do livro *A Resistência*, do Comandante Gomes Mota, convenceu-me de que as movimentações em curso teriam mesmo de acabar em algo como o *25 de novembro*. Tal como se faz nesta *Biografia*, gostaria de sublinhar aqui a declaração de Melo Antunes na RTP, no dia 26 de novembro de 1975: “A participação do PCP na construção do socialismo é indispensável. Não me parece que seja possível, sem o Partido Comunista, construir o socialismo”. Todos concordaremos com Álvaro Cunhal ao considerar esta declaração “um importante contributo para a defesa da democracia”. Aqui lhe deixo a minha homenagem a Melo Antunes por esse gesto corajoso e de larga visão.

Creio ser importante destacar também, neste contexto, a coragem e o sentido estratégico do PCP ao decidir realizar, no dia 7 de dezembro,

um grande comício no Campo Pequeno. O discurso proferido por Álvaro Cunhal é uma crítica lúcida ao “verbalismo pseudo-revolucionário”, ao “voluntarismo de vanguarda”, à “política de golpes, de assaltos, de chantagens, de aventuras”. Muita gente estava envolvida nesta crítica. Pessoalmente, sempre associei a este discurso uma declaração posterior do Dr. Álvaro Cunhal durante um debate com o Dr. Mário Soares, em que, a certa altura, ele disse que o *homem novo* ainda não tinha nascido e que tínhamos de fazer o que é preciso fazer com os homens que somos, tal como somos.

Em meados de dezembro já se respirava um ar diferente da atmosfera pesada que se seguiu imediatamente ao 25 de novembro. Na sua crónica no *Expresso* (17.12.1975), Jorge Sampaio lamenta que a esquerda não consiga ultrapassar “o eterno adiamento da sua unidade na ação”, afirmando que o 25 de novembro não pode significar “o princípio do fim da transição para o socialismo”.

Em janeiro de 1976, a *Intervenção Socialista* (estrutura entretanto criada pelo grupo de Jorge Sampaio, que ficaria conhecida por GIS) defendeu o reconhecimento do Governo do MPLA, porque ele *defende as aspirações do povo angolano e não serve os interesses do imperialismo*. Esta não era a posição de Mário Soares, mas o GIS continuava a insistir na necessidade da cooperação política entre o PS e o PCP.

Num Colóquio em Lisboa, em maio de 1976, Jorge Sampaio defendeu que o Mediterrâneo era a área da Europa onde, “neste momento, uma alternativa de transição para o socialismo vem a ser colocada na ordem do dia pela evolução da luta de classes”.

Aproximavam-se as primeiras eleições para o cargo de Presidente da República, e Jorge Sampaio movimentou-se, com outros democratas, no sentido de conseguir a candidatura do General Costa Gomes, para evitar a caminhada de Eanes para Belém. Também em Coimbra se tentou o mesmo. Integrei uma delegação que, tendo à frente o Doutor Orlando de Carvalho, fez uma diligência nesse sentido junto do Gen. Franco Charais, que nessa altura chefiava a Região Militar sediada em Coimbra.

10. - Depois, seguiu-se o Governo PS-CDS, a constituição da UEDS, à volta de Lopes Cardoso e de outras pessoas da esquerda do PS.

O grupo do GIS optou por entrar em bloco no PS. Nas eleições seguintes (2.12.1979), a AD obteve maioria absoluta. Jorge Sampaio é eleito deputado por Lisboa.

De fora, muita gente dizia que os ex-MES (o GIS) acabaria por entrar no PS. Esta *Biografia* confirma que, no seio do grupo, essa hipótese era debatida. E nos textos do GIS (e nos artigos de opinião de Jorge Sampaio) sentia-se que o caminho se encurtava.

No seu *Canto Esquerdo* do *Expresso*, Sampaio defende, em 3.12.1976: “Estamos de acordo [com o PS] em que não se trata para já de construir o socialismo, mas trata-se de criar condições para que os avanços socializantes, as reformas revolucionárias que este país conheceu não sejam recuperadas”. Para tanto, Jorge Sampaio parece considerar essencial que não houvesse cisões no PS e que o PS “saiba manter a confiança e a adesão que conquistou junto das classes trabalhadoras”.

Recusada durante algum tempo, a decisão de aderir ao PS foi tomada coletivamente pelo grupo *Intervenção Socialista*, com a condição de que fosse aceita a inscrição de todos, condição que o PS aceitou. Um dos elementos mais influentes do grupo comenta deste modo: “o Mário Soares quem verdadeiramente queria era o Jorge. Os outros, engoliu-os”.

Na decisão do grupo da IS, para além de eventual aproximação com o PS no plano ideológico, pesaram razões de ordem pragmática, que estão claras nas páginas da *Biografia*. “Fomo-nos convencendo lentamente – reconhece Sampaio – de que, para ter uma atuação no país, era preciso estar, mais tarde ou mais cedo, numa grande organização”. “Não se faz política com 40 pessoas num 5º andar da Guerra Junqueiro”, “se queríamos ter uma participação política – concluía Jorge Sampaio –, tínhamos de mudar de emblema”.

E assim aconteceu. A única nota triste foi o facto de a entrada do grupo do GIS no PS ter coincidido com a saída de Lopes Cardoso.

No Congresso do PS de 1979, o partido faz o pré-aviso de abandono do marxismo, propósito que se concretizaria em 1986, no Congresso que elegeu Victor Constâncio para o cargo de Secretário-Geral do PS. Encerrava-se um ciclo que começou quando Soares dizia a Cunhal que o que os dividia era Estaline; depois, a divisão passava por Lenine; finalmente, o abandono do marxismo como referência ideológica do Partido Socialista.

Para não correr o risco de meter foice em seara alheia, não vou analisar, meu Caro Jorge Sampaio, as discussões, as clivagens e as movimentações dentro do PS, nem a tua ascensão – previsível – dentro do partido, de membro do Secretariado a líder parlamentar e a secretário-geral, eleito em janeiro de 1989, dez anos depois da tua entrada no partido.

No discurso de encerramento desse Congresso do PS, terminaste com esta frase: “Com o PS tudo é possível!”. Ora eu pensava que o PS era responsável por políticas que *não deveriam ser possíveis* por parte de um partido que se dizia de esquerda, políticas que – na minha ótica, é claro – não serviam os interesses do Portugal democrático, que saiu à rua depois de abertas *as portas que Abril abriu*. O PS tinha metido o socialismo na gaveta, enveredando pelo caminho da *gestão leal do capitalismo*, tinha promovido a criação da UGT para “quebrar a espinha à Intersindical”, tinha inaugurado a precarização das relações laborais com os contratos a prazo, tinha sido demasiado condescendente com os salários em atraso e as dívidas à segurança social, tinha declarado guerra à reforma agrária e tinha iniciado o processo de desmantelamento do setor empresarial do estado. Mário Soares e os seus apoiantes tinham mesmo criado uma *Fundação de Relações Internacionais* com o apoio financeiro de Frank Carlucci, que desde 1978 era Sub-Diretor da CIA. Por isso, dei uma interpretação conveniente àquela tua expressão “Com o PS tudo é possível” (uma interpretação que não foi, por certo, a que tu lhe quiseste dar), para poder dizer-te, na carta que então te escrevi – uma daquelas cartas impertinentes com que, de vez em quando, invado a tua privacidade –, depois de te dar os parabéns pela tua eleição, que eu esperava que, contigo à frente do PS, *nem tudo fosse possível com o PS* (cito de memória).

Este primeiro volume da *Biografia* termina com o anúncio da tua candidatura à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, encabeçando uma lista resultante da coligação entre o PS e o PCP. Alguma coisa me diz que vamos ganhar as eleições e varrer a direita da Câmara da capital...

11. - Quando fui rever a prosa que acabei de ler, assaltou-me, sem surpresas para mim, a dúvida de sempre: Disse alguma coisa que valha a pena? É este o tom adequado às circunstâncias? Estive à altura do

homenageado? Depois de cortar umas ‘gorduras’ (sinal dos tempos...), acabei por decidir manter o texto, no essencial. Por estar certo de que, como disse há anos na Sala dos Capelos, “os méritos de Jorge Sampaio são muitos e por demais conhecidos, não carecendo que eu os torne evidentes, nem correndo o risco de saírem ofuscados pela pobreza das minhas palavras”.

Jorge Sampaio tem sido, na vida, o que pretendeu ser. É a vitória de alguém que sempre fez política por imperativos de cidadania e que sempre teve uma “visão cultural da política”, que sempre faz política com afeto. “Não há nada que se faça na vida e na política sem afeto”. É uma frase tua, que tirei da *Biografia*. Não posso estar mais de acordo contigo, eu que, por trás deste ar durão, escondo, sem querer, a minha natureza autêntica de homem de afetos e de emoções.

Em nome destes sentimentos, deixem-me recordar aqui alguns Amigos que entram na história contada neste primeiro volume da *Biografia* de Jorge Sampaio, uns dos tempos a que a história se refere, outros que só mais tarde conheci. Começo pelos que já partiram, sem qualquer critério, seguindo os apontamentos de leitura: Francisco Salgado Zenha, Carlos Alberto MacMahon, Jorge Aguiar, Joaquim Pires Jorge, Helena Cidade Moura, Paulo Jorge, Lúcio Lara, Rogério Fernandes, Abílio Teixeira Mendes, José Luís Saldanha Sanches, Lino Lima, Virgínia Moura, José Manuel Sampaio Cabral, José Joaquim Teixeira Ribeiro, Vasco Gonçalves, Ulpiano Nascimento, Carlos Aboim Inglês, Carlos Candal, Orlando de Carvalho, Luiz Azevedo, Álvaro Cunhal, Gilberto Lindim Ramos, Álvaro Seiça Neves, Armando Castro, Adriano Correia de Oliveira.

No abraço que vou dar a Jorge Sampaio, que possibilitou este reencontro, abraço alguns dos vivos. Agrada-me ter connosco neste momento o António Ferreira Guedes, a Maria Fernanda Dias, o Levy Baptista, o Pedro Nogueira de Lemos, o José Óscar Monteiro, o José Luís Santos Lima, o Jorge Santos, o José Vera Jardim, o Albano Nunes, o Ernâni Pinto Bastos, o José Lopes de Almeida, o António Abreu, o Alexandre Alves Costa, o Mário Brochado Coelho, o Carlos de Almada Contreiras, a Manuela Bernardino, o Carlos Alberto Picado Horta, o Carlos Carvalhas, o Sérgio

Ribeiro, o António Arnaut, o José Manuel Mendes, o António Almeida Santos, o Jaime Serra e tantos outros.

Termino com as palavras finais da carta que te escrevi em 16 de abril de 1962: “Um abraço e manda sempre. Se precisares de alguma coisa, estou ao dispor”.

(Página deixada propositadamente em branco)

**INTERVENÇÃO NA APRESENTAÇÃO DO LIVRO DE
JOSÉ ÓSCAR MONTEIRO, *DE TODOS SE FAZ UM PAÍS*
(CASA DA ESCRITA, COIMBRA, 21 DE JUNHO DE
2013)**

1. - Ficou acertado que o Abílio Hernandez falaria sobre o livro e eu diria palavras breves sobre o autor.

Mas, lido o livro, não resisti a falar um pouco deste ‘romance’ delicioso, que tem um *herói coletivo* (o único herói verdadeiro), o povo moçambicano. Ainda tentei resistir à tentação, mas *desconsegui* (esta palavra é tua, Óscar, e é belíssima). Receio, por isso, que acabe por não ser tão breve como gostaria.

Escrito numa linguagem serena e fluida, à maneira da tradição oral, num português *esplêndido*, por vezes *radioso, fino e fresco*, “como só sabem ser as manhãs do inverno austral” (cito o Autor), este livro não é, a meu ver, nem uma autobiografia, nem um livro de memórias, muito menos um livro de história. Ou será tudo isto, na forma de um ‘romance’ sobre a luta do povo moçambicano contra o colonialismo, pela sua libertação.

Uma luta conduzida por gente para quem *lutar* era “uma ponte entre a descrença e a certeza de um mundo novo” (para o dizer num verso do belo poema de Jorge Cipriano Rebelo, p. 183), por gente que sabia que *não se pode combater sem ideias claras* (p. 181/182), gente que acreditava que “quando se trata de ideias, todos valem o mesmo”, gente que tinha a clara consciência de que o conhecimento “é produto de debate aberto e condição de liberdade”, gente que, quando não tinha a solução dos problemas, ia perguntar ao povo, no qual *buscava a força e a razão*, ao qual *confiava a direção da luta* (parafrazeando o poema referido).

Em vez de se vestir de herói, Óscar Monteiro optou por vestir a pele do ‘romancista’ que estuda o perfil humano das personagens, que exalta os heróis que são capazes de chorar (só os humanos são heróis!), que desenha o ambiente em que cada um atua, que fala dos sofrimentos, das capacidades, das derrotas e dos êxitos do seu povo. Um povo que, em tempos de marcelismo, nunca acreditou que *há fascismo liberal* e que, em tempos de spinolismo, nunca acreditou que *há colonialismo democrático*.

2. - Este livro – de que destaco o belíssimo capítulo 24 – é o retrato do Óscar que eu conheci em Coimbra e que, ao logo do caminho duro que escolheu, confirmou a imagem que eu guardava dele. Por isso fiquei tão feliz e tão emocionado com a leitura do teu livro, meu Amigo.

O Óscar (percebi agora as origens familiares do nome: José Óscar Viegas Monteiro) era um menino franzino (nós tratávamo-lo por *Osquinha*), elegante, bonitão (mais bonito do que ele só a irmã Josefa, que era uma menina lindíssima), que enchia o olho das raparigas (não conheço os proveitos que daí tirou...). Para quem o conhecia um pouco melhor (ele era reservado, não se confessava muito), o Óscar impunha-se por muitas qualidades: era inteligente e culto; era trabalhador, disciplinado e responsável, cumprindo o que aceitava fazer; irradiava simpatia e bonomia naturais, salpicadas por vezes por uma ironia cortante; nas conversas e reuniões, sabia ouvir (uma virtude dos sábios); parecia tímido, mas era apenas rigoroso na análise e maduro nas suas atitudes (qualidade que eu apreciava particularmente, porque sempre me conheci adulto); quando falava, era ouvido.

Foi um aluno brilhante na Faculdade de Direito, e eu – que nunca equacionei para mim esse futuro – dizia cá para mim que ele acabaria professor na nossa Faculdade. Afinal, eu – que queria ser juiz e que só não o fui porque a Pide não deixou – acabei em professor e ele optou pela luta de libertação do seu povo. Malhas que o império tece...

Os meus contactos com ele cessaram em finais de 1962. Só o reencontrei, para minha grande alegria, muitos anos mais tarde (aí por 1978?), por ocasião de uma reunião do seu Curso de Direito, para o qual fui convidado, sem eu saber porquê. Já no Pátio da Universidade, um dos colegas

vem ter comigo e diz-me: temos uma surpresa para si; olhe quem vem além. Era o Óscar, que tinha acabado de chegar com o César Dengucho.

Pois bem. O meu Amigo Óscar é este senhor respeitável que está perante nós, e que ajudou a fazer a história do mundo na segunda metade do século XX, história marcada pela descolonização, que só terminou com a derrota do colonialismo português e com a derrota do *apartheid*.

O Óscar esteve nesta luta e ajudou a ganhá-la. Por isso cumpriu a promessa que tinha feito num poema dedicado ao seu amigo e camarada Orlando Rodrigues, entregando-lhe, chegada a hora, “*não já um braçado de flores/ mas/ até onde a vista alcança/ dezenas, centenas, milhares/ de acácias rubras/ e floridas, irmão*”. Generoso como sempre, o Orlando, partilhou com os amigos de Coimbra (teus e dele) esta tua oferta fraterna. Somos uns sortudos!

O Óscar foi guerrilheiro, quadro e dirigente da FRELIMO. Foi ministro e deputado. É advogado, professor, conferencista, consultor da ONU. Mas o Autor deste livro que hoje aqui nos traz continua a ser igual a si mesmo, fiel ao seu povo e aos valores que com ele aprendeu, tão limpo e tão puro como o jovem que, dando o ‘salto’ pela fronteira de Vila Verde da Raia/Verín-Ourense, acreditou enganar a polícia, se por acaso aparecesse no seu caminho, dizendo que aquele “escurinho” (a palavra é dele) era jogador de futebol do Grupo Desportivo de Chaves “que ia comprar chocolate e luvas de pele que eram mais baratas do outro lado” (p. 88). Tal era a ânsia de chegar ao seu destino de aprendiz de guerrilheiro da FRELIMO, que o cerebral quintanista de Direito até acreditava em histórias da carochinha como esta... Não há dúvida de que o melhor de nós é talvez a criança que nos habita, quantas vezes sem nós sabermos.

3. - Regressemos a Coimbra, onde o Óscar chegou em 1958 (eu entrei na Faculdade em 1957).

Vale a pena perguntar: o que explica que, neste livro – que trata da história do povo moçambicano e da história do mundo entre 1962 e 1974 –, o Autor dedique à sua passagem por Coimbra quase um quarto das páginas? Devo confessar que a minha costela *coimbrinha* ficou muito sensibilizada ao verificar isto mesmo. Que magia têm esta terra e esta

Universidade (não consigo ver uma sem a outra) para ligarem tanto a elas aqueles que por aqui passam? A verdade é que, como diz a canção, “chega a ter saudades dela quem nunca nela viveu”.

Permitam-me um breve apontamento, a este propósito. Por alturas das reuniões que conduziram aos Acordos de Alvor, eu estava no Governo e vim a Coimbra, como de costume, passar o fim de semana com a família. Como também era hábito, no sábado ou domingo à tarde fui à Universidade para uns dedos de prosa com o Doutor Teixeira Ribeiro, então Reitor. Ainda se entrava com os carros no Pátio, que estava vazio. Só um casal observava a porta da Biblioteca Joanina. Olhei e pareceu-me que era o Agostinho Neto. Seria? Percorri a distância até à grade em frente ao Colégio da Trindade, dei uma olhadela para disfarçar e comecei o percurso em sentido contrário. Era ele e a mulher, aparentemente sozinhos (eu, pelo menos, não vi ninguém que pudesse estar a fazer segurança). Fiquei comovido por ver que, no meio de tantas preocupações e de tantos perigos, aquele antigo estudante de Coimbra quis regressar a Casa, quem sabe se para aquecer a alma e retemperar baterias junto da *Alma Mater*.

É claro que, ao ler o livro, fiquei satisfeito por ver que o Óscar me inclui entre o pequeno lote de amigos que fez em Coimbra. É bom saber que aqueles de quem somos amigos nos consideram seus amigos. No que me diz respeito, acresce que, deste modo, vou passando à história, como amigo de gente importante...

A verdade é que, no ano letivo de 1961/1962, eu fui o primeiro Diretor da *Via Latina* (órgão de imprensa da AAC, depois reconhecido como *journal de todos os estudantes portugueses*) a assumir estas funções sem ser Presidente da Direção-Geral da AAC. Fui eu que convidei o Óscar para a Redação, e ele revelou-se um elemento importante, que deu muito à *Via Latina*, que eu ouvia frequentemente, e ao qual encomendei um artigo sobre o famoso Decreto-Lei nº 40.900 e uma entrevista com o Prof. Gouveia Monteiro, que preparámos os dois. Foi um dos meus mais próximos colaboradores, tendo-se então consolidado e aprofundado a nossa relação de amizade e camaradagem.

Mas fomos muitos os que fizemos a *Via Latina*, em Coimbra e em outras localidades, porque, em várias cidades e vilas, por todo o País,

tínhamos grupos de amigos que aceitavam receber um certo número de exemplares do nosso jornal, que pagavam imediatamente, e que depois distribuía por outros leitores. Naqueles meses, a *Via Latina* foi, sem dúvida, dos periódicos mais difundidos de Portugal. E, apesar de a censura nos cortar, na elaboração de cada número do jornal, material que dava para dois números (e já em provas tipográficas, tendo de suportar uma boa parte dos custos de produção industrial), a *Via Latina*, quando foi suspensa, não tinha dívidas. Acho que até ficou um saldo positivo.

Para recordar outros amigos nossos, aqui fica a ficha técnica: Diretor e Editor – António José Avelãs Nunes; Chefe de Redação – José Carlos de Vasconcelos; Secretária de Redação – Eliana Gersão; Administração – Egídio Santos, Fausto Ferreira Monteiro (substituído, a partir do nº 140, de 28.2.1962, pelo Alfredo Estrela Esteves) e Parcídio Summavielle; Direção Gráfica – Eduardo Batarda Fernandes.

Lamento confirmar a tua suspeita de que não terás sido tu a levar à censura o poema do Manuel Alegre (*Trova do Amor Lusíada*), que conseguimos publicar no nº 141, de 10.3.1962. Fui lá eu próprio, porque não queria perder a possibilidade de publicar aquele poema e receava que sobre ele se abatesse o lápis vermelho. Achei, por isso, que devia recorrer à minha 'amizade' com o capitão Piçarra. Eu explico. Logo no início do meu mandato como Diretor da *Via Latina*, fui à censura levar umas provas. Vendo o meu apelido, o capitão perguntou: o doutor é de Pinhel? Sou, disse eu. Eu sou da Guarda, mas estive colocado no quartel de Pinhel (a título de informação: foi dissolvido por ter sido um dos que participou na revolta contra Salazar em 1927), e era muito amigo do senhor José Ventura Avelãs, que emigrou para o Brasil. É irmão da minha mãe, respondi eu. E assim nasceu a minha 'amizade' com o capitão Piçarra. Recorri a ela algumas vezes para evitar que ele usasse o lápis vermelho e pusesse o carimbo (*Visado pela Comissão de Censura - Autorizado*), não raro com a ajuda do tenente (cujo nome não recordo), que fazia figura de intelectual.

O poema do Manuel Alegre passou, depois de alguma hesitação do capitão, porque eu lhe disse que eram versos muito bonitos, de sabor popular (*Meu amor é marinheiro/ quando chega à minha beira/ acende um cravo na boca/ e canta desta maneira: /Eu sou livre como as aves/ e*

passo a vida a cantar/ coração que nasceu livre/ não se pode acorrentar/ (...) Meu amor é marinheiro/ e vive no alto mar/ coração que nasceu livre/ não se pode acorrentar”). O tenente comentou “lá bonitos são eles...” e o capitão resolveu pôr o carimbo salvador. Tempos depois, acusou-me de o ter enganado, sujeitando-o a duras críticas de Lisboa. Espinhos de uma profissão triste...

Recordo pelo menos dois outros ‘enganos’ deste tipo, que não me pesam na consciência. Uma, à volta de um texto em polémica com a Faculdade de Letras a propósito de um *Ciclo de Conferências sobre o Romance Contemporâneo*. A outra, mais grave para o ‘pobre’ capitão, foi a notícia com o programa do *Encontro Nacional de Estudantes* (Coimbra, 9-11 de março/1962), que eu lhe levei em corpo 6, incluída numa secção de notícias curtas e sem importância (às vezes apenas para preencher espaços deixados pelos cortes da censura), intitulada *Porta Férrea*. Uma vez autorizado, fui para a tipografia da Atlântida, então na Rua dos Combatentes, e pedi ao Sr. Machado (o chefe de oficina) que desfizesse a 1ª página e colocasse em letras gordas aquela notícia. O Sr. Machado e o Batarda ficaram para morrer, mas a minha ‘autoridade’ de Diretor ‘impôs’ que o jornal saísse como eu queria.

4. - A leitura do livro permitiu-me ‘reencontrar’ amigos comuns nele referidos. Alguns deles conheci-os em Coimbra no tempo em que o Óscar por aqui andou. Uns foram apenas conhecidos, sem ter com eles relações estreitas, como o Fidélis Cabral de Almada, o Jorge Cipriano Rebelo, o Araújo (Bembareque), o Chipenda, o Beto Traça, o Mário Moutinho de Pádua. Outros, de quem fui amigo: o Orlando Rodrigues, o Luís Filipe Pereira, o Fernando Martinho, o Aníbal Espírito Santo, o Manuel Rui, o Manuel Balonas (Manecas), o Roberto Leal Monteiro (Gen. Ngongo, que eu só conhecia por *Nini*, e assim o tratei em Luanda, para grande alegria dele, quando um Amigo comum mo ‘apresentou’ numa festa comemorativa do 25 de Abril). Vários já partiram: o Eurico Gonçalves, o Vitor Sá Machado, o Luís Guerra Marques, o Edgar Correia, o Carlos Candal, o Joaquim Cantante Garcia, o Ciniro Afonso, o senhor Machado da Almedina, o Paulo Jorge, o Lúcio Lara, o Fernando Piteira Santos,

o Marechal Costa Gomes, o Gen. Vasco Gonçalves. Acompanho-te na saudação que diriges a este meu querido Amigo. “Obrigado nós, Vasco Gonçalves, até sempre” (p. 222). Até sempre, Companheiro Vasco!

Da paisagem humana da Coimbra do nosso tempo de estudantes recordas algumas figuras típicas: o Teixeira, o Fontes e o Torneiras engraxador (que eu não conheci, porque não tinha dinheiro para esse ‘luxo’ de mandar engraxar os sapatos). Mas esqueceste alguns que mereciam ficar na galeria dos ilustres: o Sr. Fernando (barbeiro da AAC, guitarrista e professor de guitarra, irmão do grande guitarrista Flávio Rodrigues), o Sr. Álvaro (do Bar da AAC), e, sobretudo, o Xico (de quem conheço muitas histórias saborosas, que aqui não conto, para não vos maçar mais do que a conta). Só uma, para amenizar o ambiente. Certa vez, descobriu-se a presença, numa Assembleia Magna realizada na sede da AAC, de um indivíduo que os conhecedores do ‘meio’ consideravam informador da Pide. Suspendeu-se a Assembleia e reuniu de imediato um Conselho de Veteranos para julgar e rapar o Pide. Decorriam os trabalhos quando se apagaram as luzes no Palácio dos Grilos. Eu e o António Taborda viemos ao rés-do-chão ver o quadro geral. A porta não estava fechada mas oferecia resistência. Forçámos e demos com o Xico. Então, senhor Xico, o que se passa? *Ó senhor dr., até o podem matar, que ninguém dá conta...* Ligue lá a luz, dissemos-lhe nós. E, com as luzes bem acesas, lá se fez justiça...

5. - Mas a leitura do livro fez passar perante mim experiências e reflexões que, vejo agora, nos aproximam muito mais do que eu pensava, meu Caro Óscar.

Na minha linhagem não tenho advogados nem médicos, nem um tio padre que inventou a arte de pescar com caçadeira. Um dos meus avós foi moleiro e o outro pastor de cabras, e ambos morreram tão analfabetos como nasceram. Mas o meu pai foi alfaiate (e inventou uma máquina de fazer saias plissadas!) e a minha mãe foi costureira. Conheço, por isso, muito bem essa história de virar os fatos e sobretudo, a que dedicas saborosas reflexões. Confesso que fiquei impressionado com os teus conhecimentos sobre matéria tão complexa...

O meu pai odiava tal serviço, porque era de uso levar menos dinheiro do que por fazer um fato novo, apesar de dar mais trabalho (era preciso desfazer a fato e voltar a cozer pelo sítio da costura antiga...). E a minha mãe protestava sempre, por ter de fazer de cerzideira, para disfarçar o rasgo do tal bolso que passava para o lado direito... Eu nunca beneficiei desta técnica, porque, antes de completar a licenciatura, só tive um fato: o que o meu pai me fez para ir à Guarda fazer o exame do 5º ano, e que me serviu (mal...) para os exames do 7º ano, no Liceu D. João III, aqui em Coimbra. Ao longo dos cinco anos da Faculdade, fui daqueles que tu referes como andando sempre de capa e batina. Nas férias de Natal, lá no meu Portugal profundo, usava camisolas de lã e uma gabardine velha (à Humphrey Bogart) que um amigo me deu.

Na tua meninice, enfrentaste as discriminações racistas próprias de uma sociedade colonial. Eu sofri a discriminação típica das pequenas cidades portuguesas do interior rural, onde uma aristocracia meio arruinada mas ciosa do seu estatuto impunha a 'lei' discriminatória. Dou-te só um exemplo. Na minha terra havia uma piscina municipal que só abria no verão. Pois bem. Da parte da manhã, a piscina só abria para os meninos e meninas da 'aristocracia'. O povo em geral podia ir à tarde, porque os da 'elite' dedicavam-se a outras atividades no 'clube dos ricos', onde, evidentemente, eu e outros párias não entrávamos. Como o branco-bronco de que falas ("tu és preto e nunca serás branco"), também esta gente deveria pensar que, por razões de sangue, eu e outros nunca seríamos iguais a eles...

Uma outra nota do livro chamou a minha atenção. Diz o Autor que, quando chegou a Portugal, em setembro/1958, o que o surpreendeu foi "a total ausência de racismo na sociedade portuguesa" (p. 30). A mim, surpreendeu-me este diagnóstico, que talvez seja (ao menos em parte) fruto da enorme capacidade de compreensão e de tolerância do Óscar e da sua amizade para com Portugal e os portugueses. Mas uma coisa é certa: se não erro, na academia dos anos 1960 as nossas amizades não dependiam da cor da pele: eu fui amigo do Fernando França Van-Dunem, do Óscar Monteiro, do Orlando Rodrigues, do Carlos Alberto MacMahon, do Aníbal Espírito Santo, mais tarde do António Garcia Neto (de quem fui testemunha no Tribunal Plenário, onde respondeu e foi condenado pelo

crime de *traição à pátria...*, e veio a morrer tragicamente, vítima da guerra civil em Angola, quando era secretário do Presidente Agostinho Neto).

6. - Deixarei alguns comentários relativamente à vida associativa estudantil em Coimbra, aproveitando esta reunião de amigos e admiradores teus para conversar contigo e com eles sobre esses tempos em que nos fizemos homens e cidadãos.

A vitória da lista encabeçada pelo Carlos Candal em 1960 não foi uma “vitória acidental”, meu caro Óscar. Em anos anteriores, várias listas da ‘Oposição’ concorreram e foram derrotadas. A história que conta das meninas dos lares de freiras e a origem de classe da grande maioria dos estudantes universitários daquele tempo ajudam a compreender as dificuldades daqueles que foram derrotados anos a fio, apesar de trabalharem muito e de arriscarem muito mais. Durante anos, com coragem e com alegria, deitaram as sementes à terra, certos de que, se não fossem eles a colher os frutos, alguém os colheria por eles. A vitória em 1960 foi o fruto dessa sementeira.

Em 1961/1962, como sabes, a lista dos anti-fascistas voltou a ganhar, mas o governo atacou forte: o presidente eleito (o Zé Lopes de Almeida) foi chamado para a tropa e enviado para Angola (em Março ou abril de 1962, consegui publicar na *Via Latina*, com um título em francês, um artigo que ele mandou de Angola); seguiu-se o Jorge Aguiar, igualmente mobilizado e enviado para os Açores até que o mandaram embora. Os colegas da D-G/AAC queriam que fosse eu (que desde o início participava nas reuniões da Direção) o novo presidente, mas eu preferi continuar na *Via Latina*, porque me empolguei com aquele trabalho, que todos considerávamos importante (por isso, pela primeira vez, foi resolvido nomear um diretor da *Via Latina* que não era o presidente da Direção Geral). Indiquei o José Augusto Rocha para preencher o lugar vago na DG e foi eleito Presidente o Francisco Leal Paiva.

A questão colonial veio alterar as condições de luta nas academias universitárias e em todo o País.

De alguma forma, a Revolução Cubana foi feita contra uma situação de tipo colonial e a sua vitória, em fins de 1959, encheu de alegria os nossos

corações e mostrou ao mundo que, mesmo num “impossível chão” (Xico Buarque), podem nascer as mais belas flores. Recordando as condições difíceis da vitória do povo angolano sobre o imperialismo (representado internamente pela Unita e externamente pelo Congo de Mobutu e pela África do Sul do *apartheid*), Óscar Monteiro refere a “muita bravura do povo angolano e o heroísmo das suas Faplas”, mas não esquece “o apoio dos cubanos, Fidel à frente, com determinação e desinteresse que serão sua eterna glória” (p. 198).

A vitória dos revolucionários cubanos foi o início de uma série de acontecimentos que marcaram a nossa geração. Pelo que vejo do livro, o seu Autor reagiu então, perante estes novos acontecimentos, como eu e muitos outros.

Neste mesmo ano de 1959 (creio que nas férias de Natal), li, no escritório do meu primo Mário Canotilho, em Pinhel, peças de processos em que participou o advogado Manuel João da Palma Carlos (então militante do PCP), relativas ao fuzilamento de trabalhadores no porto de Bissau e ao lançamento ao mar, a partir de aviões, de trabalhadores negros em S. Tomé e Príncipe.

Em 4 de fevereiro de 1960 foi o ataque à prisão de Luanda por militantes do MPLA. Ainda neste ano, foi o assassinato de Patrice Lumumba por ‘agentes’ da CIA. Como doeu! A traição de Tshombé deixou para mim muito claro que os brancos não são bons nem maus porque são brancos, tal como os pretos não são bons nem maus porque são pretos. Definitivamente, o que divide os homens não é a cor da pele.

Em março/1961 foi o tempo das ações terroristas da UPA/FNLA no norte de Angola, que ajudaram o fascismo a transformar em terroristas todos os militantes anti-colonialistas e complicaram ainda mais a ação dos portugueses favoráveis à autodeterminação e à independência das colónias.

Em abril/1961, Yuri Gagarine foi o primeiro homem a ser lançado para o espaço e a regressar à terra! Em dezembro/1961, a Pide assassinou em Lisboa José Dias Coelho, militante comunista, meu conterrâneo. Foi duro de roer: a oficina de meu pai ficava em frente da casa dos pais dele (que eu conhecia muito bem, bem como o irmão e as irmãs) e a Teresinha (filha dele e de Margarida Tengarrinha, ambos na clandestinidade) passava

horas na oficina de meu pai, fazendo desenhos. Como o Zeca cantou, *a morte saiu à rua..., o pintor morreu*. Mas a luta contra o fascismo continuou, com os mortos combatendo ao nosso lado.

Em dezembro/1961 o chamado *estado português da Índia* foi integrado na União Indiana. Com toda a gente em férias de Natal, o Presidente da Mesa da Assembleia Magna enviou ao governo um telegrama de repúdio em nome da Academia de Coimbra. Quando regressámos de férias, foi uma discussão pegada, que acabou com a substituição do Presidente da Mesa da AM. No CADC e no Pátio da Universidade houve veladas, com velas e rezas, talvez a pedir, com Salazar, que os nossos soldados regressassem mortos ou vitoriosos...

Mas logo em 1 de janeiro de 1962 foi o *golpe de Beja*. Algo estava a mexer...

7. - Certamente o Óscar leu muito mais coisas do que eu sobre a questão colonial. Mas vejo agora que foi a partir do programa de estudos do Curso de Direito que ambos lemos as mesmas obras. Enquanto aluno de Economia Política (2º ano), li um livrinho de Maurice Dobb, *Introdução à Economia Política* (editado na Colecção Inquérito), que me mostrou como pensa um economista marxista. No mesmo ano, a partir do Direito Corporativo, descobri Schumpeter e devorei *O Processo Histórico*, de Juan Clemente Zamora. Já no 3º ano, o estudo para a disciplina de Administração Colonial e Direito Ultramarino levou-me a ler vários livros sobre a *teoria económica da colonização* e a ler Nkrumah, Aimé Césaire, Franz Fanon (*Les Damnés de la Terre*) e os livrinhos da FUF (Que sais-je?) sobre *La Fin des Empires Coloniaux* e sobre *Bandoeng ou le Réveil des Peuples Colonisés*.

Em 1962 eu estava, pois, muito motivado para a problemática colonial. Em junho/julho de 1961 desertou e exilou-se em Paris o meu grande amigo António Novais Marques dos Santos, militante do PCP, que, em 1960/1961, tinha sido, de facto, o Diretor da *Via Latina*. Eu e a irmã fomos os únicos a saber antecipadamente da sua decisão de partir para o exílio. Eu próprio cheguei a equacionar o ‘salto’ com um outro amigo meu que veio a desertar. Tive sorte, consegui entrar para a Marinha e cumpri o serviço militar na ‘província’ do Terreiro do Paço (depois da

recruta, passei a dr. e saí com este posto, sem nunca ter andado fardado e sem nunca ter pegado numa arma).

A verdade, porém, é que, como recordarás, nunca foi possível publicar na *Via Latina* uma linha sequer sobre a questão colonial. Até que um dia morreu em Angola um estudante da nossa Faculdade. E eu disse aos colegas da Direção Geral: no próximo número da *Via Latina* vai sair uma notícia sobre a guerra em Angola. Eles riram, claro. Mas eu expliquei-lhes: vou pedir ao melhor amigo do falecido (que *não se metia em política...*) que escreva a notícia. De certeza que ele vai chorar a morte do amigo, em vez de cantar a morte gloriosa de um herói, morto ao serviço da pátria, quando lutava contra o terrorismo internacional a soldo de Moscovo... E assim aconteceu. O Reitor, Doutor Braga da Cruz, chamou-me ao gabinete e zurziu-me duramente, acusando-me de ação subversiva e anti-patriótica. Eu fiz de ingénuo (ó Senhor Doutor, eu limitei-me a pedir ao melhor amigo do falecido que fizesse a notícia da morte...), mas ele não ficou convencido...

8. - Ao longo do ano tínhamos trabalhado, sobretudo com as associações de Lisboa, para que, no fim do ano letivo, se agudizasse o confronto com o governo fascista. E o *Dia do Estudante* desempenhava um papel importante nesta estratégia. Daí a oposição do governo. Daí a suspensão *sine die* da *Via Latina*, pouco depois da publicação do programa do *Encontro Nacional de Estudantes*, nas condições que atrás referi (foi a primeira estrutura associativa a ser posta fora de combate). No último número (nº 144, de 17.4.1962), ainda conseguimos publicar um texto que o Zé Lopes de Almeida enviou de Angola. Arranjei-lhe um título em francês (“Quand un pays n’a plus de justice, il n’a plus de liberté”, retirado de uma citação feita no texto), para ‘impressionar’ o capitão Piçarra. Nele, o Zé Lopes elogiava a Universidade francesa, que acabava de mostrar “não ser um templo de eleitos, uma seita de intocáveis – antes pedra viva da nação, cujo intento firme na hora que passa é permanecer fiel aos mais elementares princípios da Democracia autêntica”.

Nesse mesmo ano de 1962, no meio de muita discussão e de muita divisão mesmo entre as hostes democráticas, conseguimos que não se

realizasse a *Queima das Fitas*, facto que, como nós sabíamos e queríamos, teve eco em todo o País. Quando, na assembleia geral de quartanistas, esvaziámos um dos últimos argumentos dos que queriam a Queima (quem paga as dívidas contraídas e os compromissos assumidos pela Comissão Central), anunciando que a Direção Geral podia garantir que tinha conseguido apoio financeiro bastante, fomos pública e expressamente acusados de ter recebido dinheiro de Moscovo. Apraz-me registar, nesta casa que era então propriedade do Dr. João José Cochofel (pai da nossa colega Nenita e tio da Judite Cortesão), que ele foi uma das pessoas que, a nosso pedido, nos ajudou, bem como o Dr. Francisco Salgado Zenha e outros por seu intermédio. Mas esses eram os tempos. A verdade é que, depois de uma Assembleia Magna sobre o assunto, eu levei para casa, na minha capa, 16 contos. Era muita massa!

Beneficiámos da compreensão de alguns fornecedores e dos membros da orquestra Van Wood (vinda da Holanda), que não quis receber os honorários e, a troco do alojamento e alimentação, se colocou à nossa disposição para atuar onde nós quiséssemos, ficando as receitas para nós. Porque a nossa luta era uma luta política, quisemos ir ao encontro da ‘cidade’. Contactámos as comerciantes da Baixa e da ‘Baixinha’, para lhes explicar as razões da nossa decisão de não fazer a Queima (que prejudicou os comerciantes). Encontrámos da parte deles uma grande compreensão e alguns deram-nos dinheiro para ajudar a pagar as despesas. Bem poderemos dizer: estudantes e ‘futricas’, a mesma luta! Em suma: não precisámos de recorrer aos tais apoios financeiros.

Em Coimbra tentámos aproveitar também os campeonatos federados para romper o bloqueio noticioso e tornar conhecida de todo o País a nossa luta. Se não erro, as equipas de basquetebol e de hóquei em patins abandonaram a competição. Na Direção-Geral foi decidido atacar também pelo lado do futebol. Fui eu encarregado dessa missão, que implicava a recolha de informação sobre o regime jurídico aplicável aos clubes e aos jogadores, antes de conversar com estes. Sugeri que fosse acompanhado nesta tarefa pelo Óscar Monteiro, porque tinha confiança absoluta nele como trabalhador e porque na Direção-Geral ‘sabíamos’ que ele era simpatizante dos movimentos de libertação e que, entre os jogadores, havia

vários implicados no mesmo 'crime' (o Araújo Bembareque, o França, o Zé Júlio e o Chipenda). E assim se fez.

Das questões coloniais não se falava, naquele tempo, fora de círculos muito íntimos, e eu creio que talvez nunca tenha abordado expressamente tais questões com o Óscar. Mas nós, no círculo da Direção-Geral, 'sabíamos' quem era quem... Eu tinha ido, aliás, duas ou três vezes com o Óscar à *Casa dos Estudantes do Império* em Lisboa, ali ao Arco do Cego, e ainda guardo alguns exemplares da *Mensagem*, que então comprei.

Não é a altura de contar as peripécias dessa nossa investida pelos campos do futebol, em que ajudaram muito os irmãos Luís e Pedro Lemos, responsáveis pela Secção de Desporto da *Via Latina* e que tinham um cunhado que era vice-presidente do Beira-Mar, um dos clubes com que a Académica tinha de jogar.

Desde o início dissemos aos jogadores (que eram todos estudantes como nós) que compreendíamos se eles decidissem não faltar aos jogos e fizemos chegar aos africanos acima referidos que sabíamos que a guerra deles era outra e que não comprometessem as suas posições por causa das nossas propostas. A verdade é que todos eles desertaram pouco depois (encontrei-os pela última vez na Prá-Kys-Tão, numa festa onde eles foram, se não erro, para dar a entender à Pide que estavam em Coimbra para viver a vida... O Orlando Rodrigues é que conhece bem esta história).

Mas as conversas, mediadas pelo capitão Mário Wilson, não estavam a correr mal. Por isso, contra a vontade dos dois clubes, a Federação adiou o jogo Beira-Mar/Académica, e o governo nomeou uma comissão administrativa para a Secção de Futebol (chefiada por um tenente-coronel), que convocou os jogadores e os levou para o Buçaco, sob ameaça. O jogo com o Sporting em Coimbra originou uma das maiores operações policiais de que lembro nesta cidade.

Estas diligências futebolísticas, muitas delas noturnas, levaram a que eu e o Óscar chegássemos atrasados a uma Assembleia Magna que se seguiu à 2ª ocupação da AAC, quando já toda a gente abandonava o Palácio dos Grilos, que viria a ser encerrado. A muito custo, conseguiu-se que a chave ficasse nas mãos do Reitor e não nas mãos da polícia.

Mas os nossos colegas da Direção-Geral e outros estudantes de Coimbra foram presos e enviados para as cadeias de Lisboa. Em Coimbra, nas celas da Pide, ficaram, durante um mês, a Guida Lucas (membro da DG), a Judite Cortesão, a Isabel Marina e a Irene Namorado. Alguns deles vieram a ser expulsos durante dois e três anos de todas as escolas portuguesas (Universidades e outras escolas públicas).

9. - No livro é afluada a confusão que reinou quanto à estratégia a seguir na luta: ocupar ou não ocupar a sede da AAC num primeiro momento; aceitar ou não aceitar, num segundo momento, as alterações aos Estatutos da AAC que o governo queria impor, em troca da garantia da devolução das chaves da sede da AAC aos estudantes e da autorização da nossa atividade normal no ano letivo seguinte.

Não fui adepto das ocupações (e o Óscar também não foi) e defendi até ao fim a aceitação das alterações estatutárias, com o objetivo de manter a Associação aberta, sem o que a nossa luta seria muito mais difícil. Como já estávamos a ver. Encerrada a AAC, conseguimos ficar com uma impressora velha, que trabalhava com *stencil* e era movida manualmente. Ainda hoje não sei onde esteve guardada, apesar de ter enviado para lá vários comunicados de um 'comité de salvação' criado para substituir a Direção-Geral, após a prisão dos seus elementos.

A certa altura, decorreram na reitoria algumas reuniões em que participaram professores amigos dos estudantes (Paulo Quintela, Ferrer Correia, Eduardo Correia, Anselmo de Castro, Teixeira Ribeiro, Fernandes Martins), bem como o Doutor Afonso Queiró, que intervinha em representação direta do governo. Foi numa destas reuniões que o Doutor Queiró fez a seguinte proposta: vocês aceitam alterar os Estatutos, em termos de a AAC representar *apenas os estudantes nela inscritos* e eu garanto, em nome do governo, que a sede vos será restituída e que no próximo ano poderão fazer eleições para os órgãos sociais.

Reunimos uma noite inteira na cave do Círculo de Artes Plásticas e discutimos duramente. Da minha parte, argumentava que a alteração estatutária que nos queriam impor correspondia à corrente nos regimes democráticos (a representação orgânica era uma própria do corporativismo).

Quanto ao mais, representar ou não, de facto, todos os estudantes da Universidade de Coimbra, dependia da nossa capacidade para conseguir esse objetivo político.

Lá pelas 6 da manhã, parecia que tinha ganho a minha batalha. Só que o António Ferreira Guedes (meu querido amigo) acordou, e tudo voltou ao princípio... Viviam-se tempos complicados: o Marques dos Santos tinha ido para o exílio em 1961; o Zé Lopes de Almeida foi para Angola e fez muita falta em Coimbra; o António Barbosa e o Ciborro Maia foram presos; em abril de 1962 foi a vez do Manuel Louzã Henriques ir para a cadeia e de o Germano Ferreira da Costa se ter posto em fuga...

A certa altura, proibiram-nos mesmo a utilização do Campo de Santa Cruz, depois de uma Assembleia Magna em que se chegou a discutir a hipótese de greve a exames. Sinceramente, creio que não havia condições mínimas para isso. Foi em 17 de maio de 1962. No dia seguinte comecei a estudar e consegui salvar o ano.

10. - Estou a acabar esta minha fala sobre o autor de um livro que não é um livro de memórias de um político, embora seja um livro em que a política é celebrada como “caminho para mudar o mundo”. Um livro que é, a meu ver, acima de tudo, um ‘romance’ sobre os “afectos e amores” (título do último capítulo) que preencheram a vida do seu Autor e que constituem “o verdadeiro fio invisível da história pela qual nos movemos” (p.223). Um *livro de afectos*, afectos que o Óscar não quis negar, nesta hora de balanço, mesmo àqueles que, rendidos ao vil metal ou à lógica do poder, subverteram o sentido mais nobre da política, esquecendo o povo, o povo que os libertou do colonialismo, o povo que lhes deu a *força* e a *razão* (recorro, mais uma vez, ao belíssimo poema de Jorge Cipriano Rebelo, p. 183) em que assentou a vitória da luta de libertação. Mesmo estes, afirma o Óscar afetuoso e generoso (o Óscar igualzinho ao que eu conheci aqui em Coimbra), “eram gente de paixão quando lutavam, havia uma poética que os envolvia e os transformava. E assim permanecem na minha memória”. Lembra-me a ‘definição’ que um dia ouvi de André Malraux, ministro De Gaulle: “*un grand écrivain français mort à la guerre civile d’Espagne*”.

Meu caro Óscar, meu amigo e meu camarada, tu sabes melhor do que eu que foi um tempo difícil este de que falas no teu livro, cuja leitura muito me emocionou e muito me enriqueceu. Tempo difícil no teu País em luta pela libertação do colonialismo. Tempo difícil em Portugal “exíguo exílio de si mesmo”, num verso de Orlando de Carvalho, nosso mestre de cidadania e nosso companheiro de todas as lutas.

Tu partiste, empenhado na tarefa de fazer o teu País. Nós continuámos a nossa luta por aqui, nesse “tempo de silêncio e de mordaza”, “tempo de medo e de traição”, “tempo de ameaça”, “tempo de escravidão”, para o dizer em versos de Sophia de Melo Breyner. Nesse tempo da “esperança agredida” (é um verso de José Manuel Mendes), sempre tivemos o conforto de saber que “mesmo em tempos de servidão, há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não” (tão bem que cantava o Adriano estes versos do Manuel Alegre, musicados pelo António Portugal!). E o conforto de saber que *é nas noites mais negras que as estrelas brilham mais*, como cantava o Fernando Machado Soares.

Tu foste uma dessas estrelas, Amigo. E se, como dizes no teu livro, “em grande parte são os nossos amigos que nos fazem”, tu ajudaste, com o teu exemplo de entrega à luta sem limites nem cálculos, a que nos fizéssemos cidadãos mais empenhados e mais comprometidos com o nosso povo.

Quando, em 1972, Paulo VI recebeu Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e Amílcar Cabral todos nós rejubilámos, porque, durante os anos dramáticos das guerras coloniais, todos chorámos “lágrimas de guerra”, para usar palavras que dão o título a um livro-testemunho de um colega e amigo de que gosto muito, o Mário Brochado Coelho.

Quando soube, pouco depois (como o soube, não sei), que tinha sido o meu Amigo Óscar o artífice dessa entrevista, disse para mim: Ah, grande Óscar, a coisa vai.

O 25 de Abril veio abreviar o tempo da vossa vitória e veio libertar-nos, a nós portugueses, da canga do fascismo e do colonialismo.

(Página deixada propositadamente em branco)

INTERVENÇÃO NUMA SESSÃO DE HOMENAGEM PRESTADA PELA UNIVERSIDADE DE LISBOA A ÁLVARO CUNHAL NO CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO (FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, 22 DE MAIO DE 2013)

UMA TENTATIVA DE COMPREENDER A CRISE ATUAL DO CAPITALISMO À LUZ DO MARXISMO*

1. – Nas três décadas posteriores à 2ª Guerra Mundial, as políticas de inspiração keynesiana associadas à chamada *Curva de Phillips* traduziram a preocupação de evitar ou reduzir os efeitos negativos das crises cíclicas: se o desemprego ameaçava atingir níveis preocupantes, adotavam-se políticas expansionistas (menos impostos, crédito abundante e barato, mais despesas públicas) que iriam ‘aquecer’ a economia, ainda que à custa de alguma inflação; se era a inflação que ameaçava atingir níveis incontroláveis, a adoção de medidas contracionistas permitia ‘arrefecer’ a economia e resolver o problema, ainda que à custa de alguma subida do desemprego.

Durante os chamados *trinta anos gloriosos* (entre 1945 e 1975) registaram-se, em especial nos EUA e na Europa, taxas de crescimento

* Intervenção numa sessão integrada nas Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal, realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (22 de maio de 2013), subordinada ao título genérico *Álvaro Cunhal, Marxismo e Direito*, sessão em que participaram também o Reitor da Universidade de Lisboa, Doutor António Sampaio da Nóvoa, e o Diretor da Faculdade de Direito, Doutor Eduardo Vera Cruz Pinto, que assim quiseram homenagear o antigo aluno da FDUL.

económico relativamente elevadas, sem tensões inflacionistas e com baixos níveis de desemprego. Muita gente atribuiu estes resultados às políticas ativas de inspiração keynesiana e convenceu-se de que, graças a elas, a ciência económica tinha descoberto a ‘cura’ para as doenças estruturais do capitalismo. Falou-se da “obsolescência dos ciclos económicos” e celebrou-se a chegada do *capitalismo post-cíclico* ou *capitalismo sem crises*.

No início da década de 70 do século XX, este mito caiu por terra. Em agosto de 1971, a Administração Nixon rompeu unilateralmente o compromisso assumido em Bretton Woods de garantir a conversão do dólar em ouro. Com o aplauso da “irmandade dos bancos centrais” (MODIGLIANI, Franco – “The Monetarsit Controversy or, Should we Forsake Stabilization Policies?”, em *The American Economic Review*, vol. 67, nº 2, março/1977, 1-19), as taxas de câmbio passaram a ser fixados pelos ‘mercados’: o mundo passou ao regime de *câmbios flutuantes*.

Pouco depois, no seio da primeira crise do petróleo (1973-1975), surgiu a *estagflação*. Este estranho fenómeno (falou-se de “paradoxo”, de “dilema”, de “enigma” da *estagflação*) veio mostrar que as crises cíclicas continuavam a fazer parte da vida do capitalismo. E, contrariando o modelo histórico das crises do capitalismo, mostrou também que, no quadro de um capitalismo altamente concentrado, o *poder de mercado* (e o *poder político*) das grandes empresas monopolistas conseguia que taxas elevadas e crescentes de inflação coexistissem com taxas de crescimento do produto próximas de zero ou mesmo negativas (acompanhadas de elevadas taxas de desemprego).

Esta crise mostrou igualmente que a capacidade de produção instalada no mundo capitalista era excessiva relativamente ao poder de compra agregado da população. No caso dos EUA, a indústria utilizava em 1975 apenas 74% da sua capacidade de produção.

E trouxe também à luz do dia um fenómeno que se vinha observando com clareza, especialmente a partir de meados dos anos 1960, nas mais importantes economias capitalistas: a *tendência para a baixa da taxa média de lucro*.

2. - Fenómeno novo, a *estagflação* deixou perplexos e algo desorientados os defensores das teorias e das políticas keynesianas, que se colocaram

na defensiva, perante a evidência dos limites do estado keynesiano e das políticas keynesianas.

Os neoliberais, com Friedrich Hayek e Milton Friedman na liderança, aproveitaram a ocasião e, numa operação relâmpago de propaganda ideológica sem paralelo, colocaram Keynes no banco dos réus, culpando-o de todos os males do mundo (a inflação e o desemprego).

Foi o início da “contra-revolução monetarista”, cujo triunfo fulgurante se traduziu na imposição dos dogmas neoliberais como a ideologia do *pensamento único*, significando, a este respeito, o regresso a concepções sobre a economia e sobre o papel do estado que, depois de Keynes, se julgavam definitivamente mortas e enterradas.

No plano das políticas económicas, a resposta a esta *crise estrutural do capitalismo* traduziu-se na chamada “revolução conservadora”, iniciada com o *thatcherismo* no Reino Unido (1979) e com a *reaganomics* nos EUA (1980). Foi o início de um novo ciclo, em que a *ideologia neoliberal* se confirmou, também na esfera política, como a ideologia dominante, a ideologia das classes dominantes, sob a liderança do capital financeiro.

Na viragem dos anos 1980 para os anos 1990, e no rescaldo das dificuldades sentidas em todo o mundo capitalista na primeira metade da década de 1970, o ‘velho’ *consenso keynesiano* foi posto de lado e a estratégia para tentar travar aquela perigosa *tendência no sentido da baixa da taxa média de lucro* foi ‘codificada’ no chamado *Consenso de Washington*.

Inspirado no velho dogma liberal segundo o qual o desenvolvimento dos povos só pode resultar do *livre funcionamento da economia* (capitalista), os ‘mandamentos’ fundamentais deste plano americano para impor ao mundo o catecismo monetarista e neoliberal são, em síntese, os seguintes: a plena liberdade de comércio (sem barreiras alfandegárias ou quaisquer outros obstáculos à livre circulação de bens e serviços); a liberdade plena de circulação de capitais; a desregulamentação completa de todos os mercados, em especial os mercados financeiros; a ‘separação’ absoluta entre estado e economia, com a conseqüente privatização, por puros preconceitos ideológicos, do setor público empresarial, incluindo as empresas que produzem e fornecem *serviços públicos*; a proclamação do ‘dogma’ da *independência dos bancos centrais*, que se traduziu na perda,

por parte dos estados, do controlo do sistema financeiro (da emissão de moeda, das taxas de juro e das taxas de câmbio, com a consequente perda do controlo sobre o destino da poupança nacional), e que, em último termo, significou a ‘privatização’ dos próprios estados, que, como qualquer cidadão, dependem dos “mercados financeiros” para o financiamento das suas políticas; a subordinação do poder político democrático ao poder económico-financeiro; o combate prioritário à inflação e a desvalorização das políticas de promoção do emprego; a adoção de políticas tributárias favoráveis aos muito ricos e aos rendimentos do capital; a rejeição de qualquer ideia de equidade e de quaisquer políticas de redistribuição do rendimento em favor dos titulares de rendimentos mais baixos; o esvaziamento da contratação coletiva (talvez por se saber, graças à OIT, que ela tem sido, ao longo das últimas décadas, um instrumento mais efetivo de redistribuição do rendimento em sentido favorável aos trabalhadores do que as próprias *políticas de redistribuição do rendimento* de inspiração keynesiana); a ‘flexibilização’ da legislação laboral (aumento do número de horas de trabalho não pago, precarização do emprego, facilitação dos despedimentos); a adoção de políticas de *arrocho salarial*, que entregam ao capital os ganhos da produtividade (apesar de esta estar cada vez mais ligada ao homem trabalhador, enquanto produtor, depositário e utilizador do conhecimento), e que promovem a redução dos salários reais, para tentar compensar a subida dos custos financeiros e a *baixa tendencial da taxa média de lucro*.

Desaparecido o contraponto da comunidade socialista, os neoliberais de todos os matizes convenceram-se, mais uma vez, de que o capitalismo tinha garantida a eternidade, podendo regressar impunemente ao ‘modelo’ puro e duro do século XVIII. A vitória da “contra-revolução monetarista” abriu o caminho ao reino do *deus-mercado* e o capitalismo assumiu, sem disfarce, a sua matriz de *civilização das desigualdades*. Avolumaram-se as ameaças do *fascismo de mercado* e do *fascismo amigável*, de que falavam já, no início dos anos 1980, Paul Samuelson e Bertram Gross.

O neoliberalismo consolidou-se como ideologia dominante. E o neoliberalismo não é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm

mais nada em que pensar. O neoliberalismo não existe fora do capitalismo, antes corresponde a “uma nova fase na evolução do capitalismo.” (DUMÉNIL, Gérard e Dominique LÉVY – *The Crisis of Neoliberalism*, Harvard University Press, 2011)

O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar. O neoliberalismo é o capitalismo ‘selvagem’ do século XVIII, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho. O neoliberalismo é o capitalismo na sua essência de sistema assente na exploração do trabalho assalariado, na maximização do lucro, no agravamento das desigualdades. O neoliberalismo é a expressão ideológica da supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo, supremacia construída e consolidada com base na ação do estado capitalista, que é hoje, visivelmente, a *ditadura do grande capital financeiro*.

3. – Durante anos, mesmo já depois da constituição de alguns partidos comunistas em países da Europa ocidental, os partidos socialistas recusavam-se a colaborar com os *governos da burguesia* e mantinham-se programaticamente vinculados a um projeto de construção de uma sociedade socialista.

O Congresso do Partido Social Democrata Alemão (SPD), realizado em Bad Godesberg em 1959, marca um ponto de viragem. Nele foi aprovado o novo programa do partido, em que não figura qualquer referência a nacionalizações e se proclama que a propriedade privada merece a proteção da sociedade, desde que não impeça a realização da *justiça social*. Esta passou a ser a nova orientação dos partidos socialistas e sociais-democratas na Europa.

Para quem entenda que o socialismo não pode deixar de incluir, no seu núcleo essencial, a eliminação dos rendimentos não provenientes do trabalho (o que pressupõe a apropriação social dos principais meios de produção), esta opção “apenas significa – como sublinhava, há anos, Teixeira Ribeiro (RIBEIRO, J. J. Teixeira – *Sobre o Socialismo*, Coimbra,

Coimbra Editora, 1991) – que tais partidos desistiram de implantar um sistema económico socialista”.

Os partidos socialistas e sociais-democratas europeus cansaram-se de lutar, fora do aparelho do estado, pelos interesses dos trabalhadores e pela construção do socialismo. Seduzidos pelos encantos do poder, decidiram que era tempo de *fazer política a sério*, política 'ao mais alto nível', e proclamaram, com 'grande sentido de estado', a disponibilidade para 'assumir as suas responsabilidades' nas tarefas da governação.

A preocupação fundamental desses partidos passou a ser a de ganhar 'respeitabilidade', afirmando a sua vocação governamental e a sua capacidade para assegurar a *gestão leal do capitalismo*, sem pôr em causa o próprio sistema. E, talvez convencidos de que, nas condições da época, o respeito pelo *deus mercado* era uma condição de 'respeitabilidade' política para poderem aceder a esta tarefa, enunciaram oficialmente a sua posição como *defensores do capitalismo* na esfera da produção e *defensores do socialismo* no que toca à distribuição do rendimento.

Esta postura representa, porém, a meu ver, uma equação teórica e política tão difícil de resolver como a da *quadratura do círculo*. Com efeito, sabemos, desde os fisiocratas, que as estruturas de distribuição do rendimento e da riqueza não podem considerar-se separadas das estruturas e das relações sociais da produção. Por outras palavras: a estrutura de classes da sociedade e as relações de produção que lhe são inerentes são os fatores determinantes da distribuição da riqueza e do rendimento. A lógica da distribuição não pode ser antagónica da lógica inerente às relações de produção capitalistas. Como é óbvio.

No quadro da chamada *economia social de mercado*, o auto-proclamado *socialismo democrático* passou a identificar-se com o “socialismo do possível” (Mitterrand, 1970) ou com o *capitalismo possível* nas (ou o *capitalismo exigido* pelas) circunstâncias do tempo, um capitalismo que se limitou, como bem observa Henri Janne, a “transformar os fins maiores do socialismo em meios de realizar outros fins, isto é, a manutenção do lucro, da iniciativa privada, dos grupos privilegiados”.

No âmbito da social-democracia europeia (por obra de vários autores, entre os quais o Prémio Nobel da Economia Jan Tinbergen) desenvolveu-se

a chamada *teoria da convergência dos sistemas*, empenhada em mostrar que o sistema económico e social dominante nos ‘países ocidentais’ já não era o capitalismo, mas um *sistema misto* que integrara já muitos *elementos de socialismo*, segundo alguns um sistema mais próximo do socialismo do que do capitalismo. Tudo para concluir que deixara de fazer sentido falar do (e lutar pelo) socialismo como alternativa ao capitalismo.

Por meados dos anos 1980, o pensamento e a ação dos partidos socialistas e sociais-democratas (sobretudo na Europa) começaram a sofrer forte influência da *ideologia neoliberal*.

Os dogmas neoliberais ganharam novos crentes, que recorrentemente vêm defendendo a sua ‘fé’ com o inadmissível ‘argumento’ thatcheriano de que *não há alternativa* [*There is no Alternative*].

O referido *Consenso de Washington* começou por ser ‘recomendado’ pelo capital financeiro internacional e pelas estruturas ao seu serviço (G7, FMI, Banco Mundial, OMC...) aos ‘países em desenvolvimento’, não para que estes de desenvolvessem, mas para que permanecessem ‘subdesenvolvidos’ e ‘colonizados’. Mas tal ‘consenso’ rapidamente se generalizou a todo o ‘mundo civilizado’, chegando à Europa no contexto que acabei de referir.

A aproximação da ‘Europa’ à ideologia neoliberal acentuou-se e acelerou-se com a aprovação do *Ato Único Europeu* (1986). A criação do *mercado interno único* preparou as condições que haveriam de conduzir, em 1992 (Tratado de Maastricht), à União Europeia e à União Económica e Monetária, com a moeda única (o euro), o Banco Central Europeu e o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Estes são os momentos críticos da submissão da ‘Europa’ ao espírito do *Consenso de Washington*.

4. – Sabe-se, desde Aristóteles, que o dinheiro não cria dinheiro. Daí a condenação da usura, que “faz com que o dinheiro sirva para se aumentar a si próprio, género de ganho completamente contrário à natureza”. Pela mesma razão, o Direito Canónico e a teologia medieval proclamaram que o dinheiro não cria dinheiro (*Nummus non facit nummos*), pelo que o proveito da usura é a morte da alma (*fenus pecuniae fumus est animae*).

Entretanto, o mundo mudou, mas continua a ser verdade que o *dinheiro não cria dinheiro*. O capital financeiro inventou, porém, um

modo autônomo de ganhar dinheiro, à margem (e à custa) do setor produtivo. Com efeito, o muito dinheiro ganho pelo capital financeiro só pode resultar do desvio de uma parte da riqueza criada nas atividades produtivas, de uma parte do *valor que os trabalhadores acrescentam ao valor das matérias-primas* (para o dizer com palavras de Adam Smith). Recorrendo agora à terminologia marxista, direi que o capital financeiro ‘descobriu’ a ‘arte’ de se apropriar de uma parte (relevante) da *mais-valia*.

E os resultados desta ‘descoberta’ constituem um dos fatores que ajudam a compreender a *tendência para a baixa da taxa média de lucro nos setores produtivos* (nas atividades não financeiras).

A pequena ‘elite’ de *investidores-especuladores* (com destaque para os referidos *investidores institucionais*: bancos, companhias de seguros, fundos de investimento, fundos de pensões...) adquiriu um peso enorme no capital acionista das grandes empresas cotadas em bolsa e tem privilegiado o ‘investimento’ em *capital fictício* (ativos financeiros), o mesmo fazendo os bancos, que vêm exigindo às empresas dos setores produtivos taxas de juro reais crescentes (capazes de ‘concorrer’ com os ganhos chorudos da especulação), realizando assim lucros elevados (quase isentos de impostos), que canalizam (bem como os depósitos dos seus clientes) para atividades puramente especulativas.

As empresas foram transformadas em meros *ativos* cuja *valorização bolsista* se prossegue por todos os meios, com base em arriscados (e por vezes criminosos) expedientes de engenharia financeira: aquisição de ações próprias; falsificação da contabilidade (valorizando ou dissimulando dívidas, créditos, vendas e compras); fornecimento de informação opaca ou mesmo viciada; recurso a informação privilegiada; manipulação das cotações, sem qualquer relação com a atividade e com o valor real das empresas.

Envolvidas na teia dos ‘jogos de casino’ que são o terreno de eleição do grande capital financeiro especulativo, as empresas dos setores não-financeiros deixaram de se autofinanciar (com uma parte dos lucros não distribuídos), e tornaram-se cada vez mais dependentes dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras. As *empresas dotadas de alma* (KAYSEN, Carl - “The Social Significance of Modern Corporation”, em *The American Economic Review*, maio/1957.) do período da chamada *revolu-*

ção dos gerentes deram o lugar a estas “irresponsible companies”, como alguém lhes chamou (MARAZZI, Christian – *The Violence of Financial Capitalism* (trad.), Semiotext(e), Los Angeles, 2011 [edição em italiano, Edizioni Casagrande, Bellinzona, Suíça, 2011]).

Na verdade, segundo as novas ‘técnicas’ de gestão do capitalismo, as ‘metas’ atribuídas pelos donos do capital aos gestores profissionais das sociedades cotadas em bolsa passaram a traduzir-se na garantia de elevados rendimentos financeiros a curto prazo, em benefício de acionistas e gestores. Ao serviço destes objetivos, as empresas são muitas vezes ‘empurradas’ para situações de sobreendividamento, com um peso crescente (às vezes insuportável) dos encargos financeiros nos custos de funcionamento.

Em certas condições, as ‘metas’ fixadas só podem atingir-se com base no recurso sistemático à fraude em grande escala, falsificando os balanços das empresas e manipulando os mercados. E esta prática transformou-se, ao longo do último quarto de século, em ‘regra de vida’ das instituições financeiras, mergulhadas em enormes escândalos, que puseram a nu a incompetência ou a cumplicidade (ou as duas coisas) das agências reguladoras ditas *independentes* e que deixaram de rastos a honorabilidade das mais ‘distintas’ empresas de contabilidade e de consultadoria financeira e das ‘sagradas’ agências de *rating*, todas elas comprometidas até à medula com as instituições financeiras e com os gestores das grandes empresas neste jogo de falsidades. Caiu por terra o mito da **transparência**, da racionalidade e da eficiência dos mercados financeiros regulados, apesar de todos os bem pensantes continuarem a fazer de contas que nada se passou neste domínio. Nos EUA, o próprio Congresso, alertado para a situação, nada fez para pôr cobro à fraude, porque “as indústrias financeiras e de contabilidade estão entre os maiores contribuintes para as campanhas dos políticos de Washington, numa época em que as eleições são obscenamente caras”. (CROTTY, James – “The Neoliberal Paradox: The Impact of Destructive Product Market Competition and Impatient Finance Nonfinancial Corporations in the Neoliberal Era”, em *Review of Radical Political Economics*, Vol. 35, nº 3 (2003), 271-279).

A justificação desta política de distribuição de todos os lucros (e lucros fartos) pelos acionistas (individuais ou institucionais), em vez de reservar

uma parte para financiar novos investimentos das empresas onde eles foram gerados, assenta na ideia de que, desta forma, todo o capital fica disponível para a sua *aplicação ótima* naquelas atividades e naquelas regiões onde surgirem os melhores projetos e as melhores oportunidades.

A realidade mostra, porém, que os lucros distribuídos prodigamente pelos acionistas (nomeadamente os chamados *investidores institucionais*), bem como os ordenados e prêmios milionários atribuídos aos gestores profissionais vão direitinhos para a especulação financeira, levada a cabo preferencialmente através de entidades com sede no ambiente acolhedor dos *paraísos fiscais* (para isso os inventaram, para manter o ‘segredo dos negócios’ e fugir ao fisco).

À escala mundial, é este também o destino de excedentes de capital (altamente concentrados num pequeno número de pessoas e instituições) que não encontram no setor produtivo oportunidades tão atrativas de ganhar dinheiro como a especulação financeira. Os jogos nas *bolsas-casino* tornaram-se o modo mais cómodo de ganhar (muito) dinheiro a curto prazo.

Assim se alimenta o *processo de financeirização da economia*, a *subordinação do capital produtivo ao capital financeiro* puramente especulativo, cujas *rendas* vêm absorvendo uma parte crescente da mais-valia global. Em última instância, a lógica do capital financeiro, ao *desvalorizar os investimentos a médio e a longo prazo*, põe em causa o financiamento adequado do investimento produtivo e da inovação, com a conseqüente *desindustrialização*, menor criação de emprego e maior pressão para *cortar nos custos salariais*, na tentativa de compensar o aumento dos encargos financeiros das empresas e contrariar a *tendência para a baixa média da taxa de lucro*.

5. – A chamada globalização deve entender-se, a meu ver, como *política de globalização neoliberal*, apostada na imposição de um *mercado único de capitais à escala mundial*, assente na *liberdade absoluta da circulação de capitais* e na plena liberdade de criação de *produtos financeiros*.

Esta *financeirização da economia* traduziu-se no desenvolvimento das atividades especulativas, que consistem na criação e destruição contínuas

de capital fictício nos mercados financeiros. A outra face desta moeda é a subtração de capitais ao financiamento das atividades nos setores produtivos, para os quais o custo do dinheiro aumentou.

Na tentativa de salvaguardar as suas margens de lucro, muitas empresas industriais dos países mais industrializados tentaram escapar às garras do capital financeiro (e à diminuição das taxas de lucro) através da *internacionalização*, i.é, da sua *deslocalização* (acompanhada da exportação de capitais) para países com mão-de-obra barata e sem direitos.

Nos EUA e nos países mais industrializados da Europa registou-se uma acentuada *desindustrialização*, que provocou a destruição de milhões de postos de trabalho na indústria (só entre 2002 e 2011 a economia americana perdeu 3,5 milhões de empregos industriais). A *desindustrialização* tem sido acompanhada de profundas alterações nas estruturas produtivas e na estrutura do emprego dos países dominantes. Nos EUA, os postos de trabalho perdidos na indústria têm sido substituídos por postos de trabalho mais mal pagos, como empregados de balcão, trabalhadores de serviços de saúde ambulatoriais e dos serviços de assistência social (ROBERTS, Paul Craig – “O colapso da economia americana e o fim do mundo”, em http://www.paulcraigroberts.org/2012/07/08/the_collapsing_us_economy_end_world). Muitos destes trabalhadores ficam em regime de *trabalho precário* e integram o número elevado de *pobres que trabalham* (pessoas que exercem uma profissão, mas recebem um salário que não é suficiente para as retirar da zona da pobreza), situação que configura um *fator estrutural* gerador da *baixa dos salários reais* na sociedade americana, aumentando as desigualdades e potenciando a ocorrência mais frequente de crises cíclicas e maior dificuldade em sair delas.

O *capitalismo sem crises*, o *capitalismo que já não era capitalismo* (como pretendiam os defensores da *teoria da convergência dos sistemas*) deu lugar ao *capitalismo do risco sistémico*, ao *capitalismo de casino*: estudos sobre as bolsas de Nova York permitem a conclusão de que só 1% dos valores transacionados nas bolsas representam novo capital para as sociedades cotadas; 99% dos negócios bolsistas são jogos de casino (KELLY, Marjorie – *The Divine Right of Capital*, Berrett-Koehler, San Francisco, 2001). Mais recentemente, passou-se ao *capitalismo sem risco*

e sem falências, à “economia da mentira” (como alguém lhe chamou), ao capitalismo assente no *crime sistêmico* (crime sem castigo, porque os bancos são *too big to fail*, mas são também *too big to jail*, no dizer de *The Economist*).

Nos trabalhos que deixou escritos, Marx tomou em conta apenas o *dinheiro metálico*, porque, segundo ele, naquela “primeira época da produção capitalista”, o *dinheiro creditício* “ainda não estava [está] desenvolvido (...), não desempenhava nenhum papel, ou [desempenhava um papel] apenas insignificante”. Mas a sua metodologia e as categorias teóricas que elaborou permitiram-lhe compreender que essa realidade iria mudar. Basta atentar neste trecho do Livro Terceiro de *O Capital*, que parece escrito tendo em conta a realidade dos nossos dias: “Se o sistema de crédito é o propulsor principal da sobreprodução e da especulação excessiva e acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, o crédito acelera (ao mesmo tempo) as erupções violentas (as crises), levando a um sistema puro e gigantesco de especulação e de jogo” (*Apud* RIBEIRO, Sérgio – “O contributo de Marx para o marxismo”, em *Boletim de Ciências Económicas*, vol. LV, 2012).

6. – É dos livros que a referida *tendência para a baixa da taxa média de lucro* só pode ser contrariada à custa dos salários e dos direitos dos trabalhadores. Sabe-se, com efeito, desde Adam Smith, que o lucro e a renda são “deduções ao produto do trabalho”, constituindo uma parte do *valor que os trabalhadores acrescentam ao valor das matérias-primas*. Enquanto tal for económica, social e politicamente possível, o sacrifício dos salários e dos direitos dos trabalhadores é a receita para preservar a *mais-valia* (de onde sai o lucro, que é o combustível que faz andar a máquina capitalista).

Consciente disto mesmo, o pensamento liberal sempre assumiu que a *baixa dos salários reais* é o elemento indispensável para tornar atrativa a contratação de trabalhadores desempregados e assim inverter o ciclo, abrindo o caminho para que, com base no funcionamento do mercado livre, se atinjam situações de reequilíbrio com pleno emprego em todos os mercados e em todos os setores da economia.

Hayek enfatiza este ponto: “o problema do desemprego é um problema de salários”. Quer dizer: salários reais baixos e a diminuição dos salários reais são a condição indispensável e decisiva para se prevenirem e se ultrapassarem as crises, que poderiam evitar-se se se deixassem funcionar livremente os mercados, nomeadamente o *mercado de trabalho*, liberto das ‘imperfeições’ que o descaracterizam (contratação coletiva, salário mínimo garantido, proteção legal contra os despedimentos sem justa causa, subsídio de desemprego, etc.). Os fiéis do neoliberalismo têm cumprido este dogma a preceito.

O ‘catecismo’ de Hayek condena também, violentamente, a pretensão dos sindicatos de que os salários devem ser ajustados tendo em conta os ganhos resultantes do aumento da produtividade, pretensão hoje geralmente considerada socialmente justa e economicamente vantajosa, de tal modo que mesmo as associações patronais não a atacam em público, por acreditarem que tal seria ‘politicamente incorreto’. Para Hayek, ao invés, a aceitação daquela pretensão dos sindicatos equivaleria ao reconhecimento do direito de expropriar uma parte do capital das empresas: “tal exigência – escreve Hayek – é, sem dúvida, puramente socialista e, o que é mais, não baseada em qualquer teoria socialista do tipo mais sofisticado e racional, mas no mais grosseiro tipo de socialismo, vulgarmente conhecido por sindicalismo” (HAYEK, Friedrich - “Unions, Inflation and Profits” (original de 1959), em F. HAYEK, *Studies in Philosophy, Politics and Economics* (1ª edição, 1967), Routledge and Kegan Paul, Londres, 1978).

Como já se disse, a necessidade de contrariar a referida *tendência para a baixa da taxa média de lucro* ‘obriga’ a diminuir os custos do trabalho, i.é, a agravar a exploração dos trabalhadores (aumentando, de um modo ou de outro, o tempo de *trabalho não pago*). Inserem-se nesta linha as estratégias destinadas a transferir os *ganhos da produtividade* em benefício do capital, impedindo os trabalhadores de beneficiar con dignamente da riqueza que criam.

Não admira, por isso, que, de acordo com os dogmas neoliberais, as políticas levadas a cabo pela generalidade dos estados capitalistas nas últimas três ou quatro décadas tenham sido marcadas pelo objetivo de ‘expropriar’ a parte dos trabalhadores nos enormes ganhos de produtividade resultantes

do acentuado e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico e da sua rápida incorporação na atividade produtiva. E este objetivo está a ser alcançado: só na última década a produtividade aumentou, à escala mundial, cerca de 30%, mas os salários aumentaram menos de 18%.

A concretização deste programa neoliberal inscrito na estratégia plasmada no *Consenso de Washington* tem sido facilitada, aliás, graças à emergência de um verdadeiro *mercado mundial de força de trabalho*.

Há quem entenda que esta é “a principal consequência social da mundialização”, porque, no seio deste mercado, “os trabalhadores de todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento industrial e do sistema social, estão doravante em concorrência entre si, em todos os domínios da economia, com um leque salarial entre um e 50 ou mais” (GALLIN, Dan – “Reinventar a política sindical”, em Bernad CASSEN e outros (Coord.), *Contra a ditadura dos mercados*, trad. port., Campo da Comunicação, Porto, 2000,101-122). Na verdade, a *política de globalização neoliberal* e, no contexto europeu, o alargamento da UE aos países da Europa central e de leste aumentaram enormemente o *exército de reserva de mão-de-obra* em benefício das grandes empresas dos países liderantes à escala mundial. Este é, sem dúvida, um elemento novo na caracterização do capitalismo global, que não existia em 1916, quando Lenine publicou o estudo clássico sobre *O Imperialismo*. E é um elemento que tem atuado em sentido contrário aos interesses e aos direitos dos trabalhadores.

7. – Ainda ninguém conseguiu demonstrar a existência de uma relação positiva entre a flexibilização da legislação laboral e os baixos salários, por um lado, e o aumento da ‘competitividade’ ou a redução do desemprego, por outro lado. A vida nega todos os dias esta pretensa relação, que não passa de uma criação da ideologia dominante.

Entre outros autores, Marx e Keynes, cada um a seu modo, mostraram que os salários sobem quando o desemprego diminui e diminuem quando o desemprego aumenta, e não o contrário. E Keynes, ao defender que o nível da produção e do emprego dependem da *procura efetiva* (a procura solvável, a procura capaz de pagar os bens produzidos para ser vendidos no mercado), conclui que o nível do emprego e o nível dos salários dependem

de um *fator externo ao mercado de trabalho* (a *procura efetiva*), pelo que não faz qualquer sentido pretender que o desemprego diminui quando os salários baixam no mercado de trabalho, nem faz qualquer sentido pretender que o desemprego aumenta quando os salários sobem no mesmo mercado.

Assim sendo, não é fácil aceitar que se justifiquem as políticas de redução dos salários com o argumento de que elas são necessárias para proteger e para relançar o emprego. Elas visam apenas aumentar a parte do capital na riqueza produzida. E os resultados estão à vista.

Com efeito, estudos vários mostram que a parte do rendimento do trabalho no rendimento agregado baixou, de forma sistemática, a partir de 1980, atingindo proporções escandalosas segundo os padrões históricos. Neste *mundo antropofágico*, em estado de *guerra civil permanente*, a distorção, em favor do capital, da chamada *distribuição funcional do rendimento* tem-se traduzido no agravamento da exploração e no empobrecimento relativo (e mesmo absoluto) de milhões de trabalhadores, tanto nos chamados ‘países ricos’ como nos ditos ‘países pobres’.

Um documento de trabalho apresentado na reunião de julho de 2010 do Banco de Pagamentos Internacionais faz uma longa análise crítica deste mesmo fenómeno: “A parte dos lucros é hoje *invulgarmente elevada*, e a parte dos salários *invulgarmente baixa*. De facto – conclui o documento referido –, a dimensão desta evolução e o leque dos países a que diz respeito não têm precedentes nos últimos 45 anos”.

Para o conjunto da UE/15, dados do Eurostat mostram que a parte dos salários no rendimento nacional diminuiu de 74,6% (1971-1980) para 68,4% (2001-2002). Tomando a UE/25, essa percentagem passou de 50,2% em 2002 para 48,5% em 2008, sabendo-se que, em vários países da UE, entre os quais Portugal, esta percentagem é ainda mais baixa (regressámos ao nível de 1972).

Em finais de 2007, alguém tão insuspeito como Alan Greenspan reconhecia que “a parte dos salários no rendimento nacional nos EUA e em outros países desenvolvidos atingiu um nível *excepcionalmente baixo* segundo os padrões históricos, ao invés da produtividade, que vem crescendo sem cessar” (*Financial Times*, 17.9.2007).

E não escondeu a sua preocupação, invocando que “esta desproporção entre fracos níveis salariais e lucros historicamente muito elevados faz

temer um aumento da *animosidade contra o capitalismo e o mercado*, tanto nos EUA como em outras zonas do mundo”.

Compreende-se o seu temor. No entanto, talvez porque ele é um *fiel* da Lei de Say e acredita que as crises de sobreprodução não são possíveis nas sociedades capitalistas, Greenspan nem sequer aludiu ao risco de uma crise grave do capitalismo, como consequência do fenómeno que regista.

A história do capitalismo maduro mostra que, quando o medo do aumento da “animosidade contra o capitalismo e o mercado” perturbou o sono dos senhores do mundo, estes cederam às reivindicações dos trabalhadores, acreditando que assim os desviavam dos caminhos da revolução anti-capitalista, podendo, por isso, dormir em paz.

E mostra também que o aumento do poder de compra dos trabalhadores acompanhou sempre os períodos de crescimento económico e de progresso social. Isto quer dizer que a subida dos salários reais, em resultado da luta das organizações dos trabalhadores, tem constituído, historicamente, um fator de desenvolvimento pelo menos tão importante como o desenvolvimento científico e tecnológico, as exportações e o investimento direto estrangeiro.

O grande mérito de Keynes poderá ter residido na sua capacidade de compreender isto mesmo. E, preocupado, acima de tudo, em salvar o capitalismo, fez propostas que estão na base do moderno *estado social*.

Com a implosão da URSS e da comunidade socialista europeia, porém, a *contra-revolução monetarista* ganhou novo fôlego, o *pensamento único* conquistou mais adeptos, a *ideologia neoliberal* acentuou o seu domínio, e os ‘donos’ do mundo acreditaram que não havia razão para medos e que, como os vampiros, poderiam *comer tudo e não deixar nada*. Sempre tem sido assim: quando as condições objetivas permitem alimentar o sonho de que o capitalismo tem garantida a eternidade, ganha força a tentação reacionária de regressar ao século XVIII e à violência das “relações industriais” que marcou os primeiros tempos do capitalismo.

8. – À escala mundial, um estudo do FMI (outono/2010) mostra que as políticas neoliberais tinham destruído, em 2009, 30 milhões de postos de trabalho, uma boa contribuição para perfazer a cifra de 200 milhões de desempregados que a OIT estima para 2013.

Dados da ONU (*apud* HALIMI, Serge, “Balanço para preparar uma reconquista”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2013) revelam, por outro lado, que os 2% dos mais ricos do mundo possuem mais de metade da riqueza mundial, cabendo à metade mais pobre dos habitantes do nosso planeta apenas 1% da riqueza global. Em 2011, as 63 mil famílias que, no mundo inteiro, possuíam uma riqueza superior a 100 milhões de dólares (18 mil na Ásia, 17 mil nos EUA e 14 mil na Europa) chamavam a si cerca de 40 biliões de dólares (quase 58% do PIB mundial desse ano, cerca de 70 biliões de dólares).

Em outubro/2010, era a vez de o Presidente do Banco Mundial anunciar que, “pela primeira vez na história, mais de mil milhões de pessoas deitam-se todas as noites com a barriga vazia” (*Le Monde Diplomatique*, outubro/2010). Mas na Índia (um país com cerca de 1.200 milhões de habitantes, muitos dos quais fazem parte dos *mais de mil milhões de pessoas que se deitam todas as noites com a barriga vazia*) 61 multimilionários detinham, em 2008, 22% da riqueza nacional. (HALIMI, Serge, *ob. cit.*).

Particularmente elucidativa, a este respeito, é a análise da realidade americana a partir de 1973 (Administração Nixon) e de 1980 (com o início da *reaganomics*).

Os salários reais (que subiram sempre entre 1947 e 1973) registam uma baixa significativa a partir deste último ano, sendo que o salário mínimo real diminuiu cerca de 30% desde 1970.

Desde o início da década de 1970, o rendimento médio dos 80% das famílias americanas com menores rendimentos tem diminuído continuamente (baixas de quase 15% para os 10% mais pobres), ao mesmo tempo que aumentou (mais de 16%) o rendimento dos 10% mais ricos (aumento de 23,4% para os 5% mais ricos e de quase 50% para os do topo da tabela: 1%).

Em 1979, esta ‘elite’ dos 1% mais ricos arrecadava, após o pagamento dos impostos, o mesmo rendimento que cabia aos 20% de rendimentos mais baixos; em 2007, a mesma ‘elite’ arrecadava tanto como os 40% do fundo da tabela; a percentagem do rendimento nacional que cabe a esta ‘elite’ (após pagamento dos impostos) passou de 7,7% em 1979 para 17,7% em 2007 (PIZZIGATI, Sam - <http://toomuchonline.org/ExecScouboard.html>, 29.10.2011).

Tal como em outros países, a massa salarial diminuiu, a partir da década de 1990, apesar de ter aumentado a população ativa.

Em finais de 2009, os 20% mais pobres dos americanos auferiam rendimentos inferiores ao nível oficial da pobreza. E o Censo de 2011 revelou que cerca de 47 milhões de norte-americanos vivem abaixo da linha de pobreza, carecendo de apoio do estado para garantir os mínimos vitais (*Diário Económico*, 24.7.2012). Entretanto, os rendimentos do capital são tributados, em média, a uma taxa de 20%, metade da taxa média de 39,6% que incide sobre os rendimentos do trabalho. Em 2009, seis dos 400 americanos mais ricos não pagaram impostos; 27 pagaram menos de 20% do seu rendimento; nenhum deles foi tributado a uma taxa superior a 35%. (S. HALIMI, “O crime compensa”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), março/2010)

No *Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza*, o Parlamento Europeu aprovou um Relatório onde se diz que, em 2010, cerca de 85 milhões de cidadãos da UE são afetados por situações de *pobreza* e de *exclusão social* (incluindo 19 milhões de crianças) e que mais de 19 milhões de trabalhadores europeus são considerados pobres.

Em 2012, um estudo do Banco de Itália mostra que os dez italianos mais ricos detêm uma riqueza igual à dos três milhões de italianos mais pobres: cada um destes ‘eleitos’ vale por 300 mil italianos ‘comuns’.

Um estudo da *Fabian Society*, de finais de 2009 (*The Independent*, 30.11.2009), concluía que as políticas levadas a cabo no Reino Unido por conservadores e trabalhistas (de Thatcher a Blair e a Gordon Brown) colocaram o país “perante o risco de regressar a níveis de pobreza idênticos aos da era vitoriana”. É o regresso ao século XVIII.

9. – As políticas prosseguidas nas últimas décadas para salvar o capitalismo estão, realmente, a fazer andar duzentos anos para trás o relógio da História. Tais políticas têm acentuado as *desigualdades* e têm condenado à extrema *pobreza* milhões de seres humanos, espalhando, como uma nódoa, a chaga da *exclusão social* (a “nadificação do outro”, na expressão terrivelmente certa do cineasta brasileiro Walter Salles).

Os órgãos produtores e difusores da ideologia dominante procuram ‘legitimar’ as desigualdades recorrendo, mais uma vez, aos ‘valores’ da

Reforma. Vejamos o que escreve *The Economist* (9.2.2013): “Os que integram a fatia dos 1% mais ricos viram os seus rendimentos subir de repente devido ao prémio que uma economia globalizada à base de tecnologias avançadas confere às pessoas inteligentes. Uma aristocracia que outrora gastava o seu dinheiro em ‘vinho, mulheres e música’ foi substituída por uma elite formada nas *business schools* cujos membros casam entre si e gastam o seu dinheiro de forma sensata, pagando aos filhos aulas de chinês e assinaturas de *The Economist*”.

Pela minha parte, não posso aceitar esta visão – equivalente, como Marx sublinhou, ao *pecado original* na teologia católica – que divide os homens em dois lotes: o dos trabalhadores, parcimoniosos e inteligentes (nascidos para ser ricos e para mandar) e o dos preguiçosos, perdulários e estúpidos (que merecem ser pobres, servindo os ricos).

Creio, de resto, que todos concordaremos em que as desigualdades não são uma inevitabilidade decorrente de quaisquer leis da natureza que sempre produziriam este resultado. A meu ver, elas estão inscritas no ‘código genético’ do capitalismo (que nasceu como *civilização das desigualdades* e se tem confirmado como tal) e são o resultado (esperado e desejado) de políticas sistematicamente desenvolvidas com esse propósito.

10. – Estas políticas, indispensáveis, na lógica do capitalismo, para tentar contrariar a *tendência estrutural no sentido da baixa da taxa média de lucro*, levantam, porém, outros problemas, num tempo em que a tecnologia altamente sofisticada exige cada vez menos trabalhadores, que produzem cada vez mais bens por unidade de tempo de trabalho.

Nas condições do capitalismo, a lógica do capital é a sua própria valorização. Como a produção não visa a satisfação das necessidades, não é o consumo que comanda a produção, a qual depende das disponibilidades dos industriais e das suas expectativas de lucros. Ao contrário: é a produção que comanda o consumo. A produção como que se autonomiza do consumo, tornando-se um fim de si própria. Por isso, a reprodução normal e ininterrupta do capital exige três requisitos: 1) que se verifique um desenvolvimento proporcional entre o setor dos bens de produção e o setor dos bens de consumo; 2) que se verifique uma correspondência

permanente entre a produção e as possibilidades de consumo solvável da comunidade; 3) que as compras de bens de consumo se equilibrem com as compras de bens de produção.

Recorrentemente, verificam-se situações em que estes requisitos não são preenchidos, e as políticas atrás referidas têm contribuído para que tal aconteça, ao provocarem a *quebra generalizada da procura global*, dando origem a situações de *sobreacumulação*, de *sobrecapitalização* e de *sobreprodução*. A mais-valia foi criada pelos trabalhadores: “o valor que os trabalhadores acrescentam ao valor das matérias-primas” (SMITH, Adam – *Riqueza das Nações* (Vols. I e II), Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981 e 1983) está incorporado nas mercadorias produzidas. No entanto, se estas não forem vendidas a um preço compensador, o capital não consegue *realizar a mais-valia*, o que significa que não consegue recuperar o capital adiantado nem obter o lucro (que sai da mais-valia). Se não houver lucro, o *processo de acumulação do capital* interrompe-se, o investimento novo diminui, ficando por utilizar uma parcela relevante dos recursos produtivos disponíveis (recursos naturais e financeiros, tecnologia e força de trabalho).

E as crises acontecem, ficando claro, aliás, que elas possam ocorrer (e ocorram normalmente) em pleno período de prosperidade, de euforia da produção e dos negócios, quando o fabrico de bens de produção se desenvolvera enormemente e a sua venda prosseguia a bom ritmo. Estas crises (*crises de sobreprodução*, *crises de realização da mais-valia*) são, pois, o reflexo do desajustamento e das contradições referidos e funcionam como mecanismo de ajustamento do sistema, desvalorizando ou destruindo o capital em excesso, os meios de produção capazes de produzir bens de consumo em quantidades tais que o mercado as não absorve, por não poderem pagá-las os consumidores (ou uma grande maioria deles).

Esta é, a meu ver, a raiz das crises do capitalismo, incluindo a presente crise, naturalmente.

11. – O desenvolvimento das forças produtivas decorrente da chamada *segunda revolução industrial* abriu o caminho à *produção em massa* e esta exige um *consumo de massas*.

Acresce que, com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, a concorrência entre as grandes empresas nos mercados de oligopólio faz-se através da introdução de novas técnicas de produção e de novos produtos, o que obriga à utilização de tecnologia de ponta. O elevado custo desta tecnologia força as empresas a expandir a produção até ao limite da sua capacidade disponível, na tentativa de aumentar a sua quota de mercado e os seus lucros. Só que estas tentativas de ampliar por este meio as quotas de mercado atingem rapidamente os seus limites. Com efeito, o alto nível de produtividade das tecnologias disponíveis gera em pouco tempo um volume de produção que ultrapassa o poder de compra dos consumidores, e o processo de expansão é travado, porque ninguém investe para aumentar a capacidade de produção se souber que não vai conseguir vender, com lucro, os bens produzidos.

Por isso é que o salário pago aos trabalhadores não pode ser encarado apenas como um elemento dos custos de produção. Ele é também o rendimento que alimenta o poder de compra da grande maioria da população que há-de comprar as mercadorias produzidas com o único objetivo de serem vendidas no mercado e que têm de ser vendidas para que os empresários capitalistas possam recuperar o dinheiro investido e apoderar-se da *mais-valia* (que lhes garante o *lucro*).

Sendo assim, a diminuição dos salários permite ao capital aumentar a *taxa de mais-valia* (a *taxa de exploração*), mas, ao reduzir o poder de compra da grande maioria dos consumidores, provoca o estrangulamento da procura global. E este efeito não pode ser inteiramente compensado pelo aumento do consumo de luxo e de superluxo dos ricos. Esse aumento – que se tem, aliás, registado, de forma acentuada, ‘queimando’ para investimentos produtivos e investimentos sociais uma parte significativa da riqueza criada – não consegue assegurar uma procura agregada que acompanhe o aumento da capacidade de produção.

Pode aumentar a pressão consumista, usando e abusando dos instrumentos ao serviço da *sociedade de consumo*. Mas isso também não basta: a tentativa de compensar a redução do poder de compra dos salários através do estímulo ao consumo financiado pelo crédito não chega para anular os efeitos daquela redução, e provoca a baixa generalizada e acentuada

da taxa de poupança das famílias (e dos estados) e o sobreendividamento de muitas delas, que acabam por não poder pagar os encargos assumidos.

E a verdade é que, nos últimos vinte ou trinta anos, as crises do capitalismo tornaram-se mais frequentes, mais duradouras e de mais difícil 'tratamento'. O que é normal, de há uns anos a esta parte, é o desemprego manter-se durante bastante tempo a níveis elevados, mesmo depois de o PIB ter começado a recuperar. Entretanto, os trabalhadores continuam sem receber o seu salário e não dispõem de rendimentos para comprar as mercadorias que o sistema produz para vender. As crises cíclicas arrastam-se por mais tempo e a sua ultrapassagem vem-se revelando uma tarefa cada vez mais difícil de resolver, porque, nas condições referidas, não é fácil conseguir que o processo de acumulação do capital reinicie a sua marcha.

Por outro lado, como disse há pouco, o processo de *deslocalização* de empresas industriais e a *desindustrialização* que daí resultou provocou alterações profundas na estrutura da produção e do emprego, que tornam mais difícil a criação de novos postos de trabalho, e aqueles que vão surgindo oferecem salários mais baixos do que os praticados antes da crise, acentuando a possibilidade da ocorrência de crises cíclicas e tornando mais difícil e mais demorada a sua ultrapassagem.

12. – A supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo tem agravado a *tendência para a baixa da taxa média de lucro*, uma vez que as *rendas* do capital financeiro (com realce para o capital especulativo) vêm absorvendo uma parte crescente da mais-valia global. E tem acentuado os riscos de crise nos setores das atividades produtivas (nomeadamente nos setores industriais), nos quais se vem tornando mais difícil a recuperação do capital adiantado.

E a verdade é que, desde meados dos anos 1970 (mais exatamente, a partir do *crash* da bolsa de Nova York em 1967) as economias capitalistas registaram mais crises do que em qualquer outro período. A partir dos anos 1980, as crises não deram tréguas: a crise dos países em desenvolvimento em 1982; a crise dos mercados de ações nos EUA em 1987; a crise (também nos EUA) dos mercados de obrigações de alto risco e das

caixas económicas (*savings and loans*), em 1989/1990; a crise bancária dos países escandinavos no início da década de 1990; a crise no Japão, ao longo desta década; a crise do Sistema Monetário Europeu, em 1992/93; em 1994, nova crise no mercado obrigacionista americano; ainda em 1994/1995, a crise do peso mexicano; a crise das moedas asiáticas em 1997/98; a crise do rublo em 1998/99; o chamado *e-crash*, a crise (2000-2002) que afetou a chamada ‘nova economia’ (a economia das novas tecnologias: biotecnologia, informática, computação, telecomunicações), particularmente nos EUA (queda de 57% do *índice Nasdaq*) e na Europa; a crise do real brasileiro em 1999; a grave crise financeira, económica, política e social da Argentina (2001/2002).

A crise que teve o peso mexicano como protagonista (“a primeira grande crise dos mercados globalizados”, segundo o então Diretor-Geral do FMI) fez tremer o sistema financeiro dos EUA e, por reflexo, o sistema financeiro de todo o mundo capitalista. No rescaldo da crise, Michel Camdessus concluiu que “o mundo está nas mãos *destes tipos*” (as grandes instituições financeiras), que constituem “um poder político sem controlo”. Mais radical foi o diagnóstico do Presidente francês Jacques Chirac, logo em outubro/1995: os especuladores são a “*a sida da economia mundial*”.

Apesar deste alarme dos criadores perante as suas próprias criaturas, os estados capitalistas destruíram, ponto por ponto, toda a regulamentação do setor financeiro introduzida na sequência da Grande Depressão; permitiram a liberdade absoluta de circulação do capital, a ‘varinha mágica’ que transformou o mundo capitalista num grande casino e fez surgir os *paraísos fiscais*; os especuladores (os grandes bancos e outros operadores financeiros) foram autorizados e estimulados a criar e a utilizar livremente várias “armas de destruição maciça” (Warren Buffet) e a pandemia alastrou, minando as resistências do capitalismo. Crise após crise, *a sida tomou conta da economia mundial*.

Para quem não esquece as lições da história, tudo isto apontava como inevitável a chegada de uma crise a sério: porque as crises são inerentes ao capitalismo, porque as políticas de *arrocho salarial* e a especulação financeira desenfreada anunciavam isso mesmo, porque os abalos das

várias crises que entretanto ocorreram faziam esperar um ‘terramoto’ de maiores dimensões. Como todos sabemos, o carnaval acaba sempre em quarta-feira de cinzas...

À luz do que disse atrás, parece até que, desta vez, tudo foi planejado para que a crise acontecesse: ela é, realmente, uma crise anunciada, quase programada. A pretexto dela, invocando a ‘situação de emergência’ que eles próprios criaram, os ‘senhores do mundo’ têm atacado violentamente os salários, os direitos e a dignidade dos trabalhadores, pondo em causa a coesão social e o próprio estado de direito e reforçando a *ditadura do capital sobre o trabalho*.

13. – As políticas levadas a cabo nas últimas décadas para contrariar a *tendência para a baixa da taxa média de lucro* têm acentuado as contradições próprias do capitalismo. Por isso, a crise que teve início nos EUA em 2007/2008 está longe de chegar ao fim, tanto nos EUA como (sobretudo) na Europa.

Aquelas políticas vêm garantindo *rendas* faraónicas a curto prazo ao capital financeiro-especulativo, o setor dominante no quadro das formações capitalistas atuais. Mas estão a acentuar a concentração da riqueza e do rendimento numa pequena minoria que tem chamado a si a parte de leão dos ganhos da produtividade e do crescimento económico. Os ricos vêm ficando cada vez mais ricos, mas não dão nenhum contributo para o aumento da procura, porque já têm tudo até ao nível do esbanjamento.

Uma parte deste dinheiro é destinada a controlar o poder político (financiamento de partidos do ‘arco da governação’, financiamento de campanhas eleitorais, ‘compra’ de dirigentes políticos), para que as políticas adotadas pelo poder político garantam o estatuto privilegiado do grande capital financeiro, protegendo as *liberdades do capital*, não tributando a sua riqueza e o seu rendimento, salvando os seus bancos quando o ‘jogo’ corre mal, confiscando os salários e os direitos dos trabalhadores e dos pensionistas.

Os jogos de casino e a especulação (com ações, com produtos financeiros derivados, com títulos da dívida pública, com moedas, com

combustíveis, com matérias-primas, com alimentos, em suma, a especulação com a vida de milhões de pessoas) são o destino da outra parte da mais-valia gerada pelo trabalho produtivo e acumulada por esta pequena minoria de parasitas, que vivem de *rendas* (verdadeiras *rendas feudais*).

Este não é um fenómeno novo. Sabe-se que a desigualdade na distribuição do rendimento, tanto em termos de *distribuição pessoal* como em termos de *distribuição funcional*, é um dos fatores que mais favorece a *especulação financeira*, e esta, como prova a história do capitalismo, tem sempre gerado crises. Tal como em 1929, 1% dos mais ricos entre os americanos detinham, em 2007/2008, 20% do rendimento nacional. Tal como agora se verificou, a Grande Depressão foi precedida de um período de intensa atividade especulativa liderada pelo grande capital financeiro.

A diferença enorme entre a capacidade de produção e o poder de compra da grande maioria das pessoas (incluindo, cada vez mais, as chamadas *classes médias*, progressivamente proletarizadas) agrava, por isso, as contradições no seio do capitalismo como um todo e aumenta o risco de ocorrência de crises cíclicas, risco tanto maior quanto mais acentuado e acelerado for o desenvolvimento das *forças produtivas* que acompanha o desenvolvimento científico e tecnológico.

Tendo em conta as preocupações que venho enunciando, é também importante tentar saber qual a relação entre o aumento dos lucros e o aumento do investimento, dado que, desde Adam Smith, os defensores do mercado vêm insistindo em que a salvaguarda das margens de lucro é indispensável para que haja investimento. Dentro da lógica do capitalismo, é claro que ninguém fará investimentos novos se não esperar obter lucros. Mas isto significa que o aumento dos lucros pode não se traduzir em um correspondente aumento do investimento.

Estudos vários mostram que a relação entre o aumento dos lucros e o nível do investimento produtivo diminuiu consideravelmente, nos países mais desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Alemanha, França e Japão), a partir de meados dos anos 1970, período que coincide com o início da *contra-revolução monetarista*, que trouxe consigo o domínio do capital financeiro e a adaptação das ‘regras do jogo’ aos interesses dos especuladores (STOCKHAMMER, Engelbert – “Neoliberalism, Income Distribution

and the Causes of the Crisis”, em <http://researchonmoneyandfinance.org>, versão 0.6:17, junho 2010).

Os ganhos a curto prazo na especulação superam o lucro do investimento produtivo, o que explica a *financeirização* da economia e o desenvolvimento do *capitalismo de casino* (STRANGE, Susan – *Casino Capitalism*, Londres, Basil Blackwell, 1986).

A verdade é que o ambiente especulativo acentua a volatilidade e a incerteza dos mercados financeiros (nomeadamente quanto às taxas de juro e às taxas de câmbio), afetando negativamente o investimento nos setores produtivos. Se à baixa deste tipo de investimento acrescentarmos a baixa do consumo privado, o resultado é a diminuição da procura agregada e a ameaça permanente da ocorrência de situações de sobreprodução, que, num tempo em que os equipamentos são muito caros, tornam cada vez mais difícil a recuperação dos *adiantamentos* feitos.

Esta é a questão central que está por detrás das crises do capitalismo. E ela traduz uma contradição que o capitalismo não consegue ultrapassar, a contradição entre o nível de desenvolvimento das *forças produtivas* e a natureza das *relações de produção* próprias do capitalismo, que assentam no trabalho assalariado e pressupõem a maximização do lucro do capital. Perante o acelerado desenvolvimento daquelas, estas tornam-se um obstáculo estrutural ao desenvolvimento do capitalismo.

A força da evidência é tal que, mesmo em estudos encomendados pelo FMI (dezembro/2010), os seus autores defendem que “restabelecer a igualdade redistribuindo os rendimentos dos ricos para os pobres (...) poderia poupar à economia mundial uma nova crise de grandes proporções”. E um dos seus autores (Roman Roncière) sublinha que “a recuperação dos rendimentos dos trabalhadores é a mais segura das respostas para evitar a recaída nos diversos problemas que conduziram à crise” (*Apud* BARROSO, Alfredo – “A crise da social-democracia europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), novembro/2011, 16/17).

14. – Se olharmos em particular para a crise na ‘Europa’, creio que vêm ganhando crédito crescente as teses segundo as quais a origem, a profundidade e a duração desta crise não podem dissociar-se da quebra

do poder de compra da grande maioria dos cidadãos europeus (especialmente os que vivem do seu trabalho). Em finais de 2011, até o insuspeito Jacques Attali vem reconhecer que “esta crise foi consequência do enfraquecimento da parte dos salários no valor acrescentado”.

Mas a importância do “enfraquecimento da parte dos salários no valor acrescentado” como elemento potenciador de crises de sobreprodução é de há muito conhecida. Marx esclareceu esta questão. E Keynes incluiu entre os dois “vícios” estruturais do capitalismo a ocorrência de situações em que “a repartição do rendimento é arbitrária e carece de equidade”, defendendo que “não há qualquer justificação para desigualdades tão marcadas como as que atualmente se verificam”. À sua maneira, deixou claro que as enormes desigualdades de rendimento não favoreciam o crescimento económico, antes provocariam a *insuficiência da procura efetiva*, que ele considerava a causa das crises cíclicas próprias do capitalismo.

Apesar disto, a estratégia orientada para obter o “enfraquecimento da parte dos salários no valor acrescentado” foi iniciada, no quadro europeu, com a famosa *Agenda 2010*, da responsabilidade do governo alemão chefiado pelo “camarada dos patrões”, o social-democrata Gerhard Schröder.

Invocando as diferentes condições das relações de trabalho na ex-RDA e na ex-RFA, a *Agenda 2010* (oportunisticamente ‘justificada’ com os custos da reunificação e a diminuição da taxa de crescimento do PIB por força da destruição do aparelho produtivo da antiga RDA) jogou com as diferenças salariais entre as ‘duas Alemanhas’ para conseguir desarmar os sindicatos e impor a todos os trabalhadores níveis mais baixos de salários e de direitos sociais, com base em um conjunto de medidas que visavam a redução dos custos da mão-de-obra, em simultâneo com a redução substancial dos impostos pagos pelas grandes empresas e pelos contribuintes ricos.

Foi uma *política de classe* destinada a aumentar a parte do capital na riqueza produzida, na tentativa de compensar a *baixa tendencial da taxa média de lucro*.

Mas a *Agenda 2010* foi também uma *estratégia exportadora* idêntica à do que poderemos chamar o *modelo chinês* (“crescer com base nas exportações, potenciadas pela baixa dos salários reais” - CASTELLS, Manuel – *A quién sirve el euro?*, disponível em <http://viva.org.co/cajavirtual/svc/>

articulo14.html), uma *estratégia neo-mercantilista* (a Alemanha propôs-se exportar mais para os seus parceiros do que aquilo que deles importa), orientada para consolidar a posição da Alemanha como potência exportadora, em especial no quadro da UE e, sobretudo, da Eurozona. A Alemanha procurou ganhar ‘competitividade’ à custa da redução dos salários e dos custos do trabalho em geral, por se saber que as *estratégias exportadoras* permitem que se retire a procura interna da equação (os clientes vivem no estrangeiro, não são os trabalhadores do país exportador).

Tal ‘habilidade’ neo-mercantilista, para além de ser inadmissível no seio de um espaço em que vários países partilham a mesma moeda, desequilibrizou as estruturas produtivas e do comércio no interior da zona euro, provocando défices comerciais crescentes nos países ‘parceiros’ da Alemanha e condenando a economia europeia como um todo a um período de crescimento anémico, que culminou na crise atual. E não pode deixar de ser uma estratégia desumana e absurda, porque, como é evidente, as economias europeias nunca poderão concorrer com os salários praticados na China (e na Índia, no Bangladesh, na Indonésia, nas Filipinas...).

A OIT mostrou (e os representantes dos interesses do capital sabem isso) que a contratação coletiva tem sido o instrumento mais efetivo que os trabalhadores têm utilizado para chamar a si uma parte dos ganhos de produtividade, muito mais eficiente do que as chamadas *políticas de redistribuição do rendimento*. Por isso, a *Agenda 2010*, à semelhança do que vem acontecendo em todo o mundo capitalista, deu particular atenção ao esvaziamento da *contratação coletiva* e à sua substituição por *acordos de empresa* (forma hábil de dividir e isolar os trabalhadores e de reduzir a capacidade negocial dos sindicatos). Em 2008, os contratos coletivos de trabalho integravam apenas os trabalhadores de 40% das empresas alemãs.

No *Forum Económico Mundial* (Davos, 2005), Gerhard Schröder vangloriou-se por ter criado “todo um setor do mercado de trabalho onde os salários são baixos” e por ter reduzido os subsídios de desemprego a fim de “criar fortes incentivos ao trabalho” (como Milton Friedman e os seus seguidores, o ilustre social-democrata defende, certamente, que o desemprego é sempre *desemprego voluntário* e é “uma situação com

muitos atrativos” e que o subsídio de desemprego é um *prémio à preguiça*). A verdade é que, em 2008, 28% dos trabalhadores alemães trabalhavam nestes setores de baixos salários, e, em 2009, uma alta personalidade do SPD esclarecia que “o desenvolvimento de um setor de baixos salários não é prova do fracasso da *Agenda 2010*, mas do seu sucesso”.

Segundo as informações disponíveis, mesmo na Alemanha existiam, em 2011, cerca de 5 milhões de trabalhadores que ganhavam até 400 euros mensais (em trabalhos precários, muitas vezes a tempo parcial), sendo que 11,5 milhões de alemães viviam abaixo do limiar da pobreza (dados colhidos em *El País*, 4.1.2011, e em *Avante!*, 13.1.2011).

Graças a esta estratégia e às vantagens decorrentes do estatuto do *euro-moeda-única* (verdadeiro *deutsche euro*) os saldos positivos da balança de pagamentos correntes da Alemanha não deixaram de crescer, ao mesmo tempo que aumentaram os saldos negativos dos países periféricos da Eurozona.

Uma parte daqueles saldos tem alimentado a exportação de capitais por parte da Alemanha, quer através de investimentos diretos nos países da zona euro que constituem o ‘espaço vital’ do capitalismo alemão, quer através de crédito concedido pelos bancos alemães aos estados, às instituições financeiras e às empresas não-financeiras destes mesmos países (os irresponsáveis ‘esbanjadores’ do sul, especialistas na arte de viver bem sem trabalhar...).

Por outro lado, a *estratégia exportadora* da Alemanha, ao sacrificar os salários e os direitos sociais dos trabalhadores alemães, reduz fortemente o mercado interno alemão, ‘secando’ uma fatia importante da procura potencial de bens e serviços produzidos pelas restantes economias europeias.

15. – Apesar dos malefícios que trouxe para os trabalhadores alemães e dos desequilíbrios que introduziu no seio da Eurozona, a política alemã no sentido de baixar os salários reais dos trabalhadores tornou-se uma verdadeira cartilha no contexto europeu.

Vedado, no quadro da UEM, o recurso à desvalorização da moeda (que há anos fazia parte de todos os pacotes impostos pelo FMI), ganhou força a tese dos que, aplicando cegamente os cânones do neo-

liberalismo, vêm sustentando que a *redução dos custos do trabalho* é a única variável estratégica capaz de permitir ganhos de competitividade suscetíveis de impulsionar o aumento das exportações e a reanimação da economia europeia.

No quadro da UE, a política de salários está fora das competências comunitárias. Mas ela tem sido ativamente promovida pelo aparelho de Bruxelas, nomeadamente no âmbito do controlo, por parte da Comissão, do cumprimento dos cânones maastrichtianos relativos ao défice público e à dívida externa. E os governos dos estados-membros da UE têm atuado no mesmo sentido da ‘flexibilização’ da legislação laboral, em obediência ao catecismo neoliberal.

Passou à história a retórica propagandística desenvolvida por ocasião da famosa *Estratégia de Lisboa* (março/2000), onde se proclamava o objetivo de fazer da UE a “economia do conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de um crescimento económico sustentável, acompanhado de melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de maior coesão social” (disponível em <http://www.estrategiadelisboa.pt/Innerlage.aspx?idCat=337&idMasterCat=334&idLang=1&site=estrategiadelisboa>).

A pretexto da ‘ajuda’ aos países em dificuldade, as *troikas* têm reforçado a ação da Comissão Europeia, impondo, por toda a parte, as políticas de *arrocho salarial* e de anulação dos direitos dos trabalhadores (empregados e desempregados), a par do despedimento em massa dos trabalhadores da administração pública.

Um comunicado do Euro-Grupo de 11.3.2011 veio anunciar, no contexto de medidas destinadas a reforçar a *governança económica* da UE, que os estados-membros resolveram adotar um chamado *Pacto Euro Mais*, que aponta claramente no sentido do *desmantelamento da contratação coletiva*. O argumento é o de que, para criar emprego, as economias europeias precisam de ser mais competitivas (quer dizer, traduzindo do *europês*: pagar salários mais baixos).

Em 15 de junho de 2011, o Conselho Europeu aprovou uma *Recomendação Sobre as Grandes Orientações das Políticas Económicas*, na qual se afirma expressamente que “os parceiros sociais deverão continuar a dar provas de sentido de responsabilidade, negociando nos estados-membros acordos

salariais concordantes com os princípios gerais definidos nas grandes orientações das políticas económicas”.

A pretexto de avançar na governação comunitária das economias da União, está-se a incluir a política de salários nas competências da Comissão, para que esta possa, sem entraves, forçar a baixa dos salários e consagrar o *dumping salarial* (a par do *dumping fiscal*) como regra de ouro da concorrência entre os estados-membros da UE.

Numa entrevista a *The Wall Street Journal* (24.2.2012), o Presidente do BCE pôs em causa o direito dos trabalhadores ao subsídio de desemprego, ao defender que “os europeus já não são suficientemente ricos para andarem a pagar a toda a gente para não trabalhar”. E, em agosto/2012, foi a vez de o próprio BCE vir a público defender que o aumento do desemprego na UE se explica pelo facto de o nível dos salários não ter baixado o suficiente para tornar competitiva a economia europeia. Daí a necessidade de prosseguir as políticas de *redução dos salários e das indemnizações por despedimento*.

Tudo certo, se tivermos em conta que os Tratados estruturantes da UE proclamam enfaticamente a “necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia da União” e afirmam, em consonância, a opção por políticas que promovam “mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas”. As ‘reformas estruturais’ de que tanto se tem falado neste tempo de crise (sempre apresentadas como indispensáveis para ‘salvar o mundo’) têm obedecido todas à lógica da flexibilização e da precarização das relações de trabalho, consolidando a *Europa do capital* contra a *Europa social* e a *Europa do trabalho*. Se o objetivo é competir com o Bangladesh, os ‘reformadores estruturais’ ainda têm muito que ‘reformar’...

16. – A generalização da ‘solução alemã’ a toda a Europa está a provocar efeitos dramáticos nas economias dos países europeus e na economia mundial. Por este caminho, a economia europeia como um todo entrará em depressão e o mercado europeu encurtará significativamente, como já está a verificar-se. E como as exportações dos países da Eurozona se destinam em grande parte aos parceiros comunitários, será

inevitável a quebra generalizada das exportações da UE, o que agravará ainda mais a depressão e o desemprego em todos os países da União. E é claro que uma crise generalizada na Europa (que é a maior potência comercial do mundo) constitui uma ameaça séria de contaminação de toda a economia mundial.

Num Relatório da OIT do início de 2012 (OIT, *Global Employment Trends 2012 – Preventing a Deeper Jobs Crisis*, Genebra, 24.1.2012) pode ler-se: “a política de deflação salarial [levada a cabo pela Alemanha] não apenas reduziu o consumo (que, na Alemanha, entre 1995 e 2001, ficou um ponto abaixo do resto da zona euro), mas conduziu também a um aumento das desigualdades de rendimentos a um ritmo nunca antes registado, nem mesmo durante o período que se seguiu à unificação”.

O Relatório em causa sublinha a seguir que “os países da zona euro em dificuldades não puderam utilizar a via das exportações para compensar a debilidade da sua procura interna, porque as respetivas indústrias não puderam contar com uma procura alemã mais forte”. Por isso é que, segundo este Relatório, “vai ficando cada vez mais claro que a melhoria da competitividade dos exportadores alemães [com base na política de redução dos salários reais] é a causa estrutural das dificuldades da zona euro nos últimos anos”. E como, neste quadro, “os outros estados-membros tendem cada vez mais a ver numa política de deflação salarial ainda mais dura a solução para os seus problemas de falta de competitividade”, impõe-se esta conclusão da OIT: “a nível europeu, a estratégia adotada pela Alemanha criou as condições para um marasmo económico prolongado”.

Numa Europa em que, segundo dados do *Eurostat* referentes a 2005 (tendo em conta a Europa com quinze membros, 7% da população empregada auferia um rendimento abaixo da linha da pobreza nacional (ANDRESS, Hans-Jürgen e Henning LOHMANN (eds.), *The working poor in Europe: employment, poverty and globalization*, Edward Elgar, 2008), a ‘fé’ na tese do *empobrecimento salvador* tem ‘empurrado’ os demais países do euro para a adoção de políticas de redução dos salários reais e de desmantelamento do estado social, na esperança de recuperar a sua competitividade relativamente à Alemanha.

O resultado está à vista, sem surpresas: a diminuição do consumo, a quebra da produção, a falência em série de pequenas e médias empresas, o aumento do desemprego, o aumento do déficit público e da dívida externa, o aprofundamento do fosso entre os ‘países do norte’ e os chamados ‘países do sul’, o agravamento das desigualdades dentro de cada país, o aumento da *pobreza* (incluindo do número dos *pobres que trabalham*), o *empobrecimento* de povos inteiros.

17. – Perante a crise que ‘rebentou’ em finais de 2007, foi patente, por parte dos produtores e difusores da ideologia dominante, a preocupação de esconder a sua natureza de “crise estrutural do capitalismo.” (DUMÉNIL, G. e D. LÉVY, *The Crisis...*, cit.).

Alguns defenderam tratar-se de uma *crise do neoliberalismo*, procurando fazer passar a ideia de que o capitalismo não é para aqui chamado: o capitalismo não tem nada que ver com as crises, porque os mercados encaminham-se espontaneamente para situações de equilíbrio com pleno emprego, porque o capitalismo é eterno (é o *fim da história*) e *não há alternativa* ao capitalismo. O que é preciso é abandonar o neoliberalismo. Como quem quer esconjurar os fantasmas, houve quem adiantasse logo a garantia de que *o neoliberalismo morreu* (tal como, diziam, o comunismo morreu há vinte anos...).

Insinuaram outros que esta crise seria uma simples *crise de costumes*, uma espécie de ‘doença benigna’, resultante da falta de ética, da atuação desregrada e imoral de uns quantos gestores da alta finança. A Chanceler alemã (jornais de 13.1.2009) foi ao ponto de afirmar que a crise era o resultado de “excessos do mercado”, coisa que ninguém esperaria de uma instituição acima de toda a suspeita, tão *natural*, tão *espontânea*, tão *infalível*, tão *respeitável*, tão *insubstituível*.

A ‘tese’ da *doença benigna* está presente também no pensamento dos que sustentaram que o que falhou foi a regulação e a supervisão (o capitalismo, esse, continua perfeito e eterno, sem alternativa...).

É caso para perguntar: será que a regulação falhou? Alguém, seriamente, poderia esperar outra coisa? Inspirada pela ideologia neoliberal, criada após o *tsunami* privatizador que varreu a Europa e o mundo, filha de políticas

que visavam conceder ao grande capital financeiro toda a liberdade para ‘governar’ o mundo, ela foi fiel à sua matriz ideológica e à sua natureza de *regulação amiga do mercado*. O *estado regulador* cumpriu, afinal, o seu papel de *estado pseudo-regulador* (ou *pseudo-estado regulador*), verdadeiro *estado fingidor* ou *estado enganador*: produziu toda a legislação e todas as políticas que conduziram à *total desregulação*, em especial do setor financeiro. Fez o que dele se esperava: atuou como *estado desregulador*. Para isso proclamaram a “morte” de Keynes e liquidaram o *estado keynesiano* (o estado económico, o estado empresário, o estado planificador, o estado prestador de serviços públicos, o estado-providência, o estado empenhado em conseguir a *eutanásia do rendista*, o estado interessado em controlar o destino das poupanças e as opções de investimento).

Um exemplo ajuda a compreender que tudo correu como desejado e como previsto. O responsável por aquela que deve ser a agência reguladora mais importante do mundo (o Sistema de Reserva Federal norte-americano - FED) foi, desde 1987 até 2006, o Sr. Alan Greenspan, grande apóstolo da desregulação, que sempre se definiu como “defensor ferrenho do livre funcionamento dos mercados”, que nunca escondeu a sua rejeição de qualquer tipo de regulação que não seja a *auto-regulação pelo mercado* e que sempre fez gala de afirmar publicamente a sua fé na *mão invisível*. Já depois da crise, Greenspan escreveu: “Salvo algumas exceções muito raras, a mão invisível global criou taxas de câmbio, taxas de juro, preços e índices salariais relativamente estáveis” (*Financial Times*, março/2011).

Quem o nomeou para o cargo conhecia-o bem. Por isso o nomeou. Mas é claro que quem entrega à raposa a guarda da capoeira não quer proteger as galinhas da capoeira da gula da raposa; quer, evidentemente, alimentar a raposa à custa do sacrifício das galinhas.

Razão tinha Michel Rocard quando avisava (2003) que “numa economia mundialmente aberta não há lugar para a regulação nem limites para a violência da concorrência”. Dito de outro modo: em um mundo governado pelas políticas neoliberais, com economias dominadas pelo capital financeiro especulador, *não há lugar para a regulação, e não há limites para a violência dos grandes conglomerados internacionais* (que substituíram o mercado e a concorrência). Em suma: a regulação é uma

falácia, não é coisa para levar a sério, porque dela não resulta nada, nem pode resultar.

Esta é, pois, mais uma *crise do capitalismo*, uma *crise estrutural do capitalismo*, cujas causas últimas, indo além das bolhas especulativas e dos jogos de casino que tornaram a crise indisfarçável, radicam na própria essência do capitalismo, tendo-se acentuado progressivamente à medida que se foram consolidando os resultados da *mundialização feliz* de que falam os apóstolos da *política de globalização neoliberal* dominante.

18. – O *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”. Nesta *Europa do capital*, um em cada quatro jovens não encontra um posto de trabalho. Na Grécia, um em cada cinco sem abrigo tem um curso superior.

São sinais de alarme particularmente significativos. Num mundo e num tempo em que a produtividade do trabalho atinge níveis até há pouco insuspeitados, talvez esta realidade (que quase parece mentira, de tão absurda que é) seja um alerta: ela pode significar que as contradições do capitalismo estão a atingir um limite insuportável. Em dezembro de 2011, um Relatório da OCDE sustenta que, em virtude do aumento continuado das desigualdades sociais ao longo dos últimos trinta anos, “o contrato social está a desfazer-se em muitos países”.

O *empobrecimento* de povos inteiros, o alargamento da mancha de pobreza, o aprofundamento da desigualdade, o aumento dramático do número dos *pobres que trabalham* (mesmo nos países ditos ricos) e a chaga da *exclusão social* justificam plenamente esta conclusão e justificam também a preocupação relativamente à preservação da paz e da democracia.

Porque a *pobreza* não significa apenas baixo nível de rendimento e reduzido poder de compra: ela priva as pessoas de capacidades básicas essenciais para a defesa e a afirmação da sua dignidade enquanto pessoas. Amartya Sen (SEN, Amartya – *Desenvolvimento como liberdade*, trad. bras., Companhia das Letras, São Paulo, 2000) tem sublinhado isto mes-

mo: “a privação de liberdade económica, na forma de pobreza extrema pode tornar a pessoa pobre presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade”. Uma situação de pobreza generalizada, acentuada e continuada não é compatível com a democracia: “a concentração extrema do rendimento” significa “uma democracia somente de nome”, “incompatível com a democracia real.” (KRUGMAN, Paul - “Quando a austeridade falha”, *The New York Times*, 25.5.2011, publicado em Portugal pelo *Jornal i*).

Porque o *empobrecimento* dos povos não os torna mais competitivos, torna-os mais vulneráveis e menos capazes de se desenvolver.

A presente crise do capitalismo tem evidenciado as debilidades e as contradições de um sistema económico e social que não vive sem situações recorrentes de desemprego e de destruição do capital em excesso e que hoje só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa média de lucro* e para tentar satisfazer as *rendas* de que vive o grande capital financeiro.

A discussão sobre o *fim do estado social* – que a crise tem dramatizado – talvez seja um sinal de que, como o aprendiz de feiticeiro, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear. O feudalismo medieval acabou por ceder o seu lugar à nova sociedade capitalista, após um longo período de degradação, quando as relações de produção, assentes na propriedade feudal da terra e na servidão pessoal, deixaram de poder assegurar as rendas, os privilégios e o estatuto dos senhores feudais, que já não tinham margem para fazer novas exigências aos trabalhadores servos. Talvez estas crises do capitalismo e esta fúria de tentar resolvê-las, com tanta violência, à custa dos salários, dos direitos e da dignidade dos trabalhadores sejam o prenúncio de que as atuais estruturas capitalistas (incluindo o seu *estado regulador-garantidor*) já não conseguem, nos quadros da vida democrática, garantir o estatuto das classes dominantes.

Com Eric Hobsbawm, acredito que “o futuro não pode ser uma continuação do passado, e [que] há sinais, tanto externamente como internamente, de que chegámos a um ponto de crise histórica. (...) O nosso mundo corre o risco de explosão e de implosão. Tem de mudar”

(HOBSBAWM, Eric – *A Era dos Extremos. Breve História do Século XX: 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1998).

A análise teórica de Marx levou-o a concluir que “a produção capitalista gera ela mesma a sua própria negação com a fatalidade que preside às metamorfoses da natureza. É a negação da negação”. Em determinadas circunstâncias, “o monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que desenvolveu e tem prosperado com ele e sob os seus auspícios. (...) A apropriação capitalista, adequada ao modo de produção capitalista, constitui a primeira negação daquela propriedade privada que é mero corolário do trabalho independente e individual. (...) Para transformar a propriedade privada e dividida, objeto do trabalho individual, em propriedade capitalista, foi preciso naturalmente mais tempo, esforços e sacrifícios do que exigirá a metamorfose em propriedade social da propriedade capitalista, que, de facto, assenta já num modo de produção coletivo. No primeiro caso – conclui Marx –, tratava-se da exploração da massa por alguns usurpadores; agora, trata-se da expropriação de alguns usurpadores pela massa”.

(Página deixada propositadamente em branco)

**INTERVENÇÃO NUMA SESSÃO REALIZADA NO CLUBE
FENIANOS DO PORTO INTEGRADA NAS COMEMORAÇÕES
DOS 40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL
(7 DE ABRIL DE 2014)**

1. - Pedem-me um depoimento sobre Vasco Gonçalves, quando celebramos, com ele, os 40 anos da Revolução de Abril. Esta oportunidade é uma honra para mim. E coloca-me uma questão que muitas vezes me assusta: serei merecedor dela? Estarei à altura de honrar o convite? De todo o modo, como dizer que não? O melhor é começar.

Vasco Gonçalves era um homem tímido, discreto, atencioso, afetivo, humilde, às vezes ingénuo, que cultivava a amizade e era leal para com os amigos. Era um homem honrado e um trabalhador infatigável. Era um homem culto, amante da música e do teatro, com muita leitura e reflexão, especialmente sobre temas de História, Filosofia, Economia Política, sempre ansioso por aprender mais e melhor. Seguro das suas ideias, cultivava a dúvida metódica e estava sempre aberto à crítica, que suscitava muitas vezes, interpelando o seu interlocutor: “espero que não esteja a dizer nenhum disparate...”.

Conheci-o porque fui membro dos cinco primeiros governos provisórios depois da Revolução. As circunstâncias conduziram a situações de alguma cumplicidade no plano político e daqui se passou a uma relação de amizade entre as nossas famílias. Recordarei sempre com muita saudade este Amigo excecional, cuja amizade considero um privilégio e uma honra. Mas é claro que o pudor me impede de falar desta relação, que só a mim interessa.

Este não é o momento para analisar a sua obra e o seu pensamento político em profundidade, tarefa para a qual admito não ter as necessárias capacidades. Vou então falar de quê?

Passei os olhos pelos livros que nos deixou e pelos livros que outros publicaram em sua homenagem. E encontrei neles material para fazer o retrato do Homem e do Cidadão com uma riqueza que não está ao meu alcance. E concluí que esta era uma boa maneira de reunir à volta de Vasco Gonçalves muitos dos seus amigos e admiradores, para, em conjunto, celebrarmos os 40 anos da Revolução de Abril.

2. – Enquanto jovem estudante liceal, Vasco Gonçalves participou, com João de Freitas Branco, Alves Redol e outros jovens, num grupo que se interessava pela leitura e pela discussão dos clássicos do marxismo.

Já na Academia Militar, conta que um dia um professor o agrediu por estar a ler o *República*, e recorda, com satisfação, o facto de ter conseguido, quando foi responsável pela Biblioteca da Sala de Alunos da Academia, que a Biblioteca passasse a assinar a *Seara Nova*, de que era leitor assíduo, bem como da *Vértice* e de *Lettres Françaises*.

Esta sementeira da juventude continuou na idade adulta, ao longo da qual Vasco Gonçalves continuou a ser “de uma pureza infantil [“incorrivelmente confiante na boa fé dos outros”], que os medíocres e os mesquinhos não podem conservar, por ser timbre das grandes naturezas” (João de Freitas Branco).

É particularmente expressivo este retrato que dele faz o jornal *O Ferrovieário* (30.10.1975): “homem inteiro”, “homem verdade”, “homem certeza”, “homem exemplo”. Isto mesmo: “um padrão de exemplaridade moral e de exemplaridade política” (Óscar Lopes).

Vasco Gonçalves recuperou para a revolução o significado da Pátria e do verdadeiro patriotismo, valores que frequentemente invocava nas suas falas e nos seus escritos. Mas a Pátria não era para ele uma entidade abstrata: “a Pátria são os portugueses de carne e osso, (...) é o povo que vive dia a dia os seus problemas, que sofre e que tem alegrias, que constrói o futuro, dia a dia”. Em conversa com o amigo João de Freitas Branco, comentou um dia, falando dos seus adversários: “o que mais me espanta nestes tipos é a falta de patriotismo”.

Creio que foi o amor à Pátria (ao “povo de carne e osso”) que fez dele um revolucionário, porque, como Sérgio Ribeiro escreveu, “Vasco não

vestiu uma camisa ou uma farda de revolucionário. Tem uma pele, uma atitude. E é isso que não lhe podem perdoar”. Por isso é que faz sentido dizer, com Casimiro de Brito: “Vasco igual a povo”.

3. - Muitos dos seus amigos talvez pensassem que ele era mais engenheiro *civil* do que militar. Mas a verdade é que, mesmo nas conversas entre amigos, ele invocava muitas vezes a sua condição militar para justificar muitas das suas convicções ou das suas opções. Aí bebia os valores da lealdade, da camaradagem, da solidariedade. Radicava nesses valores a sua ideia-força de que “moral e política vão de par, não se podem dissociar”. Um dia, ele próprio comentou: “É isso que eu penso, mas é possível que seja ingénuo”. Após uma pequena pausa, confidenciou ao jornalista que o entrevistava: “Há dias, passando os olhos, por acaso, num texto de Lênine, encontrei uma formulação do mesmo género. Fiquei muito contente...”.

Quem o conheceu sabe que ele punha acima de tudo o orgulho de ser *um homem do MFA*: “se não tivesse participado no 25 de Abril (...), hoje seria um homem derrotado, a minha vida teria sido uma frustração”. Esta pequena vaidade não o fazia esquecer do essencial: “Honra aos homens do 25 de Abril, mas não esqueçamos que é o povo que faz a História”.

É a sua honra de militar que ele invoca para afirmar que a política do MFA é “uma política de honra e de verdade”, uma “política feita diante de todos”, capaz de promover uma “séria moralização da vida política nacional”, porque “é passado o tempo em que o governo mentia ao povo”: “o MFA não faz demagogia, não faz promessas vãs”.

É a sua honra militar que ele invoca quando, falando dos seus detratores, repetia: “através da minha pessoa, é o MFA que eles querem atingir. Não responderei jamais aos autores dos insultos de que sou alvo. A cada um a sua moral. (...) Essa gente é como é, eu sou membro do MFA”.

Na minha leitura, é ainda o militar que fala quando diz: “Não há processos revolucionários sem desvios frequentes, cobardias e traições. Não tenho feitio para me pôr a revolver misérias. (...) As coisas tristes e feias que eu pudesse contar não têm importância especial no processo histórico. Por outro lado, a simples recordação desses aspetos deixa-me até magoado. Não, não tenciono falar nem escrever sobre nada disso”.

Creio que é o militar que fala quando ele diz que “a humildade revolucionária é um dever de honra e um sinal de dignidade”. E é este sentido da honra que o leva a olhar o povo olhos nos olhos e a dizer: “Olhem para esta cara. Esta cara é a cara a quem vocês pedirão contas, e está aqui diante de vós. Não se esconde, esta cara não muda, não renuncia. É a minha cara”. A cara de Vasco Gonçalves era a cara de “um homem com rosto de homem” (Eduardo Olímpio), de “um homem que falava verdade, um homem transparente, que não podia enganar nem enganava” (Deniz Jacinto), “um revolucionário que não cabe na política” (Gastão Cruz).

Digo-o com palavras do Prof. Jacinto do Prado Coelho: “Vasco Gonçalves foi, humanamente, a mais invulgar figura que emergiu na cena política depois do 25 de Abril”. Não espanta que o político que habitava dentro deste Homem de enorme coragem moral tivesse defendido este conceito de socialismo: “O socialismo que queremos consiste (também) na possibilidade de cada cidadão ser um homem de lisura, um homem limpo, um homem íntegro, um homem transparente”. Parece que estava a fazer o seu próprio retrato.

4. - Vasco Gonçalves só ganhou notoriedade nacional depois do 25 de Abril. Mas a sua ação entre Abril/1974 e Novembro/1975 justifica esta afirmação de Mário Murteira: “Além de Vasco Gonçalves, muito poucos atores civis e militares estiveram à altura do excecional momento histórico que Portugal viveu”.

Contra a sua maneira de ser e contra as suas ideias sobre o trabalho revolucionário, Vasco Gonçalves tornou-se o símbolo da *Aliança Povo-MFA*, o rosto da Revolução, um verdadeiro mito. E no entanto ele nunca quis destacar-se entre os seus camaradas do MFA, tendo recusado ser ‘presidente’ da Comissão Coordenadora. “Ele nunca quis ser o senhor da Revolução”, como escreveu Nuno Pinto Soares.

Mesmo transformado em mito, Vasco Gonçalves nunca quis colocar-se acima dos seus concidadãos: foi, simplesmente, o *Companheiro Vasco*, que todos tratavam por tu. E procurou sempre atuar em função da análise fria da situação, pesando a correlação de forças, procurando manter os compromissos necessários. Carlos Coutinho salienta muito bem este

aspecto: “Vasco Gonçalves é a lucidez que não se turva e a vontade que não se cansa de partir à frente do povo português para uma sociedade sem classes, para uma solidariedade total”.

Fez sempre questão de sublinhar que a expressão *gonçalvismo* não foi criada por ele nem pelos seus camaradas do MFA, antes foi uma invenção dos seus adversários políticos (alguns, verdadeiros inimigos), que, à falta de ideias e sobretudo de ideais, escolheram como instrumento de luta o ataque pessoal, a calúnia e a mentira: “atacam as pessoas para destruir as ideias”, “recorrendo à mentira, à calúnia, à falsificação, à injúria, ao sofisma, à pressão psicológica, ao chamamento dos instintos mais primários e mais grosseiros, num esforço desesperado para combater a razão com o irracional”.

“O *gonçalvismo* – escreveu Vasco Gonçalves – foi inventado para que se pudesse utilizar o *antigonçalvismo* como arma de guerra psicológica, como arma de tenaz política e ideológica que a burguesia portuguesa trava contra as classes trabalhadoras e seus aliados, no sentido de bloquear o processo democrático revolucionário, recuperando-o para o capitalismo. (...) “O que é tenebroso para a burguesia não é o *gonçalvismo*, mas sim a classe operária e as massas populares em movimento, tomando nas suas mãos o seu próprio destino. (...) Mais tenebroso ainda é o facto de as massas populares se movimentarem em aliança com o MFA”. Como alguém escreveu, a palavra *gonçalvismo* traduz o medo de quem a inventou – medo da revolução, medo do socialismo –, e “a dimensão desse medo é, de facto, a melhor homenagem a Vasco Gonçalves”.

Aprofundando a análise, Vasco Gonçalves põe em evidência que “o *antigonçalvismo* é um conjunto de ações que tem por fim ludibriar o povo português, influenciar a sua consciência social e moral, violar os seus sentimentos patrióticos, (...) que transfere a luta do plano ideológico, da discussão das ideias e das ações, para o plano da guerra psicológica”. E cita Jacinto do Prado Coelho: com a ‘invenção’ da palavra *gonçalvismo* iniciou-se “uma história triste de baixeza ou leviandade”, porque o “manejo do termo *gonçalvismo* é uma velha receita para colocar o irracional ao serviço da política; dizer *gonçalvismo* é convidar a não pensar”. João de Freitas Branco pôs o dedo na ferida: “Quando me falam do *gonçalvismo* de Vasco Gonçalves, não é do Vasco que fico a saber mais. É daqueles

que dele falam”. Por isso, o *Companheiro Vasco* repetia: *essa gente é o que é, eu sou um homem do MFA!*

Em 1977 Vasco Gonçalves deixava claro: “Hoje em dia, falar de *gonçalvismo* é “identificar o *gonçalvismo* com as conquistas da Revolução”; “hoje em dia, a luta contra o *gonçalvismo* é, na realidade, uma luta contra a Constituição”. Verdade de ontem, verdade de hoje: a CRP recorda-lhes a Revolução e as conquistas da Revolução. E Vasco Gonçalves é o símbolo e o rosto da *Revolução de Abril*.

Por isso nós o respeitamos e o recordamos.

5. - Quem conhecia o homem tímido e reservado que ele era quase não o reconhecia quando falava em público. Será que ele tinha, como escreveu o poeta António Ramos Rosa, a noção de ser “a única voz do seu povo”?

E o que eram os seus discursos frontais, autênticos, corajosos, sem trunfos na manga? Dizem-no as palavras de Jorge Lima Barreto: “A camisa aberta de franqueza, as mãos abertas de honestidade, o sorriso aberto de confiança, a palavra aberta de simplicidade, o coração aberto de ternura, o espírito aberto de saber, o fogo aberto da Revolução!”. São discursos que “não nos conduzem nem manipulam”, como escreveu Maria Alzira Seixo. Outro especialista da língua portuguesa (Jacinto do Prado Coelho) escreveu que “os seus discursos, as suas falas não tinham apenas a força do sonho que o impelia: tinham também a força dum bom senso que os ouvintes aceitavam”. Foram, por isso, um instrumento poderoso do político “mais capaz de mobilizar os espíritos e as vontades, de ‘conquistar’ o povo, de acordar um anseio de justiça e de reconstrução nacional em homens de todas as condições – isto graças a um tom de profunda sinceridade, ao entusiasmo dum entrega generosa, por uma espécie de absorção no sonho que ele teimava em comunicar, apesar de milhentas dificuldades e armadilhas”.

Ele próprio desarmou os ‘puristas’ da literatura e da oratória: “Não interessa que haja aqui literatura. O que interessa é que haja homens transparentes que digam a verdade ao povo em linguagem que ele entenda”. Esta a força de Vasco Gonçalves como orador: “Tu metes medo

aos manipuladores” (César Príncipe); “a tua voz excessiva torna-os mais pequenos” (Armando Silva Carvalho). Está tudo dito nestes versos de Eugénio de Andrade: “Nesses dias era sílaba a sílaba que chegavas/ (...) Habitavas a terra, o comum da terra e a paixão/ era morada e instrumento de alegria”. Porque ele falava ao povo em linguagem que o povo entendia, porque as suas falas tinham o condão de conquistar o povo, é que os inimigos da Revolução não gostavam que Vasco Gonçalves falasse ao povo (a certa altura até o proibiram de ir aos quartéis).

6. – A revolução popular que se seguiu ao movimento militar libertador de 25 de Abril de 1974 conduziu à *Aliança Povo-MFA* e esta viabilizou a necessária institucionalização do MFA como estrutura do poder político-militar e, após o golpe reacionário de 11 de Março de 1975, a proclamação da opção socialista da Revolução.

Encarando o MFA como primeiro responsável por esta opção, Vasco Gonçalves defendeu que o MFA deveria assumir-se como *vanguarda revolucionária*, entendendo esta como um “movimento revolucionário autónomo”, que tem de se apoiar nos trabalhadores do campo e da cidade (“a construção do socialismo exige trabalho, sacrifício e consciência política das classes trabalhadoras”), que tem de aliar-se com “a pequena burguesia, os pequenos industriais, os pequenos e médios agricultores”, que tem de procurar que “essa aliança seja feita também ao nível das organizações políticas”.

A revolução socialista – salienta Vasco Gonçalves – faz-se contra “os exploradores e os privilegiados”. Mas faz-se, “para além disso, contra toda uma série de ideias feitas, de imagens culturais, de crenças e de mitos com base nos quais os exploradores justificavam perante os explorados os seus privilégios, e que normalmente se encontram arraigados, por vezes profundamente, nas classes sociais mais desprotegidas. Assim, a revolução socialista, embora seja feita a favor dos trabalhadores, dos pobres e dos deserdados, pode-se chocar com sentimentos e opiniões inculcados generalizadamente nas próprias classes trabalhadoras, nos pobres e deserdados. Por isso, além dos seus inimigos naturais, a revolução socialista pode encontrar oposições entre aqueles a quem pretende servir”.

Consciente disto mesmo, consciente de que “não podemos, de um dia para o outro, dar o céu e a terra ao nosso povo”, consciente de que um revolucionário não pode mentir ao povo nem pode fazer demagogia, Vasco Gonçalves desenvolveu um incansável esforço de pedagogia revolucionária:

- “Nós desejamos que o povo português seja o sujeito da sua própria história”, mas “não há nenhuma revolução digna desse nome que não exija o sacrifício da geração que a faz”;
- “Temos, todos em conjunto, de trabalhar muito”!;
- “Precisamos de dar passos firmes, sólidos e seguros. É preferível dar esses passos numa cadência certa do que darmos cambalhotas para a frente e depois voltarmos para trás”;
- “É necessário que os trabalhadores não se deixem dividir por lutas políticas partidárias dentro dos seus sindicatos”.

Em fevereiro/1975 avisava: “Não podemos esperar que a democracia nos seja servida numa bandeja dourada. Ela tem que ser conquistada a pulso por todos nós”.

E em maio desse mesmo ano, no aniversário da derrota do nazi-fascismo: “A marcha dura de um processo político difere substancialmente do deslizar dos sonhos. (...) Os povos só se libertam pela luta intensa, incansável e de todos os dias, contra a opressão. Quando se cansam, perdem”.

Vasco Gonçalves quer mesmo que a Revolução vença no nosso País. Por isso recorda que “as revoluções precisam de destruir as estruturas do poder que pretendem ultrapassar; precisam de impedir a liberdade de ação e de organização políticas dos seus adversários, sob pena de deixarem instalar no seu seio os agentes da contra-revolução”. E sublinha que “um projeto verdadeiramente revolucionário, visando a abolição da sociedade de classes, não se pode fazer sem roturas e não pode ser universalmente aceite”.

Para ele é muito claro que “o MFA não faz revoluções contra o povo”. Mas, no início de setembro/1975, manifesta-se contra os que querem “dar a revolução por terminada, encadernando-a em bonitos códigos de democracia burguesa e de parlamentarismo à europeia”. Recorda que a

revolução socialista tem os seus inimigos jurados (o fascismo e a reação) e defende que, em relação a eles, “qualquer acordo ou plataforma de entendimento é impossível”, em relação a eles “a única solução é o combate implacável”: “não há terceiras vias, não há lugar para neutros”. É o caminho necessário para salvar uma Revolução “que não queremos ver recuar e muito menos perder”.

Tendo em vista o MFA, Vasco Gonçalves sustenta que “o aparecimento do MFA não pode explicar-se à margem da luta contra o fascismo e o colonialismo” e entende que, no verão de 1975, “o MFA e o seu Programa pertencem ao Povo Português, são a esperança da sua revolução socialista”. Mas esclarece que “um programa político só é revolucionário se dentro dele se puderem encontrar em cada momento as respostas adequadas às exigências do processo revolucionário. Não pode sê-lo um programa que pretende amarrar a História à rigidez do seu texto”. Por isso defendeu que, num momento em que o MFA “se comprometeu definitivamente com as lutas do povo português, (...) não tem qualquer sentido o saudosismo de o fazer regressar à sua ‘pureza’ de origem, ao tempo em que era universalmente aceite e respeitado”.

Vasco Gonçalves defendeu que o MFA deveria honrar o compromisso assumido perante o povo português de ser “o motor do processo revolucionário de transição para o socialismo”. Daí a tese que apresentou numa das Assembleias do MFA: “não poderemos iludir-nos acerca da viabilidade, para o MFA, de ser, ao mesmo tempo e eternamente, motor do processo revolucionário e árbitro respeitado por todos os representantes dos interesses antagónicos cuja luta é a própria luta de classes, elemento base da dinâmica social”. Para honrar o seu compromisso, o MFA tem de estar do lado das “classes trabalhadoras e dos seus aliados históricos no período de transição” e “tem de o fazer sem equívocos nem ambiguidades, pois não pode ser equívoca nem ambígua a posição de uma entidade que queira assumir a direção de uma revolução socialista”. Esta é uma condição indispensável para “poder ser respeitada e poder suportar a guerra aberta por parte dos adversários do processo revolucionário”, guerra cuja vitória pressupõe a “capacidade de mobilização das massas cada vez em maior número para o lado da Revolução, a criação

de estruturas adequadas à defesa da Revolução, o combate a todas as formas de organização dos grupos e classes contra-revolucionários”.

7. – Claro que uma posição assim claramente assumida tinha de suscitar a reação de todos os que não queriam e temiam o êxito da revolução socialista. Vasco Gonçalves teve plena consciência disso. Perante os ataques de que foi alvo, sempre disse que “não é uma questão de nomes que está em causa. O problema é outro e a sua compreensão terá de ir buscar-se à intensa luta de classes hoje vivida neste nosso País”. “Não é a figura do Primeiro-Ministro que se pretende abater, mas sim as ideias que ele defende”.

O que ele pretendia era simples: “construir uma via pacífica e pluralista para a democracia e o socialismo, garantida pelas Forças Armadas”. Em vários discursos e entrevistas sempre realçou o facto inédito de o MFA ter feito uma revolução sem dar um tiro, e enfatizou sempre esta ideia: “Nós [o MFA] não queremos a guerra civil entre os portugueses”. Fiel à sua matriz pessoal e à sua formação humanista, Vasco Gonçalves sublinhou mais do que uma vez que “uma verdadeira justiça revolucionária exige que (...) se tenha do saneamento uma visão que incida mais sobre as estruturas do que sobre as pessoas”, o que, a seu ver, exigia que “o saneamento se não faça com base em ódios recalcados, em ambições de promoções, em razões de carácter pessoal. Devemos dar o maior exemplo de idoneidade moral e de isenção em matéria de saneamento”.

Vasco Gonçalves sabia muito bem que “a tolerância não significa fraqueza, pelo contrário, os que são fortes é que são tolerantes”. Nele, o homem bom e o revolucionário eram uma e a mesma pessoa, porque a moral e a política não são separáveis uma da outra. Daí a grandeza desta afirmação: “É preciso não amarrar os homens eternamente aos erros que cometeram. Há homens que são recuperáveis”.

Neste tecido de memórias sobre Vasco Gonçalves, não resisto a contar aqui uma história narrada por José Carlos de Vasconcelos algum tempo depois da morte de Vasco Gonçalves. Recortei essa crónica, mas não a encontro. Sirvo-me da memória que guardei. Diz ele que no famoso *Dia*

de Trabalho oferecido ao Povo Português (pouco depois de 11 de Março de 1975) o Primeiro-Ministro o convidou para almoçar com ele em S. Bento. Falaram de vários assuntos (relacionados com as coisas da política, presumo), e notou que Vasco Gonçalves interrompia a fala sempre que entrava na sala a empregada que servia o almoço. A certa altura, talvez porque se tenha dado conta da ‘estranheza’ revelada pelo jornalista perante essa atitude, foi o próprio Vasco Gonçalves que lhe explicou: sabe, esta senhora é casada com um pido que está preso, e eu não quero que ela ouça alguma coisa que eu diga e que possa melindrá-la. Este era Vasco Gonçalves: o homem doce e generoso estava por detrás do socialista e do revolucionário que defendia o “combate implacável” contra os inimigos da revolução, que entendia que não podia haver neutros entre a revolução e a reação, entre o socialismo e o capitalismo.

É tempo de terminar. Peço emprestadas estas palavras de Bernardo Santareno: “Ninguém poderá esquecer a enorme dignidade deste Homem, a sua transparência, a força que o seu mirrado corpo irradiava. Desfeito, desgrenhado, coberto de escarros, caluniado e traído, Vasco Gonçalves cumpriu-se até ao fim, sem um desvio, sem uma quebra, *inteiro*, igual a si mesmo, simples e generoso, *exemplar*. E chamaram loucura à sua magnífica e criadora lucidez. E encheram de lama o seu terno e viril coração, queimado do amor das gentes de Portugal. E sujaram de baba e ranho a dádiva aberta e total das suas palavras, dos seus gestos mais puros”.

Humilde porque revolucionário, Vasco Gonçalves diz com toda a sinceridade: “Fiz simplesmente o que me impunha a minha consciência e a minha formação de militar e de cidadão solidário com o seu povo”.

Como mensagem para os dias de hoje, deixo aqui este seu diagnóstico: “O futuro com que sonhei não é cada vez mais saudade, é, sim, cada vez mais, necessidade imperiosa. Assim o povo o compreenda”.

Um homem assim “fica na história, limpo e luminoso, como o sol e as estrelas” (Antunes da Silva). Querido Companheiro Vasco, “estás aqui, entre nós, no meio do teu País” (Armando da Silva Carvalho).

O povo há-de *compreender* a *necessidade imperiosa* de que falaste.

O povo há-de *compreender* o teu exemplo e o teu legado patriótico.

Abril vencerá!

(Página deixada propositadamente em branco)

**INTERVENÇÃO NA SESSÃO COMEMORATIVA DOS 40
ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974, REALIZADA NO
AUDITÓRIO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA⁴⁴
(25 DE ABRIL DE 2014)**

1. - Sinto-me feliz por poder participar hoje nesta sessão integrada nas comemorações populares dos 40 anos da Revolução dos Cravos.

Porque uso da palavra na minha Universidade de Coimbra, e porque o faço em nome do Ateneu de Coimbra, duas das instituições que, na nossa cidade, promovem estas comemorações.

Sinto-me feliz também porque esta sessão (iniciativa do Ateneu de Coimbra e da Universidade de Coimbra) visa dar conhecimento público de um texto oportuníssimo e pleno de interesse de que é autor o meu Amigo Victor Costa, ao qual me ligam laços profundos de camaradagem e de fraterna amizade. O seu testemunho e a sua reflexão veem recordar-nos algo que não podemos esquecer nos dias de hoje: sem trabalho coletivo e organizado, capaz de promover e enquadrar a luta de massas, não é possível fazer nada de politicamente relevante.

Sinto-me feliz ainda por poder sentar-me nesta mesa, onde se senta, no lugar devido aos militares de Abril, o Coronel Lestro Henriques, que foi um digno representante do MFA em Coimbra.

⁴⁴ Nesta sessão intervieram também o Coronel Lestro Henriques (representante do MFA em Coimbra após o 25 de Abril) e o Doutor João Gabriel Silva, Reitor da Universidade de Coimbra, entidade que integrou a Comissão que, em Coimbra, promoveu as Comemorações da Revolução de Abril.

Para apresentar o livro *A força do povo – O 25 de Abril em Coimbra* (Editora Lápis de Memórias, Coimbra, 2014) usaram ainda da palavra os respetivos autores, Victor Costa e Alexandre Ramires. O texto foi publicado em *Seara Nova*, nº 1728, Verão/2014, 20-25.

2. - Antes desse dia 25 de Abril de 1974, nesta “Pátria, lugar de exílio” (Daniel Filipe), era o “tempo carcerário” (Orlando de Carvalho), o “tempo de silêncio e de mordaza, (...) tempo de negação, (...) tempo de injustiça e de vileza, (...) tempo de medo e de traição” (Sophia de Mello Breyner). Deste tempo nos fala o Victor Costa no texto que quis oferecer-nos.

Com o 25 de Abril, chegou o dia em que “emergimos da noite e do silêncio” (Sophia), o dia em que o *povo fardado*, o *povo em armas*, cansado da humilhação e da guerra, pôs termo a uma ditadura de 48 anos, libertando-nos da opressão e da miséria a que nos condenou o fascismo, com a cumplicidade (e mesmo com o apoio ativo) do chamado “mundo livre”, que não se cansava de invocar a matriz da “civilização cristã e ocidental”.

Foi o culminar de um longo caminho de lutas, num tempo marcado pelo analfabetismo e pela pobreza, semeado de prisões e de assassinatos, marcado pela guerra colonial, pela emigração em massa, mas marcado também pela resistência de um povo que soube organizar-se, lutar e caminhar *rumo à vitória*.

Com o 25 de Abril, chegou a festa e chegou a revolução. Ainda o golpe militar não estava consolidado e já o povo “que não cabe nas crónicas” (Miguel Torga) estava nas ruas, abrindo de par em par “as portas que Abril abriu” (Ary dos Santos), colocando cravos vermelhos nas armas dos soldados, prendendo os pides, libertando os presos políticos, guardando os edifícios públicos, impondo o 1º de Maio dos trabalhadores, obrigando Spínola a aceitar de imediato o funcionamento de todos os partidos políticos, correndo das autarquias os fascistas que as ocupavam, apoiando o MFA no reconhecimento dos movimentos de libertação como legítimos representantes dos povos colonizados, abrindo o caminho da revolução, proclamando a *Aliança Povo-MFA*, tomando conta dos bancos, administrando as empresas abandonadas pelos patrões, ocupando e cultivando as terras do latifúndio, exigindo a nacionalização da banca, dos seguros e dos monopólios que tinham sido a razão de ser e a base de apoio do fascismo.

Com a Revolução veio a liberdade e a democracia, o reconhecimento do direito dos povos colonizados à autodeterminação e à independência, a fixação do salário mínimo em 3.300\$00 (com um poder de compra mais elevado do que o atual), duplicando ou mesmo triplicando o rendimento de milhões

de trabalhadores; e veio a generalização da segurança social, o direito ao subsídio de Natal, o aumento do abono de família e de outras prestações sociais; veio a licença de parto; vieram as nacionalizações e a reforma agrária, a subordinação do poder económico ao poder político democrático; e veio depois a CRP (que, no essencial, consagrou as soluções que o povo já tinha escrito, a tinta forte, nas ruas, nos campos, nas cidades, nos quartéis, nas escolas, nos locais de trabalho), e veio o Serviço Nacional de Saúde, o desenvolvimento da escola pública, o poder local democrático.

O mundo mudou. No mesmo ano em que a guerrilha vietnamita impôs uma derrota humilhante às forças imperialistas, obrigando os EUA a aceitar a paz, a derrota do colonial-fascismo em Portugal significou também a vitória dos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas e o reconhecimento internacional da independência dos novos países africanos, pondo fim ao último império colonial e preparando o caminho para a derrota do *apartheid* na África do Sul.

O País mudou! Por mais que isso custe aos saudosos do fascismo e a todos os defensores do empobrecimento como caminho da salvação (as *troikas*, os FMI's e os seus fiéis servidores), hoje somos um País melhor do que aquele que o fascismo nos deixou.

O 25 de Abril valeu a pena!

Vale a pena celebrar e festejar o 25 de Abril!

Vale a pena continuar a lutar pelo 25 de Abril, pelas *conquistas de Abril* e pelos *valores de Abril!*

“Nada poderá deter-nos/ Nada poderá vencer-nos!” (Joaquim Namorado)

O grande Camões já nos ensinava que “todo o mundo é composto de mudança”, recordando que “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” e alertando-nos para “quantos enganos/ faz o tempo à esperança”. E a verdade é que, nestes anos depois de Abril, o mundo mudou e, com os tempos, mudaram as vontades de muitos, acrescentando enganos às esperanças do povo que fez Abril.

Hoje, a realidade é tão dura, que, como nos tempos do fascismo, só podemos dizer, com Sophia de Mello Breyner: “vemos, ouvimos e lemos/ não podemos ignorar”. Por isso o povo está atento. Não se cansa de lutar e fá-lo com coragem, trazendo de novo a poesia para a rua, cantando,

perante os seus carrascos, que nesta *Grândola, vila morena, o povo é quem mais ordena*.

E não se cansa de proclamar: *25 de Abril sempre, fascismo nunca mais*, porque “quem viu morrer Catarina/ não perdoa a quem matou.” (Vicente Campinas)

3. - Se o 25 de Abril foi, para nós, a vitória da *política* e a afirmação da *cidadania*, os tempos de hoje trouxeram a *substituição da política pelo mercado* e a aceitação de que *a soberania reside nos mercados*, como o faz Joschka Fisher (ex-dirigente de *Os Verdes* e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo alemão liderado pelo SPD): “ninguém pode fazer política contra os mercados”. Pois claro: *Mercados Über Alles!*

Este é o resultado da vitória do neoliberalismo, ao longo de um processo que, na Europa, começou, pode dizer-se com o Tratado de Roma (1957). Na verdade, o processo de integração europeia decorreu sempre “à porta fechada”, “ignorando sempre a população” (Jürgen Habermas). Por isso, o chamado *défice democrático* vem sendo denunciado como vício estrutural (uma espécie de ‘pecado original’) do processo de construção da ‘Europa’: a história da construção europeia é a história do seu *défice democrático*.

Nunca (ou muito raramente) foi dada a palavra ao povo, com o argumento de que o povo não percebe o que está em causa e não tem capacidade para perspetivar o futuro, insinuando estes ‘déspotas pseudo-esclarecidos’, numa atitude profundamente anti-democrática e totalitária, que, se certas decisões (as mais importantes para a vida dos povos) ficassem dependentes da vontade popular, a História nunca avançaria.

Pura ilusão ou lamentável ignorância.

Esquecem que o motor da História não são as façanhas ‘iluminadas’ de alguns ‘eleitos’. O motor da História é a *luta de classes* (di-lo o *Manifesto Comunista*: “a história da humanidade até aos nossos dias é a história da luta de classes”).

Esquecem que “quem construiu tebas das sete portas” (recordando o famoso poema de Brecht) não foram os reis de que falam os livros, mas “aqueles que arrastaram os blocos de pedra”.

Esquecem que quem faz a História, quem “acaba por ter sempre a última palavra nos acontecimentos”, citando agora Miguel Torga, é o povo “que nunca traiu, o que dá esperança, o das revoluções populares, o que trabalha dia e noite sem esmorecer, o do arado e do remo, o [povo] que não cabe nas crónicas”.

As coisas complicaram-se com a aprovação do Tratado de Maastricht (1991) e a criação da UEM. Houve quem avisasse que a moeda única era “um projeto político que conduziria a choques e a pressões a favor da construção de uma Europa federal, ao congelamento dos salários, à liquidação dos direitos, ao desmantelamento da segurança social e à desresponsabilização crescente das funções sociais do estado.” (Carlos Carvalhas – intervenção na AR em 1997)

Os entusiastas do *pelotão da frente* não quiseram ouvir quem tinha uma visão política diferente da sua e desprezaram os argumentos dos especialistas, que sempre defenderam não ser viável na Europa uma *zona monetária*.

Em livro recente, João Ferreira do Amaral escreve que “a culpa de o tratado ter sido aprovado cabe por inteiro aos partidos socialistas europeus”, que “não estiveram à altura da situação e aprovaram sem reservas o Tratado de Maastricht”, num “desvio para a direita que foi dos maiores erros que os socialistas poderiam ter cometido. O Tratado de Maastricht atacava o modelo social europeu e não dava margem para os partidos socialistas ou social-democratas prosseguirem políticas informadas pelos valores que tradicionalmente defendiam”.

Este “mundo maastrichtiano” é, em boa parte, responsável pela crise atual, em Portugal e em toda a Europa: “Vinte anos depois – cito de novo Ferreira do Amaral, como poderia citar muitos outros autores –, a economia portuguesa está destroçada, o estado em bancarrota, o País nas mãos de credores e sujeito a políticas ditas de ajustamento que reforçam esse domínio, os jovens portugueses desesperam e veem-se obrigados a emigrar em massa; o desemprego ultrapassa todos os máximos anteriores; a própria sobrevivência de Portugal está em risco”. (...) “O euro poderá ter lançado a Europa num processo irreversível de decadência e de ressentimentos amargos”.

4. - Em 1953, falando em Hamburgo para estudantes universitários alemães, Thomas Mann exortava-os a construir uma *Alemanha europeia* e a rejeitar a ideia de uma *Europa alemã*. A Europa maastrichtiana significa o contrário do que pretendia o grande escritor alemão, abrindo o caminho a um projeto federalista que só pode significar uma nova forma de *neocolonialismo* imposta pelos países mais ricos e mais poderosos aos ‘povos do sul’.

O falhado projeto da Constituição Europeia deixou claro este objetivo. De tal forma que mesmo alguns dos seus defensores, após o referendo na França, vieram reconhecer isto mesmo.

“O que envenenou tudo – escreveu em 2005 Hubert Védrine, ex-ministro socialista dos negócios estrangeiros – foi a obstinação no sentido de se *ridicularizar qualquer sentimento patriótico normal*, de caricaturar quaisquer preocupações com o alargamento da União, mesmo legítimas e não xenóforas, de tornar suspeito qualquer desejo, perfeitamente normal, de as pessoas pretenderem conservar, no quadro da globalização, uma certa soberania sobre os seus destinos e a sua identidade, de varrer com desprezo qualquer crítica”.

E Pierre Nora: “Estamos a pagar pela ridicularização sistemática de qualquer manifestação de *apego à nação*. De forma consciente ou não, passou-se o tempo a ridicularizar e a negligenciar um inconsciente coletivo muito forte, sacrificando-o a *uma Europa com falta de definição e de limites*”.

Uma coisa é certa: o *espaço nacional* continua a ser a matriz da soberania, o único território para o exercício da democracia e da cidadania, para além de ser o terreno por excelência das transformações sociais e da luta anti-imperialista. Por isso eu entendo que os conceitos de *Pátria* e de *patriotismo* (que não confundo com *patrioteirismo*) devem ser valorizados como *valores de Abril*, como *valores da esquerda*.

Estou entre os que defendem que “a rejeição da soberania significa a negação da democracia na Europa” (Frédéric Lordon). E com isto não temos de negar que o mundo é hoje mais interdependente, que o mundo é hoje uma “aldeia global”. E muito menos temos de negar a revolução científica e tecnológica. Ela é o caminho da libertação do homem! Ela é que nos há-de permitir passar do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*!

5. - Esquecendo o apelo de Thomas Mann, o secretário-geral do partido da Chanceler da Alemanha proclamou, em novembro/2011, num Congresso do seu partido: “Agora na Europa fala-se alemão”.

Tem razão o destacado sociólogo alemão Ulrich Beck quando conclui: “a crise do euro tem levado à emergência – até agora constante – da Europa alemã. (...) A Europa tornou-se alemã”.

Vistas as coisas de outro ângulo, a Alemanha, *cada vez mais alemã*, parece ter perdido “a consciência de uma herança histórico-moral comprometedor” que, durante alguns anos, como sublinhou Habermas, conduziu a Alemanha a uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspectivas dos outros”.

E a *Europa alemã*, ‘governada’ por esta *Alemanha alemã*, que esqueceu a “cultura de moderação” que adotara até há poucos anos e que coloca acima de tudo os interesses da Alemanha, “viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver”. Quem o afirma é Ulrich Beck.

O novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida na história, está, com razão, a assustar muita gente. As preocupações a este respeito vêm de vários setores: “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez.” (Joschka Fisher)

6. - O projeto de *colonialismo interno* no seio da ‘Europa’ deu mais um passo importante com a aprovação (março/2012) do chamado *Tratado Orçamental*, um verdadeiro “golpe de estado europeu”, que, sob a capa de soluções ‘técnicas’, dá corpo a uma visão totalitária que suprime o que resta das soberanias nacionais, ignora a igualdade entre os estados-membros da UE, ofende a dignidade dos chamados ‘povos do sul’ e dos seus estados, e aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes.

Este *Tratado* – é Habermas quem o sublinha – é “um modelo político de marca alemã”, e as soluções nele consagradas não podem deixar de “corroer qualquer credibilidade democrática” (é o ponto de vista de Ulrich Beck, que merece o meu aplauso).

Portugal foi o 1º país a ratificá-lo, com o voto favorável do PS, embora ele vise, fundamentalmente, mais uma vez por portas travessas, consagrar ('constitucionalizar') o *neoliberalismo* e as *políticas de austeridade para todo o sempre*. Para países como o nosso, ele é um *pacto contra o crescimento e contra o emprego*, um verdadeiro *pacto de subdesenvolvimento*, um *novo pacto colonial*.

Ora, sem desenvolvimento económico faltarão as receitas indispensáveis para os *investimentos no futuro* (os investimentos estratégicos na educação, na saúde, na investigação científica, na segurança social, nos transportes públicos, na habitação social e em todos os serviços públicos associados à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentado).

Os povos 'colonizados', condenados a um brutal *retrocesso civilizacional*, serão privados da sua capacidade de desenvolvimento autónomo. E sem desenvolvimento não há democracia.

7. - É notório o descrédito do neoliberalismo no plano teórico e não há como esconder os resultados calamitosos das políticas neoliberais. Ulrich Beck defende, com toda a razão, que "a crise do euro tirou definitivamente a legitimidade à Europa neoliberal". E Habermas reconhece que os povos da Europa não têm a "consciência de partilhar um destino europeu comum", admitindo mesmo a "possibilidade real do fracasso do projeto europeu".

Mas a verdade é que os que se auto-proclamam "partidos do arco da governação" continuam, por toda a Europa, fiéis à tese de que *não há alternativa às políticas de austeridade* de inspiração neoliberal. Os reformistas de vários matizes estão, verdadeiramente, num impasse, porque a 'filosofia' e as consequências das políticas neoliberais são "dificilmente conciliáveis com os princípios igualitários de um estado de direito social e democrático" (Habermas). A submissão da *Europa neoliberal* ao *Consenso de Washington* não abre grande espaço para um *novo contrato social europeu*, num quadro de *compromisso* idêntico ao do estado keynesiano, ainda que empenhado apenas na *gestão leal do capitalismo*. É bem provável que o capitalismo esteja à beira de uma *grave crise estrutural*, que ponha a nu e agrave dramaticamente as suas contradições internas.

E é claro que, perante uma crise grave, o capitalismo pode tentar de novo formas de dominação mais violentas do que o “fascismo de mercado” ou o “fascismo amigável” a que se referiam, no início da década de 1980, os insuspeitos Paul Samuelson e Bertram Gross.

A crise atual da Europa capitalista tem-se afirmado, aliás, como uma *crise da democracia*.

Nesta Europa dominada pelo Goldman Sachs e pelo grande capital financeiro, todos os povos da Europa estão a ser vítimas da crise financeira e das políticas adotadas para a enfrentar. Em resultado destas políticas, “os países devedores – escreve Ulrich Beck – formam a nova ‘classe baixa’ da UE”, e “têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional”. “O seu destino – conclui Beck – é incerto: na melhor das hipóteses, federalismo; na pior das hipóteses, neocolonialismo”. Venha o diabo e escolha..., porque, a meu ver, nestes tempos e com esta ‘Europa’, a ‘solução’ federalista não será mais do que uma forma de (ou um caminho para o) *neocolonialismo*.

Outro sociólogo alemão, Wolfgang Streek, analisa o processo em curso de “imunização do mercado a correções democráticas”. Na sua ótica, esta imunização pode ser levada a cabo “através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970” [opção que entende não estar disponível atualmente], ou então “através de uma reeducação neoliberal dos cidadãos” [promovida pelo que designa “relações públicas capitalistas”, as grandes centrais de produção e difusão da ideologia neoliberal].

E logo explicita quais os expedientes adotados para conseguir o “primado duradouro do mercado sobre a política”: ‘reformas’ das instituições político-económicas, através da transição para uma política económica baseada num conjunto de *regras*, para *bancos centrais independentes* e para uma *política orçamental imune aos resultados eleitorais*; através da transferência das decisões político-económicas para *autoridades reguladoras* e para *grupos de ‘peritos’*, assim como dos *travões ao endividamento* consagrados nas constituições, aos quais os estados e as suas políticas se devem vincular juridicamente durante décadas, se não *para sempre*”.

O autor refere ainda outros meios ao serviço do mesmo objetivo: “os estados do capitalismo avançado devem ser reestruturados de forma

a merecerem duradouramente a confiança dos detentores e dos gestores do capital, garantindo, de forma credível, através de programas políticos consagrados institucionalmente, que não irão intervir na ‘economia’ – ou, caso intervenham, que só irão fazê-lo para impor e defender a *justiça de mercado* na forma de uma remuneração adequada dos investimentos de capitais. Para tal – conclui o autor –, é necessário *neutralizar a democracia* (...) e concluir a liberalização no sentido da *liberalização bayekiana*, isto é, como *imunização do capitalismo contra intervenções da democracia de massas*”.

O sociólogo alemão conclui que “o neoliberalismo não é compatível com um *estado democrático*” e sublinha que, como já ficou várias vezes demonstrado, “o neoliberalismo necessita de um *estado forte* que consiga travar as exigências sociais e, em especial, sindicais de interferência no livre jogo das forças do mercado”.

Esta reflexão de Wolfgang Streeck ajuda-nos a perceber o que está em causa quando os governantes e comentadores de serviço falam de *reformas estruturais*, de *regras de ouro*, da *independência dos bancos centrais*, da *reforma do estado*, de *finanças sãs*, da necessária reforma do *estado social*, do papel insubstituível das *agências reguladoras independentes*, dos benefícios da *concertação social*, da *flexibilização* do mercado de trabalho, da necessidade de *‘libertar’ a ação política do controlo do Tribunal Constitucional*.

E alerta-nos também para outro ponto: estas soluções ‘brandas’ (apesar de ‘musculadas’ e até violentas) só serão prosseguidas se “o modelo chileno dos anos 1970” não ficar disponível para o grande capital financeiro. Se as condições o permitirem (ou o impuserem, por não ser possível continuar o aprofundamento da exploração dos trabalhadores através dos métodos ‘reformistas’ assentes no *compromisso* entre o estado e os chamados *parceiros sociais*), o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, sem as máscaras que atualmente utiliza.

Esta análise legítima, por outro lado, a conclusão de Ulrich Beck: Os governos “salvam bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, mas desperdiçam o futuro da geração jovem”; “os governantes [governos e parlamentos] votam a favor da austeridade, as populações votam

contra”. E tudo isto configura uma situação caracterizada pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados [os estados que configuram a *ditadura do grande capital financeiro*, digo eu], um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam”.

A legitimidade democrática está do lado do povo e não dos governos ao serviço do grande capital financeiro!

8. – O *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”. Nesta *Europa do capital*, cerca de 30% dos jovens estão desempregados. Na Grécia, um em cada cinco sem abrigo tem um curso superior. É uma catástrofe equivalente à perda de uma geração inteira numa guerra convencional.

No *Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza*, o Parlamento Europeu aprovou um Relatório onde se diz que, em 2010, cerca de 85 milhões de cidadãos da UE são afetados por situações de pobreza e de exclusão social e que cerca de 20 milhões de trabalhadores europeus são considerados pobres.

As ‘reformas estruturais’ de que tanto se tem falado neste tempo de crise estão a conduzir ao *empobrecimento* de povos inteiros, ao alargamento da mancha de pobreza e da exclusão social, ao aprofundamento da desigualdade, ao aumento dramático, mesmo nos países ditos ricos, do número dos *pobres que trabalham* (pessoas que estão empregadas, mas ganham tão pouco que não conseguem viver dignamente com o rendimento do seu trabalho).

Ora o empobrecimento dos povos não os torna mais capazes para se desenvolver, nem mais competitivos; torna-os mais vulneráveis e menos capazes de progredir. A estratégia do empobrecimento é uma estratégia de domínio ‘colonial’ em benefício exclusivo da elite ‘colonialista’.

É incontestável, por outro lado, que o alargamento da mancha de pobreza e da exclusão social que delas tem resultado é algo que põe

em causa a própria civilização, nomeadamente as condições de vida em democracia. Porque a pobreza não significa apenas baixo nível de rendimento ou baixo poder de compra, ela priva as pessoas de capacidades básicas essenciais para a preservação e afirmação da sua dignidade enquanto pessoas.

Amartya Sen tem sublinhado isto mesmo: “a privação de liberdade económica, na forma de pobreza extrema pode tornar a pessoa pobre presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade”. Uma situação de pobreza generalizada, acentuada e continuada não é compatível com a democracia. Cito Paul Krugman, Prémio Nobel e tudo: “a concentração extrema do rendimento” significa “uma democracia somente de nome”, “incompatível com a democracia real”.

9. – Em 1983, Mitterrand confessou estar “dividido entre duas ambições, a da construção da Europa e a da justiça social”. Reconhecendo, como se vê, que a justiça social era incompatível com a construção da ‘Europa’, ele optou por ‘construir a Europa’, sacrificando a justiça social.

Em finais de 1989, foi a vez de outro dirigente socialista de topo (Michel Rocard, Primeiro-Ministro de Mitterrand), reconhecer que, do seu ponto de vista, “as regras do jogo do capitalismo internacional impedem qualquer política social audaciosa”, proclamando ao mesmo tempo que, “para fazer a Europa, é preciso assumir as regras deste jogo cruel”.

A social-democracia europeia rendeu-se aos encantos e aos interesses representados pelo neoliberalismo. A aprovação do Tratado de Maastricht e das suas regras “estúpidas” e “medievais” (a qualificação é de Romano Prodi, Presidente da Comissão Europeia) representa o ponto crítico da submissão da ‘Europa’ ao espírito do *Consenso de Washington*, enterrando de vez o *consenso keynesiano*, que esteve na base da construção do estado social.

O famoso *modelo social europeu* transformou-se num verdadeiro *estado social para os bancos* e para o grande capital financeiro, que se especializou nos *jogos de casino* e se entregou ao “crime organizado”, abrindo as portas ao *capitalismo do crime sistémico*.

Os grandes ‘senhores’ do “dinheiro organizado”, os ‘padrinhos’ do *crime sistémico*, mais uma vez convencidos da eternidade do capitalismo, enten-

dem que podem dispensar o *compromisso* do estado social e apostam forte na sua liquidação, sacrificando os salários e os direitos dos trabalhadores para combater a *tendência para a baixa da taxa média de lucro* no setores produtivos e garantir as ‘rendas’ do capital financeiro.

Como os vampiros, “eles comem tudo e não deixam nada!” (Zeca Afonso)

Atento aos ventos da ‘modernidade’ e aos gostos dos ‘donos’ do mundo, Mario Draghi (o quadro do Goldman Sachs em comissão de serviço como Presidente do BCE) não se coibiu desta ‘boutade’ de sabor salazarento: “os europeus já não são suficientemente ricos para andarem a pagar a toda a gente para não trabalhar”.

Pelos vistos, os milhões de desempregados em toda a Europa (incluindo cerca de 30% dos jovens) estão desempregados porque não querem trabalhar. Esta é a linguagem arrogante dos agentes do *capitalismo do crime sistémico*, certos da sua impunidade.

Um editorial de *The Economist* (finais de 2012) esclarece tudo: para além de serem *too big to fail* (demasiado grandes para falir), os grandes potentados do capital financeiro são também *too big to jail* (demasiado grandes para irem para a cadeia). É isso: o *estado capitalista*, o seu Direito e os seus Tribunais não existem para combater o *crime sistémico* e para condenar os ‘padrinhos’ do *crime organizado*. As cadeias não foram feitas para esta gente. Eles são os ‘donos’ das cadeias.

Em dezembro/2011, ao apresentar em Paris um Relatório da OCDE, o Secretário-Geral desta Organização recordava que, em virtude do aumento continuado das desigualdades sociais ao longo dos últimos trinta anos, “o contrato social está a desfazer-se em muitos países”.

Vale a pena insistir neste ponto: num mundo e num tempo em que a produtividade do trabalho atinge níveis até há pouco insuspeitados, talvez esta realidade (que quase parece mentira, de tão absurda que é) possa significar que as contradições do capitalismo estão a atingir um limite insuportável.

10. – Mas vale a pena sublinhar também que quem não esquece as lições da história não pode ignorar que a *ascensão do nazismo* – e a *barbárie* que ele trouxe consigo – está intimamente ligada à forte depressão

e aos elevados níveis de desemprego que marcaram a sociedade alemã no início da década de 1930, mais violentamente do que em outros países da Europa, também em resultado das políticas contracionistas e deflacionistas levadas a cabo pelo governo conservador de Heinrich Brüning.

Em 1943, Michael Kalecki formulou este diagnóstico: “O sistema fascista começa com o desenvolvimento do desemprego, desenvolve-se no quadro da escassez de uma ‘economia de armamento’ e termina inevitavelmente na guerra”.

Perante a chaga social do desemprego em massa que assola a Europa, tudo aconselha a que levemos muito a sério o aviso de Paul Krugman: “Seria uma insensatez minimizar os perigos que uma recessão prolongada coloca aos valores e às instituições da democracia”.

Quem conhece um pouco da história sabe que a democracia não pode considerar-se nunca uma conquista definitiva. As ameaças à democracia podem vir de onde menos se espera. É preciso, por isso, lutar por ela todos os dias, combatendo os dogmas e as estruturas neoliberais próprios do capitalismo dos nossos dias, porque este é, essencialmente, um combate pela democracia.

Falando na Universidade, gostaria de lembrar aos universitários que o terreno da luta ideológica é hoje um dos principais palcos da luta de classes. É dever dos universitários ocupar o seu posto nesta luta.

A persistência nas políticas da UE que estão a arruinar a economia dos ‘países do sul’ e a minar a sua soberania, bem como a insolência com que os governantes dos ‘países do norte’ vêm enxovalhando a dignidade dos ‘países do sul’, têm todas as características de uma verdadeira guerra.

Porque é de ‘guerra’ que se trata quando os estados mais fortes e mais ricos da Europa humilham os povos dos países mais débeis, ‘castigando-os’ em público com ‘penas infamantes’ e condenando-os a um verdadeiro *retrocesso civilizacional* em nome da *verdade* dos ‘catecismos’ neoliberais impostos pelo grande capital financeiro.

Pode estar em perigo também a paz na Europa. Jean-Claude Juncker (Primeiro-Ministro do Luxemburgo, até há pouco Presidente do Eurogrupo e atual candidato a Presidente da Comissão Europeia) tem toda a razão quando diz que “está completamente enganado quem acredita que

a questão da guerra e da paz na Europa não pode voltar a ocorrer. Os demónios não desapareceram, estão apenas a dormir, como mostraram as guerras na Bósnia e no Kosovo”.

11. – “Estamos na terra, com os pés bem assentes na terra” (Álvaro Cunhal).

E eu creio que Eric Hobsbawm tem razão quando escreve que “o futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente como internamente, de que chegámos a um ponto de crise histórica. (...) O nosso mundo corre o risco de explosão e de implosão. Tem de mudar”.

É, pois, nosso dever estar atentos e tentar compreender o que se passa à nossa volta. Se não anteciparmos os perigos que espreitam não podemos evitá-los; se não identificarmos os nossos inimigos não poderemos combatê-los; se não conhecermos o mundo em que vivemos não podemos ajudar a transformá-lo.

José Saramago escreveu um dia: “somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos. Sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”. Por isso me pareceu importante deixar aqui estas reflexões, avivando a nossa *memória* e recordando a nossa *responsabilidade*, num dia que queremos seja sobretudo de festa.

Mas também de luta. Porque, de novo, “uma terrível, atroz, imensa/ Desonestidade/ Cobre a cidade”, para o dizer com versos de Sophia de Mello Breyner. Muitos de nós sentem-se gravemente atingidos nas suas condições de vida e na sua dignidade. Alguns poderão estar descrentes.

É tempo de dizer, com José Gomes Ferreira: “Acordai, homens que dormis/ A embalar a dor dos silêncios vis”!

É tempo de unir forças, acreditando que Abril tem futuro. “Porque nenhum de nós anda sozinho/ E até os mortos vão ao nosso lado”! (J. Gomes Ferreira)

O povo sabe que “a esperança nunca desespera” (Torga). E sabe também que “esperar não é saber./Quem sabe faz a hora/não espera acontecer” (Geraldo Vandré, vítima da ditadura militar no Brasil).

O povo conhece a sua força. O povo sabe que *o que o operário diz/ Outro operário escuta*. E sabe que “foi assim que o operário/ Do edifício em construção/ Que sempre dizia sim/ Acabou por dizer não”,

transformando deste modo “em operário construído o operário em construção”. (Vinicius de Moraes)

12. - Numa entrevista que concedeu anos depois de ter cessado funções como Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves deixou esta mensagem: “o futuro com que sonhei não é cada vez mais saudade, é, sim, cada vez mais, necessidade imperiosa”.

Este é um belo mote para comemorar Abril e confiar no Maio que há-de vir!

Esta, a meu ver, a mensagem correta, no momento em que a nossa Revolução atinge a *ternura dos 40*. O 25 de Abril não é passado, é futuro!

E, para construir o futuro, o que faz falta? Cantemos com o Zeca:

“O que faz falta é acordar a malta”!

“O que faz falta é avisar a malta”!

“O que faz falta é animar a malta”!

“O que faz falta é libertar a malta”!

“O que faz falta é dar poder à malta”!

E se não esquecermos que “é nas noites mais negras que as estrelas brilham mais” (como dizia uma canção que ouvi cantar, na Sé Velha, ao Fernando Machado Soares, quando éramos ambos estudantes de Coimbra), temos todas as razões do mundo para acreditar, com Ary dos Santos, que “isto vai, Amigos, isto vai”!

Os poetas – sobretudo os poetas que acreditam que “a poesia está na luta dos homens” (é um verso de Mário Dionísio) – são uma boa companhia nestes tempos difíceis. Um deles, Pablo Neruda, escreveu um dia: “Dai-me toda a dor do mundo/ Vou transformá-la em esperança”.

É este o papel dos poetas: ajudar-nos a transformar o desespero em esperança, a revolta cega em ação organizada, o sofrimento em sonho. Porque eles acreditam e nos fazem acreditar que “o sonho comanda a vida” (António Gedeão). Porque eles nos apontam o caminho que ajuda a transformar o sonho em realidade: “lutar, quando é fácil ceder/ (...) Negar, quando a regra é vender/ (...) E o mundo vai ver uma flor/ Brotar no impossível chão” (são versos cantados pelo Xico Buarque).

Com outro poeta, Manuel Bandeira, gostaria de garantir-vos que um dia havemos de chegar a Pasárgada. E “em Pasárgada tem tudo/ É outra civilização”. Em Pasárgada, meus Amigos, é outra civilização! Vale a pena fazermo-nos ao caminho.

Certos de que, como se diz no verso de António Machado, *se abre o caminho caminhando...*

E certos de que, como ensina João Cabral de Melo Neto, “um galo sozinho não tece uma manhã:/ ele precisará sempre de outros galos”.

Termino com este apelo:

GALOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS!

VIVA O 25 DE ABRIL!

VIVA PORTUGAL!

Série Documentos

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2014

